

Universidade Federal da Bahia  
Programa de Pós-Graduação em Antropologia  
Mestrado em Antropologia

Elisa Machado Camarote

**LAGES DAS AROEIRAS:  
TERRITORIALIZAÇÃO, PARENTESCO E PRODUÇÃO EM UMA COMUNIDADE  
BAIANA DE FUNDO DE PASTO.**

Salvador

2010

Elisa Machado Camarote

**LAGES DAS AROEIRAS:  
TERRITORIALIZAÇÃO, PARENTESCO E PRODUÇÃO EM UMA COMUNIDADE  
BAIANA DE FUNDO DE PASTO.**

Dissertação apresentada ao  
Programa de Pós-Graduação em  
Antropologia da Universidade Federal  
da Bahia, como requisito parcial para  
obtenção do grau de Mestre.

Orientador: Profa. Dra. Maria Rosário Gonçalves de Carvalho

Salvador

2010

---

Camarote, Elisa Machado  
C172 Lages das Aroeiras: territorialização, parentesco e produção em uma comunidade  
baiana de fundo de pasto / Elisa Machado Camarote. – Salvador, 2010.  
208 f.: il.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Rosário Gonçalves de Carvalho  
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e  
Ciências Humanas, 2010.

1. Sertão. 2. Parentesco. 3. Solo rural - Uso. I. Carvalho, Maria Rosário Gonçalves  
de II. Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.  
III. Título.

---

CDD 307.72

**Lages das Aroeiras: territorialização, parentesco e produção em  
uma comunidade baiana de fundo de pasto**

ELISA MACHADO CAMAROTE

**Banca examinadora**

Profa. Dra. Maria Rosário Gonçalves de Carvalho (orientadora)

---

Profa. Dra. Emília Pietrafesa de Godoi- IFCH/UNICAMP

---

Profa. Dra. Elisabete Santos - UFBA

---

Salvador, 16 de Dezembro de 2010



## **Agradecimentos**

A concretização deste trabalho se deu graças à colaboração de diversas pessoas a quem presto meus sinceros agradecimentos.

Agradeço enormemente a Maria Rosário Gonçalves de Carvalho pela dedicada e atenciosa orientação a mim dispensada, ao longo dos quase três anos de trabalho em conjunto. Por sua inspiradora figura de etnógrafa e professora. Por seu exemplo como pesquisadora disciplinada, séria e rigorosa. Apesar da distância física que nos separou durante parte desse processo, Rosário sempre esteve presente, incentivando e acreditando que a construção desse trabalho seria possível.

Agradeço a CAPES pelo apoio financeiro concedido, o qual permitiu minha dedicação exclusiva ao mestrado.

Agradeço aos professores e antropólogos que participaram da construção de meu objeto de pesquisa: A Klass e Ellen Woortmann pois durante seus cursos tive os primeiros contatos com a antropologia do campesinato. A Aderval Costa Filho, amigo e colega, que acompanhou e debateu comigo os primeiros esboços do projeto de mestrado. A Franklin Plessmann pelas trocas de informação e conversas sobre o nascente movimento social que vem se organizando em torno da categoria fundo de pasto. A Eric Sabourin pelas primeiras pistas a respeito das áreas de uso comum da Bahia, pela orientação durante minhas buscas bibliográficas nos institutos de pesquisa da França e pela participação no exame de qualificação. A Emília Pietrafesa pelo cuidadoso parecer emitido no exame de qualificação e pela participação na defesa da dissertação.

Agradeço especialmente aos habitantes de Lages das Aroeiras pelo acolhimento, carinho e atenção a mim dedicados durante o trabalho de campo. A Seu Valdemar, Dona Louzinha, Valdivino, Analice, Rosinha, Ediloura, Dona Mariquinha, Dona Marianna, Seu Antonio, Seu Nézinho, Edite, Carlinhos, Jussemar, Leda, Vaninha, Léo, Leandro, Denilson, Rosivaldo, Lucinha, Rafaela, Rafael e Ramon. Sem eles esta pesquisa não teria sido possível.

A Santiago, pela fundamental participação na estruturação da genealogia de Lages das Aroeiras; por sua sensibilidade em expressar graficamente minhas observações e dados de campo .

Agradeço a Iara Rolnik e a Paula Perrone pela revisão do texto e pelo apoio tranquilizador nos períodos tensos da escrita .

Agradeço com muito carinho a Bete, João e Joaquina, minha família baiana. Pelo acolhimento que me deram em Salvador e pelo porto que foi sua casa durante minha estadia nessa cidade.

Aos colegas da Pós-Graduação, especialmente a Edison e Manu, com quem partilhei todas as etapas, angústias e conquistas implicadas no processo do mestrado. Sem eles este percurso teria sido mais solitário.

Agradeço ainda às amigas que acompanharam esta longa empreitada, que me viram partir e voltar, sempre animadas em ouvir os relatos de minhas andanças pelo Brasil adentro. A Lua, Priu, Lau, Iá e Lele.

Agradeço a minha mãe Alice, a meu pai Edu, a Marcelo e a Carla pelo incentivo e confiança neste e em todos os meus projetos. Com seu suporte foi mais fácil avançar em busca de meus sonhos. A meus irmãos Mariana e Pedro pela alegre convivência e pelo companheirismo de toda vida.

Finalmente, agradeço a Filipe que me deu a maior prova de amor e paciência ao escolher fazer de meu último ano de mestrado, nosso primeiro ano de casamento.

## RESUMO

Esta dissertação consiste em uma etnografia sobre Lages das Aroeiras, uma comunidade rural localizada na região norte do semi-árido baiano. O seu estudo teve como objetivo compreender a formação da configuração territorial de tal comunidade onde a reprodução biológica e social dos produtores rurais se dá através das roças familiares, do extrativismo e do pastoreio de caprinos e ovinos realizado nas áreas de fundo de pasto. Para atingir essa compreensão, foi de suma importância percorrer a história da ocupação territorial da Bahia desde o período colonial, bem como conhecer as características da configuração camponesa que se formou a partir dessa estrutura fundiária. Ao longo do trabalho de campo, que transcorreu no período de 2007 a 2009, o sistema de relações de parentesco local revelou se constituir na principal chave analítica para o entendimento do processo de territorialização da comunidade, suas regras de uso e sucessão na terra.

**Palavras-chave:** sertão; relações de parentesco; fundo de pasto; terras de uso comum; campesinato.

## *ABSTRACT*

This dissertation consists, essentially, of an ethnographic study on Lages das Aroeiras, a rural community in Bahia's semi arid northern region. The research had as its objective to understand the evolution of the territorial configuration in this community, where the biological and social reproduction of its inhabitants happens through agriculture in family farms, extracting from the land, and the raising of sheep and goat herds in common areas of pasture. To achieve this understanding, it was of paramount importance to run through Bahia's history of territorial occupation, dating from the colonial period, as well as become familiar with the characteristics of the peasant society that was born from this agrarian

structure. Throughout the field study, which occurred between 2007 and 2009, the local kinship system revealed itself as being the main analytical tool for comprehending how the land is settled in the community, its rules of usage and succession.

**Key-words:** midland; kinship; communitarian pasture; commons; peasantry.

## Sumário

	<b>Pág.</b>
<b><u>Introdução</u></b>	1
<b><u>Capítulo I.</u></b> Contextualização histórica: da ocupação territorial do sertão do São Francisco à organização política dos camponeses criadores em sistema de fundo de pasto	15
1.1 Aspectos históricos da ocupação da terra no Brasil colonial e da economia pastoril no Nordeste	15
1.2 À margem do latifúndio: formação do campesinato no Brasil e no sertão nordestino	19
1.3 Sertão do São Francisco: terras de Garcia d'Ávila e Guedes de Brito	21
1.4 Decadência da economia pastoril e surgimento dos apossamentos coletivos por camponeses criadores	23
1.5 Aspectos jurídicos do regime de propriedade comum no Brasil e no Nordeste	30
1.6 Panorama atual: organização política dos camponeses criadores em sistema de fundo de pasto nas terras devolutas do sertão da Bahia	33
<b><u>Capítulo II.</u></b> A família Cardoso da Silva e a fazenda Lages das Aroeiras: relações de parentesco e patrimônio territorial camponês	38
2.1 A fundação de Lages das Aroeiras: da origem da família fundadora ao seu estabelecimento em um novo lugar	38
2.2 Processo de territorialização da <i>família primitiva</i> no espaço	48
2.2.1 Estratégias de fixação e permanência da família no lugar	48
2.2.2 Grilagens e expropriação da terra	50
2.2.3 Organização política e comunitária: estratégias para conter a expropriação da terra e obter novos benefícios para a comunidade de Lages das Aroeiras	55
2.3 <i>E a família foi rendendo</i> : padrões matrimoniais, de residência e de vizinhança em Lages das Aroeiras	61
2.3.1 Estrutura social e padrões matrimônias	61
2.3.2 Padrões de residência: virilocalidade e zoneamento espacial das famílias extensas	70
2.3.3 Relações de vizinhança	73

2.4 Herança e conjunto de direitos que regulam o acesso à terra em Lages das Aroeiras	77
2.4.1 Direitos de uso da terra e dos recursos naturais na área de fundo de pasto	87
<b><u>Capítulo III.</u></b> Sistema produtivo de Lages das Aroeiras	91
3.1 Perfil e composição dos grupos domésticos	91
3.2 Trabalho, cooperação familiar e a busca pelo equilíbrio entre o que se produz e o que é consumido no interior do grupo doméstico	98
3.3 Trabalhos de ajuda mútua e cooperativismo	109
3.4 Dádiva e reciprocidade	114
3.5 Criação animal em Lages das Aroeiras	122
3.5.1 O manejo da <i>criação</i>	122
3.5.2 O rebanho enquanto propriedade familiar	128
3.5.3 A centralidade da carne de <i>criação</i> no regime alimentar	132
3.5.4 Intimidade e simetria na relação entre o homem e o animal	134
3.6 Água: climatologia, manejo e controle social	139
3.6.1 Percepção e conhecimentos sobre o clima local	139
3.6.2 Manejo da água: tipos de fontes e tipos de uso	142
3.6.3 Manejo das águas para consumo humano e controle social dos recursos hídricos	147
<b><u>Considerações Finais</u></b>	155
Referências bibliográficas	161
Registro fotográfico	168
Anexos	188

## Lista de figuras

	Página
Figura 1: Mapa do Brasil – área de estudo.....	14
Figura 2: Mapa da Bahia – área de estudo.....	14
Figura 3: Lages das Aroeiras: localização no mapa do município de Uauá – área de estudo.....	14
Figura 4: Mapa das áreas baianas de currais da Casa da Torre e da Casa da Ponte...35	
Figura 5: Mapa da rota de migração da família fundadora.....	42
Figura 6: Esquema genealógico – <i>primos irmãos</i> .....	71

## Lista de Tabelas

Tabela 1: Composição dos grupos domésticos de Lages das Aroeiras.....	99
---	----

## INTRODUÇÃO

Os fundos de pasto correspondem a áreas cobertas por caatinga utilizadas comunitariamente no exercício das atividades produtivas, seja como reserva de pastagem animal ou como campo de extrativismo de recursos naturais. Concentrados no norte da Bahia, constituem uma modalidade de apropriação da terra que corresponde a uma configuração camponesa própria dessa região do estado. Os fundos de pasto são áreas de uso comum que compõem o patrimônio territorial indiviso de comunidades camponesas formadas por famílias de sertanejos. Esses núcleos de pequenos produtores rurais agrupados por vínculos de parentesco e reciprocidade conformam, assim, estruturas comunitárias que regulam as regras de manejo das áreas compartilhadas.

O sistema produtivo de tais comunidades rurais passa pela criação extensiva de caprinos e ovinos nas áreas de criatórios comunitários, pelo extrativismo de frutos, lenha, mel, plantas medicinais e caça nesses mesmos locais e, ainda, pela agricultura de sequeiro em áreas de apropriação familiar. A forma de ocupação territorial e de organização do espaço favorecem o desenvolvimento das referidas atividades produtivas e resultam em estratégias de convivência com as adversidades climáticas do semi-árido.

Desde meados da década de 1980 as comunidades rurais que fazem uso das áreas de fundo de pasto vêm se organizando em torno da luta pela legalização formal de suas terras, uma vez que a maioria delas se constituiu por meio da posse de áreas devolutas. A principal reivindicação das comunidades é a titulação coletiva das áreas de fundo de pasto e a titulação individual das áreas de apropriação familiar.

Meu interesse pelas comunidades de fundo de pasto surgiu em 2007, quando eu trabalhava, em Brasília, no Núcleo de Povos e Comunidades Tradicionais do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. Minha equipe de trabalho coordenava as atividades da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades

Tradicionalis – CNPCT<sup>1</sup>, em conjunto com o Ministério do Meio Ambiente. Essa comissão era composta por membros da sociedade civil organizada, isto é, representantes de diferentes povos e comunidades tradicionais<sup>2</sup> e, também, por órgãos e entidades da administração pública federal. Os membros da CNPCT se reuniam, periodicamente, com o objetivo de construir estratégias para a implementação de uma política nacional de desenvolvimento sustentável para os povos e comunidades tradicionais<sup>3</sup> do Brasil.

Eu acompanhei as reuniões da comissão entre os anos de 2006 e 2008 e durante esse período travei contato com Valdivino e Eduardo, representantes das comunidades de fundo de pasto na CNPCT. Até então a categoria social ou a identidade coletiva que representava as comunidades que fazem uso comum dos recursos naturais do fundo de pasto, nesse fórum, me eram completamente desconhecidas e, por essa razão, despertaram fortemente minha curiosidade. Desenvolvíamos um trabalho com uma gama de grupos culturalmente diferenciados e invisíveis não só para mim mas também para a classe política, para os gestores das políticas públicas sócio-ambientais e, conseqüentemente, para grande parte da população brasileira.

Meu interesse se tornou crescente a partir do momento em que comecei a empreender algumas buscas bibliográficas sobre o tema, no princípio sem sucesso, uma vez que não encontrava praticamente nada sobre o assunto. Minhas inquietações aumentaram ainda mais quando consultei os professores de antropologia do campesinato da UNB<sup>4</sup>, que nada souberam me informar sobre fundo de pasto. Nesse sentido, inclusive, eles me incentivaram a prosseguir em minhas buscas, entusiasmados pela produção de informações que uma futura pesquisa de mestrado pudesse proporcionar a respeito do assunto.

---

<sup>1</sup>A CNPCT foi instituída por Decreto presidencial em 13 de julho de 2006.

<sup>2</sup> A CNPCT tem como referência a definição de que “Povos e Comunidades Tradicionais [são]: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam, e usam, territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição”. (BRASIL, 2007)

<sup>3</sup> O Decreto 6.040 de 7 de fevereiro de 2007 instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, cabendo à CNPCT coordenar sua implementação.

<sup>4</sup>Na época, eu cursava uma disciplina sobre antropologia do campesinato, ministrada por Klass e Ellen Woortmann, do Departamento de Antropologia da UNB. Eu tinha interesse em trabalhar com essa linha de pesquisa e, quando me deparei com a existência das comunidades de fundo de pasto e com a falta de trabalhos antropológicos produzidos sobre o tema, decidi que esse seria meu objeto de pesquisa.

A partir de então, minha aproximação ao tema foi similar à busca pelas peças de um jogo de quebra-cabeça. Visto que é um tema ainda restrito, em grande medida, à esfera regional, as informações iam ficando mais disponíveis à medida que me aproximava da Bahia. Lá havia outros pesquisadores voltados para o assunto, acervos localizados na administração pública estadual e municipal de Salvador e, logicamente, as próprias comunidades de fundo de pasto – fonte de grande interesse para a pesquisa antropológica.

Devido à dificuldade inicial de encontrar material bibliográfico foi só a partir da primeira pesquisa de campo exploratória que passei a ter uma visão mais clara e palpável da realidade dessas comunidades. Até então elas figuravam em meu imaginário como um objeto romantizado e exótico, nutrido por meu desconhecimento e por estereótipos correntemente atribuídos aos denominados povos primitivos estudados pela antropologia clássica. Como meu olhar direcionava-se para o ermo das paragens sertanejas do Brasil, imagens fantasiosas e confusas me acompanharam até que tivesse finalizado a primeira incursão em campo.

Com o intuito de conhecer diretamente a área de pesquisa pretendida, a primeira ida a campo foi realizada com recursos próprios e facilitada pelo contato com Valdivino, membro da CNPCT. Ele me convidou a conhecer sua região, isto é, o município de Uauá-BA e entorno, e se dispôs a me dar o apoio necessário, caso eu tivesse interesse em desenvolver um trabalho lá. Ele foi meu anfitrião, guia e acompanhante durante sete dias de intensa atividade, em agosto de 2007.

Como estratégia inicial de pesquisa optei por ter uma visão geral de Uauá e do amplo conjunto de comunidades da zona rural do município. Hospedei-me na sede do município, nas dependências de uma cooperativa de trabalhadores rurais e de lá fui guiada por Valdivino na visita a pelo menos cinco comunidades diferentes: São Bento, Lajes das Aroeiras, Fidelis, Bela Vista e Praça dos Ramos. Além das pequenas viagens que fazíamos até as comunidades da zona rural, entrevistei pessoas que vinham ao meu encontro na sede da cooperativa, a convite de Valdivino.

Naquela ocasião, a maioria dos contatos que estabeleci e dos questionamentos que tinha voltava-se para questões relativas à regularização fundiária das áreas de fundo de pasto e para a organização política do nascente movimento social que reivindicava o cumprimento dessa e de outras políticas públicas. Fui levada ao encontro de pessoas ligadas à temática do fundo de pasto, sempre através da perspectiva política, jurídica e fundiária. Dentre elas estavam: um técnico de georeferenciamento responsável por demarcar áreas de fundo de

pasto; o procurador do Estado que, em visita ao município, ocupava-se em dirimir litígios em áreas de fundo de pasto onde conflitos insolúveis perduram por anos; funcionários da cooperativa; lideranças comunitárias.

Certamente, as inclinações políticas e ideológicas de meu guia contribuíram para que aquele recorte se impusesse à minha observação, uma vez que ele era o responsável por traçar o roteiro de atividades, selecionar as pessoas com quem eu conversava e as visitas que fazíamos. É natural que isso tenha acontecido, pois Valdivino me conhecia de um fórum de discussão dessas questões. Ele próprio era uma liderança política em sua comunidade e entendia que meu interesse de pesquisa conjugava com seus interesses de militância.

O material empírico com que me deparava era bastante interessante e correspondia ao que eu buscava naquele início de pesquisa. Contudo, as coisas se tornaram ainda mais interessantes quando Valdivino me levou para conhecer sua comunidade de origem. A visita diurna à Lages das Aroeiras se estendeu a um pernoite e, essa valiosa oportunidade, favoreceu um contato mais longo e aprofundado com a realidade daquela comunidade específica.

A possibilidade de conhecer a rotina do lugar, a casa dos moradores, suas histórias e práticas rotineiras me encantou. O foco da pesquisa até então estabelecido começava a perder força frente a outros temas que emergiam espontaneamente. Ao invés de me debruçar sobre as comunidades de fundo de pasto, sua organização política e o processo de regularização fundiária ao qual estão sendo submetidas, passei a me interessar pela história da fundação da fazenda de Lages das Aroeiras, pela saga de seus fundadores, pelas narrativas genealógicas e pelas relações de parentesco que concernem aos habitantes do lugar.

Além de ter iniciado a coleta de dados sobre Lages das Aroeiras naquele mesmo dia, fui muito bem recebida pelos seus habitantes e convidada a retornar para permanecer o tempo que quisesse. Assim, as condições propícias para que eu pudesse ali me instalar durante as subseqüentes estadias de campo, a boa inserção obtida e o trabalho já avançado sobre a localidade fizeram com que eu viesse a eleger Lages das Aroeiras como meu campo privilegiado. O presente estudo é fruto da profícua convivência com os habitantes de Lages das Aroeiras, com quem estive por 43 dias entre agosto de 2007 e setembro de 2009.

As perguntas motivadoras da formulação do projeto de pesquisa que culminou nesta dissertação foram: O que é uma comunidade de fundo de pasto? O que essa formação tem a ver com os sítios camponeses estudados por Woortmann (1995), em Sergipe, ou os bairros

rurais descritos por Candido (2003) e por Queiroz (1973), no interior paulista? Seriam a mesma coisa, sob denominações distintas?

A dimensão territorial me chamou a atenção desde o princípio, pois sabia, de antemão, que nessas comunidades os recursos naturais da caatinga são utilizados, por diversas famílias, no pastoreio comunitário de seus rebanhos. Queria entender como se origina uma comunidade que faz uso de uma área de fundo de pasto, ou seja, como foi que Lages das Aroeiras surgiu, no tempo e no espaço. Interessava-me pesquisar o que levava a comunidade a ter essa configuração específica, cuja reprodução socioeconômica depende não só das roças familiares, mas também do extrativismo e do pastoreio de caprinos e ovinos nas áreas de fundo de pasto.

Preliminarmente, a pergunta que dava seqüência a essas preocupações era: como ocorrem, em detalhe, a organização e o manejo do território de Lages das Aroeiras? Esta questão, por sua vez, me remetia a outra: quais são as representações que as pessoas do lugar têm do espaço, ou do conjunto de espaços articulados – a roça, a casa, o quintal, o fundo de pasto – que compõem o território de Lages das Aroeiras?

Conforme me aproximava do cotidiano do local, percebia que o entendimento das questões relativas ao território não poderiam ocorrer sem que eu tomasse em conta as relações de parentesco e de vizinhança. Estas relações se entrecruzam e formam a trama social ou a estrutura de sociabilidade que subjaz aos acontecimentos que se desenrolam sobre a base territorial da comunidade. Percebi, inclusive, que para a maioria dos habitantes, a dinâmica e os eventos que concernem à sociabilidade do grupo – detalhes da vida alheia, fofocas, mortes, nascimentos, casamentos, separações, desavenças e trajetórias de vida – são mais presentes no universo cotidiano da comunidade do que temas relativos à questão territorial.

Conversas sobre a regularização fundiária das terras da comunidade requerem conhecimentos específicos que não são acessíveis a todos; restringem-se, portanto, a algumas pessoas apenas e, na totalidade do grupo, se diluem. A linguagem comum a todos é a linguagem do parentesco pois, como espero poder demonstrar, Lages das Aroeiras é habitada por uma grande família que descende de ancestrais comuns, i.e, os fundadores do lugar.

Para refletir sobre as implicações da área de fundo de pasto em Lages das Aroeiras foi preciso conhecer os detalhes do processo de territorialização<sup>5</sup> vivenciado pela família que ali

---

<sup>5</sup> A expressão processo de territorialização é utilizada por Almeida com o intuito de “... propiciar instrumentos para compreender como os territórios de pertencimento foram sendo construídos politicamente através das

habita desde a fundação do lugar. Tal processo foi desencadeado pela compra de uma área que foi, ao longo do tempo, sendo agregada à posse de *terras livres*. Houve sempre mobilidade das fronteiras que delimitam o território de Lages das Aroeiras: ora se alargavam, pela posse de novas terras, ora diminuían, devido às grilagens sofridas. Lages das Aroeiras nunca foi devidamente titulada e registrada e, após a morte do casal fundador, permaneceu existindo como um patrimônio único e indiviso, utilizado “em comum” pelos seus descendentes.

A permanência dos Rodrigues da Silva no lugar vem se consolidando há mais de sessenta anos, por meio de regras preferenciais tanto de casamento quanto de acesso à terra, e por interdições de venda de terra a pessoas de fora da família. São estratégias adotadas a fim de evitar a fragmentação do patrimônio territorial, concentrando-o no âmbito familiar. Para a população local, o direito sobre a terra ocupada advém da relação de trabalho e de cultivo que com ela é mantida, do longo tempo de permanência na localidade e da reprodução social de seguidas gerações neste mesmo lugar. Portanto, a formalidade baseada em um documento oficial de propriedade não lhe parece conferir maior poder sobre a terra do que aquele conferido pelo cultivo da terra. Tal visão é reforçada ainda mais pelo fato de a população conhecer uma série de casos em que indivíduos que se dizem proprietários legítimos da terra possuem documentos sobre áreas que foram griladas e não regularmente compradas.

Durante as observações de campo, as relações entre parentesco, território e as regras locais de direito sobre a terra se impuseram, tornando-se o foco da investigação. Assim, a discussão sobre a regularização fundiária de Lages das Aroeiras por meio do Projeto Fundo de Pasto do governo do estado perdeu força, pois se revelou como um aspecto mais recente da questão territorial, e pouco presente no cotidiano da maioria dos habitantes do lugar. Apesar de haver um processo de regularização fundiária em curso, o direito costumeiro está completamente imbricado à estrutura social local e, ainda hoje, rege o comportamento dos indivíduos em relação à terra.

Do ponto de vista metodológico, este estudo partiu, como é usual, de um projeto de pesquisa estruturado antes que os trabalhos de campo de maior duração tivessem ocorrido. Senti a necessidade de adequar o projeto conforme o contato com os sujeitos do meu estudo foi se intensificando. Nesse processo, certas questões que inicialmente não pretendia abordar se impuseram, enquanto outras perderam força. A pesquisa bibliográfica foi fundamental para

---

mobilizações por livre acesso aos recursos básicos em diferentes regiões e em diferentes tempos históricos.” (Almeida, 2008:118)

apoiar, teoricamente, as categorias e fatos apreendidos em campo. Pesquisei nos acervos das bibliotecas de ciências humanas das Universidades da Bahia – UFBA e de São Paulo – USP, na biblioteca da CAR– Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional do governo do estado da Bahia, nos acervos do Centre d’Études Méditerranées e do Centre de Coopération Internationale en Recherche Agronomique pour le développement – CIRAD, em Montpellier, França<sup>6</sup>.

Da literatura consultada, algumas abordagens teóricas se destacaram como guias para a leitura/interpretação dos dados produzidos em campo e para a construção do argumento da dissertação. O trabalho de Woortmann (1995) representou uma contribuição teórica decisiva para o embasamento da etnografia de Lages das Aroeiras, incentivando o estudo e aprofundamento das relações de parentesco. Segundo esta perspectiva, tanto as relações produtivas e econômicas como o patrimônio territorial camponês estão diretamente relacionados ao parentesco. O trabalho clássico de Chayanov (1966) sobre as peculiaridades da economia camponesa foi elucidativo para a discussão acerca do sistema produtivo de Lages das Aroeiras. Godoi (1999), com sua etnografia sobre o sertão do Piauí, aportou ricas informações sobre a questão das terras de uso comum e também sobre o sistema de direitos combinados vigente entre camponeses posseiros. A etnografia de Musumeci (1988) contribuiu para a discussão sobre a posse da terra e os direitos daí estabelecidos entre o campesinato de fronteira da Amazônia Oriental. No que concerne a Moura (1978), seu trabalho trouxe esclarecimentos importantes sobre o tema da herança da terra no meio rural .

Tendo em vista o enfoque antropológico da pesquisa que resultou nesta dissertação, a observação participante conjugada ao registro etnográfico foi o método utilizado para a produção dos dados sobre a realidade de Lages das Aroeiras e de seus habitantes. Foram feitas duas incursões mais longas ao povoado, uma de treze dias, em dezembro de 2008, e outra de trinta dias, entre agosto e setembro de 2009. Além dessas duas oportunidades, houve ainda a ocasião da visita exploratória, já mencionada, ao município de Uauá e comunidades do entorno, em agosto de 2007, com duração de sete dias. E, por fim, a participação em um evento da Central de Associações de Fundo de Pasto, em novembro de 2008, na cidade de Senhor do Bonfim, Bahia.

A convivência com as pessoas e com a rotina do povoado, a participação em atividades de trabalho foram os meios acionados para assegurar a interação e o contínuo interesse dos

---

<sup>6</sup> A pesquisa bibliográfica desenvolvida na França ocorreu, sem qualquer vínculo institucional, durante uma viagem de férias a esse país.

investigados. A construção da genealogia, a visita à Fazenda Pé da Serra, local de origem dos fundadores de Lages das Aroeiras, o registro fotográfico de lugares, pessoas e acontecimentos foram outras estratégias utilizadas. Entrevistas semi-estruturadas foram feitas, porém em menor medida, uma vez que apenas observando o que se passava ao meu redor, e participando de conversas informais, muita coisa me era revelada, espontaneamente.

Para que o leitor conheça as condições sob as quais os dados etnográficos foram produzidos em campo é importante relatar como se deu minha inserção em Lages das Aroeiras. Como mencionei anteriormente, cheguei ao local por intermédio de Valdivino; a primeira visita não passou de um dia e uma noite mas foi suficientemente proveitosa e fez com que eu decidisse transformar Lages das Aroeiras no objeto da investigação.

A segunda ida a Lages das Aroeiras se deu no mês de dezembro de 2008. Tão logo eu concluí as disciplinas obrigatórias do curso de mestrado, no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFBA, em Salvador, parti para a primeira estadia de maior duração no sertão da Bahia. Dessa vez permaneceria exclusivamente na zona rural, diferentemente do primeiro trabalho de campo, em que me hospedei na cidade de Uauá e fiz visitas pontuais a comunidades da zona rural. A viagem de ônibus de Salvador a Uauá requer entre sete e oito horas. O ônibus viaja sempre pela madrugada. É um trajeto cansativo, pois a cada hora o motorista detém-se em alguma cidade ou vilarejo, para deixar ou pegar passageiros. A cada parada, a luz interna do ônibus se ilumina, o que torna impossível conciliar a viagem com uma noite de sono bem dormida. Não raro o limite de passageiros é excedido e pessoas viajam no corredor do ônibus, tornando a viagem ainda mais incômoda.

Dessa vez viajei com Valdivino, que estava em Salvador e retornava à sua casa depois de alguns dias trabalhando na capital. Chegamos ao ponto final do trajeto por volta de cinco horas da manhã. Não existe transporte público regular que percorra o trajeto de Uauá a Lages das Aroeiras; portanto, para chegar lá, é preciso fretar um carro ou conseguir uma carona. Valdivino encontrou um conhecido que estava a caminho de Lages das Aroeiras e lá fomos nós, mais 25 quilômetros por uma estrada de terra. A bordo do velho carro íamos sertão adentro; deixávamos para trás as ruas da cidade de Uauá em direção às inúmeras fazendas e vilarejos rurais. O dia nascia à margem da estrada, a paisagem era bonita e peculiar: serras, campos de caatinga, algumas casas, poucas pessoas e animais pastando soltos.

Durante a viagem, Valdivino e o motorista conversavam sobre as primeiras chuvas da estação. Estávamos em dezembro, época das trovoadas de verão. O motorista transmitia-lhe

as últimas notícias e identificava em qual fazenda ou serra tinha chovido e quais lugares continuavam secos. Relatava que apesar de já ter chovido duas vezes, naquele mês, as vacas ainda estavam muito magras e sofridas pelos longos meses de seca.

Nosso condutor nos deixou à porta da casa de Valdivino (31, Cf. croqui anexo), que me alojou na casa vizinha à sua, residência de sua mãe, Marianna (30). Ela recomendou que eu depositasse minha bagagem em seu quarto, pois dormiria no quarto ao lado, enquanto eu lá estivesse. Em seguida, me apresentou uma bacia com água, um sabonete e uma toalha para que eu lavasse meu rosto. Foi assim que ela me deu as boas vindas. Em pouco tempo, os vizinhos começaram a chegar, para me cumprimentar e conhecer a visitante que chegara de longe.

Fiquei hospedada na casa de Dona Marianna nos primeiros dias mas, conforme circulava pela fazenda e conhecia os demais habitantes do lugar, percebia que havia um amplo universo a ser explorado. Não queria concentrar minha atenção apenas em Valdivino, pois nosso contato era marcado por um histórico profissional e mesmo político, haja vista que nos conhecíamos de Brasília e dos trabalhos da CNPCT. Certo dia, recebi o convite para dormir na casa de Dona Louzinha (33), irmã de Marianna. Como tivemos uma boa interação, gradualmente me transferei para a sua casa, localizada no outro extremo da fazenda, a fim de ampliar minha rede de relações e de informantes. Preocupada em não causar um sentimento de abandono em meus primeiros anfitriões, visitava diariamente aquela parte da fazenda e cheguei a explicar a Valdivino quão importante era, para o trabalho de pesquisa, conhecer novas pessoas e diversificar as fontes de informação.

Logo nos primeiros dias combinamos uma reunião na associação local, para que eu pudesse me apresentar, formalmente, aos habitantes de Lages das Aroeiras. Nessa ocasião, detalhei de onde vinha, apresentei minhas intenções de pesquisa e quis saber o que eles pensavam a respeito: se aprovavam minha proposta e se poderiam me ajudar, prestando informações, sugerindo e recomendando. A maioria deles e, principalmente os mais velhos, se mostraram entusiasmados com a idéia de que eu escreveria um livro sobre a história de Lages das Aroeiras.

A maneira como me viam foi mudando ao longo do tempo em que permaneci em campo. Com cada pessoa teci uma relação específica, de maior ou de menor contato; em decorrência, provavelmente não prevalecia, entre os habitantes do lugar, a formação de uma imagem única a meu respeito. Inicialmente, eu ouvia algumas pessoas referindo-me como *a*

*mulher da associação*. Com o tempo, Seu Valdemar e família passaram a dizer que eu era muito parecida com a filha deles que vive em São Paulo. Não demorou muito para que eu fosse aceita pelo grupo. Percebia que eles ficavam lisonjeados em ter uma pessoa da cidade grande partilhando de sua comida, das limitações locais de saneamento básico, fornecimento de água e da quase total ausência de telefonia. Ao constatarem que eu me interessava verdadeiramente pelo seu modo de vida, diziam: *parece até que você é uma de nós*. O acolhimento foi tão generoso que várias famílias queriam me receber para passar a noite em suas casas, enquanto outras me ofereciam partilhar de suas refeições.

As crianças foram geniais guias mirins, ao me conduzirem para muitos lugares nos limites do território da fazenda. O acompanhamento que me proporcionaram satisfazia aparentemente a todos, pois os adultos muitas vezes estavam ocupados ou eram por demais idosos para fazê-lo e, ao mesmo tempo, não se sentiriam tranquilos em me ver caminhando, sozinha, pela fazenda. Para os pequenos tratava-se de mais uma brincadeira: subir ao Serrote da Cachorra, ir até a barragem, à cacimba, aos caldeirões, visitar a casa de um tio, prima ou avô. Brincando me acompanhavam nas incursões investigativas demonstrando destreza, conhecimento e agilidade. Eles me conduziram de porta em porta informando o nome dos moradores de cada casa, dos proprietários de cada roça, ou mostrando o caminho mais fácil de andar à noite, quando a luz era insuficiente para enxergar o caminho de volta para casa.

Transcorridos treze dias de permanência em Lages das Aroeiras, retornei a Salvador. Oito meses depois, isto é, em agosto de 2009, logo após o exame de qualificação da pesquisa de mestrado, estava de volta. Essa era minha terceira vez lá e tudo parecia mais simples. Livre de tensões, preocupações ou medos, chegar em Lages das Aroeiras foi quase natural. Sabia os passos que precisava dar e, melhor, sentia-me confortável para fazê-lo sozinha. Não dependia mais de um guia para me acompanhar até o local e já não me incomodava com os olhares curiosos dos habitantes da cidade em minha direção. Uma vez em Uauá, tomei um taxi e viajei para Lages das Aroeiras. Era bem cedo e fui diretamente à casa de Dona Louzinha, que se encontrava à minha espera. Eu havia telefonado, dias antes, comunicando minha chegada.

Permaneci, assim, hospedada na mesma casa da última vez. Sabia que isso implicaria no estreitamento maior de certos vínculos em detrimento de outros. Mas o que fazer se já me sentia em casa, com Dona Louzinha? Como, dessa vez, a estada se prolongaria por um mês inteiro, era importante que me sentisse à vontade e confortável para torná-la o mais agradável possível. Dona Louzinha havia se transformado em uma espécie de tia avó; já conhecia meus

hábitos e demonstrava ter-me afeto. Éramos nós duas compartilhando sua pequenina casa; ela dormia no quarto e eu na sala, em minha rede.

O fato de estar sendo acolhida naquela casa implicava em que eu participasse mais ativamente da rotina de Dona Louzinha e de seus vizinhos mais próximos, uma vez que esse era o costume local. Não obstante todos os habitantes da fazenda sejam parentes entre si, mantêm um contato mais próximo com os vizinhos imediatos, que são, coincidentemente, os membros de uma mesma família extensa. O croqui da fazenda, em anexo, mostra a casa de Dona Louzinha localizada na área habitada pela família extensa de Seu Valdemar (36). Com os moradores das casas 32, 34, 36, 37 partilhei momentos do cotidiano: assistíamos televisão juntos, tomávamos café, conversávamos na calçada das casas, buscávamos água na cacimba, passávamos o fim da tarde “jogando conversa fora”. Eu e Dona Louzinha recebíamos visitas de moradores de outras partes da fazenda e, do mesmo modo, eu sempre procurava visitar algumas casas mais distantes da nossa, a fim de diversificar o meu leque de contatos.

Passados um ou dois dias de minha chegada, realizamos uma reunião na associação local para que eu, novamente, me apresentasse e informasse quanto tempo ficaria entre eles. Desta vez, eu lhes apresentei uma impressão gráfica da genealogia dos habitantes de Lages das Aroeiras que eu produzira. Expliquei como ler aquele diagrama e comuniquei que ele seria afixado à parede da casa de Dona Louzinha, a fim de que eu completasse, com a ajuda deles, as informações faltantes. De fato, assim ocorreu: de tempos em tempos aparecia algum interessado e, então, passávamos horas completando detalhes da genealogia da família.

Houve, ainda, uma outra oportunidade que me assegurou coletar dados com a participação dos habitantes de Lages das Aroeiras. O presidente da associação me ofereceu os dados do cadastro socioeconômico dos grupos domésticos da fazenda. Como as informações estavam desatualizadas propus-me a atualizar os dados cadastrais de cada família, que se constituíam em rica fonte de dados quantitativos. Revisei o antigo questionário junto ao presidente da associação, incluímos novas perguntas e fiz um rápido treinamento com os jovens que se dispuseram a me ajudar na aplicação dos questionários. Dividimo-nos em equipes e, em um dia, conseguimos passar por todas as 43 casas de Lages das Aroeiras e concluir a enquete domiciliar sobre a qual me refiro nos capítulos dois e três da dissertação.

Os dados produzidos durante o trabalho de campo, complementados com a pesquisa bibliográfica de apoio, levaram à formulação de três capítulos que se interligam e se complementam. O primeiro deles busca fazer uma contextualização histórica da colonização e

da ocupação territorial do sertão do São Francisco, região na qual Lages das Aroeiras está inserida. Ele busca demonstrar que a formação do campesinato brasileiro surgiu como fruto da estrutura agrária brasileira, isto é, à margem da grande propriedade monocultora, e, na seqüência, a peculiaridade do campesinato que se estruturou no sertão da Bahia após o declínio da economia pastoril. Contém, ainda, uma breve consideração dos aspectos jurídicos do regime de propriedade comum no Brasil e no Nordeste para, por fim, abordar o panorama atual da organização política dos camponeses criadores do sertão da Bahia em sistema de fundo de pasto.

O segundo capítulo volta-se para Lages das Aroeiras e para os aspectos sociais da configuração camponesa ali estabelecida. Neste recorte há duas questões estruturais que não podem ser tratadas separadamente: o patrimônio territorial camponês e as relações de parentesco. Isso se evidencia desde que Lages das Aroeiras foi fundada, pois o seu surgimento está inextricavelmente atrelado à família responsável por sua fundação. Neste capítulo, trato, paralelamente, do processo de constituição do território e da família Cardoso da Silva. Além disso, mostro que em Lages das Aroeiras as regras preferenciais de casamento, de residência e de herança estão conectadas a uma concepção local do que seja o patrimônio territorial camponês e resultam em um conjunto de direitos que regulam o acesso à terra.

O terceiro e último capítulo é dedicado a diversos elementos que estão implicados no sistema produtivo-econômico da fazenda estudada. Mostro como a noção de grupo doméstico é fundamental para a compreensão do sistema doméstico camponês de produção. Descrevo a divisão sexual e etária do trabalho no interior do grupo doméstico e as atividades de ajuda mútua que agregam membros de diferentes grupos domésticos em certos momentos do processo produtivo. Trato, ainda, da operacionalidade de um sistema de dádivas e reciprocidade que rege os padrões morais dos habitantes. E, por fim, descrevo, detalhadamente, duas atividades fundamentais para o sistema produtivo de uma comunidade rural do semi-árido baiano: o manejo da criação animal e dos recursos hídricos.

Tal estruturação dos dados etnográficos explicita a interpretação que logrei produzir acerca da experiência antropológica partilhada com os residentes de Lages das Aroeiras. Este é o meu ponto de vista sobre aquele que suponho seja o seu ponto de vista, nas circunstâncias que conformaram a nossa interação. Trata-se, pois, do resultado textual da experiência vivenciada, no transcurso da qual envidei esforços para apreender o que se apresentava à observação, e ao registro, de acordo com o ponto de vista nativo. Foi um rico aprendizado,

sobre mim e sobre eles, sobre o mesmo e sobre o outro. Sinto-me, pois, encorajada a convidar o leitor a adentrar comigo o território de parentesco dos Cardoso da Silva.

## Área de estudo



Figura 1. Mapa do Brasil - área de estudo  
 Fonte: IBGE. Base Cartográfica Vetorial Contínua ao Milionésimo (BCIM). Versão 3.01 Digital. FIBGE. 2009



Figura 2. Mapa da Bahia - área de estudo  
 Fonte: IBGE. Base Cartográfica Vetorial Contínua ao Milionésimo (BCIM). Versão 3.01 Digital. FIBGE. 2009



Figura 3. Localização de Lages das Aroeiras no mapa do município de Uauá  
 Fonte: Guia Rodoviário 4 Rodas, 2001, Editora Abril, São Paulo SP

## **CAPÍTULO I. Contextualização histórica: da ocupação territorial do sertão do São Francisco à organização política dos camponeses criadores em sistema de fundo de pasto.**

### **1.1 Aspectos históricos da ocupação da terra no Brasil colonial e da economia pastoril no Nordeste**

A ocupação das terras no Brasil, desde o estabelecimento dos portugueses, serviu de base para um projeto de colonização mercantil, cujo interesse maior era fornecer ao mercado europeu bens de consumo, economicamente expressivos, oriundos dos trópicos. A grande propriedade, monocultora e escravista, com inúmeros engenhos de cana de açúcar em funcionamento, se estabeleceu, como é sabido, ao longo da costa brasileira, onde estavam localizados os terrenos propícios para a produção da gramínea açucareira. Instalados geralmente à margem de rios, em férteis solos de massapé, os engenhos foram erguidos em meio a verdes matas intocadas, que forneciam sua madeira de lei para a queima das fornalhas e a construção de cercas (Del Priori & Venâncio, 2006). Segundo Gilberto Freyre (1961), este foi um dos aspectos mais terríveis da introdução da cana no Nordeste, isto é, a destruição da mata alta e virgem que figurava originalmente nas paisagens regionais, principalmente pelo fogo das fornalhas e da agricultura de coivara.

Em paralelo, porém não com a mesma velocidade, a partir de 1530 a expansão pecuária teve início e foi avançando conforme os interiores do país iam sendo alcançados por rebanhos de origem portuguesa, cujos animais eram chamados de pé-duro ou crioulo. Como apontaram Prado Junior (1970) e Furtado (1980) este era um projeto econômico de interesse secundário para a Coroa portuguesa, porém complementar e essencial para a manutenção do modelo perseguido pelo monocultivo açucareiro de exportação.

Furtado (idem) mostra que a criação pecuária surgiu no sertão, entre os séculos XVI e XVII, como projeção da economia açucareira desenvolvida no litoral do Nordeste brasileiro,

pois criar gado na zona litorânea era impraticável, já que significaria fazê-lo dentro das unidades produtoras de açúcar. Essa prática foi proibida por Portugal, certamente porque os animais invadiam as plantações de cana. Com a separação espacial dessas atividades, desenvolveram-se duas economias complementares e dependentes. A atividade pecuária servia a economia açucareira pois fornecia aos engenhos “animais de tiro”, ou seja, o gado responsável por mover as engrenagens do engenho, além da carne, produto de importância para o consumo alimentar, e o couro, destinado à exportação e à feitura de diversos produtos artesanais.

Uma região de solo árido, não tão propício à agricultura de plantação açucareira, sujeita a muito sol e a secas periódicas era o cenário sertanejo com o qual os colonizadores se deparavam, não faltando ali dificuldades para se estabelecer, trabalhar e permanecer<sup>7</sup>. “O sertão, significando na época as terras apartadas do litoral, era o palco dessa nova ocupação” (Del Priori & Venâncio, 2006:70). Os sertões do São Francisco tiveram sua povoação iniciada a partir dos anos 1600. Alcançar e povoar o Brasil central não era só uma façanha, mas um interesse primordial da política de colonização portuguesa. Com essa estratégia política Portugal ganhava espaço na batalha contra os autóctones, explorava mais um setor de desenvolvimento econômico e consolidava sua fixação num território que lhe pertencia, mas que não era ainda de todo conhecido e ocupado.

Com o objetivo de conquistar e povoar a imensidão de terras alcançadas, o poder colonial concedeu, entre 1530 a 1822, grandes sesmarias<sup>8</sup> destinadas à criação de gado bovino

---

<sup>7</sup>Desde o século XVI, o colonizador que ocupou o sertão norte do Brasil enfrentou a resistência dos povos indígenas que habitavam as regiões pretendidas para a criação de gado. Inúmeros confrontos se deflagraram e após 1654 passaram a ser conhecidos como “Guerra dos Bárbaros”. Neste período a expansão da pecuária se intensificou e com ela se intensificaram também os conflitos entre colonizadores e autóctones. (Puntoni, 2002:43-44 *apud* Del Priori & Venâncio, 2006:71)

<sup>8</sup>Segundo Carvalho (1999), a lei de sesmarias foi editada em Portugal no ano de 1375. Ela é o marco inicial do direito fundiário brasileiro e constituía-se num dos títulos das Ordenações e Leis do Reino de Portugal, mais conhecidas como *Ordenações Afonsinas, Manuelinas e Filipinas*. Essas Ordenações regiam o uso e ocupação do solo em Portugal e em suas colônias, cujos territórios eram considerados propriedade da Coroa, sob o poder da monarquia. Sua vigência no Brasil ocorreu até 1917, quando entrou em vigor o atual Código Civil. Seu objetivo, em Portugal, era disciplinar o uso e ocupação do solo da propriedade imobiliária. Essa lei obrigava que se atribuísse um fim social aos imóveis agricultáveis, que deveriam produzir alimentos necessários à subsistência da população. No Brasil, esse fator somava-se ao critério de povoamento e colonização das terras conquistadas. Aquele que não cumprisse a lei (deixando-as improdutivas ou abandonadas) seria penalizado, mediante o confisco da terra e entrega da mesma àqueles que se interessassem em fazê-lo. Nesse sentido, as sesmarias pertenciam nominalmente à Coroa portuguesa, mas eram doadas aos solicitantes através de uma Carta de Doação, acompanhada do seu foral, documento que regulamentava os direitos e obrigações “do agraciado pela munificência real” (1999:24). Vale considerar que o sentido e a aplicação do sistema de sesmarias no Brasil era diferente daquele de Portugal. O mesmo termo foi usado, no Brasil, como uma adaptação da lei portuguesa. Na metrópole, o sesmeiro era um funcionário do governo, encarregado de fiscalizar o sistema de distribuição de

ao longo dos rios permanentes do sertão nordestino. Inicialmente foram atingidos o agreste pernambucano e a orla do recôncavo baiano, e, ao final do século XVI, os criadores da Bahia e de Pernambuco se encontravam nos sertões do rio São Francisco, perseguindo seu leito tanto a sul, como ao norte, rumo ao Piauí e Maranhão, possibilitando, assim, o desenvolvimento de uma nascente economia pastoril (Ribeiro, 1995:341).

Conforme Oberg,

Afigura-se ter havido três centros de origem das atividades pecuárias no Brasil. Uma no norte, que iniciando-se no Nordeste, se espalhou pelas zonas de terras áridas até o vale [do Rio] São Francisco. Outra, partindo de São Vicente, no estado de São Paulo, difundiu-se pelo estado do Paraná. A terceira, proveniente do Uruguai, predominou no Rio Grande do Sul. As áreas litorâneas e, posteriormente, as de mineração, constituíram os mercados de carne de gado, couros e carne-seca produzidos por essas fazendas. Os escritores brasileiros se referem a essas primeiras atividades pecuárias como a “civilização do couro” (...). Cada uma dessas áreas regionais de criação criou seus próprios costumes, tipos de vestuário e a figura do vaqueiro. (Oberg, 2009:190)

No sistema de criação adotado pelos portugueses no Nordeste, a caatinga era extensivamente explorada enquanto pastagem e campo de engorda, juntamente com os recursos hídricos das raras aguadas e barreiros naturais, substituindo, deste modo, a prática da estabulação. Até certo ponto, a ocupação das terras era itinerante, pois “... o regime de águas e distâncias dos mercados exigiam periódicos deslocamentos da população animal, sendo insignificante a fração das terras ocupadas permanentemente.” (Furtado, 1980:57).

Os vaqueiros responsáveis pelo trato com os animais só adentravam as infindas pastagens para resgatar garrotes recém nascidos ou erguer novos casebres. De outro modo os rebanhos vagavam livremente, soltos ao longo das ribeiras pastoris, entre as grandes propriedades concedidas pela Coroa, já que não havia cercas e seus limites eram imprecisos. Entre uma fazenda e outra reservava-se o espaço de uma légua de *terras soltas*, devolutas ou “sem donos”, que servia como divisa e fronteira entre uma propriedade e outra. Remonta, pois, a essa época a origem histórica das *terras soltas*, utilizadas ainda hoje por sociedades pastoris do semi-árido da Bahia (Garcez, 1985:17-38).

Na busca pelos escassos recursos naturais (aguadas e pastagem nativa), a área ocupada pelos animais se expandia constantemente à medida que houvesse áreas disponíveis para conquistar. A característica extensiva dessa atividade foi um fator fundamental na penetração

---

terras e de seu cultivo agrícola. Já no Brasil, as sesmarias são datas ou dadas de terras, e o sesmeiro é um beneficiário da “generosidade real”.

e ocupação do interior brasileiro (Furtado, 1980). E foi justamente em razão do modelo de ocupação adotado e do arranjo espacial dos grandes currais e das áreas apossadas que, a fronteira que se dilatava na região ficou conhecida por “fronteira do gado solto”; uma zona de disputa e conflito constantes pela posse da terra, como apontam Diamantino (2007:16-18) e Caron e Rubert (2003).

As fazendas de produção pecuária, base da economia pastoril, eram localmente conhecidas como *currais*. Situadas nos vales dos rios, formavam-se com facilidade, já que eram constituídas apenas pelos estábulos e por um ou outro casebre rústico, coberto por folhas de carnaúba, onde viviam os vaqueiros suas mulheres e crianças.

Os vaqueiros, homens livres, eram remunerados tradicionalmente pelos fazendeiros por meio do sistema da *sorte* ou da *quarta*. Isto é, a partir do quarto ou quinto ano de trabalho em uma fazenda, um em cada quatro bezerros nascidos pertenciam, por direito, ou por *sorte*, ao vaqueiro. Esta era mesmo uma operação em que o vaqueiro contava com a “sorte”, já que a escolha do animal ficava a critério do patrão, não havendo nenhum outro tipo de compensação financeira ao trabalho do vaqueiro. Nesse contexto, é fácil compreender por que o tamanho do rebanho se tornou um marcador de riqueza (ou não) na cultura sertaneja (Caron & Rubert, 2003:104). Se um número inferior a oitenta animais denotava uma condição de pobreza (Del Priore & Venâncio, 2006:74) e, se o rebanho de subsistência dos vaqueiros ia se constituindo a partir do sistema de *sorte*, a maioria deles poderia, então, ser considerada miserável em face das posses dos patrões.

Apesar da coerção laboral a que estavam sujeitos os empregados, as relações entre patrão e empregado têm sido consideradas menos desiguais do que a relação entre os senhores de engenho e seus escravos. Acontecia de vaqueiros e sesmeiros se tornarem compadres, fato que criava entre eles vínculos sociais que conectavam estratos socioeconômicos opostos, por meio da lealdade e troca de favores, numa relação, contudo, altamente hierarquizada. As façanhas dos bravos vaqueiros eram reconhecidas pelos fazendeiros enquanto habilidades técnicas de um fazer específico da *vaqueiragem*, mas o mesmo reconhecimento não era conferido à sua dignidade pessoal e, neste nível, tratava-se sempre, de uma relação entre um amo<sup>9</sup> e seus servidores (Ribeiro, 1995).

---

<sup>9</sup> Sobre esse aspecto, é interessante lembrar que o Maranhão – região do Nordeste que também pertenceu à “civilização do couro” nos tempos coloniais – conserva, ainda hoje, em sua cultura popular tradicional, uma

Junto aos vaqueiros, e sob sua liderança, também trabalhavam alguns ajudantes conhecidos por vezes como *fábricas*. Eles roçavam, semeavam, abriam caminhos, curtiam o couro, realizavam serviços domésticos, retiravam os tocos dos terrenos. Já os vaqueiros se encarregavam unicamente do trato com o gado, isto é, cuidavam das vacas paridas, das bicheiras dos animais, da marcação do brasão da fazenda em ferro quente, da captura de rezes fugidias, dentre outros afazeres (Del Priore & Venâncio, 2006:73). Porém neste rol de atividades, a do vaqueiro era, sem dúvida, a mais ilustre e respeitada, demarcando diferenciações internas de status entre os trabalhadores dos currais.

## 1.2 À margem do latifúndio: formação do campesinato<sup>10</sup> no Brasil e no sertão nordestino

O interesse de Portugal pela monocultura desenvolvida em grandes propriedades dificultava a existência de pequenos e médios proprietários, e favorecia o poderio tanto dos senhores de engenho no litoral, como dos grandes fazendeiros e coronéis no sertão do Brasil. Porém, desde o início da colonização havia indivíduos que, por não terem as condições necessárias para comprar ou arrendar um pedaço de terra, gravitavam à margem da grande propriedade, como agregados especializados na *lida* com a cana ou o gado, como prestadores de serviços e como posseiros que praticavam uma agricultura de subsistência. Os produtos de tal agricultura e os derivados da criação de subsistência, tais como leite, laticínios, carne,

---

dança dramática chamada Bumba-meu-boi. Este folgado ilustra, caricaturalmente, a relação entre o fazendeiro, seu gado, os vaqueiros e empregados, isto é, a relação entre o amo e seus servidores. O *amo do boi* é a personagem que interpreta o dono da fazenda e do boi, papel central da dança. É aquele que toca um maracá e canta as toadas. Dentro e fora das apresentações, é pessoa de destaque e respeito, pois além de impulsionar o desenvolvimento da performance, do começo ao fim, com suas cantigas, é também, muitas vezes, o diretor do grupo de apresentações ou, como dizem, o *dono do boi*.

<sup>10</sup>Há uma dificuldade no uso de conceitos que tipologizam o camponês e as sociedades camponesas, em decorrência das reificações que costumam enrijecer realidades que são dinâmicas, inventivas e auto-criativas. O professor Klaas Woortmann sempre dizia, em suas aulas, que com as mudanças sofridas pelo universo rural no último século, o que devemos buscar apreender é o grau de campesinidade dos sujeitos e sociedades. Aquilo que encontrei em campo se aproxima da posição de Redfield (1953) e de Wolf (1955), quando eles afirmam que os camponeses produzem primordialmente para a subsistência, em uma terra sobre a qual mantêm o controle. Embora sua atividade produtiva não tenha como fim último o lucro, mantêm uma relação de complementaridade econômica com um aglomerado urbano, onde vendem e compram produtos. Mendras (1995) amplia a escala desse olhar e diz que as sociedades camponesas locais estão envolvidas por uma sociedade rural que se integra, cada vez mais, ao mercado capitalista global. Devo lembrar, ainda, que no Brasil, na gestão do atual governo federal, grande parte das famílias camponesas recebe incentivos financeiros e de transferência de renda, através de programas como o Bolsa Família, contando, hoje, com uma renda externa que inexistia antigamente. Do ponto de vista sociológico, é oportuno também enfatizar a importância do parentesco em suas variadas dimensões – casamento, descendência, herança, compadrio – enquanto elemento central para a reprodução social do campesinato.

couro e objetos feitos com essa matéria-prima, supriam as necessidades das famílias camponesas, mas também chegavam a satisfazer o mercado interno do país, fornecendo produtos a feiras de vilas, de arraiais e de cidades.

Nas fazendas de gado, especificamente, a origem dos homens e mulheres que ali trabalhavam variava entre indígenas destribalizados, algumas vezes mestiçados com ex-escravos africanos, brancos pobres, e até escravos em fuga. Como os donos dos grandes latifúndios eram, em geral, proprietários absenteístas, o povoamento da região destinada à criação de gado ocorreu a partir do estabelecimento de pessoas vinculadas à mão-de-obra das fazendas, notadamente os vaqueiros e suas famílias, mas também posseiros, homens livres e ex-escravos. Deste processo de ocupação, surgiram, inclusive, vilas e arraiais em meio às extensas fazendas, originando uma série das atuais cidades do Nordeste.

Assim, um campesinato marginal que trabalhava suas roças, respondendo pelo abastecimento do mercado interno, desenvolveu-se no interior do latifúndio e à sua margem, a ele estando subordinado, política e socialmente. Não se tratava de um campesinato parcelar, ao abrigo da propriedade jurídica da terra, mas de um campesinato de posseiros, já que figuras jurídicas como a sesmaria e o morgadio haviam impedido a composição deste estrato social pela via formal (Woortmann, 1983).

Em face a isso, diversos autores (Almeida, 2008; Del Priore & Venâncio, 2006; Queiróz, 2009, Oberg, 2009) opõem-se à “visão plantacionista”. Isto é, eles negam a perspectiva teórica que reduz a percepção do Brasil Colônia ao advento da *plantation* da cana e reconhecem, dessa maneira, a existência e a importância da contribuição, desde o início, de expressivo número de camponeses na história social do Brasil rural.

Conforme descreve Oberg:

Em todas as parte do Brasil se desenvolveu, juntamente com os grandes empreendimentos agro-pecuários, um modo de vida mais simples, caracterizado por antigos traços da cultura européia, indígena e negra, que podem ser compreendidos em termos das condições econômicas e sociais que a criaram e que perpetuou sua existência desde os tempos coloniais. Desse substrato de vida campesina marginal fazem parte não somente os lavradores como também ampla gama de tipos humanos como o pescador do litoral, os apanhadores de produtos silvestres das florestas, os que trabalham em serviços subalternos nas fazendas de criação, os meeiros e os trabalhadores rurais. A lavoura transitória de derrubadas e das queimadas constitui bem a forma de agricultura que praticam quando se faz necessário. (Oberg, 2009:180)

De fato, os padrões permitiam, ou a propriedade absenteeísta ensejava, que os vaqueiros criassem animais de pequeno e médio porte, como caprinos, ovinos e suínos, chamados genericamente pelos sertanejos de *miúnça*, e, ainda, algumas rezes obtidas no sistema de *sorte*, além do direito ao leite e queijo e ao cultivo de pequenas roças. Isso possibilitou que uma economia de subsistência também se consolidasse na mesma região, à sombra da economia pecuária de viés mercantil. A pecuária de subsistência era praticada em pequenas posses, tanto nas *terras soltas* como no interior mesmo das fazendas, ou ainda em terras inexploradas e abandonadas pelos grandes proprietários (Diamantino, 2007:32). De acordo com Queiróz (2009), dois sistemas econômicos funcionam concomitantemente no Brasil desde os primeiros tempos da colônia. Haveria, pois, uma economia de mercado e outra, por ela denominada “economia fechada”. Nesta segunda, o produtor consome fundamentalmente aquilo que produz. Ele visa principalmente a satisfação das demandas familiares e embora haja espaço para trocas e vendas da produção excedente em pequena escala, o comércio que pratica não se orienta absolutamente pelo lucro, como o faz a economia de mercado.

### **1.3 Sertão do São Francisco: terras de Garcia d'Ávila e Guedes de Brito**

A região que nos interessa, especificamente, nesta contextualização histórica ficou conhecida como sertão(ões) do São Francisco, e se localiza às margens deste rio e de seus afluentes. Inúmeros relatos assinalam que, na metade do século XVII, as terras deste sertão pertenciam apenas a duas famílias, os Garcia D'Ávila (Casa da Torre) e os Guedes de Brito (Casa da Ponte). Grandes sesmarias às margens direita e esquerda do rio São Francisco – passando pelas cabeceiras dos rios Real, Inhambupe e Itapecuru, ou seja, tomando grande parte do imenso sertão da Bahia – foram doadas às duas famílias, incluindo quase tudo que estivesse dentro destes limites.

As áreas doadas eram tão extensas (370 léguas da Casa da Torre e 160 da Casa da Ponte) que não só as duas famílias construíram ali seus currais, mas tantas outras para quem arrendaram glebas de uma légua cada, das quais recebiam anualmente uma pensão pelo aforamento. As famílias que buscavam este tipo de arrendamento eram formadas por colonos, brancos ou mestiços de qualquer ordem, que estavam excluídos do sistema sesmarial por não atenderem ao perfil patrimonialista desenhado pela metrópole (Diamantino, 2007:18).

Portanto, foi a ocupação de grandes fazendas pecuárias, originárias do sistema de sesmarias<sup>11</sup>, que caracterizou o padrão de ocupação agrária extremamente concentrado nessa região até os dias de hoje. Ergueram-se ali, de forma nada pacífica, os maiores latifúndios do Brasil. O poder local exercido pela liderança dos *senhores de terra*, nas regiões expandidas de suas propriedades assim como nos setores políticos, econômicos e militares, originou a oligarquia rural que ficou conhecida, no século XX, sob o título de coronelismo.

O coronelismo foi gestado ainda no período colonial, quando a coroa portuguesa criou, nos municípios, uma reserva militar de 3ª linha com o intuito de assegurar seus domínios territoriais. Inicialmente chamadas Ordenanças, foram extintas em 1831, quando passaram a ser chamadas de Guarda Nacional Brasileira.

Com regimentos presentes em cada município, seus oficiais eram moradores da região e o comandante-chefe, sob a patente de coronel, usualmente uma liderança política da comuna. De modo geral, tratava-se de fazendeiros ou comerciantes ricos que, além do posto na Guarda Nacional, eram incumbidos também das administrações públicas regionais, tarefa impossível de ser realizada pela metrópole. A instituição perdurou até a República, mas os homens que dali saíram, com títulos de coronel ou não, mantiveram o poder e prestígio tanto na política local como na mentalidade sertaneja que, até hoje, dispensa aos chefes políticos e lideranças dos partidos locais o tratamento de coronel (Leal, 1949).

Enquanto chefes políticos locais, são “uma forma peculiar de manifestação do poder privado”, que coexiste com o regime político representativo vigente no Brasil (Leal, 1949:20). O que faziam, e ainda fazem, em menor escala ou em outro formato, é estabelecer alianças com dirigentes políticos estaduais e nacionais, oferecendo sua influencia social enquanto autoridade local. Isto é, garantem o voto de cabresto de um eleitorado subjugado por seu mandonismo, em troca de benefícios próprios ou para o município e região em que atuam politicamente.

Portanto, o coronel, na condição de proprietário rural que produz para o mercado, destaca-se em meio aos pequenos agricultores, que o vêem como um homem rico e instruído.

---

<sup>11</sup> Trata-se de tema indissociável do estudo da realidade das capitânicas: o da “dada de terras” em sesmaria. Paulo Merêa denominou-lhe – como processo de povoamento – “um dos eixos do nosso tradicional sistema colonial”, e Costa Porto, que estudou o regime das sesmarias no Brasil, nota que no quadro vasto do sistema donatário haverá sempre que considerar dois ângulos básicos: “...o da repartição política – da jurisdição e do *imperium*, o aspecto em que mais se tem atentado – e outro, esquecido, mas acreditamos, o mais relevante, a distribuição do solo entre os moradores.” (Saldanha, 2001:283)

E deste lugar de destaque, muitas vezes, não encontra resistências junto à população que o cerca, podendo concentrar em si, oficial ou oficiosamente, qualidades relativas a instituições sociais diversas, como a justiça, a polícia e até mesmo a assistência social (Leal, 1949:23).

#### **1.4 Decadência da economia pastoril e surgimento dos apossamentos coletivos por camponeses criadores**

A decadência da economia pastoril ocorreu durante o século XVIII, em função da crise no setor açucareiro, ao qual estava estrategicamente atrelado, e do crescimento econômico da mineração. A mudança do eixo econômico para Minas Gerais, antes concentrado nos grandes centros açucareiros do Nordeste, contribuiu para o desmembramento dos domínios dos d'Ávila e dos Guedes de Brito, que tiveram seus impérios patrimoniais fragmentados entre fins do século XVIII e meados do século XIX.

Uma vez falidas e abandonadas, as grandes propriedades sertanejas passaram a ser fracionadas e apropriadas por moradores e trabalhadores das próprias localidades, além, é claro, dos inúmeros posseiros já estabelecidos no entorno e nas brechas das antigas fazendas. As novas fazendas que “... resultaram dessa fragmentação – por herança, compra, aforamento ou por outro qualquer título – sofrem a imprecisão de limites dos domínios primitivos.” (Garcez, 1985:30). A medição não constituía uma prática corrente, do mesmo modo que eram raros, à época, os instrumentos de medição disponíveis, sendo, conseqüentemente, os domínios definidos segundo as percepções dos contratantes e por pontos de referência assinalados na paisagem natural. A imprecisão de limites era, inclusive, um fator de interesse tanto para os grandes proprietários, quanto para os pequenos posseiros no processo de conquista de domínios nunca antes requisitados, o que perpetuou a móvel e plástica “fronteira do gado solto” e do sistema de posses, mesmo depois do término do ciclo econômico da pecuária mercantil.

A informalidade jurídica da ocupação territorial então prevalecente e que havia favorecido a criação de grandes latifúndios, tais como a Casa da Torre e a Casa da Ponte, agora favorecia os novos proprietários ou posseiros, que deram continuidade à utilização do espaço das grandes fazendas de forma desmembrada.

Comunidades pastoris se estabeleceram nessas áreas mesmo sem disporem de documentos de registro da posse do local, exceto por alguns recibos de compra e venda ou

formais de partilha encontrados junto aos habitantes mais velhos das localidades. E, na verdade, quando existentes, os recibos registravam um valor monetário empenhado numa transação comercial, sem apontar com clareza o domínio correspondente à transação efetuada (Ferraro Jr., 2008).

O cenário de decadência da economia pastoril, somado a fatores como a ausência de leis que regulassem eficientemente o direito de propriedade<sup>12</sup>, a imprecisão de limites das áreas apossadas, e a existência de um campesinato disposto a ocupar o espaço disponível partilhando dos escassos recursos naturais (terra fértil, corpos d'água, área de caça, etc) segundo a ética sertaneja-camponesa de apropriação da terra, contribuíram para a formação de sociedades pastoris na caatinga baiana. A apropriação da terra e dos recursos naturais era feita em comum por diferentes grupos domésticos o que tornava as áreas de caatinga em pastagens indivisas e comunitárias. Nessa ocasião, os caprinos ganharam importância em relação ao gado bovino, e o primeiro foi substituído pelo segundo por sua maior adaptabilidade à seca<sup>13</sup> e às necessidades de consumo dos sertanejos.

E foi a partir deste momento que as terras de uso comum

...emergiram enquanto artifício de autodefesa e busca de alternativa de diferentes segmentos camponeses, para assegurarem suas condições materiais de existência, em conjunturas de crise econômica também cognominadas pelos historiadores de “decadência da grande lavoura”. Foram se constituindo em formas aproximadas de corporações territoriais, que se consolidaram, notadamente em regiões periféricas, meio a múltiplos conflitos, num momento de transição em que fica enfraquecido e debilitado o poderio do latifúndio sobre populações historicamente submissas (indígenas, escravos, agregados). (Almeida, 2008:142)

O uso comum de terras – entendido, aqui, como uso e controle dos recursos naturais feito por diferentes grupos domésticos – vem sendo praticado no Brasil em áreas remanescentes do processo de fechamento das *terras soltas* e, também, em diferentes regiões do mundo.

Apesar da tendência global que aponta para o fim desta forma de ocupação da terra, espaços territoriais deste tipo subsistem geralmente em regiões caracterizadas por ecossistemas marginais, de difícil acesso, baixa densidade demográfica, pouco interesse

---

<sup>12</sup> Maiores referências sobre este tema podem ser vistas mais adiante, no item 1.6 deste capítulo.

<sup>13</sup> Segundo Schistek e Martins (2001) cabras e ovelhas consomem seis litros de água por dia ou 1.440 litros durante os oito meses de estiagem, enquanto uma vaca demanda uma quantidade nove vezes maior do que essa. Já no que diz respeito à quantidade de terra necessária para a atividade pecuária, a área requerida para a criação de um gado bovino pode comportar até sete caprinos.

mercadológico e, por isso mesmo, em biomas relativamente conservados (Diegues, 2001). As áreas de fundo de pasto na Bahia encaixam-se, exatamente, neste panorama, já que a caatinga foi historicamente considerada inóspita e improdutiva, levando muito tempo até ser oficialmente reconhecida como bioma exclusivo da flora brasileira.

Contudo, observamos que essa situação não se mantém sem pressões ou conflitos com a grande propriedade rural, empreendimentos empresariais, ou a expansão urbana. Na maioria dos casos, os conflitos resultam da resistência de camponeses organizados contra o fim das *terras soltas* e contra a própria expulsão das terras em que vivem. Tal cenário expressa a existência de uma tensão entre as práticas locais e os direitos costumeiros em oposição ao direito oficial e aos interesses do mercado econômico.

Esse sistema de usufruto comum da terra e dos recursos naturais é apreendido, pelas análises de cunho econômico, como residual, obsoleto ou arcaico. Tal concepção decorre do fato dessas terras não estarem disponíveis no mercado imobiliário capitalista, para transações e apropriações individuais (Almeida, 2008). Não constituem mercadorias ou propriedades, e sim patrimônios (no sentido parental), cujo direito sobre eles, conforme a ótica camponesa, não passa pela formalização dos títulos cartoriais, mas pelas formas de apropriação decorrentes do trabalho neles investido. Para manter a estabilidade territorial (o patrimônio sob controle das famílias) e até por razões políticas de auto-preservação, a endogamia, o casamento preferencial entre membros do mesmo grupo e regras preferenciais de sucessão patrimonial e de residência, estão presentes na constituição dessas comunidades.

De modo geral, as terras de uso comum, estudadas por diversos autores<sup>14</sup>, designam, na estrutura agrária brasileira,

... situações nas quais o controle dos recursos básicos não é exercido livre e individualmente por um determinado grupo doméstico (...). Tal controle se dá através de normas específicas instituídas para além do código legal vigente e acatadas, de maneira consensual, nos meandros das relações sociais estabelecidas entre vários grupos familiares, que compõem uma unidade social (...). Os seus roçados distribuem-se, segundo uma certa dispersão, pelas várias áreas destinadas, consensualmente, aos cultivos. (...) Delineiam-se (...) intercaladas entre as áreas de cultivo apropriadas individualmente pelos grupos familiares, domínios de uso comum, que não pertencem a nenhuma família em particular e que são considerados vitais para a sobrevivência do conjunto das unidades familiares. (Almeida, 2008: 133, 162)

---

<sup>14</sup>Sobre esse tema ver também Godói (1998) e (1999); Meyer (1975); Soares (1981); Almeida (1989) e (2008) e Diegues (2001).

Segundo Welch et al. isso se deu porque

...os camponeses instauraram, na formação social brasileira, em situações diversas e singulares mediante resistências e intensidades variadas, uma forma de acesso livre e autônomo aos recursos da terra, floresta e das águas, cuja legitimidade é por eles reafirmada no tempo. Eles investiram na legitimidade desse mecanismo de acesso e apropriação, pela demonstração do valor de modos de vida decorrentes da forma de existência em vida familiar, vicinal e comunitária. (Welch et al., 2009: 13).

Os autores que se aprofundaram no estudo dos espaços e recursos naturais de uso comum, sinteticamente designados “comuns” desde a publicação do seminal artigo de Garrett Hardin, *The Tragedy of the Commons* (1968), enfatizam, conceitualmente, a diferença entre dois elementos constitutivos desse tema. O primeiro deles é a “base comum de recursos” (Mckean & Ostrom, 2001), que diz respeito ao universo de recursos físicos e biológicos que são manejados, não de forma livre, por qualquer pessoa, mas por um grupo específico, que exclui usuários potenciais indesejáveis, e se vale de regras de uso que visam minimizar problemas associados à subtração indevida de recursos (Feeny et al., 2001).

O segundo elemento que precisa ser distinguido diz respeito a instituições sociais e não mais aos elementos naturais. Trata-se do “regime de direito de propriedade”<sup>15</sup>, no qual a “base comum de recursos” é manejada ou acessada de acordo com as regras definidas pelos grupos de usuários, seja este regime juridicamente reconhecido ou não (Mckean & Ostrom, 2001).

De todo modo, o que está em jogo no debate travado entre os intelectuais que se ocupam deste tema é o sucesso da sustentabilidade ecológica nesses sistemas de manejos comunitários, ou o seu fracasso. O perfil conservacionista de Hardin postulou, desde o início, a impossibilidade de sucesso do regime de propriedade comum, enquanto uma série de autores (Diegues, 2001; Mckean & Ostrom, 2001; Feeny et al., 2001; Goldman, 2001) se empenha em demonstrar casos empíricos de êxito no manejo sustentável dos recursos naturais por parte de comunidades locais. Embora eu esteja de acordo com a perspectiva socioambiental<sup>16</sup> da segunda vertente de autores, este trabalho não se propõe a repetir o mesmo exercício analítico no grupo por mim pesquisado<sup>17</sup>.

---

<sup>15</sup>As tentativas de categorização do regime de direito de propriedade das bases comuns de recursos naturais elencam a existência de quatro classificações possíveis: propriedade de livre acesso; propriedade privada; propriedade comum e propriedade estatal (Feeny et al., 2001:20).

<sup>16</sup> De modo geral, pesquisadores tais como Diamantino (2007), Garcez (1987), Plessmann (2008), Ehle (1997), Sabourin e Caron (2009) e Ferraro Jr. (2008), afirmam que as áreas com ocorrência de fundo de pasto são as

Diversos regimes de direito de propriedade da terra foram inventariados por Almeida (1989) no Brasil, e por Bourbouze e Roubino (1992), em alguns países mediterrâneos. Os dois estudos salientam a deficiência dos cadastros governamentais e a ausência de dados precisamente quantificáveis em relação às extensões de terras de uso comum e à taxa populacional que faz uso dos recursos das áreas comuns. Esses trabalhos elencam uma variedade de designações locais para tais regimes. Aqui no Brasil, além dos *fundo de pasto*, existem os *faxinais*, as *terras de preto*, *terras de índio*, *terras de herança*, *terras de santo*, *terras soltas* ou *terras abertas*.

No que tange, especificamente, ao uso comum da terra em regiões onde a atividade pastoril se desenvolve, a literatura sobre criação de rebanhos no mediterrâneo<sup>18</sup>, refere-se a *percursos comunais*, termo que remete à transumância dos animais, e ainda, às *terras sem donos*, tema central na questão da distribuição e organização pastoril (Bourbouze & Roubino, 1992). Mas, outros termos nativos e designações específicas são utilizados em referência aos regimes de propriedade comum no âmbito do pastoreio animal mediterrâneo. Temos, na Turquia, as *metrúk*; em Portugal, os *baldios*; na Espanha, *canãdas*, *baldios* e os *Montes Veciñais en Mam Común*; na França, os *vaines patures*, *terres de parcours* e os *biens communaux*; na Itália, *della comurione* e *le terre del compascuo*. Já no Brasil, das referências citadas, reservam-se a esse uso os *faxinais*, no sul do país, *pastos comuns* ou *campos*, na Ilha do Marajó e na Baixada Maranhense.

Meu enfoque, contudo, volta-se para a realidade do sertão nordestino, mais especificamente para a Bahia, onde o termo *fundo de pasto* se refere às reservas de pastagem usadas, de maneira comunitária, no pastoreio extensivo de caprinos e ovinos. Essas terras de uso comum em meio à caatinga, muitas vezes chamadas de *terras livres* ou *soltas*, são áreas

---

regiões mais preservadas do semi-árido baiano tendo em vista o processo de desertificação desencadeado há tempos no bioma caatinga.

<sup>17</sup> A tese de doutorado “Entre a invenção da tradição e a imaginação da sociedade sustentável: estudo de caso dos fundos de pasto na Bahia” (Ferraro Jr., 2008), tem uma parte reservada justamente a esse exercício de verificação da sustentabilidade das áreas de fundo de pasto da Bahia.

<sup>18</sup> O alcance da pesquisa bibliográfica desenvolvida me levou a ter contato com estudos de caso similares em países estrangeiros, sobretudo aqueles situados na região do mediterrâneo. Esta área cultural interessa-me pois, como pude constatar, concentra um vasto número de sociedades pastoris, além de ser uma referência em diversos estudos comparativos que justapõem o campesinato brasileiro ao encontrado nessa região. Em futuro trabalho, pretendo analisar a bibliografia que recolhi em centros de pesquisa na cidade de Montpellier, França, já que neste momento essa análise extrapolaria o foco da dissertação.

de posse que fazem parte do patrimônio coletivo de comunidades camponesas compostas por famílias de sertanejos que se interligam pelo parentesco e o compadrio.

A categoria *fundo de pasto* deriva de uma região específica, mais precisamente do norte da Bahia, cujo uso é corrente em algumas comunidades situadas no entorno de Uauá e de municípios vizinhos, tais como Euclides da Cunha, Curaçá e Monte Santo. No entanto, com a criação do Projeto Fundo de Pasto, um projeto governamental de regularização fundiária de alcance estadual, esse termo passou a ser aplicado a realidades similares nas demais regiões da Bahia, tornando recorrente a referência a um *fundo de pasto* em áreas designadas, localmente, *fechos de pasto* (nas regiões norte e oeste), *gerais* (no oeste baiano), *soltas*, *abertas* e até *terra do bode solto* (em Oliveira dos Brejinhos).

Para Paulo Ehle (1997), a origem desse termo remete à localização das reservas de pastos, áreas utilizadas para o pastoreio da criação, na caatinga, mais precisamente nos “fundos” das comunidades, distantes das moradias, em oposição, portanto, às roças e quintais cultivados mais próximos das casas. Para Sabourin, “chama-se *fundo de pasto* às reservas de pastagem em terras utilizadas para o pastoreio comunitário” (1999:1), o que aproxima o termo às “terras soltas” ou aos chamados *open fields* do campesinato clássico europeu. No mesmo sentido, Garcez (1987) fala do pastoreio em sistema de propriedade aberta.

Esse modo de vida, de produção e de organização do espaço concentra-se na região norte do estado da Bahia e, tem como um dos seus fatores conformadores, as condições climáticas do semi-árido. Isto é, sua organização é uma estratégia de manutenção e reprodução do sistema produtivo e social, desenvolvida tradicionalmente por moradores da região, no processo de convivência com o ambiente, notadamente o clima local, os recursos naturais disponíveis e a escassez de água nos períodos de seca.

O sistema de criação extensivo de cabras, carneiros, ovelhas e bodes soltos nas áreas de *fundo de pasto* foi uma das soluções encontradas para a alimentação e reprodução dos animais, bem como para a manutenção e sustentabilidade do próprio ecossistema. Pois, apesar da caatinga ser rala e esparsa e a disponibilidade de água reduzida, os animais estão acostumados a buscar alimento e água nas vastas extensões do sertão. Neste sentido, os caprinos, são a espécie animal mais apta a viver em condições aparentemente adversas como esta e, por isso, integram-se na paisagem do semi-árido brasileiro, assim como na paisagem de outras partes do mundo, com características similares a esta.

Essas comunidades se valem do sistema de produção agrosilvopastoril, isto é, um consórcio de atividades produtivas que se alterna entre a agricultura de subsistência (plantio de milho, feijão e mandioca), o extrativismo de lenha e frutas nativas, mel e plantas medicinais e o pastoreio de gado caprino e ovino.

Nas áreas da Bahia onde criadores contam com o *fundo de pasto*, a base de recursos comuns não é apenas fonte dos recursos naturais já mencionados mas, funciona também como reserva de pastagem para os rebanhos. A reprodução dos grupos camponeses em questão não se faz apenas nas áreas de cultivos individuais ou sítios familiares, mas depende dos recursos ofertados pela área extra de *mato* existente no fundo de pasto. Isso ocorre porque os *criadores* não dispõem das condições financeiras requeridas para a aquisição de uma extensão de terra necessária para a formação de um pasto de caatinga suficientemente amplo para o sistema de criação extensivo. Já as áreas individuais são domínios exclusivos de cada grupo doméstico, pois o trabalho ali empregado advém da mão de obra familiar, de modo que a produção dos bens alimentícios guarda uma relação de correspondência direta entre a quantidade do que se produz e do que se consome dentro daquela mesma família.

No que tange à organização espacial, geralmente as comunidades se estabelecem em torno de uma base comum de recursos, utilizada por grupos doméstico de mesma origem familiar que moram e cultivam seus quintais e roças em áreas individuais ou familiares. Assim, o *fundo de pasto*, ou a base comum de recursos é uma área *aberta*, sem cercas em seus limites, circundados apenas por *variantes*<sup>19</sup>. Este é um elemento de marcação local, uma alternativa econômica às cercas, já que as fronteiras dos recursos são amplamente reconhecidas por todos os que compartilham do uso da área, e mesmo pelos confrontantes excluídos desse uso. Além do mais, as cercas são também evitadas pois o excesso delas pode se tornar um impeditivo à circulação dos animais. Já nas áreas individuais, as cercas sertanejas servem para preservar as áreas de plantio e de moradia (casa e quintal), não exatamente para delimitar a totalidade da posse individual. Como os rebanhos vivem soltos, os roçados e quintais precisam dos cercados para evitar invasões e conseqüentes prejuízos. Contudo estas cercas não podem ser consideradas indicativas da área total de propriedade de um grupo doméstico pois eles, geralmente, possuem mais de uma roça e porções de áreas não

---

<sup>19</sup>*Variante ou aceiro* são os termos locais para as picadas ou trilhas abertas na caatinga para demarcar o perímetro das terras apossadas, já que as cercas não são utilizadas, com frequência, nessas comunidades. Assim como a capoeira, que cresce sobre uma roça em pousio, estes são sinais impressos na terra pelo trabalho humano, passível de demonstrar a todos que tal lugar pertence a alguém.

lavradas, dispersas numa área mais ampla, não necessariamente contígua.

As cercas que perfazem os limites da comunidade, quando construídas, não objetivam, como já salientado, demarcar a área de uso comum mas deter a pressão dos agentes externos e forças antagonicas, principalmente grileiros. Certas comunidades decidem, excepcionalmente, definir, com cercas, os seus limites territoriais em decorrência da iminência de conflitos, ao passo que outras fazem firme oposição às cercas. Exemplo ilustrativo desse posicionamento são as mobilizações chamadas *Vento da Meia Noite*. O *Vento* ou as *Ventanias* são intervenções organizadas por moradores de diversas comunidades que se reúnem para derrubar cercas erguidas por terceiros na tentativa de grilagem das suas terras.

De todo modo, cada comunidade e região possuem histórias e processos de territorialização particulares, que a idéia de “comunidade de fundo de pasto” parece por vezes homogeneizar quando os abarca sob uma mesma categoria. Variam, contudo, as extensões de terra de cada comunidade; situações mais ou menos confortáveis são encontradas de acordo com a proporção entre numero de famílias e áreas apropriadas; o grau de organização do grupo para lidar com questões internas, tais como regras de acesso e manejo das áreas de uso comum e áreas individuais; o grau de parentesco entre os habitantes de cada comunidade; as condições ambientais e climáticas. Do mesmo modo, os confrontantes podem variar entre: (i). fazendeiros que se aproveitam de área de fundo de pasto não cercada para alimentar sua criação na pastagem alheia, sem prévio consentimento; e (ii). comunidades de fundo de pasto que fazem acordo oral com os vizinhos que também utilizam a caatinga como pastagem coletiva, de modo que os rebanhos das duas comunidades possam circular entre as duas áreas de pastagem, aumentando, assim, a área total de pastoreio para as duas comunidades confrontantes.

### **1.5 Aspectos jurídicos do regime de propriedade comum no Brasil e no Nordeste**

Não foi só na Bahia que o fim de um ciclo econômico regional e a transferência de concentração de investimentos e de produção para outra região do país favoreceu o abandono<sup>20</sup> de grandes propriedades pelos *donos de terra*, abrindo caminho para seu

---

<sup>20</sup>Não houve somente o abandono das fazendas mas também há registros de casos, cujos proprietários doaram formalmente seus domínios aos trabalhadores e ex-escravos que prestavam serviço na localidade por muito tempo. Os anciãos de Lages das Aroeiras contam que área onde hoje vivem fez parte de uma antiga e imensa fazenda de criatório pertencente aos Cordeiro de Monte Santo. No período de decadência da criação do gado,

apossamento pelos antigos agregados, ex-escravos e pequenos posseiros do entorno, em sistema de uso comum, numa economia de subsistência.

Esse fenômeno de reocupação territorial por meio da apropriação comum ocorreu também durante a decadência das *plantations* algodoeiras e de cana-de-açúcar no Nordeste (Almeida, 2008) no século XIX, e no Vale do Rio Ribeira, litoral sul de São Paulo, com o final do ciclo do arroz neste mesmo século (Diegues, 2001).

A ausência de autoridades econômicas, jurídicas ou representantes do Estado nos locais possibilitou que configurações camponesas se estabelecessem segundo a forma de ocupação do território que mais lhe aprouvesse. Esse processo se valeu do “afrouxamento dos mecanismos repressores da força de trabalho” (Almeida, 2008:145), deixando o campesinato livre para fazer suas escolhas econômicas em relação ao método de produção rural e à forma de povoamento e ocupação do espaço.

Do ponto de vista jurídico, Carvalho (1999) mostra que essa configuração vinha sendo gestada desde o final do século XVII, quando o descontrole generalizado da distribuição das “dadas de terras” aos colonos do Brasil, por parte da Coroa Portuguesa, se tornou evidente. Não havia controle administrativo das concessões de terra e o caos fundiário foi percebido quando começou a haver duplicação na doação de terras. Tornava-se necessário que se mudasse a legislação e que se criasse um sistema de regularização fundiária capaz de restringir os grandes latifúndios improdutivos que estavam sendo formados e mantidos pela modalidade de colonização assumida por Portugal. Nesse sentido, a partir de 1695, as leis editadas pela Metrópole começaram a restringir o tamanho das dadas de terras, e a incentivar a fiscalização da ocupação e produção agrícolas nas sesmarias.

A Resolução de 17 de julho de 1822 determinou a suspensão de todas as sesmarias, até a convocação da Assembléia Constituinte. Desse ano até 1850, o Brasil foi regido pelo regime de posses. Foram 38 anos sem que se editasse qualquer lei para disciplinar a aquisição de terras, no decorrer dos quais as posses – terras ocupadas sem título algum, porém de modo geral produtivas – proliferaram. Existiam já muitas posses sem título no território nacional,

---

algumas partes da mesma foram vendidas, enquanto outras foram destinadas aos vaqueiros em recompensa pelos anos de trabalho dedicados, porém mal pagos pelos patrões.

devido ao caos organizativo do sistema de dadas de terras da Coroa. Nesses casos, o único título, ou melhor, a comprovação da propriedade, era a presença física do possuidor ou de seus descendentes, ocupando e produzindo na terra. Apesar da ausência de títulos oficiais, nessas glebas a agricultura era impulsionada de fato, diferentemente da inatividade presenciada na grande parte dos latifúndios.

Apenas em 1850 a lei imperial nº 601 de 18 de setembro do mesmo ano – conhecida como Lei de Terras – foi criada como o primeiro instrumento legal, genuinamente brasileiro, a tratar da questão da terra. Ela não pretendia alterar a situação vigente, mas apenas eliminar a confusão instalada na esfera dos domínios e posses de terra no país. Seu objetivo era regularizar a situação criada com as sesmarias, posses, terras devolutas e ocupações, conferindo títulos definitivos a quem os tivesse obtido de direito. Todas as terras não validadas enquanto sesmarias ou posses legitimadas pela presença do proprietário, foram consideradas devolutas, e permaneceram como propriedade do Estado. Assim, ficou teoricamente estabelecido, até os dias de hoje que, a menos que seja comprovada a posse, por parte de algum proprietário ou particular, todo quinhão de terra no Brasil é patrimônio público<sup>21</sup>.

A partir de então, surgiu uma nova modalidade de aquisição de terras. No lugar das doações reais, as aquisições de imóveis passaram a ser efetuadas por meio de título de compra direta ao Estado; transmissão *inter-vivos* ou *mortis-causa*. Essas disposições legais permaneceram em vigor até os primórdios da República, e, com isso, a posse e a exploração primária deixaram de ser os instrumentos e os meios legítimos para aquisição de terras no Brasil.

A análise sócio-jurídica de Diamantino a respeito desse período é interessante, ao revelar que, na verdade,

Do início ao fim da política de sesmarias, enquanto se expandia a fronteira do gado solto, o que prevalece não é exatamente o instituto jurídico-formal, mas a categoria social dos personagens que compunham uma arena de embates e jogos de poder sobre o sentido jurídico da terra e do domínio(...). A legalidade colonial não dispunha de uma soberania tão consolidada para projetar, de além mar, sua força centralizadora (...). A pretensão regulatória da ordem legal dependia mais do

---

<sup>21</sup>A Lei de Terras, todavia, não logrou êxito no que concerne à regulamentação do acesso e legitimação das terras devolutas, principalmente em virtude das dificuldades de medição e demarcação das grandes áreas ainda por desbravar. Na prática, ela deu margem a novas estratégias de expansão da fronteira agrícola e de intervenção da iniciativa privada, através do estabelecimento de colônias (Souza 2006: 114).

poderio de quem devia obediência ao poder central do que das determinações jurídicas emanadas de fora da fronteira. (Diamantino, 2007:26;38)

O legado dessa desorganização institucional e administrativa do Estado em relação a seu patrimônio de terras devolutas tem, no mínimo, duas conseqüências que repercutem ainda hoje. Por um lado, o desconhecimento da situação das terras outrora abandonadas e apossadas permitiu o desenvolvimento das propriedades em regime de uso comum e um modelo de ocupação e transmissão da terra mediado por princípios de parentesco (Woortmann, 1983). Por outro lado, fez com que tal regime fosse desconsiderado, por muito tempo, pelo aparato codificador dos direitos de propriedade na legislação nacional. Como conseqüência disso, em casos de litígios pela posse da área, ou de invasão de pessoas indevidas visando a subtração de recursos de uma área cujo acesso é regulado por um grupo específico, a falta de códigos de postura, fazem dos comunitários e seu regime de uso da terra o lado mais fraco dentro de qualquer disputa fundiária.

#### **1.6 Panorama atual: organização política dos camponeses criadores em sistema de fundo de pasto nas terras devolutas do sertão da Bahia**

Existe, hoje, na Bahia um conjunto grande de famílias camponesas – estimadas em 20 mil e divididas entre 450 comunidades (Ferraro Jr. & Burztyn, 2008) – que permanecem utilizando a terra no sertão para o pastoreio comunitário em áreas de uso comum, nos termos já descritos nas páginas antecedentes.

Ferraro Jr. e Burztyn (2008) fizeram um estudo comparativo entre as localizações atuais das áreas de fundo de pasto e os antigos limites das sesmarias pertencentes às Casas da Torre e da Ponte, a partir de descrições feitas por Antonil em 1711. A partir de tal comparação demonstraram que a maior parte das áreas de fundo de pasto coincide com as áreas que outrora pertenceram às duas Casas, sendo que a maioria se concentra principalmente em terras da antiga Casa da Torre<sup>22</sup>.

---

<sup>22</sup>Os municípios abrangidos, na Bahia, por essa concentração de áreas de fundo de pasto são: Monte Santo; Uauá; Curaçá; Canudos; Juazeiro; Jaguarari; Andorinha; Itiúba; Campo Formoso; Sobradinho; Casa Nova; Sento Sé; Remanso; Pilão Arcado; Campo Alegre de Lourdes; Antonio Gonçalves e Pindobaçu.



Fonte: Mapa extraído de Ferraro Jr. & Burzтын (2008:4).

O processo de visibilidade política das comunidades<sup>23</sup> de fundo de pasto ocorreu, de forma mais marcante, no fim da década de 1970, a partir da eclosão de uma série de conflitos<sup>24</sup> rurais no estado da Bahia e em todo o meio rural brasileiro. Como demonstram Sabourin e Marinozzi,

A partir dos anos 70, a intensificação econômica devido à integração ao mercado, a inflação crescente com a transferência de investimentos para imóveis e a implantação dos primeiros projetos de irrigação no vale do São Francisco acentuaram a pressão legal – ou não – sobre o território. (Sabourin, 2001:81)

<sup>23</sup>O termo *comunidade* advém do uso feito pelas Comunidades Eclesiais de Base, e se faz notar no vocabulário das pessoas que estão na luta pela titulação fundiária das áreas de fundos de pasto ou da reforma agrária. Trata-se de um jargão popular próprio aos movimentos sociais que têm, ou tiveram, influência desse setor mais progressista da igreja católica em sua formação. Territorialidade é o primeiro traço distintivo de formação de uma CEB, pois reúne as pessoas pela proximidade geográfica e busca de melhorias em serviços básicos, como luz, saneamento básico, dentre outros. Nesse sentido, o elemento territorial faz com que os termos *comunidade*, *fazenda* e *roça* confluem e se entrecruzem, nas múltiplas vozes que encontrei em campo, como sinônimos da localidade rural habitada. Se é comum que as pessoas ligadas ao trabalho das CEBs e aos movimentos sociais se refiram às *comunidades*, mais comum ainda é que o senso comum mencione, constantemente, em seu discurso, o termo *fazenda*, seja ela composta, ou não, por uma área de *fundo de pasto*.

<sup>24</sup> Para uma exemplificação mais detalhada desses conflitos e as motivações que os desencadearam ver Plessmann (2008:63-66).

Mas, foi apenas em 1980, que um projeto coordenado por Francisco de Assis, chefe do escritório do antigo Instituto de Terras da Bahia (INTERBA), na sede municipal de Uauá, deu início ao processo de regularização fundiária dessas áreas. Mais tarde, em 1982, essa ação, localizada no município, foi complementada e institucionalizada por um projeto maior de reforma agrária estadual, chamado “Nordeste Bahia”, fruto de um contrato entre o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD<sup>25</sup>, o Banco Mundial, o Governo Federal, representado pela SUDENE, e o Governo do Estado da Bahia, representado pelo INTERBA e a Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional- CAR.

Percebida a peculiaridade do pastoreio em áreas de uso comum, a regularização dos títulos fundiários dos fundos de pasto foi fundamentada nas proposições do estudo técnico intitulado “Fundo de pasto: um projeto de vida sertanejo” (Garcez, 1987). Seu objetivo principal era titular coletivamente as áreas devolutas, utilizadas desde o século XVIII pelos vaqueiros das antigas sesmarias, no exercício do pastoreio extensivo, em sistema de propriedade aberta.

Entre 1982 e 1988 o INTERBA foi responsável pela execução dos trâmites requeridos pela regularização fundiária, enquanto o Banco Mundial, a CAR e a SUDENE financiaram as despesas com as medições e titulações desse projeto<sup>26</sup>. Os primeiros títulos coletivos de propriedade emitidos contemplaram a região do município de Uauá, sendo pioneira a comunidade São Bento, ali localizada. O ápice das mobilizações em torno da titulação das áreas de fundos de pasto ocorreu com a apresentação de uma emenda popular à Constituinte Estadual, em 1988, resultando na inclusão do Artigo 178 na Constituição do Estado da Bahia. Este artigo garante que, no caso de uso e cultivo da terra sob forma comunitária, o Estado concederá o direito real<sup>27</sup> de concessão de uso à associação legitimamente constituída nas áreas denominadas de fundo de pasto. O artigo 178 requer, contudo, a criação de um ente jurídico que represente as comunidades para recepção do *título coletivo* das terras. Por esse

---

<sup>25</sup> Goldman argumenta que a intervenção de profissionais de órgãos como o BIRD, provenientes do hemisfério norte e com ações voltadas para países em desenvolvimento e subdesenvolvidos representam, com seus propósitos desenvolvimentistas, novas formas de dominação e controle social nas relações imperialistas entre Norte-Sul (2001:47).

<sup>26</sup> O trabalho de Plessmann (2008) desenvolve uma análise crítica a este modelo de regularização fundiária, a partir de uma etnografia de Oliveira dos Brejinhos – BA e da experiência de regularização das áreas de fundo de pasto dessa região. Ele conclui que o Projeto Fundo de Pasto privatizou áreas de uso comum em nome de associações sem respeitar o modo tradicional de ocupação vigente, há décadas, pelo direito costumeiro.

<sup>27</sup> Direito real significa o poder direto que o proprietário exerce sobre a propriedade, nesse caso, de um bem imóvel. Para tanto, é preciso que a propriedade preencha dois requisitos, a saber: ela deve cumprir sua função social e o título do bem imóvel deve estar registrado no Cartório de Bens Imóveis, pois o acordo de vontade de transferência do imóvel entre duas partes não é suficiente para legitimar a propriedade.

requisito formaram-se, entre 1980 e 1990, diversas *associações comunitárias agropastoris* como organizações locais de direito civil sem fins lucrativos.

O reconhecimento governamental abriu a possibilidade para outras tantas comunidades se encaixarem na categoria *fundo de pasto* e solicitar a titulação das áreas, mesmo que não fossem denominadas originalmente como fundo de pasto. Justamente as comunidades rurais que aderiram à proposta, por esta via, localizam-se fora dos antigos domínios das Casas da Torre e da Ponte, como apontou, ainda, o estudo já mencionado de Ferraro Jr. e Burzryn (2008). O reconhecimento público desse direito suscitou a formação de uma nova categoria no campo, que ressignificou, na atualidade, o sentido das antigas *terras soltas*, ainda caracterizadas por uma série de indefinições jurídicas e dominiais, como se carregassem a herança dessas mesmas imprecisões gestadas durante o sistema de sesmarias e impressas, inicialmente, nas fazendas da frente de expansão pecuária (Diamantino, 2007:34).

Além do Artigo 178 da Constituição do Estado da Bahia, o Decreto presidencial nº 6.040/2007 instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, e reconheceu as comunidades de fundos de pasto como um dos segmentos sociais que essa política pública deve atender. Desse modo, o governo federal, por meio de um novo dispositivo jurídico – o supracitado Decreto – passou a reconhecer a existência das comunidades de fundos de pasto mediante o seu vínculo com territórios específicos.

Há, hoje, centenas de associações de fundo de pasto na Bahia, filiadas a uma Articulação Estadual que representa as diversas comunidades e associações, favorecendo que a sua organização política se torne, aos poucos, um movimento social<sup>28</sup>. No entanto, ainda que o Projeto Fundo de Pasto e o Decreto nº 6.040/2007 tenham surgido com o intuito de promover uma regularização fundiária específica para aqueles que fazem uso comum da terra, protegendo essas áreas da grilagem, o sistema de uso dos fundos de pasto permanece, na Bahia, ameaçado por pressões externas. A disputa suscitada pelos recursos naturais contidos em suas áreas, tal como a casca do Angico, lenha, minérios e fontes de água; o conflito por terra com grileiros; a morosidade da política fundiária de titulação de terras devolutas; a ausência de uma política agrícola adequada às condições agro-ecológicas da região são alguns

---

<sup>28</sup>Na perspectiva do geógrafo Fernandes (2005), poderíamos chamá-lo também de movimento sócio-territorial. A construção dessa idéia parte da premissa de que, para alguns movimentos sociais, o território é seu trunfo político e, portanto, a razão da sua existência.

dos problemas apontados pela Articulação Estadual, e que persistem na pauta das demandas apresentadas pelas comunidades.

Frente a todas as dificuldades que envolvem esse processo, desde 1980 a manutenção dessas sociedades pastoris deve-se ao fortalecimento de sua organização política. Contudo, até esse período, quando não havia, ainda, uma articulação política entre as várias comunidades, o elemento central de sua permanência e manutenção no curso do tempo foram sempre a rede de relações de parentesco e compadrio, sob as quais as comunidades se fundam e, muitas delas, até hoje se mantêm, como bem ilustra a história de Lages das Aroeiras.

## **CAPÍTULO II. A família Cardoso da Silva e a fazenda Lages das Aroeiras: relações de parentesco e patrimônio territorial camponês**

### **2.1 A fundação de Lages das Aroeiras: da origem da família fundadora ao seu estabelecimento em um novo lugar**

Falar das comunidades de fundo de pasto através do estudo de caso da comunidade de Lages das Aroeiras, é percorrer a história de uma família e da fundação de um lugar em meio à caatinga *brava*, no extremo norte da Bahia. Uma região erma, de solo arenoso e estéril, distante não mais que 28 quilômetros da nascente do rio Vaza Barris.

Ao longo deste capítulo, deverá ficar evidenciado que a história deste lugar e suas características socioculturais se confundem e se misturam com a história da constituição de um grupo familiar e de sua organização social. A identidade do grupo estudado estrutura-se, fundamentalmente, em torno da história de uma família. Conhecendo-se essa história percebe-se, pois, que a família é uma referência central para a constituição dos valores sociais, culturais e econômicos que norteiam a trajetória do grupo e a ocupação do espaço.

Categoria usada pelo grupo estudado, a família pode ter significados diversos, latos ou estritos, a depender do contexto e da forma adotada pelo discurso nativo. Pode referir-se a:

- (i) Família nuclear composta por pai, mãe e filhos;
- (ii) Família extensa, isto é, todos aqueles que descendem de uma família nuclear originária (filhos, netos e bisnetos) que, com seus afins, formam um conjunto de famílias nucleares que, apesar de independentes, mantêm-se circunscritas a um território comum e indiviso, partilhando os recursos naturais e compondo uma verdadeira rede de reciprocidade e ajuda mútua. A formação de famílias extensas está relacionada ao padrão comum de herança da terra vigente na localidade e expresso na concepção local de patrimônio;

- (iii) Todos os que possuem um mesmo nome de família;
- (iv) Parentes com os quais se mantém algum traço de consangüinidade pelos lados materno e paterno;
- (v) Todos aqueles que convivem nos limites sociais de Lages das Aroeiras, em oposição a pessoas percebidas como estranhas por pertencerem a uma esfera sócio-territorial alheia ao grupo. Nas situações de encontro com pessoas de fora ocorre, no âmbito da população de Lages das Aroeiras, fusão/convergência no plano político e do discurso entre as diversas famílias nucleares e independentes economicamente. Para os externos ou *de fora*, as distintas famílias buscam demonstrar constituir uma família una, um “nós” pretensamente coeso e uniforme.

Os distintos arranjos de família adotados entre grupos camponeses de diferentes regiões e países costumam resultar da concepção cultural de patrimônio da terra e das práticas matrimônias adotadas preferencialmente em cada zona.

É neste sentido que a história da família Cardoso da Silva se funde com a história da criação e consolidação do local. No caso desta família, as estratégias de apossamento da terra para sua constituição como um patrimônio familiar e, mais adiante, as regras de herança adotadas para sua transmissão entre as gerações, conectam os princípios locais de parentesco com a terra e as concepções de propriedade e posse entre os membros do grupo.

Se minhas observações etnográficas corroboram essa conclusão, os estudos de Moura (1978) e Woortmann (1995), baseados em etnografias sobre camponeses de Minas Gerais e de Sergipe, já haviam abordado a família camponesa a partir da perspectiva apresentada. Contudo, foi o estudo de Leach (1968) entre os camponeses de Pul Elya, uma aldeia do Ceilão moderno, que inaugurou, na antropologia, a premissa de que os sistemas de parentesco só possuem sentido se relacionados às concepções de terra e de propriedade. Aquilo que pude observar junto à família Cardoso da Silva, que habita Lages das Aroeiras há pelo menos sessenta anos, parece conformar um território de parentesco e de reciprocidade. Vejamos, pois, como foi que isso começou.

João Cardoso da Silva (1907-1998) e Maria Rodrigues (1908-1998) – primos em primeiro grau, cruzados, localmente designados *primos carnais* – contraíram aliança e

moraram na Fazenda<sup>29</sup> Pé da Serra, fundada por seus avós e habitada também por seus pais, tios e primos, até o nascimento de seu décimo filho.

A partir de então eles foram compelidos a deixar o local onde haviam nascido. Isso decorreu do fato de terem tido muitos filhos depois do matrimônio, o que fez com que a área ocupada se tornasse escassa. A Fazenda Pé da Serra vinha sendo grilada, o que contribuía ainda mais para a sensação de aperto por parte das famílias que ali viviam. Ao constatar que a terra que aí detinham, seria insuficiente para todos os seus filhos trabalharem e viverem, no futuro, João Cardoso (1, Cf. genealogia) buscou fundar o seu próprio lugar, onde pudesse, um dia, *assituar* também seus filhos com as respectivas famílias.

Em 1947, ele comprou uma área de vinte hectares<sup>30</sup> a uns cinco quilômetros do Pé da Serra, local que descobriu e vislumbrou, enquanto tangia o gado de um fazendeiro, nessa região, como passível de se tornar seu. Espelhando o que se via na paisagem local – uma porção de *lajedos de pedra e pedaços de pau* de Aroeira – a fazenda fundada por João Cardoso foi, então, batizada como Lages das Aroeiras.

---

<sup>29</sup> Nesta região da Bahia o termo fazenda pode significar desde a grande propriedade pecuária, como também pequenos sítios camponeses, que geralmente tiveram origem com a fragmentação de uma antiga fazenda de criatório. É comum encontrar-se na literatura que se dedica ao estudo do campesinato brasileiro (Moura 1978; Queiroz, 1973; Candido, 2003; Woortmann, 1995), as categorias “sítio camponês” e “bairro” para referir a um aglomerado de sítios que constitui um grupo rural de vizinhança sob determinada base territorial e compõe a estrutura fundamental de sociabilidade das famílias que aí vivem. Estas categorias não são correntes na localidade onde pesquisei, embora tenham sentido correlato ao que, aqui, identifiquei como fazenda, ou seja, uma pequena extensão de terra cultivada pelos membros da unidade familiar, produzindo uma agropecuária de subsistência, com troca ou venda dos excedentes. É possível afirmar, para fins de comparação, que, no princípio, Lages das Aroeiras era o sítio de uma família nuclear, mas, com o passar do tempo, foi se transformando em um “bairro rural”, uma vez que, hoje, reúne 43 famílias nucleares produzindo em seus pequenos “sítios”, constituídos minimamente pelo conjunto casa-quintal. Se fazenda é um termo antigo, comunidade é um termo mais recente, introduzido pela Igreja Católica por meio de sua ação pastoral objetivada no trabalho das Comunidades Eclesiais de Base. Hoje, ele é utilizado principalmente por aqueles que tiveram envolvimento com essa intervenção da Igreja ou mesmo com a organização dos moradores que começou a ser gestada em então.

<sup>30</sup> Imagem da escritura reproduzida em anexo.

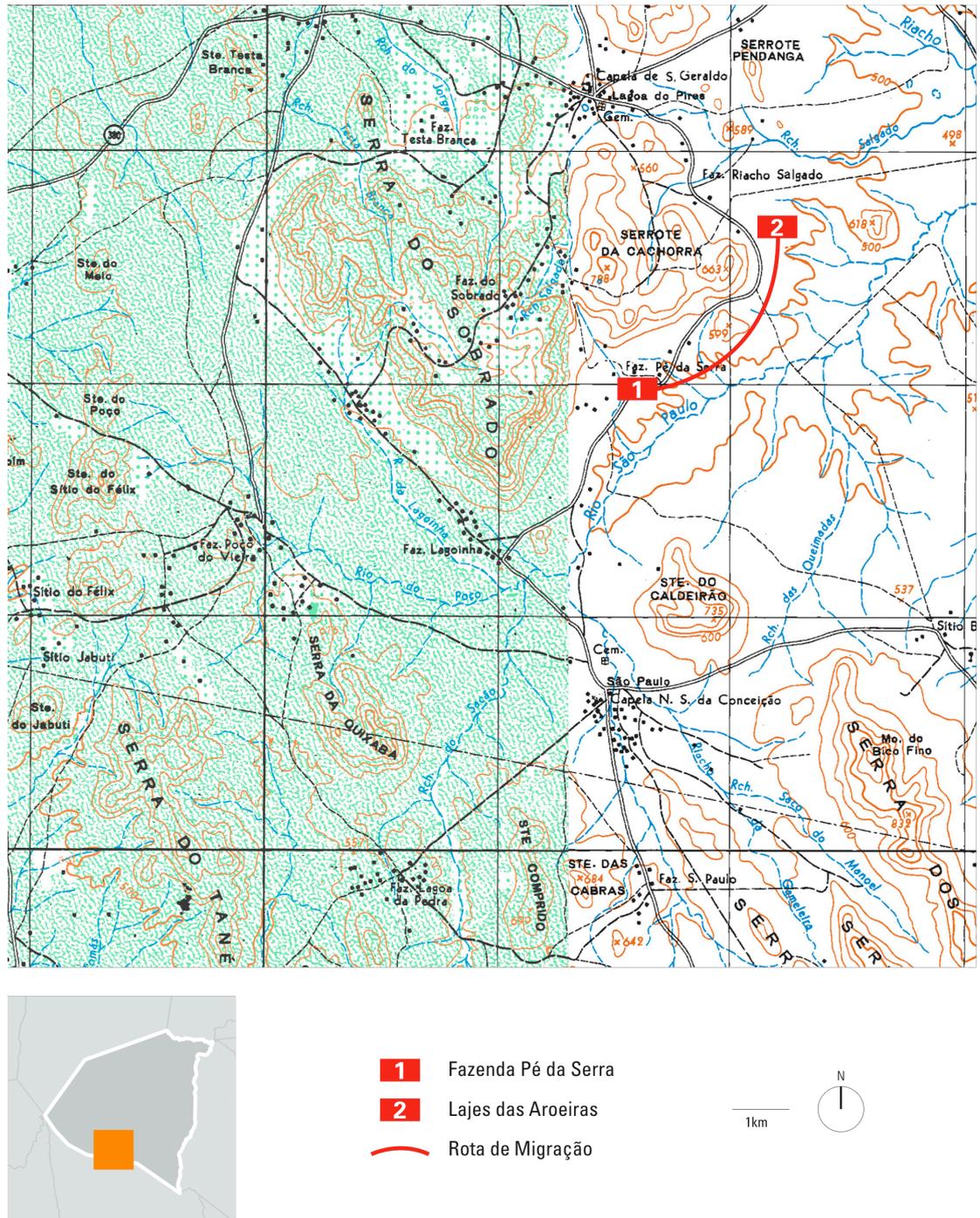


Figura 5. Mapa da rota de migração da família fundadora  
 Fonte: IBGE. Monte Santo. [Mapa]. Escala 1:100.000. Código SC-24-O-III.  
 Código 1662. FIBGE.1968. IBGE. Andorinha. [Mapa]. Escala 1:100.000.  
 Código SC-24-0-I. Código 1661. FIBGE. 1968.

Antes da mudança definitiva da família, João Cardoso determinou que os dois filhos mais velhos o seguissem em direção ao novo local, antecipando-se aos demais. Assim, ao lado do pai, Epaminondas (sem número) e Antonio (10) foram os pioneiros no lugar, iniciando o desbravamento da terra nova, de modo a poder cultivá-la. Durante o dia, o pai e os

filhos trabalhavam juntos na preparação de uma primeira roça e, à noite, os dois rapazes permaneciam dormindo no local, em um rancho de palha erguido no próprio roçado, enquanto João Cardoso retornava ao Pé da Serra para se juntar à mulher e aos outros filhos.

Algum tempo depois construíram uma casa de barro, a primeira morada da família no novo lugar, justamente onde é, hoje, o campo de bola. À época, os rapazes já haviam construído dois caldeirões para coletar água da chuva – uma das primeiras providências tomadas – já que não havia qualquer fonte de água. Graças a água depositada nos caldeirões, eles puderam molhar o barro para erguer a casa que seria habitada pela família. Quando a obra e a preparação da roça foram finalizadas, a família inteira – casal e filhos – mudou-se para lá, *assituando-se* no local com as condições mínimas para sua reprodução socioeconômica.

Segundo Ana Cláudia Marques, “nos mitos de fundação sertanejos, trata-se sempre da fundação de um lugar” (2002:211). No caso desta família, a fundação de Lages das Aroeiras está ligada à impossibilidade de acolhimento de uma nova geração nas terras antes ocupadas no Pé da Serra. Se continuassem ali, os filhos não conseguiriam se desenvolver como pequenos produtores, pois não havia terra suficiente para trabalho. Por isso, fez-se necessário que o chefe da numerosa família, buscasse um lugar novo, uma terra nova, passível de prover as necessidades da família.

Tratava-se, até o seu desbravamento, de uma mata fechada. Segundo Antonio, filho de João Cardoso, a caatinga cobria todo o horizonte, uma *caatingona medonha*, povoada por animais silvestres, tais como a onça, o jacu e o mocó. A caça desses animais era abundante e a fauna local era rica em espécies que serviam à alimentação da família, além de frutos nativos e do mel das abelhas nativas Arapuá, Tubiba, Mandaçaia e Manduri. O mel com farinha era um componente fundamental da alimentação, principalmente para os dois garotos, enquanto trabalhavam na primeira roça. Nos tempos em que a alimentação era escassa, pois restrita ao extrativismo dos recursos naturais e à pequena agricultura, o coquinho Licuri (*Syagrus coronata*) e a cactácea Xique-xique (*Cereus gounellei*) também eram consumidos como itens alimentícios centrais. Segundo Seu Antonio, um dos moradores de Lages das Aroeiras, o começo da vida lá era apenas trabalho e mais trabalho, dia após dia; um tempo lembrado como penoso e difícil.

A história relatada mostra que a mobilidade espacial está na origem da fundação de Lages das Aroeiras. Contudo, pode-se dizer que este aspecto móvel do campesinato é um

elemento central para o entendimento do campesinato brasileiro como um todo, seja o campesinato de fronteira, como aquele estudado por Vieira (2001) em duas comunidades religiosas formadas por camponeses no sul do Pará, ou ainda por Musumeci (1988) e Martins (1981) na Amazônia Oriental, ou não.

Do ponto de vista simbólico, a fronteira se coloca para diferentes agentes sociais como espaço de natureza que acena com a possibilidade de um mundo novo, por fazer, e que por isso mesmo se presta à elaboração de sonhos e à busca de utopias. É o mundo do que pode ser, onde pode se realizar o que não foi possível no local de origem. É esta a imagem que parece orientar o *pioneiro* que vai à procura de riquezas desbravando o mundo novo. A fronteira pode aparecer também como lugar possível de acolhimento para o que não tem lugar, para camponeses que não conseguem mais se reproduzir como pequenos produtores, seja porque a terra da família não comporta mais a nova geração, seja porque estão sendo expulsos da terra. (Vieira, 2001:110)

Para essa autora, a recorrência da mobilidade se daria, pois, estimulada por vários fatores dentre os quais “características técnicas da agricultura camponesa, relações sociais articuladas pelo parentesco, determinações de ordem estrutural relacionadas à propriedade da terra” (Vieira, 2001:113).

Em Lages das Aroeiras, esses fatores se revelam da seguinte maneira: as características técnicas, não só as relativas à agricultura itinerante de queimada e coivara mas também da criação pecuária extensiva, em que os animais pastam em campos nativos, incitam a busca por novas áreas, como forma de potencializar, e melhor viabilizar, a produção. Naquele tempo, diferente da realidade dos dias de hoje, a quantidade de *terras livres*, sem cercas e ainda cobertas por mata, prontas para serem cultivadas, favorecia seu desbravamento. Isso ocorria, na maioria das vezes, pelo apossamento, forma historicamente incorporada às práticas de apropriação da terra pelos camponeses brasileiros. No caso de Seu João, foi algo presumível que, depois da compra da terra, ele buscasse se apossar do que estava desimpedido e ao seu alcance no entorno. Nessa empreitada, a sua família foi tanto o elemento motivador da busca pelo novo lugar, como a estrutura social que lhe permitiu fundá-lo, consolidar a posse e nele permanecer, até os dias de hoje.

Se a mobilidade direciona o camponês para um lugar novo, para uma frente de expansão, por exemplo, a experiência de mudar-se de um local para outro e de começar a trabalhar para criar este novo lugar, constitui o mito de fundação sertanejo, mencionado acima e belamente descrito por Guimarães Rosa (1964) na novela “Uma história de Amor (Festa de Manuelzão)”.

Esta novela, como é sabido, versa sobre a história do vaqueiro Manuelzão que, depois de muitas andanças e viagens com tropas de bois numa vida itinerante, foi-lhe dada a oportunidade de parar e descansar em um ponto fixo, um espaço qualquer no meio do sertão. Mas alguns elementos foram determinantes para que este lugar, aos poucos, se tornasse um local de pertença para a personagem. A construção de uma casa e a presença da família que o acompanhara na empreitada desbravadora, isto é, na abertura e domesticação do espaço onde, juntos, pioneiro e sua família, poderiam habitar e conviver, foram elementos indispensáveis para que o vaqueiro sentisse que criara o seu lugar. Assim como Seu João, personagem central desta etnografia, Manuelzão enfrentou a natureza selvagem de um espaço ermo de vida humana e projetou sobre ela a cultura e princípios societários por meio da sua família. Com o espaço domesticado e organizado, ele reunia, todos os dias, sua família na soleira<sup>31</sup> da porta de casa, ao final da tardinha. Nesses momentos sentia, então, que estava de fato em um lugar, no Seu Lugar.

Assim como na novela, a família fundadora costuma se reunir<sup>32</sup>, em Lages das Aroeiras, à porta da *casa primitiva*, e, sentada na calçada, vê o cair do dia atrás dos *serrotes* enquanto conversa sobre assuntos corriqueiros. A esse lugar fui levada e ali me sentei quando cheguei, pela primeira vez, na comunidade. Ao som dos chocalhos da criação, que chegava aos nossos ouvidos tilintando nas asas do vento, gravei, então, a primeira entrevista da pesquisa da qual resultou esta dissertação. Seu Valdemar (36), filho de Seu João, me foi recomendado como quem melhor poderia contar a história da família. Ao se lembrar de como tudo começou, ele disse:

*A primeira família que veio para cá foi (...) a família primitiva mesmo: meus pais e nós, dez filhos. Meu pai com a família que fundou esse lugar aqui. (...) E aqui criou a família e vivemos até hoje, faz nove anos que eles faleceram, e a família continuou. Está hoje assituada aqui, todo mundo, uma família: tias, filhos, irmãos, netos, praticamente a família, né. E nessa época, que só era ele mesmo, só nós aqui, isso aqui era um lugar tão bonito, que parecia um paraíso. (...) só tinha essa casa e a do meu irmão aí, e depois os outros foram se casando, rendendo a família, se multiplicando. E aqui era muito bonito, muito bom, eram matas nativas onde ainda tinha um ecossistema ainda completo, mas com o decorrer do tempo, quando o*

---

<sup>31</sup> Muito sugestivamente, na soleira da porta, a assinalar uma fase liminar, fronteira, marginal, paradoxal e ambígua — um *limem* ou *soleira* — focalizada e valorizada (Van Genep, 1960; DaMatta, 2000:11).

<sup>32</sup> Esses encontros deixaram de ser frequentes com a morte do casal fundador, e, mais recentemente, com a morte de sua filha Clara, que morou na casa destes, por algum tempo, depois que faleceram. Hoje, essa casa está vazia e fechada, porém permanece presente no espaço da fazenda como um marco de sua fundação, imprimindo na paisagem a memória de seus fundadores.

*peçoal foi rendendo, precisando trabalhar, começaram a desmatar. Uma forma que a gente ainda não tinha uma certa instrução, não tinha consciência, e foi seguindo as mesmas tradições dos antepassados aqui, e que [agora] a gente vem evitando, e aí acabou-se ficando assim um pouco degradado hoje. E o fundo de pasto aqui, na época, a caatinga era toda livre, só tinha mesmo a roça do trabalho, e mais a caatinga, todo mundo criava livremente. Todas as comunidades circunvizinhas criava livremente aqui. Mas com o passar do tempo que a ambição foi crescendo, aí começaram a cercar terra e vender terra, desmatar, até porque os programas de governo incentivaram muito para isso também. Isso começou desmatar desde os projetos que foram feitos para o plantio de sisal, aí o povo começou a cercar, desmatar grandes áreas de terra para plantio de sisal, e aí começou. Aí foi crescendo a ambição e até começou certa perseguição com a gente, com meu pai aqui, queria já invadir a terra, tomar, apertar, meu pai acabou enfrentando várias dificuldades aqui pra conter o lugar que a gente vive até hoje. Essas terras aqui pertenciam aos Cordeiros de Monte Santo. (Seu Valdemar, 2007)*

Neste e em outros relatos de anciões da família que versam sobre como foi que tudo começou, alguns elementos se repetem e figuram como pontos fundamentais na descrição da saga desta família. São eles:

- (i) O deslocamento de um núcleo familiar grande (um casal e dez filhos) de um ponto a outro da zona rural, na busca por um local desabitado e nunca antes cultivado, para que pudesse começar uma nova vida, com condições de se reproduzir social e economicamente. O encontro de um espaço onde pudesse realizar esse ideal dá início a uma relação entre localidade e família, de modo que, com o passar do tempo, a identificação de Lages das Aroeiras passa a estar estritamente ligada a um nome de família – a família daqueles que fundaram a localidade e que nela permanecem até hoje.
- (ii) Havia, ali, uma beleza natural incrível, uma disponibilidade abundante de recursos naturais para o extrativismo e consumo mas, ao mesmo tempo, muito trabalho a ser feito e muitas dificuldades a serem superadas para que o lugar se tornasse confortável, produtivo e próspero. O encontro de uma fonte de água límpida e permanente foi a confirmação da possibilidade do grupo permanecer no lugar, uma vez que, no clima semi-árido, este é um fator indispensável para a manutenção da vida humana e é, junto com a terra, uma das características essenciais para a existência e estabilidade dos grupos domésticos camponeses.

- (iii) Questões relativas à disputa pela terra, em que os camponeses correm o risco de ser expropriados com a introdução de cultivos comerciais que, conseqüentemente, geram um interesse pela mercantilização da terra. O sisal, a mamona e o algodão foram introduzidos no Nordeste semi-árido a partir de 1950, sendo que na região em questão o sisal teve uma presença mais significativa. A partir desse momento a família Cardoso da Silva precisou se organizar e resistir para persistir onde estava *assituada*. Contudo, isso não se deu sem que conflitos ocorressem e áreas de seu território fossem expropriadas através da grilagem.

Os relatos colhidos demonstram haver uma certa mitificação do fundador da comunidade e de sua história, da mesma forma que Woortmann (1995) observou em relação ao fundador e à fundação do sítio camponês Lagoa da Mata, no sertão sergipano. O presente estudo de caso mostra que *Seu João levou sua família para morar num lugar tão belo quanto o paraíso*, segundo as tocantes palavras de seu filho Valdemar. Mas essa beleza aparece condicionada ao lugar, naquela época, ser habitado e pertencer somente ao fundador e à sua família nuclear. Não havia conflitos pela terra; o “pecado” da ambição ou o ideal da propriedade privada, demarcada pela presença cada vez mais constante do arame farpado, ainda não havia contaminado aquela realidade de caatingas *livres*. Essas eram utilizadas por camponeses que não visavam o lucro, mas apenas a subsistência. A *terra livre* ou *fundo de pasto* era, e ainda é, uma fonte importante de recursos naturais complementares e indispensáveis à reprodução do grupo, a saber: lenha, frutas nativas, caça, mel, água, além de constituir-se como pastagem nativa para o gado caprino e ovino. Tais recursos eram abundantes, como tudo no “paraíso”, até que as gerações subseqüentes cresceram e conflitos de interesse, internos e externos, surgiram. A relação entre a terra e as pessoas se tornou, então, desfavorável. Degradado, o meio ambiente deixa de ser a fonte abundante de recursos que era no passado e, com isso, a atividade extrativista – inclusive a animal – escasseia.

Embora Seu João possuísse uma gleba por ele comprada, a fala de Seu Valdemar enfatiza o uso livre e indiscriminado do espaço, isento de regulação oficial ou independente de sua situação jurídica formal. Naquele tempo eles usavam uma terra solta de mais ou menos quatro a cinco léguas quadradas ou trinta quilômetros quadrados, para além dos vinte hectares, onde praticavam o extrativismo vegetal e animal, nesse último caso compreendendo a caça e a criação dos rebanhos. Ainda hoje, o grupo utiliza a terra passível de apropriação,

livre de cercas, impedimentos e eventuais litígios, para criar seus rebanhos o mais extensivamente possível.

Essa modalidade de apropriação assemelha-se à maneira como os posseiros de Barro Vermelho, estudados por Musumeci (1988), descrevem o processo de ocupação das terras de trabalho no início daquele povoamento situado na Amazônia Oriental.

Se alguém “descobria” um *centro*, encontrava um local especialmente propício para a lavoura, abria a primeira picada e colocava a primeira roça num trecho de mata virgem, ficava sendo *dono* daquele *centro*, e as suas prerrogativas como desbravador e “assituante” não se restringiam à área da roça, mas (obedecendo a mesma “lógica metonímica” aplicada às “casas” e “quintais”) abarcavam toda a mata em volta, numa extensão não delimitada *a priori*. (Musumeci, 1988:81)

Contudo, no contexto do semi-árido, o valor da *terra livre* não incide apenas em desmatá-la para abrir roças mas também em deixar parte dela sem cultivo ou intervenção, mantendo, assim, a caatinga como um pasto nativo para o pastoreio animal.

A possibilidade de se apossar de áreas livres, isto é, de terras devolutas, caracteriza uma lógica específica de ocupação da terra, valorizada e utilizada pelos personagens da presente etnografia, como também por aqueles do campesinato de fronteira da Amazônia Oriental estudados por Musumeci (1988). Sobre o sistema de posse esta autora diz, ainda, que ele

... se opõe ao sistema dominante de apropriação e de uso do solo informado por uma lógica jurídica e mercantil, que tem como núcleo a propriedade privada da terra (...). Para os grupos camponeses a terra livre ou liberta é aquela incorporável ao processo produtivo unicamente pela mediação do trabalho. (...). A posse, constituindo um regime de apropriação por e para o trabalho, traduziria uma lógica especificamente camponesa, contrária aos princípios fundadores e legitimadores da propriedade privada. (Musumeci, 1988:35-36 e 42)

Este sistema opera no interior da família Cardoso da Silva desde a época de fundação de Lages das Aroeiras até os dias de hoje, embora tenha tido início no Brasil do século XIX, com o fim do regime de sesmarias (1822), tal como descrevi, no primeiro capítulo. Neste sentido, a presente etnografia corrobora a hipótese de Emília Pietrafesa Godoi de que “a noção de posse persistiu após a abolição do próprio sistema de posse, e continua a persistir entre camponeses” (Godoi, 1999: 47).

Mas este sistema não se restringe aos camponeses. Como evidenciarei adiante, a família de coronéis que vendeu as terras para Seu Antonio – os Cordeiro de Monte Santo –

também se valeu da estratégia de apossamento das *terras livres* do sertão para constituir seu imenso patrimônio. Esse fato ilustra, no contexto do sertão baiano, que

...desde estágios bem remotos da nossa historia a “ocupação primária”, com ou sem legitimação jurídica posterior, foi uma das formas básicas de apropriação da terra, não só por pequenos produtores, como também, e principalmente, por latifundiários. (Musumeci, 1988:43)

## **2.2 Processo de territorialização da *família primitiva* no espaço**

### **2.2.1 Estratégias de fixação e permanência da família no lugar**

Outro elemento importante para a consolidação de Lages das Aroeiras como um lugar habitável foi o encontro de uma fonte de água límpida, feito que contribuiu, mais uma vez, para a mitificação da figura do fundador. Contam que não havia qualquer fonte de água na fazenda, apenas os referidos caldeirões que armazenavam água da chuva até que, em 1959, Seu João chamou um *vedor* de água para que ele o informasse onde estaria o aquífero subterrâneo mais próximo, tendo-lhe sido indicada uma localidade como alvo. Por não acreditar no que lhe fora dito, Seu João resolveu orientar-se pela própria intuição, furando outro ponto. Superando a capacidade de vidência do próprio *vedor*, ele deparou-se, ali, com um olho d’água que se tornou a cacimba da fazenda, da qual a água nunca deixou de jorrar, desde então. Esta é límpida e potável, constituindo-se em um dos pontos de referência mais importantes da fazenda.

A descoberta da cacimba no exato lugar da perfuração é um fato que marca fortemente a história do grupo: é lembrado como um evento mítico e quase místico pois, com esse feito, o chefe da grande família, responsável pelo seu bem estar e subsistência, garantiu a segurança de seu grupo familiar contra os infortúnios da seca, que poderiam, em caso extremo, levá-los a abandonar o local. A disponibilidade de água no semi-árido é, como se sabe, fator fundamental para a vida e a fixação das pessoas na terra, assim como para o desenvolvimento mínimo das atividades agropecuárias de subsistência.

Há relatos, ainda, que referem ser a cacimba, quando aberta, apenas um buraco fundo na terra. Havia quem dormisse ali dentro, com uma fogueirinha acesa, esperando a água brotar para encher um balde, assim como quem se levantasse às três da madrugada para ir até lá buscar água. De todo modo, ao jorrar, os habitantes acordaram que cada um recolhesse apenas um balde por dia, não obstante, por vezes, certas pessoas ultrapassassem o limite

estabelecido. Além disso, ainda que em quantidade insuficiente, Seu João abastecia de água a pessoas que provinham de fora de sua fazenda, devido à escassez de fontes, na região.

Com o fornecimento de água minimamente assegurado, partiu-se, então, para a garantia da terra. Uma estratégia de ocupação do espaço foi adotada por Seu João, com o fim de assegurar a fixação de sua família. Vejamos o que sucedeu. Seu João comprou vinte hectares dos Cordeiro de Monte Santo, família de coronéis que possuía um cartório e um enorme latifúndio, cuja extensão ligava o município de Uauá ao de Monte Santo<sup>33</sup>.

A grande extensão do latifúndio, somada à influência política dos Cordeiro de Monte Santo e à conhecida desorganização da estrutura fundiária na região levaram Seu João a desconfiar da sua legitimidade, social e jurídica. Ele sabia também que a liberdade de apossamento concedida pelo regime de posse – que vigorou, oficialmente, no Brasil, entre 1822 e 1850, e oficiosamente até os dias de hoje – se aplicava, de forma desigual, aos diferentes tipos de posseiros. Pois se, como diz Martins,

...a posse do fazendeiro conduzia à legitimação através do título de sesmaria; o mesmo não se dava com a posse do camponês, do mestiço, cujos direitos se efetivavam em nome do fazendeiro. Basicamente tais situações configuravam a desigualdade dos direitos entre o fazendeiro e o camponês – desigualdade essa que definia os que tinham e os que não tinham direitos, os incluídos e os excluídos. (Martins,1981:35)

E justamente por saber que os menos poderosos são, muitas vezes, prejudicados por não possuírem recursos financeiros nem, supostamente, o que eles próprios denominam de *conhecimento* ou *sentido das coisas*, o fundador da pequena Lages das Aroeiras traçou uma estratégia de expansão territorial e de apossamento da terra para estabilizar, ali, a sua família. No primeiro momento, ele tratou da ocupação e uso da área que entendia ser sua.

A fim de que isso se concretizasse, ele buscou *situar* cada filho(a) que se emancipava em um ponto extremo<sup>34</sup> em relação ao centro da fazenda. Conforme eles saíam da casa

---

<sup>33</sup> Nesta extensão de terras construíram diversos currais ou fazendas de gado, as quais eram administradas por vaqueiros, sem que seus donos originários – os Cordeiro de Monte Santo – as habitassem efetivamente.

<sup>34</sup> Dos dez filhos de Seu João e Maria Rodrigues, oito permaneceram morando em Lages das Aroeiras, enquanto outros dois migraram. Sete desses oito se casaram e constituíram suas famílias ali mesmo (uma filha apenas permaneceu solteira e vivendo na casa dos pais até a morte de ambos). Embora Seu João almejasse instalá-los em pontos extremos do centro da fazenda, alguns temeram, por ocasião do afastamento da casa dos pais, construir suas casas nos locais que Seu João lhes havia destinado. Sabendo que estariam se apossando de *terras livres*, temiam que a terra ocupada fosse reclamada por terceiros e, por isso, preferiram manter-se a uma proximidade relativa da casa dos pais, donos originários da fazenda.

paterna, o fundador alocava-os em pontos-limite da fazenda e, assim, ao tempo que os distribuía pelo espaço, apossava-se de áreas de *terra livre*, ampliando também seu patrimônio familiar. Desse modo, se a construção de novas casas e a abertura de novas roças efetivaram o ideal da residência neolocal das unidades domésticas formadas através de novas alianças, este princípio foi oportunamente associado à demarcação dos limites do território apossado, por meio das marcas de residência e trabalho que as novas famílias foram imprimindo no espaço.

Esta estratégia de apossamento resulta de um entendimento próprio de camponeses posseiros acerca dos direitos que possuem sobre a terra. Tal entendimento orienta a prática da posse entre configurações camponesas de diferentes partes do Brasil<sup>35</sup> e o pressuposto central que norteia suas ações é a idéia de que, trabalhar a terra e habitá-la, constituem justificavas suficientemente plausíveis para reclamar seu uso e propriedade. Assim, o direito de cada filho de Seu João a uma parcela de terra dentro da fazenda se deixou guiar por duas vias: primeiro, pela percepção de um direito decorrente de um legado (herança); segundo, pela responsabilidade pessoal de cada filho em *abrir serviço* nas áreas designadas pelo pai, com o objetivo de concretizar a posse individual.

### 2.2.2 Grilagens e expropriação da terra

Segundo Musumeci, na Amazônia Oriental os posseiros

...ocupa[m] as *terras livres* com a finalidade de prover sua subsistência através, basicamente, do trabalho familiar; não concebe[m] a terra como um bem apropriável em si mesmo nem a utiliza[m] com a motivação de obter lucros. A terra é para ele[s] apenas um meio de produção, um instrumento para a realização do trabalho familiar e para a apropriação dos frutos desse trabalho. (Musumeci, 1988:32)

Tal situação tem lugar em áreas de fronteira e de isolamento, enquanto as famílias camponesas não se defrontam com outros atores sociais interessados nos recursos da mesma área. Em Lages das Aroeiras, um cenário similar ao descrito por Musumeci perdurou por 23 anos após a chegada de Seu João àquele lugar deserto e livre de impedimentos, habitado somente por ele e sua família.

Contudo, aos poucos, era possível notar que o processo de apropriação da terra desencadeado em Lages das Aroeiras inseria-se em um contexto de disputa por espaço e

---

<sup>35</sup> Sobre concepções camponesas de direito sobre a terra, ver os trabalhos de Musumeci (1988) e de Godoi (1999), dentre outros.

poder entre estratos sociais distintos, representados, historicamente, na região, pelas figuras do coronel e dos políticos locais, de um lado, e de camponeses, do outro. Ambas as partes interessadas, isto é, latifundiários e pequenos produtores, lançavam mão da posse enquanto estratégias de apropriação do espaço e da *terra livre*.

Se para os camponeses a formalização jurídica por meio de um título de propriedade da terra não se apresentava como um elemento indispensável para assegurar o direito sobre a área apossada, o mesmo não se dava entre coronéis e outros atores sociais que compunham a minoria prestigiada e dominante. Interessados em ocupar as terras da região para fins estritamente econômicos e comerciais, eles estavam informados por uma lógica jurídica que instrumentaliza a apropriação privada da terra. Diferentemente dos camponeses, os coronéis e outros representantes dessa minoria encontram-se, via de regra, munidos por um conhecimento maior acerca das categorias jurídicas, além de possuírem recursos financeiros para proceder à titulação das áreas e para cercar grandes parcelas de terra com arame farpado.

O embate entre concepções e interesses diversos em torno da terra resultou em um longo processo de conflito entremeado por sucessivas grilagens nas terras de Lages das Aroeiras. Os habitantes do lugar relatam que certos grileiros começaram a reivindicar a propriedade das áreas por eles apossadas, mediante alegações espúrias de que possuíam a documentação das terras e, conseqüentemente, o direito ao cercamento indiscriminado das mesmas.

Deriva daí que, onde haja prévia ocupação por parte de grupo de camponeses segundo o sistema de posse, a introdução da lógica capitalista de acesso à terra segundo o sistema de propriedade traduz-se tendencialmente num processo de expropriação do campesinato. (Musumeci, 1988:36)

Mas, por sorte, em Lages das Aroeiras eles não chegaram a ser completamente expropriados. Conseguiram manter o domínio sobre determinada área, embora possuam hoje uma extensão menor do que aquela de outrora. Ainda assim, naquelas paragens a luta pela terra é um capítulo que não está encerrado e, por isso mesmo, a extensão e o desenho do território dos Cardoso da Silva têm variado, aumentando ou diminuindo, segundo as circunstâncias. Desde que a família ali se instalou, o processo de territorialização do grupo vem se fazendo de forma contínua, no tempo e no espaço. Tal processo, como é sabido, envolve uma base espacial concreta em que relações sociais e políticas se estabelecem na disputa e no conflito por uma zona espacial de comum interesse, implicando, geralmente, na expropriação por uma das partes em conjunção (Costa Filho, 2008).

Narra-se, com enorme pesar, que foram pelo menos três as grilagens ou usurpações de terra sofridas no território que compunha, inicialmente, a fazenda de Lages das Aroeiras. Tudo começou quando, em 1980, o Governo do Estado da Bahia lançou um projeto de crédito agrícola para os sertanejos. Nessa ocasião, os médios produtores destinaram o crédito adquirido à compra de arame farpado e à construção de cercas. Já que estavam providos de recursos para cercar suas áreas, muitos se aproveitaram da situação para grilar pequenos produtores. Segundo relatos, foi neste contexto que, entre 1981 e 1982, um morador de Lagoa do Pires começou a *perseguir* as terras de Seu João e família<sup>36</sup>.

Preliminarmente, ele *tomou* uma parte da terra e, na seqüência, comprou da esposa do finado Herculano Cordeiro<sup>37</sup> trinta ou quarenta hectares nas redondezas de Lages das Aroeiras, para justificar, ou disfarçar, a tentativa de grilagem das terras de Seu João. Porém, ao ensaiar cercar esta última, ele *circulou* 258 hectares de um área *livre e* contígua à de Seu João, que os moradores da Lages das Aroeiras utilizavam como extensão das suas terras, para criação de animais e prática de extrativismo. Ele invadiu, assim, a fazenda, tentando *tomar* até casas de famílias já estabelecidas, ao incluí-las no perímetro formado pelos aceiros que fazia na terra. Ele fez isso três vezes e três vezes sua marcação foi desfeita pelos moradores.

*...ele [o grileiro] não comprou isso...invadiu. Quando ele cortou essa terra, ele invadia até as casas da gente, cortando aceiros, deixando casas pra dentro. Mesmo aqui, esta casa ali, que era da minha irmã, ele cortou aceiro deixando a casa pro lado dele. Ai, mesmo assim, com a cara, sem apoio da justiça tivemos que enfrentar, (...) Mas mesmo assim ficamos no prejuízo, ficamos agregados, sem terra (...) presos, sem ter pra onde ir, numa terra que a gente sempre preservou, mesmo sabendo que alguém dizia que era dono, a gente utilizava, criava, tirava uma madeira, eles não impediam (...).*  
(Seu Valdemar, 2008)

Por fim, a iminência de conflito foi contornada. O grileiro procurou o escrivão do cartório e contratou um advogado a fim de estabelecer *um acordo pela lei* com Seu João. Na busca por esse acordo, o grileiro acabou sendo beneficiado pois, segundo meus informantes, ele tinha condições financeiras para contratar um advogado e pagar o cartório, ao contrário de Seu João, que era um agricultor humilde, sem reservas financeiras para tal.

---

<sup>36</sup> A expressão *perseguir as terras* parece implicar na personificação desse fator de produção, conferindo-lhe, assim, ação/agência.

<sup>37</sup> Este homem é o referido coronel que possuía muitas terras na região e que vendeu os vinte hectares comprados por Seu João, em 1947. Com a morte de Herculano, sua esposa herdou essas terras e passou a ter poder de decisão sobre o destino das mesmas.

Depois da morte desse grileiro, a terra ficou como herança para um filho nascido fora do casamento. Como o número de descendentes de Seu João era grande e a terra tornava-se, crescentemente, exígua, tanto em razão das grilagens sofridas como pelo aumento da população, alguns moradores de Lages das Aroeiras amealharam um dinheiro e recorreram ao filho do finado grileiro:

*... e aí, pra gente não ficar preso aqui tivemos que comprar esses 100 hectares que hoje se fala de fundo de pasto da comunidade (...) foi um esforço tremendo que a gente fez para pagar, pra comprar uma coisa que era nossa porque a terra pertencia à gente porque foi nós que vivia aqui há sessenta anos, nascidos e criados aqui, e utilizava da terra, preservava e até hoje é preservada. A gente tinha o uso campeão [usucapião] da terra, mas a gente não tinha conhecimento disso, porque era muito fechado, ninguém informava nada pra ninguém. (Seu Valdemar, 2008)*

Porém, ao final desta negociação, depois de terem pago pelos cem hectares, descobriram que o vendedor não possuía documento que comprovasse a titulação da propriedade da área, nem em seu nome, nem no de seu pai. Ele possuía apenas um recibo de compra e venda, isto é, sua posse apenas. Em face da impossibilidade de passar a escritura da área para os novos compradores, estes findaram, unicamente, com um recibo da compra efetuada. Ou seja, compraram a posse de um local, do qual historicamente já se sentiam donos, pois faziam o uso sistemático daquela terra, para o pastoreio de seus animais e extrativismo, vegetal e animal. Como expressa o depoimento acima, zelavam e preservavam o lugar.

A segunda grilagem foi praticada por pessoas do São Paulino, povoado vizinho a Lages das Aroeiras. Uma Associação de Fundo de Pasto ali constituída conseguiu a titulação de uma área junto ao Governo do Estado, em nome da referida associação. Os moradores consideram haver sido uma grilagem porque a instituição reivindicante da propriedade não era uma entidade de representação legítima de uma comunidade pré-existente. Ao contrário, ela teria sido formada com o fim estrito de lograr a titulação da área, desfazendo-se logo após a obtenção do título de propriedade. Os habitantes de Lages das Aroeiras enfatizam sua maior legitimidade em decorrência de uma posse mais antiga da referida área do que aqueles que compuseram, temporariamente, a associação que representava o povoado do São Paulino e que, hoje, são os proprietários legais daquela área.

Por fim, a terceira grilagem ocorreu quando Jerônimo Ribeiro, ex-prefeito de Uauá e antigo coronel da região, conseguiu titular, em seu nome, 1.300 hectares de uma área solta,

que era utilizada pelos habitantes de Lages das Aroeiras e outras doze comunidades de fundo de pasto situadas ao redor dessa área. Antes da titulação, a terra era aberta e utilizada pelas comunidades em comum acordo com Jerônimo mas, depois de cercada, essa prática se tornou impossível.

Nesse mesmo rol de grilagens, outro episódio traumático foi relatado. Seu João teria contratado um advogado da cidade que se dizia capaz de titular quinhentos hectares de terras devolutas em seu nome, pois o governo do Estado assim o permitia. Esse processo transcorreu por muitos anos, até concluírem que estavam sendo enganados por um oportunista com diploma de doutor.

O exame dos episódios denominados grilagens no vocabulário do grupo pesquisado, permite constatar que todos os casos foram protagonizados por agentes externos à família que domina o território de Lages das Aroeiras. Estes buscaram individualizar a propriedade formada por áreas devolutas, antes livres e abertas, que vinham sendo utilizadas como terra de trabalho no sistema de posse. O relato de Seu Valdemar demonstra que, independente de possuírem qualquer documentação da terra, os habitantes compartilhavam o sentimento de donos do lugar por terem sido seus primeiros desbravadores, e porque, durante décadas, aquela terra foi cultivada e preservada por eles, conforme já mencionado, sem que ninguém a reclamasse. Mas, ao ser introduzida uma nova lógica de apropriação do espaço, antitética àquela operada pelos posseiros, eles passam a ser prejudicados pela falta de informação e conhecimento, e, sobretudo, por compartilharem um campo semântico pouco permeável ao campo semântico do grupo oponente, já que muitos são analfabetos e não versados na legislação fundiária. Finalmente, em face de o seu código de conduta contrastar, fortemente, com o dos moradores externos, eles se tornam presas fáceis das artimanhas que são acionadas, nas tramitações e negociações que visavam à compra ou à titulação das áreas que acreditavam ser suas.

Frente a essas situações ameaçadoras, Seu João e seu filho Valdemar passaram a buscar a salvaguarda de seu território por meio da titulação. Apesar das limitações financeiras e da falta de informação, os dois perceberam ser essa a única alternativa de se protegerem contra as grilagens.

... a possibilidade de adquirir um título de propriedade só se coloca para o camponês como uma defesa de seus direitos de cultivo contra direitos alegados por outros grupos sociais que tenham com a terra uma relação diferente. (Wagner & Mourão, 1978:14 *apud* Musumeci, 1988:38)

Depois de muitas tentativas, o que o grupo conseguiu encaminhar, concretamente, foi um requerimento ao Estado da Bahia referente aos cem hectares adquiridos do filho do primeiro grileiro. Essa terra foi, finalmente, medida e georeferenciada e, em breve, será titulada em nome da associação local. Por que a opção por essa modalidade de titulação? indagará o leitor. Por duas razões: primeiro porque, tradicionalmente, o grupo sempre dispôs de uma área de *terra livre*, cujo uso comum dos recursos naturais é praticado por todas as famílias que integram a comunidade, esse modelo continua sendo perseguido, por ser considerado o único compatível com o sistema produtivo local. Mesmo em um contexto em que as terras livres são quase inexistentes, elas buscam manter uma área, mesmo que restrita, onde possam seguir praticando o que sempre praticaram neste espaço. Em segundo lugar, a titulação da área em nome da associação local é uma das poucas soluções jurídicas existentes, hoje, no Estado da Bahia e no Brasil, para a conservação da propriedade da terra indivisa.

### **2.2.3. Organização política e comunitária: estratégias para conter a expropriação da terra e obter novos benefícios para a comunidade de Lages das Aroeiras**

Um elemento fundamental para a conscientização dos habitantes de Lages das Aroeiras em relação à sua condição de opressão objetivada no processo de expropriação da terra, embora não apenas nele, foi a presença assídua da Igreja Católica por meio das Comunidades Eclesiais de Base<sup>38</sup> – CEBs, no local, durante dez anos (1986-1996).

Frente a um cenário de exclusão social, analfabetismo, conflitos por terra e ausência de políticas sócio-assistenciais por parte do Estado, a presença das *irmãs*<sup>39</sup> proporcionou ao grupo fortalecimento político, além de ter sido um convite à reflexão e à organização. Elas incentivaram-no a resistir e a lutar contra certas injustiças sociais, a exemplo da grilagem de terras e falta de fornecimento de água<sup>40</sup>, e ainda sugeriram o desenvolvimento de alternativas à pequena produção rural por meio do associativismo e do cooperativismo.

---

<sup>38</sup> Com a chegada das CEBs, a fazenda Lages das Aroeiras passou a ser denominada também *comunidade*. Este termo se popularizou e se consagrou enquanto sinônimo de vilas e aglomerados rurais, depois da inserção das CEBs no meio rural, a partir de 1970 (Sabourin et al., 1999).

<sup>39</sup> As freiras que atuaram em Lages das Aroeiras eram de origem canadense e faziam parte de uma Ordem missionária chamada Santos Nomes de Jesus e Maria. Esta Ordem atuou no município de Uauá e em diversas comunidades da zona rural em uma missão que durou dez anos.

<sup>40</sup> Conta-se que, antes da descoberta da cisterna, uma porção de latas d'água eram conservadas, sob uma moita na estrada, para onde as mulheres se deslocavam, diariamente, e esperavam, quantas horas fossem necessárias, até que o caminhão-pipa passasse. Enquanto aguardavam, papeavam, costuravam roupas e teciam palha para a

O tema da presença missionária é muito significativo para os habitantes de Lages das Aroeiras e foi um divisor de águas na história política da comunidade, pois, segundo a expressão local, *com o começo das comunidades, com a organização, veio o conhecimento*. A partir de então reconhecem que muita coisa mudou, que a vida melhorou, se tornou mais fácil e mais digna, pois certas dificuldades enfrentadas anteriormente foram sendo contornadas, gradativamente. Muitas conquistas foram alcançadas a partir da organização e união dos moradores: a iluminação elétrica, a reconstrução de todas as casas (anteriormente de taipa e, hoje, de alvenaria), a regularização do fornecimento de água, a construção das cisternas e da mini-fábrica de polpa de frutas, e, ainda, o início de ações voltadas para a titulação das terras da fazenda.

Seu Valdemar conta que, inicialmente, o envolvimento com as freiras aconteceu por uma *questão de fé*. Antes da sua chegada, a *família primitiva* já seguia os preceitos da moral cristã e adotava o catolicismo como religião, à luz do exemplo resultante dos valores ensinados pelos fundadores a seus descendentes. Contudo, o grupo não supunha que esse envolvimento o conduziria a uma formação política. O objetivo das freiras, nesse contexto sertanejo, era fazer com que as populações pobres e subjugadas se desvencilhassem do autoritarismo dos coronéis, do mandonismo local e pudessem lançar um olhar, crítico e ativo, sobre a realidade de exclusão social em que estavam inseridas.

Para tanto, o seu método de trabalho consistia em fazer uma leitura crítica e politizada de passagens bíblicas selecionadas, guiado pelo pressuposto de que Jesus Cristo fundou a Igreja para os pobres. Assim, a missão da Igreja Católica, segundo as CEBs, seria combater a exclusão social que proliferava mundo afora, em diversas sociedades e culturas.

O público assistido pelas CEBs era, de modo geral, analfabeto. Em Lages das Aroeiras, até 1987, todos o eram, menos o fundador que possuía algumas noções básicas de escrita e leitura. Neste sentido, a educação popular e a alfabetização de adultos, por meio do método Freiriano, foi o primeiro recurso adotado para diminuir a exclusão social e incitar a autonomia entre os participantes dessa comunidade.

---

confecção de chapéus. Mas, muitas vezes, o carro sequer parava, devido à retaliação política dirigida a Seu João e família, uma vez que eles não votavam no prefeito da situação. Porém, um dia, nos idos de 1976/77, cansadas de esperar e realmente necessitadas da água do caminhão-pipa, as mulheres se uniram e fizeram uma corrente humana na estrada, a fim de barrar sua passagem. Assustado com a intervenção inédita das mulheres, o motorista parou, distribuiu água e refrescou-as com jatos d'água. Depois desse episódio, o caminhão nunca mais deixou de deter-se no ponto da estrada onde se localiza Lages das Aroeiras.

Mas, nem todas as famílias nucleares que viviam em Lages das Aroeiras, à época, se envolveram profundamente com o trabalho das CEBs. Havia variação quanto ao grau de engajamento e participação de cada uma delas, o que correspondia, ao mesmo tempo, à existência de uma divisão política responsável pela oposição entre dois conjuntos de famílias. Nas palavras de Seu Valdemar, que foi, e prossegue sendo, o líder local, a maioria ficava do lado dos *políticos ruins* (coronéis), ao passo que uma minoria *pensava mais na liberdade* do jugo coronelista, vinculando-se ao trabalho da Igreja com as CEBs, através da pastoral rural.

Aqueles mais envolvidos passaram a representar Lages das Aroeiras em eventos e encontros com outras comunidades. Seu Valdemar conta que não imaginavam chegar tão longe. Mas, quando perceberam, estavam sendo convidados a viajar para representar sua comunidade e, em seguida, o município de Uauá. Dizia: *Morrendo de sede, brigando com o carro pipa, e viajando pelo Brasil...*

Tamanho envolvimento levou os irmãos Valdemar e Clara (sem número) a participarem do debate e da formulação de propostas para a Constituição de 1988, a Carta do Estado da Bahia e a Lei Orgânica do Município. O destaque alcançado com esse protagonismo<sup>41</sup> lhes rendeu certa *perseguição* política por parte de pessoas da sede municipal, tais como políticos, o sindicato rural e outras figuras representativas de instâncias do poder local.

A oposição sentida no âmbito externo de Lages das Aroeiras também estava presente no interior do grupo e neste espaço se objetivava, como observado acima, na existência de dois conjuntos de famílias que se opunham politicamente. Um dos grupos era simpático à proposta das CEBs, identificando-se com os seus ideais de liberdade, social e política, e combate à exclusão social que se lhes acenava como possíveis de alcançar, através da autonomia em relação a patrões, políticos e coronéis, ou, em outras palavras, da conquista dos seus direitos de cidadania. Já os membros do outro grupo, constituído pela maioria dos habitantes, permaneciam conectados a certos fazendeiros e políticos, com os quais mantinham uma relação de dependência e troca de favores. Eles temiam desfazer laços que mantinham

---

<sup>41</sup> É curioso observar que, naquele tempo, os vereadores municipais eram analfabetos, enquanto Clara e Valdemar tinham maior escolarização que os políticos do município, graças à formação alcançada através do trabalho das CEBs.

com figuras importantes, notadamente um fazendeiro e vereador da região<sup>42</sup>, para quem uma das famílias de Lages das Aroeiras havia trabalhado, em certa época.

Em última instância, pode-se dizer que a divisão política interna ao grupo tinha também um caráter partidário. Nesse período dois partidos políticos atuavam no município e dividiam a opinião dos eleitores de Lages das Aroeiras. De um lado estava a União Democrática Nacional - UDN, localmente denominada *Papagaio* e, do outro, o Partido Social Democrático - PSD, apelidado de *Periquito*.

*Papagaio* e *Periquito* eram símbolos/imagens adotadas pelos partidos para se auto-identificar e, ao mesmo tempo, funcionavam como cognomes para os adeptos de um ou de outro partido. Não eram classificações de uso restrito a Lages das Aroeiras, como eu supus inicialmente, mas recorrentes no município como um todo.

Porém, essa classificação que associava partidos políticos a aves correspondia a uma outra, esta, sim, restrita a Lages das Aroeiras. No interior da fazenda há uma divisão espacial, demarcada por um curso de água natural, o intermitente Riacho da Baixa. Sua discreta presença na paisagem local cria uma separação entre as casas das famílias que se dispõem “do lado de cá” e “do lado de lá” do referido riacho. Naquele tempo, as vizinhanças eram, denominadas, respectivamente, *Petrolina* e *Juazeiro*, uma brincadeira que associava o estreito riacho ao caudaloso rio São Francisco<sup>43</sup>, e a divisão que este cria na paisagem à divisão política que o rio São Francisco introduz, ao separar dois estados da federação, dois municípios e dois pólos políticos.

Em Lages das Aroeiras, *Juazeiro* correspondia ao conjunto de famílias votantes nos *Periquitos*, enquanto *Petrolina* concentrava uma maioria de famílias adeptas dos *Papagaios*. Porém, nem todas as casas de um dos lados do riacho eram necessariamente partidárias dos *Periquitos*, tampouco todas as do outro votavam exclusivamente nos *Papagaios*. Havia famílias cuja adesão política destoava de cada um dos conjuntos, já que a disposição das casas no espaço era anterior à rixa que passou a existir, a partir de um certo momento, no plano político.

---

<sup>42</sup> Segundo Sabourin, “Apesar do acesso dos camponeses à terra, tais formas de dependência se perpetuam no mundo rural nordestino, através de diversas expressões do paternalismo ou do clientelismo político, mantidas por grandes proprietários ou lideranças políticas locais.” (Sabourin et al., 1999:95)

<sup>43</sup> Para identificar essa divisão no espaço da fazenda, ver o croqui anexo. O aglomerado de casas que constituía o recinto chamado de *Petrolina* ficava a leste do riacho, enquanto *Juazeiro* situava-se a oeste deste.

Contudo, mesmo consideradas as exceções, a dissensão política interna ao grupo era um elemento declarado e, portanto, percebido por todos os habitantes da localidade, a ponto de terem criado símbolos para referi-la.

A divisão política e a oposição entre os habitantes de um lado e doutro do riacho perdurou em Lages das Aroeiras por muitos anos e só foi dirimida, segundo relatos, em 1996, ano de fundação da Associação Comunitária e Agropastoril dos Pequenos Produtores de Lages das Aroeiras – ACAPPLA. Parece-me, pois, que a fundação da associação local simbolizou, mesmo que idealmente, o fim da divisão que opunha os dois conjuntos de famílias dentro da fazenda. Isso ocorreu à medida que estas precisaram se unir e se associar para concretizar a fundação de uma instituição que visava à defesa dos seus interesses comuns, independente de suas opções partidárias, tais como, por exemplo, a regularização fundiária da fazenda, o fortalecimento da agropecuária local e a conquista de direitos elementares de cidadania, como saneamento básico, moradia, educação, saúde, dentre outros.

A associação se tornou um ponto de encontro e de reunião dos habitantes da fazenda. Nela, há espaço para troca de idéias, informações, debates técnicos e políticos, assim como para as atividades da pastoral da criança e os *cultos* católicos, aos domingos. Apesar do trabalho das CEBs ter finalizado, a associação e suas atividades significam, para os moradores de Lages das Aroeiras, a continuação de um trabalho, com fins sócio-assistenciais, desencadeado pela Igreja. A diferença é que, presentemente, este trabalho depende da vontade e da habilidade política e organizativa dos próprios moradores, em parceria com outras instituições do poder público e do terceiro setor.

Uma das importantes parcerias promovida pela comunidade, após a retirada das freiras, foi com o IRPAA – Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada, uma Organização Não Governamental que lhes fornece assistência e formação técnica, educação e informação, por meio de projetos orientados para a convivência das famílias com as características do clima semi-árido. Suas ações estão direcionadas à capacitação dos pequenos agricultores e caprinocultores em técnicas de produção apropriadas ao clima semi-árido.

Além do IRPAA, a COOPERCUC – Cooperativa de Agropecuária Familiar de Canudos, Uauá e Curaçá está presente em Lages das Aroeiras, desenvolvendo um projeto de beneficiamento de frutas nativas da caatinga, como o umbu e o maracujá do mato<sup>44</sup>, junto a

---

<sup>44</sup> Para mais detalhes, ver capítulo 3.

um grupo de mulheres que processam as frutas em uma mini-fábrica construída no centro da fazenda.

Além de viabilizar a captação de recursos e o desenvolvimento de projetos como os aqui elencados, a associação é ainda a pessoa jurídica em nome da qual a área apossada pela comunidade, e usada como fundo de pasto, será em breve titulada.

Assim, observando-se os avanços obtidos por Lages das Aroeiras desde que seus habitantes começaram a se organizar politicamente, isto é, desde quando o fundador enfrentou grileiros e procurou os meios legais para preservar seu território, e, na seqüência, a comunidade recebeu o apoio das CEBs e, presentemente, foram desenvolvidos projetos no âmbito da associação local, constata-se que a politização dos indivíduos e o seu protagonismo social se tornaram valores de grande destaque na estrutura social local. Para atingi-los, certos requisitos foram preenchidos, como, por exemplo, uma certa formação política, um grau mínimo de alfabetização, desenvoltura discursiva, perspicácia e engajamento nas causas sociais, que, vale notar, não o foram por todos, igualmente, algumas pessoas destacando-se das demais, o que lhes valeu ascensão em termos de prestígio social e respeitabilidade.

Tendo convivido, por certo tempo, com os habitantes de Lages das Aroeiras e conhecido o histórico de certos indivíduos e acontecimentos da vida social, pude perceber que um dos valores ali cultivados e almejados não é a ascensão econômica, como é freqüente nos centros urbanos, por exemplo, mas o esforço e a generosidade dedicados à busca de benefícios para o bem comum.

Isso não quer dizer que as pessoas não tenham interesse em usufruir de certa estabilidade econômica, nos parâmetros locais, mas que elas sabem que, nos limites da economia de subsistência em que vivem, as possibilidades de mobilidade e ascensão social são pequenas. Cientes das restrições que lhes são impostas pela condição de posseiros, algumas se distinguiram das demais por perceberem, há algum tempo, que a única via capaz de lhes proporcionar a transição para uma melhor condição, é a da organização, educação, instrução política e liderança comunitária.

Nesse sentido, a trajetória de Seu João foi o primeiro exemplo de que essa postura gerava bons resultados, equivalendo, assim, a um eficaz efeito-demonstração. Ele empenhou sua vida para conquistar um lugar não apenas para si mas também para seus descendentes.

Para isso teve que aprender a defender seus interesses contra os dos oponentes, garantindo, desse modo, seu espaço e a efetivação dos seus direitos, transmitidos às novas gerações.

### **2.3 E a família foi rendendo: padrões matrimoniais, de residência e de vizinhança em Lages das Aroeiras**

#### **2.3.1 Estrutura social e padrões matrimoniais**

Depois de tratar da fundação de Lages das Aroeiras, da família pioneira que ali se estabeleceu e dos detalhes de sua trajetória, assim como das estratégias de consolidação da posse do lugar, voltemo-nos, agora, para a estrutura social que foi se consolidando com o passar dos anos e com o desenvolvimento da família de Seu João e de Maria Rodrigues.

Faço minhas as palavras de Carvalho (2002) a respeito do método adotado para descrever o sistema social dos índios Kanamari da Amazônia Ocidental:

Estou absolutamente convencida de estar lidando com um sistema relativamente fluido, cujas características apontam para uma grande plasticidade, para a constante atualização das relações sociais, preservados certos princípios básicos. (...) o meu objetivo é tentar dar uma visão deste sistema em ação, de uma perspectiva diacrônico-sincrônica, que possa, dentro de certos limites, ajudar autor e leitor a começarem a desvendar os principais nexos desse sistema. (Carvalho, 2002:87)

À luz desses parâmetros metodológicos, é importante ressaltar que a genealogia do grupo camponês pesquisado principia com um casal e seus filhos, isto é, a família nuclear responsável pela fundação e início do povoamento de Lages das Aroeiras. Chamada, pelos habitantes locais, de *família primitiva* era formada pelo casal fundador (primos cruzados)<sup>45</sup> e por seus dez filhos (seis homens e quatro mulheres), identificados, doravante, como primeira e segunda geração, respectivamente.

A primeira geração já não existe mais, tendo em vista o falecimento de Maria Rodrigues (1) e João Cardoso da Silva, em 1998. Deste casal descendem quatro gerações que ainda seguem vivas e reunidas em Lages das Aroeiras. Durante o trabalho de campo tive a oportunidade de conhecer membros da segunda, terceira, quarta e quinta gerações.

Em 2009, eram 43 os domicílios ou grupos domésticos ativos (cujos perfis podem ser vistos no terceiro capítulo), com uma população totalizando 155 hab. Conforme nos ensina a

---

<sup>45</sup> O domínio antropológico do parentesco ensina que a troca de irmãs praticada por duas ou mais gerações poderá ser vista como um casamento entre primos cruzados (Schusky, 1973: 97).

experiência etnográfica, as relações de parentesco e o comportamento demográfico atualizam-se, constantemente. A cada visita, eu registrava transformações. Por exemplo, as pessoas mais velhas do lugar possuem entre sessenta e 78 anos de idade e se concentram na segunda geração. Em minha primeira visita todos os membros desta geração estavam vivos mas, no curso da pesquisa, Clara e Dedé (41) faleceram. Para além da probabilidade de que ao longo dos próximos anos a segunda geração se extinga (*se acabe*), outras mudanças se processam incessantemente, alterando o desenho da genealogia local, a saber: o fluxo de indivíduos que ora migram e ora retornam a Lages das Aroeiras; casais que se unem e outros que se separam; crianças que nascem.

Neste universo algumas pessoas ocupam posições de relevância, como já salientado, na estrutura social. As lideranças políticas e comunitárias são um bom exemplo disso. Seu Valdemar é o líder da comunidade desde que recebeu do pai, o fundador de Lages das Aroeiras, a incumbência de dar continuidade à sua luta pela permanência da família no local. Ele é um dos maiores conhecedores do processo de territorialização da família, em Lages das Aroeiras, e, baseado nesse conhecimento, vem fazendo frente à questão fundiária em nome de todos que ali vivem, seja em embates com grileiros ou na busca por soluções formais de regularização. Seu papel é zelar pela conservação do patrimônio territorial e também pelo equilíbrio das relações interpessoais e políticas estabelecidas entre os moradores da localidade. Sua liderança parece ser decorrente da transmissão da autoridade moral em um uma linha de descendência patrilinear, a qual foi exercida anteriormente por seu pai. Além disso seu perfil de líder se ressaltou ainda mais no período de atuação das CEBs. Ele impulsionava a participação dos habitantes de Lages das Aroeiras nas atividades religiosas e políticas da época e segue cumprindo esse papel até os dias de hoje.

Na geração seguinte, seu filho Jussemar (32) e os sobrinhos Carlinhos (14) e Valdivino (31) seguiram seu exemplo e também se tornaram líderes de destaque. Os três passaram a se informar acerca da importância desse papel junto às CEBs e chegaram a presidir a associação local. Valdivino foi também candidato a vereador no município, pelo menos duas vezes, e tem participado de diversos fóruns políticos, sempre representando os interesses da comunidade; ele tem como profissão a militância política. Jussemar, por sua vez, é, hoje, o presidente da COOPERCUC. Ele viveu em São Paulo, na juventude, mas, tendo ponderado sobre a condição precária experimentada como imigrante nordestino e a possibilidade de se dedicar ao trabalho social e à busca por melhorias para a vida de outros sertanejos, tal como ele, preferiu voltar. Presentemente, ele atua como líder de destaque na região de abrangência da referida cooperativa (Juazeiro, Curaçá, Canudos, Uauá).

No âmbito feminino, evidenciam-se mulheres da segunda e terceira gerações que trabalham na mini-fábrica de beneficiamento de frutas da COOPERCUC. Há, ainda, as representantes da Pastoral da Criança, que acumulam funções na mini-fábrica e no acompanhamento das crianças da comunidade. Todas elas sobressaem graças ao perfil mais aberto aos interesses organizativos, políticos e sociais que concernem à comunidade, diferentemente das demais mulheres que restringem sua atuação ao trabalho dentro das próprias unidades domésticas, seja cuidando dos filhos, da casa ou ajudando os maridos na roça.

Em outra ordem de importância, porém não menos importantes, são os membros da segunda geração, isto é, as pessoas mais velhas do lugar, principalmente os filhos e filhas dos fundadores da fazenda. Eles compõem a *irmandade* que teve origem e descende diretamente dos pioneiros do lugar; são os herdeiros diretos do patrimônio construído pelo fundador e a parte remanescente da *família primitiva*. Constituem a memória viva das histórias do lugar e da família originária, eixos que conectam os demais membros dessa extensa família ao ponto de partida. Cada componente dessa *irmandade* desempenha um papel central na vida de seus filhos, netos e bisnetos, formando centros em torno dos quais se constroem os núcleos de sociabilidade; são, claramente, os aglutinadores da descendência, que se distribui ao seu redor, em pequenas vizinhanças residenciais. Nelas, o fluxo de pessoas, de trocas e de contatos é mais intenso do que aquele que se estabelece entre os indivíduos de cada um dos núcleos com os demais membros que habitam a fazenda.

Mendras descreve bem essa situação, quando afirma que :

... l'indivision du patrimoine entraine l'indivision de la famille et la perpétuation du groupe domestique. Cela dit, dans la plupart des cas, le chef du groupe n'est pas élu (...). Il se trouve entre l'homme marié le plus âgé, par conséquent le grand-père, ou patriarche, qui dispose de toutes les sources d'autorité du groupe: gestionnaire, sinon possesseur du patrimoine, il est aussi l'organisateur du travail et le porte-parole du groupe dans les tractations extérieures. Père ou grand-père de la plupart des membres du groupe, il incarne l'autorité paternelle. (...) le rôle du patriarche (et à un moindre degré celui de la matriarche), c'est-à-dire de l'homme (et de la femme) le plus âgé, investi des fonctions d'autorité, est unique. (...) Les rôles de tous les autres membres du groupe se définissent par rapport à lui, en fonction des âges et des sexes, et de l'état matrimonial. (...) Les différentes tâches et les différentes positions dans la hiérarchie de groupe sont attachées aux différents rôles. (Mendras, 1995 :72-73)<sup>46</sup>

---

<sup>46</sup> “A indivisão do patrimônio suscita a indivisão da família e a perpetuação do grupo doméstico. Isto é, na maior parte dos casos o chefe do grupo não é eleito (...). Ele se encontra entre o homem casado mais velho, por consequência o avô, ou patriarca, que dispõe de todas as fontes de autoridade do grupo: gestor, senão possuidor do patrimônio, ele é também o organizador do trabalho e o porta-voz do grupo nas negociações exteriores. Pai ou avô da maior parte dos membros do grupo, ele encarna a autoridade paternal. (...) o papel do patriarca (e, em um

Vejamos, pois, como a indivisão patrimonial e familiar transcorreu em Lages das Aroeiras<sup>47</sup>. Dos membros da segunda geração, dois deles, Epaminondas e Mariquinha<sup>48</sup> (23), casaram-se com pessoas que moravam em outros povoados e para lá se dirigiram, construindo suas famílias fora de Lages das Aroeiras. Os demais permaneceram morando ali, isto é, trouxeram seus cônjuges para viver ao seu lado, o que fez com que a família localmente constituída aumentasse, tendo início o ciclo de adensamento populacional, ou ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico (Chayanov, 1966), que perdura até os dias de hoje.

Segundo Ellen Woortmann:

O ponto de partida é uma família elementar; com o casamento dos filhos, cada um com seu chão de morada, o espaço do sítio começa a corresponder a uma família extensa, e cada casa a uma família elementar. (Woortmann, 1995:249)

Mas observemos mais de perto como essa família extensa se constituiu no tempo e no espaço e, em uma perspectiva diacrônica, quais foram as regras que se consolidaram com maior ênfase para cada geração. Membros da segunda geração, Józsa (26) e Antonio casaram-se com primas de primeiro grau – *primas carnais* –, sendo que Józsa e sua mulher Zizi (26) são primos paralelos matrilineares, enquanto Antonio e Edite (10) são primos cruzados. Já Clara casou-se com Eloi, filho de um tio de sua mãe, isto é, um primo de segundo grau ou, conforme a aceção local, *primo segundo*. Os demais, Pedro (19), Marianna (30), Nézinho (41) e Valdemar casaram-se com pessoas *de fora*, com quem mantinham algum vínculo de parentesco distante, ou não. Louzinha foi a única da *irmandade* que permaneceu solteira, nunca saindo da casa dos pais, dos quais cuidou até o fim de seus dias.

O montante demográfico inicial da fazenda era muito restrito, uma vez que se limitava aos membros de uma família nuclear e, chegado o momento dos filhos de Seu João e Maria Rodrigues casarem, não haver parceiros disponíveis. Daí que as alianças nesta faixa geracional foram celebradas com pessoas de outros povoados.

Assim, de uma casa, a fazenda passou a ter outras sete, e a terra que até então abrigava uma família nuclear, passou a acolher uma família extensa. Pois bem, estas sete novas famílias nucleares procriaram, e deram origem à terceira geração, por sua vez composta por

---

menor grau, aquele da matriarca), quer dizer do homem (e da mulher) mais velho, investido das funções de autoridade, é único. Os papeis de todos os outros membros do grupo se definem em relação a ele, em função das idades, dos sexos e do estado matrimonial. (...) As diferentes tarefas e as diferentes posições na hierarquia do grupo estão relacionadas aos diferentes papéis.” (minha tradução)

<sup>47</sup> Para melhor compreensão, ver a genealogia da fazenda Lages das Aroeiras, anexa.

<sup>48</sup> Depois que Mariquinha ficou viúva, ela voltou a viver em Lages das Aroeiras, reunindo-se novamente à sua *irmandade*. Quanto a seus filhos(as), uma parte permaneceu no povoado em que nasceu e outros acompanharam-na, ou chegaram antes do seu retorno, pois casaram-se com primos(as) nascidos em Lages das Aroeiras.

um conjunto de *primos e primas carnais* que convivem desde a infância, pois foram criados no mesmo lugar e totalizam em torno de 56 pessoas.

Chegado o tempo dos membros da terceira geração contraírem alianças e constituírem as próprias famílias observa-se, de maneira bastante clara, a consolidação de regras preferenciais de casamento entre *primos carnais* (sejam estes primos cruzados ou paralelos, patri ou matrilineais) nascidos em Lages das Aroeiras. Ademais, ressalta o fato de que, na faixa geracional dos netos de Seu João e Maria Rodrigues, não houve necessidade de buscar parceiros em outras comunidades, devido ao já ampliado contingente populacional existente. Tal padrão de casamento entre consangüíneos nascidos na mesma comunidade passa a constituir, no caso aqui investigado, o tipo ideal de aliança para a reprodução social do grupo, pelo menos nessa etapa específica de sua história.

A recorrência do casamento preferencial entre *primos carnais*, e também com primos de segundo grau, quando da impossibilidade do primeiro, e a evitação de uniões matrimoniais com pessoas externas à família ocorreu, enfaticamente, quando as condições sociodemográficas mostraram-se suficientes para suprir a demanda por parceiros da terceira geração. Esta parece ter sido uma prática estratégica, acionada para opor restrições ao surgimento de indivíduos estranhos, o que intensificaria a pressão demográfica, a partilha e fragmentação de uma área que outrora abrigava apenas uma família nuclear.

Nesse sentido, o casamento entre primos ou descendentes diretos do fundador passou a ser a regra asseguradora do usufruto aos recursos naturais da comunidade, cada vez mais escassos. Este padrão acentua-se ainda mais na terceira geração, se compararmos o perfil dos casamentos contraídos nesta e na segunda geração.

O estudo de Woortmann (1995) realizado em um sítio camponês no sertão sergipano observou esta mesma tendência quanto às regras preferenciais de aliança.

...com o crescimento da população a terra se torna um bem mais escasso. A endogamia de bairro, isto é, a definição das mulheres como “propriedade” do Sítio, enquanto grupo de descendência, e o dever dos homens de se casarem com essas mulheres, e com nenhuma outra, assim como a definição do conjunto de patrimônios familiares como “propriedade corporativa” do Sítio, isto é, como bens só acessíveis aos descendentes de Manoel Barreto, irão permitir a reprodução do grupo como sitiantes fortes.

Passando da posse indivisa e abundante do sítio parcelado e limitado, por efeito de crescimento demográfico num território definido, a endogamia de lugar, pensada como endogamia de “sangue” irá garantir aos *in group* sua reprodução social. (Woortmann, 1995:263)

Hoje, a quarta e quinta gerações estão compostas por uma maioria de crianças e jovens que ainda não se casaram. Entre aqueles da quarta geração que já o fizeram, observa-se a

predominância de casamentos com primos de segundo grau. Provavelmente tal ocorreu porque os mais jovens da terceira geração e os mais velhos da quarta convergiram, em determinado momento, para a mesma faixa etária e posição genealógica, na condição de solteiros em idade para casar. Apesar de serem de gerações distintas são tidos como parceiros ideais nesse período de desenvolvimento do grupo doméstico, pois significam uns para os outros, e para toda a comunidade, a possibilidade de manter a almejada tendência à endogamia de lugar.

Visto que as alianças têm um papel fundamental na construção das relações sociais, ademais de poderem funcionar como mecanismo de preservação do patrimônio familiar, ocorre que as pessoas se casem, freqüentemente, por interesse mais do que por amor<sup>49</sup> e que as alianças sejam arranjadas a fim de construir as melhores perspectivas possíveis para a reprodução social. Os pais orientam seus filhos para que se casem, preferencialmente, com primos e primas muito mais do que com pessoas desconhecidas e distantes do contexto familiar. Todavia, é consenso que, nos dias de hoje, os pais já não têm tanto poder para interferir nesse tipo de decisão como tinham outrora.

Quando questionados a respeito das pessoas *de fora* que casaram dentro da família, isto é, indivíduos nascidos fora da comunidade e que não descendem diretamente dos fundadores de Lages das Aroeiras, os entrevistados “contam nos dedos” as situações existentes, buscando demonstrar que são muito reduzidas ou mesmo raras. Os casos mencionados se referem, notadamente, a mulheres<sup>50</sup> que se deslocaram, acompanhando os cônjuges (residência virilocal), o que não parece fortuito, mas decorrente de uma estratégia que consideraria mais vantajoso que uma mulher *de fora* se case com um homem da família, do que o contrário, já que essa segunda possibilidade compeliaria o pai da noiva a doar uma parcela de terra a um estranho, ao invés de mantê-la na família. Nos casos em que se configura a segunda alternativa, nota-se certa dificuldade de absorção ou aceitação do cônjuge

---

<sup>49</sup> Segundo Woortmann e Woortmann (1990:2), em grupos camponeses parece que as pessoas se “apaixonam” pelo parceiro mais indicado para sua reprodução social, pois para o amor ser socialmente legitimado ele deve corresponder aos interesses da aliança ou da descendência, culminando, assim, em um casamento construído pelas famílias nele interessadas.

<sup>50</sup> O tema relativo às pessoas consideradas como sendo *de fora* da comunidade e como pertencentes à família Cardoso da Silva é delicado, gerando contradições entre o dito e o feito. Muitas vezes, pessoas consideradas *de fora* mantêm algum vínculo de parentesco com Ego embora dele não descendam diretamente. Geralmente, as pessoas de fora ali se encontram por terem se casado com alguém *de dentro*. Contudo, se pelas regras locais os nativos não devem se casar ou mesmo vender parcelas de terra a pessoas *de fora*, ao examinarmos os dados disponíveis no croqui e no diagrama de parentesco, constatamos exceções à regra.

na estrutura social familiar<sup>51</sup>, de modo que o forasteiro, mesmo residindo por muitos anos na fazenda, permanece sendo identificado como alguém *de fora*.

As evidências apresentadas corroboram que a escolha de um parceiro não constitui assunto de caráter individual, mas envolve o grupo como um todo. O mesmo ocorre com a separação ou divórcio, fato pouco recorrente (a genealogia de Lages das Aroeiras registra cinco casos) e evitado ao máximo, pois desestabiliza a organização doméstica, que se baseia na divisão sexual do trabalho. A estabilidade das relações interessa a todos, principalmente às mulheres e suas famílias de origem que, em caso de

uma separação ver-se-iam compelidas a acolher as filhas divorciadas, arcando com o conseqüente ônus do seu sustento e dos netos.

Tomei conhecimento de um caso de separação que mostra bem as vicissitudes que atingem a vida de uma mulher e dos seus filhos depois de um episódio de divórcio. No caso em questão, o ex-marido recompôs a vida conjugal, da qual derivou filhos, e deixou de arcar com as despesas dos filhos do casamento desfeito. A primeira mulher, sem condições para suprir as suas necessidades materiais, e as dos filhos, viu-se constrangida a transferir a sua guarda para os seus pais, avós maternos (FaMo e MoMo) das crianças, com quem vivem e trabalham. Tempos depois ela se casou novamente<sup>52</sup> e teve mais um filho. Este, sim, vive com ela e o atual marido, que se recusa a acolher, todavia, na residência do casal, os filhos do casamento anterior da mulher, em face do que o ônus pela união frustrada recai sobre os avós maternos.

As mulheres comentam que, uma vez separadas, dificilmente encontram um parceiro que assumira seus filhos. Não raro, ademais, as crianças são por ele destratadas, por não serem fruto da união conjugal. Devido às dificuldades enfrentadas, muitas passam a compor a categoria de pessoas disponíveis mas não casáveis, assim como o são as pessoas portadoras de deficiências, condição que, em geral, significa uma ameaça para a reprodução social e econômica do grupo doméstico (Woortmann, 1995).

Tais exemplos confirmam o suposto de que o laço conjugal nessa modalidade de sociedade, a exemplo de outras, é também um contrato de interesses materiais, mediante o qual se busca estabelecer boas alianças, entendidas como aquelas que produzem

---

<sup>51</sup>Observei, com mais regularidade, dois desses casos, podendo, evidentemente, haver outras ocorrências, já que não me foi dada a oportunidade de observar todas as relações neste nível. Muitas vezes esse tipo de informação, de caráter reservado e discrepante em relação ao padrão de aliança dominante, é ocultado do pesquisador, ou só pode ser percebido mediante um grau maior de intimidade entre este e as pessoas do local, o que requer lapso de tempo maior do que aquele de que dispus para o trabalho de campo.

<sup>52</sup> Entre um casamento e outro ela teve seu quarto filho, que reside com os demais irmãos do primeiro casamento, na casa dos avós.

descendência, de modo que mulheres estéreis ou com muitos filhos de um casamento anterior não parecem constituir o tipo ideal de parceira. A avaliação dos interesses em jogo é usual, e presumível, entre camponeses pobres, pois os benefícios que podem redundar de uma união conjugal são considerados legítimos, longe, portanto, de constituir uma atitude moralmente condenável, como seria de se pensar em sociedades modernas. Enquanto nessas se entende que o casamento deve ser informado pelo amor, no universo camponês o amor chega a ser dispensável se não estiver associado a uma relação em que a reprodução social da família possa se viabilizar (Woortmann & Woortmann, 1990).

Em Lages das Aroeiras há a categoria de *primos-irmãos* (primos paralelos patri e matrilineares)<sup>53</sup>, fruto do casamento de duas irmãs com dois irmãos. De acordo com o entendimento local, os filhos que advierem dos dois casais não devem casar entre si, muito provavelmente porque se lhes considera irmãos, ou muito próximos dessa categoria. Esta regra diverge daquela anteriormente descrita e mais usual, segundo a qual a união entre *primos carnais* (primos cruzados ou paralelos) é positivamente prescrita.

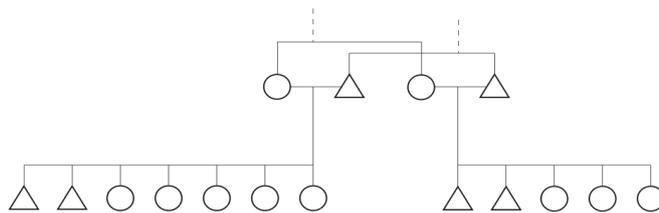


Figura 6. Esquema genealógico – *primos-irmãos*

A proibição do casamento entre *primos-irmãos* parece vigir desde que o grupo pesquisado se constituiu, mantendo-se enquanto tal em Lages das Aroeiras, até os dias de hoje. É possível que tal prática abranja outras comunidade dessa região do sertão baiano, enquanto um costume mais antigo, cujo período e abrangência o presente estudo não abarca.

De maneira inversa, a etnografia de Woortmann (1995:264-265) entre camponeses do sertão de Sergipe mostra que, no sítio pesquisado, o casamento entre *primos-irmãos* era um preceito, cujo objetivo era minimizar a disputa por terras, num período em que o cercamento havia se intensificado.

<sup>53</sup> A maioria das terminologias de parentesco classifica primos paralelos juntamente com os irmãos (Shusky, 1973:99).

Já no contexto por mim investigado, quando os entrevistados foram questionados com relação ao que motiva a proibição de tais casamentos, afirmaram que a Igreja não permite esse tipo de união. No entanto, o casamento entre *primos carnais* também não é sancionado pelas regras matrimoniais da Igreja Católica e, mesmo assim, ocorre, indiscriminadamente, sendo, inclusive, estimulado pela comunidade local<sup>54</sup>.

Uma vez perguntei a Dona Mariquinha se o casamento entre *primos carnais* sofria de alguma restrição. Ela respondeu que, segundo o padre, os casamentos desse tipo já realizados são aceites mas que não haveria permissão para que novos fossem contraídos. Concluindo, ela ponderou que, hoje, já não há casamentos; as pessoas começam a namorar e logo *carregam*, sem que haja formalização religiosa da união. Por essa razão mesma, ou seja, dado que a expectativa social é que a relação não será sacramentada pela Igreja, o casamento entre *primos carnais* continua ocorrendo.

...a moralidade do cristianismo oficial freqüentemente se chocava com padrões camponeses, muitos dos quais se conservaram até hoje a despeito não só dessa moralidade, como de transformações mais gerais no mundo ocidental. A preocupação da Igreja com padrões matrimoniais e com a sexualidade é bastante antiga(...). Boa parte das preocupações (...) até os dias de hoje, dizia respeito à endogamia. (Woortmann & Woortmann, 1990:4-5)

Mas se o casamento entre *primos carnais* acontece, não obstante a proibição da Igreja, por que o casamento entre *primos irmãos* não é permitido em Lages das Aroeiras? De acordo com a minha interpretação isso se dá porque que o fato de os *primos-irmãos* serem primos em primeiro grau, por parte de mãe e de pai, faz com que sejam considerados primos ainda mais próximos do que os *carnais*, o que os torna praticamente irmãos. O casamento entre irmãos, assim como entre tios e sobrinhas (avunculato), é vetado, no que difere mais uma vez das regras vigentes no sítio camponês sergipano estudado por Woortmann (1995), cujo casamento avuncular foi uma prática costumeira até certa época.

A existência de regras de aliança opostas em formações sociais similares – o campesinato de duas regiões do sertão nordestino – indica que cada localidade cria as suas próprias regras, matrimônios e de outra modalidade, assim como suas terminologias de parentesco. Tais regras tendem a conformar a estrutura social segundo a relação que cada grupo doméstico estabelece com a terra, base material que possibilita a existência do grupo

---

<sup>54</sup> "... regulação, oficialização, controle e codificação: a instituição matrimonial se encontra, por sua própria posição e pelo papel que ela assume, encerrada numa firme estrutura de ritos e interditos..." (Duby, 2001:11-12)

enquanto tal. Neste sentido, não obstante as regras matrimoniais de cada região variem, todas parecem ter por objetivo, nos distintos contextos de campesinato, a evitar ou a minimizar a fragmentação das áreas ou sítios familiares.

### **2.3.2 Padrões de residência: virilocalidade e zoneamento espacial das famílias extensas**

Em Lages das Aroeiras, estando uma união livre de interdições sociais, o mais comum é que os novos casais passem a viver nas proximidades da casa dos pais do homem, onde a mulher e os filhos que hão de nascer são acolhidos. Tal se dá porque os homens têm prerrogativa sobre a propriedade da terra e, nesse sentido, recebem, do pai, quando alcançam a idade de dezoito a vinte anos, uma parcela de terra que assegure a abertura da própria roça, a construção da casa e o início da vida produtiva, um pouco antes ou logo após o casamento. São eles, e não as mulheres, que chefiam as unidades de produção agrícola. Muito embora as mulheres e as crianças participem das atividades laborais, é o homem que lidera a condução dos trabalhos e se responsabiliza, em última instância, pelo sustento de seu grupo doméstico.

Esse deslocamento de pessoas e a sua fixação em determinado local da fazenda, decorrente da residência virilocal, podem ser observados tanto na genealogia como no croqui da comunidade, em anexo. Como exemplo, na primeira, no caso de casamento entre *primos carnais* e *primos segundos*, os cônjuges aparecem primeiramente ligados a suas famílias de origem, mas a família que resulta dessa união (casal + filhos) está conectada à família do homem, uma vez que é nesse âmbito que as relações serão estabelecidas. Na família da mulher há um indicativo de que ela se casou (uma linha pontilhada que a conecta ao seu cônjuge), pois seu marido aparece ao seu lado, mas sua família completa, o que inclui os filhos do casal, só pode ser vista como uma extensão da família de origem do marido.

O padrão de residência virilocal também pode ser identificado no croqui. Como exemplo, tomemos o caso de Leda (32) e Jussemar (32), um casal da terceira geração, netos, portanto, de Seu João e Maria Rodrigues. Ela é filha de Edite (10) e Antonio (10), e ele, de Valdemar (36) e Analice (36). Como *primos carnais*, dado que Antonio e Valdemar são irmãos, Leda e Jussemar construíram sua casa (32, Cf. croqui anexo) na vizinhança do pai de Jussemar, demarcada pelo pontilhado de cor preta. O mesmo se dá com os demais casais de *primos carnais*, o que pode ser verificado, tomando-se o número de referência do casal no diagrama e buscando-se o mesmo no croqui.

As linhas pontilhas no croqui, circulando conjuntos de casas, indicam a existência de diferentes vizinhanças, cada uma das quais tem, geralmente, como vetor, uma pessoa da segunda geração, sendo os demais seus filhos, noras, netos e bisnetos. Se o desenho do croqui retratasse os primeiros tempos de Lages das Aroeiras, nele constariam apenas as casas dos fundadores e de seus filhos e filhas, conformando uma única família extensa, já que o fundador *arranchou*, isto é, forneceu terra de morada e terra de trabalho, para seus filhos, filhas e cônjuges.

Com a morte dos fundadores e o desenvolvimento das gerações que deles descendem, estão representadas no croqui pelo menos sete famílias extensas – grupos circulados por cores diferentes – que se concentram em torno dos filhos dos fundadores, pois, a exemplo de seus pais, estes *arrancharam* os descendentes ao seu redor, dentro dos limites de suas posses. Em laranja, as casas que fazem parte da família extensa de Antonio; em roxo, as de Marianna; em verde, as de Mariquinha; em azul claro, as de Nézinho; em vermelho, as de Józa; em preto, as de Valdemar; e, finalmente, em rosa, as de Pedro.

Ao se observar a distribuição desses agrupamentos no espaço da fazenda percebe-se que, para efeitos gráficos, é possível definir e visualizar seus limites. Porém, é importante frisar que, no plano da realidade empírica, suas fronteiras são permeáveis e móveis, diferentemente do caráter esquemático da ilustração. Os contornos podem variar ou se transformar de acordo com os acontecimentos que transcorrem, sucessivamente, além, é claro, de se registrarem exceções ou ambigüidades quanto ao posicionamento das casas que fogem ao modelo de agrupamento aqui proposto.

Vejamos, pois, quais são as exceções registradas e que podem ser observadas no plano gráfico. Em amarelo, temos as casas dos filhos da finada Clara dispersas no espaço. Este grupo já não possui a mesma unidade das outras famílias extensas, pois a matriarca Clara e o patriarca Eloy, figuras centrais para a coesão social, econômica e territorial desta família extensa, já morreram.

Outra exceção é o caso de Dona Louzinha (33). Por nunca ter-se casado, não chegou a constituir sua própria família e sempre viveu com os pais. Com a morte desses, ela saiu da casa paterna e construiu uma nova, bem próxima à de Valdemar, seu irmão e afilhado. Isso feito, ela passou a integrar a rede social e de ajuda mútua da família extensa que ele chefia, composta inicialmente apenas pelos seus filhos, noras e netos(as). A razão que levou Dona Louzinha a se unir à vizinhança formada pela família extensa de Valdemar foi a relação de

compadrio que mantém com o irmão. Reciprocamente, Valdemar se viu na obrigação de incorporar a madrinha e irmã mais velha à sua rede de ajuda mútua pois, na condição de mulher idosa e solteira, encontraria dificuldades para sobreviver em um contexto cuja subsistência passa, necessariamente, pela integração que caracteriza o trabalho familiar no grupo doméstico.

Há ainda três casas – 13, 16 e 17 – que estão distantes ou fora da área de concentração das famílias extensas. Isso deve ter ocorrido em razão de serem habitadas por casais recém casados e que, à altura do processo de ocupação do espaço da fazenda, não puderam ter suas casas construídas nas proximidades da casa dos pais do cônjuge masculino. Quanto às casas com números brancos que não estão incluídas em nenhuma família extensa definida pelas linhas pontilhadas coloridas, elas denotam duas possibilidades:

- (i) Casas que estão fechadas e desabitadas ou porque seus donos morreram – casa 1 – ou porque o grupo doméstico que ali vivia migrou – casa 44.
- (ii) Casas onde vivem grupos domésticos que não figuram na genealogia de Lages das Aroeiras que tracei. As pessoas que vivem nessas casas têm algum grau de parentesco com os fundadores ou com seus descendentes diretos mas não se casaram com pessoas dessa matriz de descendência. Por isso são pessoas consideradas *de fora da família* mas que, por alguma razão, passaram a viver em Lages das Aroeiras (casas 2, 11, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48).

Os agrupamentos residenciais ou famílias extensas – indicados no croqui por linhas coloridas pontilhadas – não são identificados, localmente, por algum nome específico, até onde pude perceber. No entanto, a persistente relação entre as casas que os compõem, supõe a existência de uma convivência específica entre elas e de certo vínculo preferencial entre seus membros. Se em Lages das Aroeiras *todo mundo é parente, uma família só*, é importante lembrar que no interior dessa grande família há nichos familiares bem definidos: vizinhanças residenciais agrupadas em torno de cada membro da segunda geração. Estes patriarcas – Antonio, Nézinho, Józa, Valdemar e Pedro – e matriarcas – Mariquinha, Marianna e Clara – se tornaram avós e bisavós, em outros termos, pessoas morais<sup>55</sup> das famílias que formaram.

---

<sup>55</sup> Pessoas que trocam e contratam em nome das suas coletividades (Mauss, 2003:190).

As trocas de favores, de produtos e objetos, isto é, a circulação de dádivas, tema ao qual me atenho mais demoradamente no terceiro capítulo, também ocorrem, preferencialmente, dentro do circuito de relações estabelecidas no interior de cada família extensa. As crianças nascidas em cada um dos grupos domésticos que compõem as sete famílias extensas são primas em primeiro grau, convivem com muita proximidade, têm a casa dos avós como referência central e são, desde pequenas, vistas como parceiros preferenciais ou cônjuges em potencial.

### 2.3.3 Relações de vizinhança

Durante o trabalho de campo percebi que, apesar de todos se dizerem parentes e membros de uma só família, a circulação de pessoas no espaço da fazenda e no interior das casas não se dá indiscriminadamente, mas observa uma certa ordem.

Por ocasião da minha instalação, muita gente vinha à casa onde eu estava, curiosa em me ver e, sem que eu soubesse, a rotina daquele lar era alterado. Mas, depois de algum tempo, acostumados todos à minha presença, e tomando conhecimento de que eu não iria embora tão cedo, a rotina da casa parecia voltar praticamente ao normal. Foi quando comecei a perceber, quais eram as pessoas que entravam ali todos os dias, e quais as que vinham apenas esporadicamente .

O interesse pela autonomia nos *sítios* pode ser verbalizado, além de visível na organização do espaço dos *sítios*. Mas, de fato, a realização deste ensejo de autonomia é sempre questionável, como deixa entrever o entra-e-sai amiudado de estranhos às casas, o que não chega a interromper a rotina. (Marques, 2002:51)

Não obstante tratar-se Lages das Aroeiras de um pequeno povoado, os seus habitantes não circulam a esmo. De modo geral, restringem-se a circular entre suas casas e os locais de trabalho, pontos de encontro (roças, quintais, mini-fábrica, fundo de pasto, cacimba, bares e a associação local) e a casa dos vizinhos mais próximos, no limite dos agrupamentos que descrevi.

A partilha de experiência é de um modo geral intensa por toda uma população em que basicamente todos são conhecidos individualmente por cada membro da mesma comunidade moral referida àquela localidade. (...). No seio da vizinhança, um indivíduo desenvolve seus laços de sociabilidade mais fundamentais e dá o primeiro passo, fora de *casa*, isto é, para além das paredes que a delimitam e da intimidade doméstica reinante entre um casal, seus filhos solteiros e outros eventuais co-residentes (um dos sogros, tios irmãos solteiros, um irmão ou afilhado

adotado), rumo à alteridade, que tende a variar em grau segundo a distância espacial e genealógica em relação à própria *casa*. Às vezes outro e mesmo se confundem, porque o vizinho é parente bem próximo de um dos cônjuges (quando não de ambos), de preferência do homem: um irmão já casado, os pais e irmãos e irmãs solteiros. (Marques, 2002:50-51)

Eu observei que na casa de Dona Louzinha, por exemplo, os membros da família extensa que ela compartilha eram os que entravam e saíam de sua casa mais constantemente. Exceto por essas pessoas, que compareciam, diariamente, várias vezes ao dia, os demais familiares e habitantes da fazenda passavam por lá esporadicamente e, mesmo assim, nem todos o faziam. As visitas casuais são, de modo geral, dos moradores que vivem no mesmo lado do riacho. Os que vivem do outro lado estão mais distantes e acabam circulando mais ali, embora nada impeça que transitem e visitem parentes que vivem no lado oposto.

Não é à toa que, segundo Rosinha, apesar de comporem todos os habitantes uma família, ela frequenta apenas cinco casas em um total de 43. Estas cinco casas, não por acaso, estão todas do mesmo lado do riacho onde está edificada a sua, cuja maioria é de parentes que integram sua família extensa.

L'intimité du village exige que l'on garde ses distances. Ainsi, paradoxalement, plus la vie villageoise est « communautaire », plus elle pousse ses membres à l'individualisme. (Mendras, 1995, 102)<sup>56</sup>

Seu Valdemar diz que se por um lado é bom que todos sejam *uma família só* (no sentido de que descendem do mesmo ancestral fundador), por outro, o fato de viverem tão próximos uns dos outros também ocasiona intrigas. É fato que todos que ali vivem se conhecem e são conhecidos, mutuamente, o que, somada à proximidade das residências, faz com que as pessoas assistam, muito de perto, o que se passa na vida umas das outras. Isso favorece as fofocas, o controle dos movimentos dos vizinhos e a manifestação de opiniões sobre a vida alheia<sup>57</sup>. Deste modo “tanto a inveja como a solidariedade, tanto o conflito e a inimizade como a boa convivência e a amizade coexistem e são vivenciados pelos moradores” (Silva,2002:212).

De fato, a idéia de que a vizinhança é uma “comunidade moral” (Marques, 2002) que tudo vê, testemunha e opina, condiz com a realidade de Lages da Aroeiras. A opinião pública regida por preceitos morais se faz sempre presente, regulando as atitudes de todos. Isso se dá

---

<sup>56</sup> “A intimidade da aldeia exige que sejam guardadas suas distâncias. Assim, paradoxalmente, quanto mais a vida da aldeia é comunitária mais ela impele seus membros ao individualismo”. (minha tradução)

<sup>57</sup> Sobre o aspecto agonístico da sociabilidade em territórios de parentesco como bairros rurais e sítios camponeses, ver Marques (2002), Silva (2002) e Comerford (2003).

porque as atividades de cada indivíduo estão sempre sob o controle do outro e, por consequência, a coletividade faz destes testemunhos um verdadeiro controle social (Mendras, 1995:100).

Como diz Comerford,

Vizinhos e parentes formam o cerne do “público” (segmentado de acordo com a sua proximidade social, com o seu pertencimento a distintos círculos de relações) das ações de cada um e de todos; e formam também um “autor” (igualmente segmentado) das narrativas sobre essas ações, através da co-participação em eventos centrados na narrativa dos fatos observados na comunidade, seja nas narrativas sérias, informativas, dramáticas/trágicas, ou cômicas/irônicas, formando uma densa rede de julgamentos e interpretações enquadrados em distintas “molduras” (...). Esses julgamentos e interpretações estão centrados, (...), na avaliação das qualidades morais dos seus “personagens”, que são pessoas que fazem parte das famílias (...). Cada ação, própria ou alheia, tende a ser tomada como uma mensagem sobre qualidades e diferenças pessoais e familiares e sobre as capacidades individuais e familiares na arte agonística das relações sociais, e é por isso que essa ação merece ser narrada e comentada. (Comerford, 2003:32)

Eu observei tal comportamento, muito claramente, nas relações interpessoais e até mesmo nas interpelações que me eram dirigidas, pois, ao menor sinal de movimentação das pessoas no espaço da fazenda, caso não fosse evidente à primeira vista o que se passava, as pessoas me perguntavam ou perguntavam a outrem: *onde você estava? O que fazia e com quem?* Ou então indagavam a si mesmas: *quem é aquele lá? onde será que vai? e fazer o quê?*

Au cours des déplacements ont lieu des rencontres, pour la plupart habituelles. Elles peuvent se borner à la coprésence dans le champ audiovisuel; mais le faible encombrement de ce champ laisse peu de chance à une présence de passer inaperçue ; la connaissance des habitudes de chacun fait prévoir cette présence, celle de la silhouette et de l’allure favorise l’identification à distance ; il reste donc peu des déplacements de chacun dans l’aire commune qui n’aient sinon un partenaire, du moins un témoins du groupe (...). Un individu aura été aperçu, au cours de la journée, à des heures différentes par différentes personnes. Mais, au cours des réunions habituelles ou provoquées à cet effet, a lieu, de bouche à oreille ou en comité, le récolement des observations partielles. S’il y a conformité à l’attente, ce récolement ne fait qu’affirmer les traits du personnage. En revanche, tout écart fait immédiatement l’objet d’une mobilisation des savoirs, d’un recours éventuel aux spécialistes, puis d’une vérification diffuse. (Maget, M. *apud* Mendras, 1995:100)<sup>58</sup>

---

<sup>58</sup> “Ao longo dos deslocamentos têm lugar os encontros, na maior parte habituais. Eles podem se limitar a co-presença no campo audiovisual; mas o fraco congestionamento desse campo deixa pouca chance para uma presença passar desapercibida; o conhecimentos dos hábitos de cada um faz prever essa presença, aquela da silueta e do aspecto favorecem a identificação à distância; resta então pouco dos deslocamentos de cada um no ar comum que não tenham senão um parceiro, ao menos uma testemunha do grupo. Um indivíduo terá sido percebido, ao longo do dia, em horas diferentes por diferentes pessoas. Mas ao longo das reuniões habituais ou provocadas para isso, tem lugar o boca a boca ou em particular, o recolhimento das observações parciais. Se há conformidade com o esperado, esse recolhimento só faz afirmar os traços da personagem. Em compensação,

Segundo Mendras (1995:96-101), isso é resultado das relações que se estabelecem em uma coletividade de interconhecimento, em que todas as pessoas se conhecem e se controlam mutuamente. Para Comerford (2003), é uma maneira sutil, porém eficaz, de controlar a circulação de pessoas estranhas e de moradores dentro da localidade. Por meio desse exercício, as pessoas elaboram um mapa cognitivo que organiza e constrói o conhecimento que elas possuem sobre a realidade em que vivem. Esse mapeamento se pauta em princípios básicos, tais como o pertencimento familiar, relações de parentesco, localizações geográficas e a reputação dos indivíduos numa “espécie de prática permanente de produção de referências mais ou menos contestáveis, que produzem um auto-conhecimento dessa sociedade” (Comerford, 2003:33-34).

Nesta mesma linha, Marques (2002) destaca que a relação entre os moradores de uma vizinhança residencial é muito estreita, pois abrange laços de sociabilidade fundamentais e imediatos que os indivíduos tecem, para além daqueles mais primários, existentes na intimidade do grupo doméstico, com quem partilha a mesma casa.

Contudo, essa proximidade no convívio exige certos cuidados:

ser um bom vizinho consiste em dispor de toda a ajuda necessária, evitando interferir no andamento da casa próxima, nas atividades e nos hábitos de todos aqueles que a habitam, mas que no entanto conhece quase tão bem quanto os da sua própria. (Marques, 2002:52)

A tese dessa autora sobre vingança de família no sertão de Pernambuco mostra que a proximidade é um fator determinante no desenrolar dos acontecimentos que entremeiam *intrigas e questões* nas tramas sociais daquela região.

Em minhas observações durante o trabalho de campo captei, sutilmente, a existência de certas tensões nas relações entre indivíduos e famílias nucleares. Contudo, minha impressão é de que, frente a mim, uma pessoa estranha, eles procuravam não expor esse aspecto da vida em comunidade. O acesso a esse tipo de informação me foi concedido em detalhes apenas por uma pessoa com quem teci uma relação de maior amizade, intimidade e confiança. No entanto, o que me confidenciava dizia respeito a conflitos que permeavam sua vida pessoal e envolviam outras poucas pessoas. A falta de tempo não me permitiu obter outras fontes e outros dados acerca de dificuldades nas relações interpessoais, uma vez que

---

todo desvio faz-se imediatamente objeto de uma mobilização dos saberes, de uma consulta eventual aos especialistas, depois de uma verificação difusa.” (minha tradução)

temas conflituosos são evitados, a fim de não enfraquecerem a imagem que o grupo quer passar àqueles que vêm de fora para conhecê-los.

#### **2.4 Herança e conjunto de direitos que regulam o acesso à terra em Lages das Aroeiras**

Apesar das eventuais dificuldades enfrentadas pelos parentes de Lages das Aroeiras para manter as relações em bons termos no intenso convívio que experimentam, a união de seus membros é mais forte do que o potencial desagregador das pequenas intrigas que entremeiam as interações cotidianas.

Algo que os une, sem que isso impeça desentendimentos, é a maneira pela qual a família Cardoso da Silva está atrelada às terras da localidade, conformando um território de parentesco. A tendência à endogamia, bastante praticada entre os membros do grupo, ao longo dos anos, e no desenrolar das gerações, conecta a localidade a um nome de família, que a controla e que ali se desenvolve há mais de sessenta anos. Trata-se do que Comerford chamou de “um processo de ‘localização’ das famílias e de ‘familiarização’ das localidades” (2003:41).

Isso não aconteceu por acaso mas porque sua condição camponesa é fundada no patrimônio territorial. Para perpetuá-lo sob seu domínio, é preciso que as alianças estabelecidas entre seus membros produzam alianças capazes de evitar a fragmentação excessiva e, com isso, a dissolução do patrimônio. Essa peculiaridade confere ao grupo a característica de uma “comunidade fechada”, na qual o acesso à terra se dá unicamente pela via do parentesco (Woortmann, 1990). No mesmo sentido, padrões de residência, casamento e de herança foram, e são, acionados a fim de preservar o patrimônio nas mãos dos que descendem dos fundadores de Lages das Aroeiras. Tais estratégias visam garantir sua reprodução social, que depende, necessariamente, da disponibilidade de terra para as gerações atuais e futuras.

Há uma preocupação com a integridade do território de Lages das Aroeiras, o que inclui tanto o patrimônio específico de cada família nuclear como também a área de uso comum dos recursos naturais, antes identificada como *terra livre* e atualmente denominada, por alguns, de *fundo de pasto*. No que tange às áreas familiares, são acionadas as regras de herança em vida (Moura, 1978) ou de cessão de direitos (Godoi, 1999) e, ainda, a proibição de venda ou troca de roças com pessoas de fora da comunidade. Já em relação à área de *fundo de pasto* são acionadas regras consensuadas entre todas as famílias que vivem na fazenda e

que fazem uso dos recursos naturais disponíveis nesse espaço. Hoje em dia, essas regras são estabelecidas e mediadas pela associação local.

O conjunto de regras que regula o tipo de apropriação e uso dos diferentes espaços que compõem a fazenda (área coletiva e áreas familiares) configura o que Godói chamou de “sistema de direitos combinados”, “isto é, a depender da relação que o indivíduo venha a estabelecer com a terra vai ser definido o conjunto de direitos sobre ela” (1999:58).

Vejamos, então, como o padrão de herança da terra, de alocação das novas gerações no território de Lages das Aroeiras e os direitos e acordos estabelecidos pelo grupo para o uso do espaço se conectam aos padrões de casamento, residência e de vizinhança<sup>59</sup>.

Quando Seu João *assituou* cada um de seus filhos e suas respectivas famílias em pontos extremos do centro de sua fazenda, a fim de empreender uma expansão territorial e garantir a apropriação do espaço resultante dessa estratégia, ele estava, ao mesmo tempo, colocando em prática a passagem de sua propriedade aos filhos. Fez isso gradativamente, conforme seus filhos e filhas iam se casando ou se emancipando. Queria beneficiá-los com o acesso à terra e, com isso, possibilitar que iniciassem suas vidas produtivas, independentes da casa paterna. Segundo Moura essa

...condição de emancipação é acionada pela concessão de um lote de terra já que necessita manter um provento próprio em função da nova etapa etária que atingiu. (...). Havidos matrimônios, o novo casal torna possível reproduzir naquela área o binômio unidade de produção – unidade de consumo que caracteriza a propriedade camponesa independente: no caso, o homem produz na “roça” visando à manutenção da “casa de morada” onde trabalha sua mulher. (Moura, 1978:38-39)

Godói (1999:70) identificou a prática mencionada por Moura entre camponeses do sertão do Piauí, denominando-a *cessão de direitos* ou de *serviços*. Contudo, no povoado de Zabelê a prática se restringia à *terra de conjunto* (equivalente ao que estou chamando de *terra livre* ou *fundo de pasto*), enquanto em Lages das Aroeiras ela vem ocorrendo na área da fazenda como um todo.

Em Lages das Aroeiras a cessão de direitos ocorreu em vida do fundador, tal como o estudo de Moura (1978) sobre a herança da terra em São João da Cristina, Minas Gerais, demonstrou. Ou seja, no universo camponês, a herança não precisa ser necessariamente deflagrada com a morte do dono da terra e sim “a partir da maturidade ou logo após, em

---

<sup>59</sup> Alguns aspectos relacionados à questão da herança e dos direitos sobre o uso da terra, que se fizeram notar durante o trabalho de campo, serão aqui expostos, sem a intenção de exaurir o debate sobre o tema, que em si não é o foco principal da presente investigação. No entanto, essas categorias afloraram na observação etnográfica, requerendo o seu tratamento.

função do matrimônio do indivíduo, fatos que preparam ou inauguram a sua condição camponesa independente. E esta só se concretiza de fato com o acesso à terra” (1978:3).

A partilha foi feita de maneira igualitária<sup>60</sup> entre todos os filhos de Seu João, o que ensejou a divisão da terra em dez partes, na passagem da primeira à segunda geração. Todos receberam uma parcela, mesmo aqueles filhos que não viviam em Lages das Aroeiras, o que ocorreu gradativamente, conforme os filhos e filhas atingiam a maturidade ou se casavam. À medida que abandonavam a casa dos genitores, o pai se lhes cedia parcelas, por meio de compromisso oral apenas, sem qualquer trâmite legal.

Essa situação perdurou mesmo depois de sua morte, pois não foi feito um inventário, nem um formal de partilha para legalizar a situação dos novos proprietários. Do ponto de vista legal a terra permaneceu indivisa, enquanto na prática se configurou justamente o contrário.

Mesmo que os filhos tivessem conhecimento dos procedimentos específicos relacionados às regras do Código Civil – instauração de inventário e partilha geodésica da terra –, a sua não prescrição no local os levou a operar segundo a lógica do sistema de posses, que vigia e vige até os dias de hoje em muitas áreas do sertão baiano.

Do mesmo modo, em que pese saberem que seu pai comprara uma terra de vinte hectares, cuja escritura de compra e venda têm em mãos até hoje, percebiam que, na prática, este documento não seria de muita utilidade. Primeiramente, a escritura nunca serviu para impedir as grilagens que sofreram e, depois, a área que dominavam à época da morte do fundador diferia bastante daquela comprada originalmente pelo pai. Isso quer dizer que ao tempo em que foram grilados, eles também se apossaram de parcelas de terras soltas nas cercanias e ainda compraram novas áreas de roça que foram agregadas à fazenda originária. Entre os motivos alegados para não terem ido em busca da legalização da herança estão o alto custo que teriam que pagar ao cartório e ao advogado e, ainda, a dificuldade de se deslocarem à sede da comarca.

Assim, não obstante possuam um vínculo formal com a propriedade de vinte hectares de terra, eles se auto-apreendem e se comportam como posseiros. Nessa condição, os

---

<sup>60</sup> Outras etnografias mostram diferentes modalidades de herança adotadas entre camponeses a fim de se evitar a fragmentação excessiva da terra entre herdeiros no plano intergeracional. Bourdieu (1972) descreve a unigenitura e o celibato como práticas do campesinato francês, enquanto Moura (1978) mostra que, em Minas Gerais, os homens compram as terras herdadas por suas irmãs e vendem a terra que sua esposa herdou do irmão, a fim de possuírem dois lotes confrontantes ao invés de dois lotes separados, duplicando, assim, a área possuída originalmente. Já Woortmann (1995) aponta o casamento entre primos cruzados como uma solução para se manter a terra dentro da família, no sertão de Sergipe, similarmente à situação que identifiquei no sertão da Bahia.

mecanismos formais só são buscados quando se sentem ameaçados pela expropriação da terra. Como este não era o caso, agiram como bem observa Moura:

Sempre que as regras do Código Civil Brasileiro, que é dominante para a sociedade brasileira como um todo, não se mostrarem prescritivas, a ponto de a prática local repeti-las expressamente, desenvolvem-se soluções adequadas à área no sentido de garantir o acesso à terra. (Moura, 1978:4)

A opção adotada, em Lages das Aroeiras, pelos filhos dos fundadores, na ocasião da morte dos pais, fez com que a totalidade da área compreendida pela fazenda permanecesse indivisa. Mas, ao invés de ser habitada e cultivada apenas pela família do dono da propriedade, ela passou a reunir diversas famílias nucleares, em uma única propriedade, conformando, ali, uma família extensa. Enquanto Seu João era vivo e os filhos já estavam emancipados, existiam oito unidades econômicas<sup>61</sup> independentes dentro da mesma propriedade. Cada uma possuía seu sítio, composto por casa, quintal e roça, e o gerenciava de forma autônoma, mediante o trabalho familiar de cada unidade. Esse padrão manteve-se e se ampliou depois da morte dos pais, dando origem a novas famílias extensas na localidade<sup>62</sup>.

Contudo, conversando mais detidamente com os filhos e filhas de Seu João, percebi que a extensão de terra recebida por cada um não foi exatamente igual. Embora essa tivesse sido a intenção, eles não dispunham de instrumentos ou recursos para medir a terra, e assim, do mesmo modo que a terra adquirida pelo fundador não havia sido medida<sup>63</sup>, a que ele deixou para os filhos também não o foi. Contam esses que o pai repartiu a terra entre eles *nos olhos*, apontando os limites de cada área a partir de um aceiro e outro, mas como essa era uma marcação vaga, *cada um tirou o que entendia*.

É possível que alguns deles tenham respeitado a área que já estavam usando, isto é, o que cada um era capaz de cultivar, de acordo com o tamanho da família. Mas é possível também que tenham aproveitado a oportunidade para se apossar de uma área maior do que aquela imprecisamente definida pelo fundador, como deixa entrever a fala de Seu Valdemar.

---

<sup>61</sup> Essas oito unidades econômicas independentes correspondem a oito famílias nucleares, das quais uma é a do fundador e as outras foram formadas por sete de seus filhos e filhas.

<sup>62</sup> Neste sentido, pode-se dizer que Lages das Aroeiras foi se tornando, na acepção de Candido (2003), um bairro rural. Segundo o autor, este pode ter início com "...determinada família que ocupava a terra e estabelecia as bases da sua exploração e povoamento. (...). Ao fundamento territorial, juntava-se o vínculo da solidariedade de parentesco, fortalecendo a unidade do bairro e desenvolvendo sua consciência própria". (Candido, 2003:101)

<sup>63</sup> Seu Valdemar me explicou que à época em que seu pai comprou os vinte hectares que deram origem a Lages das Aroeiras (1947), o hectare correspondia a cinquenta tarefas. Hoje, entende-se que um hectare corresponde a 2,3 tarefas. Naquele tempo havia mais terra disponível, e, proporcionalmente, um hectare correspondia a uma porção maior de terra. Além da ausência de medição das áreas até há pouco tempo, a alteração da medida de uma tarefa é mais um fator que confunde e contribui para a indefinição dos limites da fazenda, entre os próprios camponeses.

Tentar proceder ao cálculo da parcela que coube a cada um, para, então, conhecer como foi feita a divisão da terra da segunda para a terceira geração e assim por diante, não levaria a um resultado exato já que medições precisas só foram feitas recentemente, quando as áreas de cada família já não eram mais as mesmas que então. Vale lembrar que além da parte fracionada em áreas individuais/familiares, sempre houve uma área adjacente, utilizada como fonte de recursos naturais e como pastagem nativa por todas as famílias da fazenda<sup>64</sup>.

Por outro lado, o destino conferido por cada filho à parcela recebida, a título de herança, tem variado muito, desde então, a ponto de Valdivino ter-me dito que já não mais existem terras de herança. Segundo ele, a única coisa que se mantém como na época da partilha, é a localização de cada casa dos herdeiros em um extremo da fazenda. Ali, cada herdeiro (segunda geração) distribuiu seus filhos e respectivas famílias, dando origem às já mencionadas vizinhanças habitadas por diferentes famílias extensas.

Quanto à área que cada família nuclear detém para usufruto, sua extensão é variável, e pode diminuir ou aumentar em função do interesse, maior ou menor, que cada chefe de família tem pela agropecuária, do tamanho de seu grupo doméstico e, por consequência, de sua capacidade produtiva. Em tal variação está implicada uma constante rotatividade de roças, que se restringe, contudo, aos moradores da comunidade. É permitido, por exemplo, a um agricultor de Lages das Aroeiras, aumentar seu patrimônio e comprar uma roça de alguém de fora da comunidade; porém lhe é vedado vender qualquer parte do seu patrimônio a pessoas que não sejam descendentes dos fundadores ou ao menos considerados parentes por algum vínculo consanguíneo.

É interessante notar que essas transações não se efetuam apenas por meio de compra e venda mas também por meio de trocas e acordos, situações que descrevo, em detalhes, no capítulo seguinte. Trata-se de um tipo de transação que, na literatura, compõe o chamado “mercado de direitos e benfeitorias” (Godoi, 1999), sobretudo o de compra e venda (Musumeci, 1988; Soares, 1981). Isso quer dizer que, entre camponeses posseiros, transaciona-se apenas a terra que já foi cultivada ao menos uma vez e não áreas de uso comum, como, por exemplo, o *fundo de pasto*.

---

<sup>64</sup> Tratarei, mais adiante, sobre os direitos vigentes nessa área específica da fazenda, que possui um regime de uso diferenciado das áreas individuais/familiares.

Segundo Musumeci :

...só aquilo que resulte do investimento de trabalho na terra está sujeito à apropriação privada e pode constituir objeto de transações mercantis. Apenas as “benfeitorias”, “melhoramentos”, ou “serviços” (como a casa, com o quintal que a rodeia; o terreno total ou parcialmente preparado para plantio, ou já contendo os produtos da roça; esses mesmos produtos; as cercas, pomares, paióis, etc.), por materializarem o esforço produtivo das unidades familiares, tornam-se passíveis de compra e venda, não a terra em si mesma, a terra nua não trabalhada ou já despida dos vestígios do trabalho que nela se realizou. (Musumeci,1988:34)

Em Lages das Aroeiras, o “mercado de direitos e benfeitorias” respeita as regras mencionadas, ou seja, nada deve ser vendido – roças ou casas – a pessoas externas à comunidade, a fim de que o território familiar não seja adentrado nem fracionado por estranhos. Se os donos de cada roça variam ao longo do tempo, o patrimônio territorial mantém-se sob o domínio da família Cardoso da Silva. Mas se esta é a regra explícita, e reforçada no plano do discurso, contradições são perceptíveis, na prática. Observando-se o croqui e a genealogia, é possível divisar no primeiro casas com numeração em branco, e indivíduos assinalados com a letra “F”, na segunda. Estes símbolos pretendem mostrar que, nem todos os que ali vivem, descendem diretamente dos fundadores de Lages das Aroeiras (ver item 2.3, neste capítulo).

Segundo Valdivino, os homens que participam das transações de troca, compra e venda de roças, não costumam possuir o título de propriedade das áreas negociadas, mas apenas sua posse ou, no entendimento local, o direito sobre as mesmas. Afinal, para camponeses posseiros as marcas do próprio trabalho investido sobre a terra, isto é, uma roça ou outra benfeitoria qualquer, são vestígios suficientes da relação de pertença, e, mais do que qualquer documento, asseguram o direito sobre ela, para usufruir e transacionar.

Contudo, os títulos individuais estão sendo gradualmente conferidos aos habitantes de Lages das Aroeiras, em consequência de uma ação recente de regularização fundiária do Governo do Estado da Bahia. Recebido o título, o proprietário da área deve registrá-lo em cartório, sendo proibida a venda da propriedade no decurso de cinco anos.

Valdivino supõe que com a emissão dos títulos de propriedade, a venda informal de roças se alterará. Para ele, a regularização fundiária inibirá a prática local de ocupação da terra, orientada pelo sistema de posse. No entanto, seu tio Valdemar tem outra opinião, ou seja, que a prática não será interrompida pois, mesmo com o título em mãos, como a grande maioria não o registrará em cartório, o título não terá valor algum. Por se tratar de habitantes

da zona rural, é sempre difícil procurar o cartório, na cidade, sem contar que os gastos com o registro são onerosos para os agricultores, impedindo que muitos finalizem o processo de titulação.

Mas, mesmo conscientes de que as terras que cada família possui, atualmente, não são necessariamente as mesmas que herdaram, a narrativa dos filhos de Seu João sobre a herança recebida contém outras informações, tanto mais importantes por revelarem contradições internas. Dona Louzinha disse ter herdado a casa grande, onde viveu com os fundadores até que morressem, e mais um hectare existente atrás dessa casa, que mais tarde ela doou para a associação local. Já Marianna afirmou nunca haver auferido nada do pai. Segundo ela, a terra que possui foi comprada por seu finado marido (forasteiro), tendo apenas o seu filho Valdivino recebido do fundador uma *tira* de terra, vendida algum tempo depois. O seu depoimento, contudo, é contestado pela versão apresentada pelos irmãos, que afirmam que ela também ganhou sua parte, i.e., o lugar onde ela e seus três filhos estão *assituados*. Nézinho disse, ainda, que a parte que ele ganhou *é só aquela onde está sua casa e o cercado em volta dessa*, e que possui outra roça, adquirida, contudo, de *gente de fora*. Valdemar recebeu quatorze hectares, Pedro doze e a finada Clara três hectares, segundo o relato de seu filho Carlinhos. No que concerne a Józsa e Antonio, não foi possível precisar a porção herdada por cada um.

Mariquinha, que viveu em outro povoado até que seu marido falecesse, recebeu *um tanto*, mesmo estando afastada da fazenda do pai. As duas filhas que moravam em Lages das Aroeiras, casadas com primos carnais, ficaram responsáveis por sua parte. No entanto, seus genros, que tomavam conta dessa área que lhe pertenceria, venderam-na, em determinado momento. As filhas devem ter dividido entre si a herança que caberia à mãe, o que possibilitou que seus cônjuges vendessem a parte de cada uma delas. De acordo com o relato de Mariquinha, um deles vendeu para alguém de dentro da comunidade, enquanto o outro teria vendido para o morador de um povoado vizinho. O recurso resultante das vendas não foi transferido a Mariquinha ou as filhas, ficou com aqueles que negociaram a terra. Quando ela voltou a viver em Lages das Aroeiras, em 2003, teve que comprar casa e roça, porque já não possuía mais nada.

Epaminondas, o único filho de Seu João residente fora da fazenda desde que se emancipou, também recebeu uma parte, que alienou, para um comprador externo. A sua

atitude criou um desconforto entre os irmãos permanentes, uma vez que os impossibilitou de adquirir a sua parte. Quanto a esse tipo de situação, Moura alerta que,

... a solidariedade fraternal entre homens adultos não é dada, mas precisa ser ativada em função de um objetivo que interessa a ambos: que a transação de terra favoreça os consangüíneos e não um que não é parente. Quando isto não é possível pode gerar-se um rancor recíproco, que escapa nos relatos. (Moura, 1978:45)

Um mais detido e comparativo exame dos relatos colhidos permite-nos tecer algumas conclusões, discrepantes dos relatos individuais: apesar da afirmação predominante de que a partilha da terra foi igualitária entre os filhos e filhas do fundador, na prática as mulheres ficaram com extensões menores que os homens, como me assegurou Carlinhos, filho de Clara. A terra que elas receberam foi confiada aos seus maridos e, no caso de Mariquinha, aos maridos de suas filhas. De fato, elas atuaram como mediadoras entre o pai e os cônjuges, já que não encabeçavam as suas unidades de produção, prerrogativa masculina, via de regra. Neste sentido, parece lógico que o fundador tenha preferido dar parcelas maiores aos filhos, nos casos em que os genros não tinham vínculos de parentesco.

Outra razão possível para que isso tenha ocorrido tem estreita relação com um princípio da economia camponesa estabelecido por Chayanov (1966), para quem o tamanho da área cultivada varia, proporcionalmente, com o tamanho do grupo doméstico. Desse ponto de vista, os filhos do fundador com proles mais numerosas herdariam, igualmente, maiores porções de terra, proporcionais à sua capacidade produtiva. Por exemplo: as proles de Pedro, Antonio e Valdemar, comparativamente às de Clara e Marianna.

Com o passar do tempo, foi a vez dos netos de Seu João casarem, procriarem e construir as suas casas nas adjacências das de seus pais, isto é, dentro da área que estes haviam herdado do fundador, reproduzindo, mais uma vez, nesta terceira geração, o padrão de herança em vida ou de cessão de direitos, descrito anteriormente.

Mas se a segunda geração recebeu porções mais ou menos abundantes de terra, o mesmo não se deu com a terceira e quarta gerações e muito menos ocorrerá com a quinta. Apesar da tentativa de evitar a fragmentação da fazenda, lançando-se mão dos casamentos endogâmicos, Lages das Aroeiras já estaria a meio passo da “urbanização”, devido à desproporção entre o tamanho da população e seus limites territoriais. É o que sugere o depoimento de Seu Valdemar:

*...a minha casa ficou aqui, a do meu irmão Antonio ficou lá, a da Marianna lá, de Pedro ficou praulá. Nós ficamos assim, um praqui outro praulá, meu pai morava aqui [no centro] e a gente se espalhou em volta. Mas com o passar do tempo que as famílias vão crescendo, vai acontecendo isso:*

*aqui foi onde eu fiquei com esse pedaço de chão que eu tenho pra abrigar os meus filhos aqui, né. A Marianna ficou lá, ela também teve que abrigar os filhos lá do lado dela, e assim sucessivamente vai se juntando, e aí o que acontece, está se urbanizando, as pessoas tão se juntando. E aí as pessoas preferem se juntar, ficar mais próximas. E também por uma questão de urbanização também, é que as coisas ficam mais fáceis. Por exemplo como aqui, quando a energia veio, teve essa facilidade de que as pessoas já estavam mais próximas então a maioria foi beneficiada. Quem mora lá, já um pouco distante, ficou mais difícil...Na casa de meu irmão Nézinho, não chegou como aqui (...). Agora com a água, a mesma coisa. Já tem essa facilidade das pessoas estarem perto. Porque talvez um projeto pequeno não dá pra as vezes ... como é que diz..... num dá pra chegar, pra contemplar todas as pessoas por causa da distância. Você sabe que os poderes públicos quanto mais puder encurtar as coisas, melhor né! (Seu Valdemar, 2009)*

Pode-se concluir do depoimento, que a idéia de urbanização na acepção nativa empregada está ligada à proximidade entre as casas, à densidade demográfica e à falta de áreas para o cultivo de roças. Se a falta de terra é um problema, haveria um aspecto positivo nesse processo de urbanização: a chegada de certos benefícios e serviços públicos na zona rural que, geralmente, estão disponíveis para aqueles que vivem nas cidades mas, nem sempre, para aqueles que vivem no campo.

No que tange à escassez de terra, essa realidade pode ser comprovada na enquete domiciliar que fiz junto aos 43 grupos domésticos de Lages das Aroeiras. Destes, oito declararam não possuir terra além daquela pequena porção existente no quintal da casa.

*Alguns ainda têm a roça de plantar, aí outros não têm praticamente nada, só a casa com o quintal. (Seu Valdemar, 2007)*

Devido ao processo de escassez da terra ocorre de famílias plantarem um pouco na roça dos pais, como me foi revelado, ou ainda no quintal. Este pode funcionar como uma roça em pequena escala, em que predomine o cultivo de palma, árvores frutíferas, plantas medicinais mas também feijão, mandioca e abóbora.

A migração é um fenômeno enfatizado pela maioria dos estudos acerca de grupos camponeses (Godoi, 1999; Moura, 1978; Woortmann, 1995; Soares Cardel, 1992, dentre outros) e não poderia deixar de ser mencionado, aqui também, embora rapidamente. Em face da crescente escassez de áreas para cultivo, a migração tem sido também em Lages das Aroeiras uma alternativa, adotada notadamente pelos mais jovens, tanto homens como mulheres, para a falta de perspectiva de reprodução sócio-econômica no meio rural. Há casos de migração para povoados e cidades próximas, tais como Uauá, Monte Santo, Ribeira do

Pombal, Bonsucesso, dentre outras. Contudo, o fluxo mais significativo é em direção a São Paulo. Para ter uma idéia desse fluxo, o leitor deve atentar, tanto na genealogia, como no croqui, anexos, para o símbolo >>. No caso da primeira, este símbolo denota a partida de indivíduos, e no segundo, o símbolo, disposto ao lado de algumas casas, visa assinalar a migração de todos os membros de determinados grupos doméstico (ver casas 3, 17, 22, e 44). Mapeando a fazenda e as residências, deparei-me com *casas fechadas*. Apesar de não terem serventia, elas permanecem compondo a paisagem local, o que parece sugerir que as famílias que ali viviam, partiram – com a possibilidade de um dia voltar – ou se *acabaram* (morreram).

Apesar das ilustrações gráficas não darem conta de detalhar o destino da migração nem a motivação que levou a família ou o indivíduo a partir, há a possibilidade de elas perdurarem um período mais curto, de alguns meses, ou se prolongarem, na eventualidade do migrante estabelecer um vínculo mais duradouro com a cidade de destino. Embora não tenha havido tempo para aprofundar minhas observações de campo sobre a migração, percebi haver indivíduos, geralmente homens, e mesmo famílias inteiras que partiam e retornavam de São Paulo, com certa frequência. Esse trânsito pode ser mais ou menos intensificado, conforme o migrante tenha, já, certa familiaridade e uma rede de relações na cidade de destino.

Não raro ouvia falar daqueles que haviam partido para São Paulo, como se estivessem ainda presentes em Lages das Aroeiras. Acredito que isso aconteça porque a ausência não desconecta o migrante do grupo doméstico ou da família extensa da qual faz parte. Ele mantém um vínculo não só afetivo mas também econômico com os familiares que permanecem, pois, muitas vezes, contribui financeiramente para a manutenção e o desenvolvimento da família que deixou em seu local de origem. Além disso, passa a constituir uma porta de entrada ou ponto de referência, em São Paulo ou outro local de destino, para outros familiares que queiram migrar ou que precisem acessar serviços de melhor qualidade do que aqueles encontrados no sertão da Bahia, a exemplo da saúde pública.

Mas, no que concerne à migração, o que, aqui, importa frisar, é a relação com a herança ou o direito sobre a terra em Lages das Aroeiras. Como disse, a migração tem se apresentado como uma alternativa à falta de espaço dentro da fazenda, nos últimos anos. Os dois filhos da segunda geração que migraram, não perderam o direito à sua parte na herança deixada pelo fundador, dado que a terra era mais abundante. Contudo, o mesmo não ocorreu com a terceira, quarta e quinta gerações. Nas gerações mais recentes, a migração de uma

família ou de um jovem, principalmente de longo prazo, leva à perda do direito à terra. Isso se dá geralmente pela venda ou pelo empréstimo de seu patrimônio (casa e roças) a algum membro da família que ficou no lugar. O mais comum é que a pessoa se desfaça de suas terras e mantenha a propriedade da casa.

Deste ponto de vista, a partir da terceira geração a migração tende a constituir, aparentemente, um padrão desejado, pois em todas as famílias nucleares (com exceção de três) há, ao menos, um filho(a) que migrou, e o fez para amenizar os efeitos do fracionamento da terra, de uma geração a outra. Se Józa, Clara e Marianna não tiveram filhos/filhas migrantes, deve ter sido em decorrência do pequeno tamanho de suas famílias, se comparadas às demais. Assim, observa-se que da terceira geração em diante, para se ter assegurado o direito a uma parcela de terra, onde se possa construir uma casa e um quintal, o ideal é que se tenha nascido e resida em Lages das Aroeiras.

#### **2.4.1 Direitos de uso da terra e dos recursos naturais na área de fundo de pasto**

Para aqueles que seguem vivendo em Lages das Aroeiras, além da parcela individual – casa, quintal ou casa, quintal e roça – herda-se também o direito ao uso da área de fundo de pasto, antes chamada de *terra livre*. As regras e os direitos de uso a essa área são definidos pela associação local em consonância com regras antigas, que vêm sendo gestadas pelas famílias que ali vivem desde quando a caatinga era um pasto aberto, sem cercas, usado ilimitadamente.

O fundo de pasto de Lages das Aroeiras restringe-se, hoje, a uma área aberta de cem hectares, sem cercas, que vem passando por um processo de titulação. Porém, existem, em seu entorno, outras terras que também não são cercadas e que são usadas, eventualmente, pelos habitantes do local, como pasto para seus rebanhos. Elas pertencem a comunidades vizinhas, que consentem que os animais das famílias de Lages das Aroeiras pastem em seus campos. Tal resulta de um acordo entre comunidades vizinhas que adotam o mesmo sistema de pastoreio extensivo, o que permite o trânsito de animais de uma comunidade a outra, a fim de expandir a área disponível para a pastagem animal.

Na concepção local, o fundo de pasto é uma área de caatinga coberta pela vegetação nativa. Livre de cercas em seus limites e de roças de cultivos alimentícios em seu interior, ela é usada para o pastoreio animal e o extrativismo de recursos naturais. Trata-se de uma prática

antiga e tradicional, difundida no sertão nordestino desde a época em que a economia pastoril se instalou na região, como foi mencionado no primeiro capítulo.

Fundo de pasto é um termo incorporado recentemente ao vocabulário local, na acepção de antigas *terras livres* – terras devolutas – que se tornaram passíveis de regularização fundiária, por meio da qual se as reconhece como terras de uso comum visando à emissão de um título de propriedade, em nome de associações comunitárias que representam os interesses dos usuários do fundo de pasto. O fundo de pasto é uma espécie de reminiscência da caatinga livre que se espalhava por largas extensões do sertão adentro.

Contudo, é interessante salientar que os relatos espontâneos registrados pouco se referem ao fundo de pasto, categoria de grande interesse para esta dissertação. Alguns moradores parecem, inclusive, desconhecer o termo. Uma criança, bastante informada sobre o que se passa na comunidade, me perguntou “o que é fundo de pasto?”. Supus, então, estar o uso dessa categoria aparentemente limitado à esfera da associação e das pessoas que participam mais ativamente da vida da entidade. Referem-na, assim, aqueles que se envolvem na luta pela terra, e que se interessam pelos trâmites relacionados à legalização das áreas onde vivem.

Em princípio, as relações de consangüinidade e afinidade definem quem possui direito de uso sobre as terras do fundo de pasto. É necessário descender dos fundadores de Lages das Aroeiras, ter nascido, viver e trabalhar nessa comunidade para usufruir dos recursos naturais ali disponíveis. Todavia, observa-se, na prática, que são abertas exceções a famílias que, embora não se encaixem nesse perfil, vivem em comunidades vizinhas. Em geral, quando este direito se estende a pessoas de fora do grupo, trata-se de indivíduos com necessidades, interesses produtivos e condições econômicas semelhantes às dos habitantes locais. Apesar da idéia de livre apropriação que o termo *terra livre* pode evocar, é importante ressaltar a vigência de regras de controle e de uso instituídas e acordadas localmente, que não seguem os preceitos do direito positivo, mas observam uma lógica própria ao direito local e consuetudinário (Almeida, 1989).

Em tal contexto, os direitos e interesses individuais, por sua vez, ficam submetidos ao interesse do grupo, como evidencia o relato de Dona Louzinha:

*Eu tenho um sobrinho que tinha uma roça no pé do serrote e bem perto da cacimba. Ele queria cercar a área e aumentar a roça [avançar sobre a área de caatinga], mas a comunidade foi por cima e não permitiu. (Dona Louzinha, 2009)*

O depoimento demonstra que as regras que orientam o uso da área de fundo de pasto objetivam fazer sobrepairar os interesses do grupo aos individuais, visando à preservação ambiental. Isso se dá especialmente porque prevalece a percepção de que os recursos naturais disponíveis são limitados, vêm se degradando ao longo do tempo e estão circunscritos a uma área definida.

Pode-se supor que a situação elucidada pelo relato da entrevistada sugere que as regras hoje adotadas são informadas por uma certa “consciência ecológica”. Neste sentido, permitir a ação do referido agricultor nas proximidades de uma fonte de água perene e potável significaria ir contra essa “consciência”, desmatando uma área de importância ímpar para a reprodução das famílias no local.

A percepção ecológica do grupo talvez não existisse antes da chegada de instituições como as CEBs, o IRPAA e a COOPERCUC, na comunidade. Tais agências e agentes externos foram responsáveis por aportar informações e concepções que alteraram a maneira de lidar com a terra e com os recursos naturais. Além da contribuição dessas instituições para a importância de preservação da caatinga, os próprios habitantes do lugar foram observando e sentindo as mudanças acarretadas no meio, com o passar dos anos. Perceberam também que a família cresceu e, com ela, o número de habitantes. Em um movimento contrário, a terra, antes abundante, livre de impedimentos e disponível para o uso, se tornou, crescentemente, restrita.

Quando Dona Louzinha afirma que a comunidade *veio por cima* do agricultor, está se referindo ao poder da associação local de impor decisões sobre um interesse individual dissonante. Mas quanto a isso é importante assinalar que nem todos os indivíduos pensam e agem da mesma maneira em relação à terra, havendo aqueles que já se convenceram de que queimar a caatinga e lançar-lhe lixo nela não é uma atitude sustentável, enquanto outros agem de modo inverso.

Não obstante, no passado, os interesses da família sempre se sobrepusessem aos interesses individuais, atualmente a vontade do grupo manifesta-se por meio da associação local, que passa a endossar condutas distintas daquelas adotadas no início do povoamento de Lages das Aroeiras, tal como as apontadas no primeiro depoimento de Seu Valdemar, citado no início deste capítulo. Ele observa que queimar a caatinga era uma técnica tradicionalmente utilizada pela agricultura de coivara e que só depois de muito tempo se percebeu as conseqüências ambientais de tal prática de cultivo. Os animais silvestres, pássaros, espécies

de abelhas e de árvores que antes compunham a fauna e a flora locais, hoje são avistados apenas raramente.

Os principais alvos da proibição de acesso aos recursos naturais do fundo de pasto de Lages das Aroeiras são os grandes fazendeiros e coronéis. Os pequenos criadores, por saberem que eles detêm melhores condições financeiras, não consideram justo que usufruam da área de fundo de pasto que lhes é reservada. Afinal, percebem que os fazendeiros apascentam seus animais na caatinga do fundo pasto quando ela está verde, ao tempo que reservam seu pasto privado e cercado para uso exclusivo de seus animais, nos períodos de seca e estiagem. Contudo, a observância da proibição é contingencial, uma vez que varia de acordo com o jogo de poder que se estabelece entre os diversos atores sociais envolvidos.

## **CAPÍTULO III. Sistema produtivo de Lages das Aroeiras**

### **3.1 Perfil e composição dos grupos domésticos**

No capítulo anterior discorri sobre a família dos Rodrigues da Silva, ressaltando aspectos das relações de parentesco, um dos princípios organizacionais da estrutura social pesquisada. A partir da etnografia dessa família mostrei também a existência de regras locais que regulam o direito ao uso e à herança da terra, conformando um “sistema de direitos combinados” (Godoi,1999). Em Lages das Aroeiras, o conjunto de direitos sobre a terra foi se consolidando ao longo dos anos juntamente com regras de parentesco que confirmam a importância de se estabelecer alianças matrimônios preferenciais. Estas e outras condutas prescritivas são endossadas pelos anciões do lugar e pela associação comunitária local a fim de manter a integridade do patrimônio familiar e, com isso, evitar ao máximo sua fragmentação e dispersão entre pessoas que não sejam reconhecidas como membros desta família.

Tais estratégias foram criadas com o objetivo de preservar, na medida do possível, as condições materiais, sócio-culturais e econômicas que os habitantes do lugar herdaram de seus ancestrais. A fazenda, como vimos, antes habitada e cultivada por apenas uma família nuclear, hoje se caracteriza enquanto um bairro ou vizinhança rural (Candido, 2003), composto por várias famílias nucleares e extensas, todas elas descendentes dos fundadores do lugar.

As famílias que ali habitam, têm conservado, graças à terra que lhes foi destinada pelo sistema de herança local, a mesma condição camponesa de seus ancestrais, não obstante tenham ocorrido algumas transformações<sup>65</sup> decorrentes da interferência de fatores externos à realidade do grupo. Ao longo dos anos, as relações com a cidade, com o meio urbano, o mercado regional e até mundial vêm se intensificando e produzem alterações na dinâmica local.

A intensificação do contato do grupo com esferas exteriores corrobora com a perspectiva teórica de estudos como os de Kroeber (1948), Wolf (1955), Redfield (1960), e Candido (2003), quando afirmam que as sociedades camponesas são “sociedades parciais” (part-societies), articuladas desde sempre à realidade exterior. Contudo, a descrição da relação entre o grupo pesquisado e a sociedade abrangente restringe-se, nesta dissertação, a uma rápida contextualização histórica da sociedade regional da qual ele faz parte, além de detalhes específicos da sua relação com agentes externos, que se fizeram notar durante o trabalho de campo. Apesar de reconhecer que o segmento camponês pesquisado é parte de uma sociedade mais ampla, conforme sugerem os referidos autores, este estudo teve como foco privilegiado a dinâmica interna de Lages das Aroeiras e da família Cardoso da Silva.

Para Wolf (1955), a condição camponesa, ou a caracterização do camponês, implica, necessariamente, que o produtor agrícola mantenha o controle efetivo sobre a parcela de terra ao qual está ligado por um sentimento de pertença, independentemente do tipo de posse que mantenha sobre ela. O camponês objetiva a subsistência ao invés do re-investimento (Ribeiro & Feldman-Bianco, 2003:9).

Essa caracterização condiz com a realidade dos habitantes de Lages das Aroeiras. Lá, o trabalho é desenvolvido pela mão-de-obra familiar não remunerada, isto é, pelos familiares que partilham a vida em um mesmo sítio<sup>66</sup> e trabalham para si. Como veremos adiante, as tarefas desempenhadas em cada sítio são divididas por sexo e idade e, apesar da independência econômica de cada grupo doméstico ensejar o cumprimento de todas as tarefas

---

<sup>65</sup> Não pretendo mostrar o processo de transformação que o avanço do capitalismo e da globalização tende a imprimir em culturas como a que encontrei em campo.

<sup>66</sup> Sítio não é um termo corrente em Lages da Aroeiras pois, como vimos, seus habitantes se valem dos termos fazenda ou comunidade para se referir à localidade em que habitam e trabalham. Contudo, para fins analíticos, pode-se dizer que em Lages das Aroeiras cada grupo doméstico controla as atividades econômicas operadas no conjunto articulado dos espaços – da casa, quintal, roçado e fundo de pasto – que compõem o sítio.

relacionadas à produção, ele pode requerer, em períodos de acúmulo de trabalho, a ajuda de vizinhos, mediante dinâmicas de cooperação vicinal ou pagamento pontual de diárias de serviço.

No capítulo anterior ocupei-me em descrever como as relações de parentesco foram sendo impressas, ao longo do tempo, no território de Lages das Aroeiras, a ponto de determinarem as regras e direitos de uso dos espaços nele compreendidos. No entanto, os relatos sobre o processo de territorialização da família tratam também das atividades produtivas aí empreendidas. Afinal, a terra é almejada e as famílias nela se estabelecem com o fim último de extrair seu sustento mediante o trabalho. Se a terra é, ao mesmo tempo, terra de trabalho e terra de morada, no universo prático e simbólico dos camponeses, terra, trabalho e família são categorias que se implicam mutuamente e cujos sentidos, portanto, não podem ser compreendidos senão indissociavelmente (Woortmann, 1990).

Portanto, se as questões relativas à família e à terra foram abordadas nos capítulos anteriores, tratarei, agora, de certos aspectos do trabalho, da produção e da economia em Lages das Aroeiras. Para esta discussão é importante a noção de grupo doméstico, unidade a partir da qual descreverei os referidos aspectos.

A dinâmica que a vida familiar toma no espaço de co-residência de seus membros é o que se convencionou chamar, nos estudos das ciências sociais, de grupo doméstico<sup>67</sup> (household/menage), conceito que expressa um princípio organizacional distinto daquele próprio à noção de família, cujo foco está nas relações de parentesco e não na co-residência (Afonso, 2000). Embora as duas noções se confundam pelo fato de a família estar quase sempre presente na formação<sup>68</sup> do grupo doméstico, este tem como princípio a residência

---

<sup>67</sup> Grupo doméstico é um conceito de caráter polissêmico e ambivalente, cuja definição tem sido tema de debate entre pesquisadores de várias áreas das ciências sociais. Não pretendo entrar em detalhes quanto à polêmica e às limitações que giram em torno deste conceito. Importa, aqui, sua operacionalidade enquanto unidade analítica e descritiva à medida que me auxilie a apresentar e discutir os dados etnográficos produzidos em Lages das Aroeiras, durante o trabalho de campo.

<sup>68</sup> Lages das Aroeiras pode ser observada, em um plano esquemático e sob a ótica do grupo doméstico, no croqui em anexo. Nesta ilustração, ele se encontra representado pelas casas onde co-residem seus membros. A função deste croqui é mostrar a disposição espacial dos grupos domésticos na fazenda. Se examinado em conjunto com a genealogia dos descendentes de Seu João e Maria Rodrigues, é possível depreender que os grupos domésticos não são unidades econômicas isoladas e sim unidades integradas a outros grupos domésticos pertencentes à mesma família extensa da qual fazem parte. As famílias extensas são conjuntos de grupos domésticos ou famílias nucleares agrupadas em torno de um ascendente e de uma base territorial comum, entre as quais a reciprocidade opera constantemente. Assim, a unidade econômica significada pelo grupo doméstico e pelas residências não pode ser pensada separadamente das relações de parentesco mais amplas que englobam todos aqueles que vivem neste território de parentesco.

conjunta de indivíduos (familiares ou não) que partilham atividades desenvolvidas em um espaço comum e que compartilham de um orçamento e despesas alimentares.

Nas construções teóricas que versam sobre o campesinato, o conceito de grupo doméstico vem sendo utilizado e observado pelos pesquisadores desde que Chayanov (1966) criou sua teoria sobre a economia camponesa a partir de pesquisa realizada junto ao campesinato de fronteira de certa região da Rússia. Para este autor, o grupo doméstico é, ao mesmo tempo, uma unidade de produção – pois dispõe de trabalhadores – e uma unidade de consumo. Seu objetivo principal não é a obtenção de lucro mas sim o equilíbrio entre as necessidades de consumo e a quantidade de trabalho a ser despendida por seus membros, para supri-las. A busca por equilíbrio é constante pois “... a razão consumidores/produtores se altera ao longo do ciclo de desenvolvimento...” (Woortmann, 1995:30) de cada grupo doméstico. Assim, para Chayanov (1966) a terra é, pois, o meio de produção em torno do qual as atividades econômicas camponesas se desenvolvem a fim de satisfazer as necessidades do grupo doméstico.

Em Lages das Aroeiras, atividades tais como a criação de caprinos e ovinos, a agricultura de sequeiro, o manejo das águas para o consumo humano e animal, extrativismo de lenha, frutos, mel e ervas medicinais, bem como caçadas eventuais, são realizadas pelos componentes do grupo doméstico. Todas elas estão voltadas para a produção do alimento que é consumido por todos, sob o mesmo teto.

Na tabela abaixo apresento uma “fotografia” da composição e estrutura dos grupos domésticos de Lages das Aroeiras a partir de um corte temporal sincrônico, que representa o “presente etnográfico” do meu último trabalho de campo, efetuado em setembro de 2009.

É sabido que o tamanho e a composição dos grupos domésticos se alteram no transcurso do tempo e apresentam variações de acordo com a fase do ciclo de vida em que a família se encontra. Por exemplo: um casal recém constituído tende a expandir seu núcleo familiar nos anos que sucedem ao casamento, com o nascimento dos filhos. Contudo, com a chegada da juventude e, mais tarde, com o casamento dos filhos, o grupo doméstico sofre uma cisão acarretada pela saída dos filhos. Nessa nova fase, o grupo doméstico tende a diminuir e, muitas vezes, chega a incorporar uma pessoa mais velha, geralmente um dos pais do casal que, por viuvez, enfermidade ou limitações econômicas se une ao grupo doméstico do filho(a).

Essas e muitas outras variações são observáveis, mas só podem ser apreendidas mediante o acompanhamento do ciclo de vida familiar (através do eixo diacrônico), desde o nascimento até a morte de seus membros. Como isso não foi possível no âmbito da investigação que resultou na presente dissertação, vejamos, então, como se apresentavam os grupos domésticos<sup>69</sup> de Lages das Aroeiras no lapso de tempo em que transcorreu o trabalho de campo:

**Tabela 1**  
**Composição dos grupos domésticos de Lages das Aroeiras - 2009<sup>70</sup>**

Tipo de grupo doméstico	Especificação do grupo doméstico	Quantidade de grupos domésticos
1. Famílias nucleares	Casais com filhos	30
	Casais sem filhos	6
	Viúvos com filhos	2
2. Isolados	Viúvos que vivem sós	1
	Celibatários	1
3. Famílias alargadas	Com extensão de descendentes (netos)	1
	Viúvos com filhos de criação	2
Total de grupos domésticos		43

Observando-se a sistematização dos dados, percebe-se o predomínio de grupos domésticos compostos por famílias nucleares, principalmente formados por casais com filhos. Vale observar que esta modalidade de grupo doméstico compreende, ainda, membros temporariamente ausentes, tais como filhos solteiros que moram fora de casa por motivo de estudo, ou mesmo cônjuges que migraram. Quando os que se ausentaram retornam, integram-

<sup>69</sup> Além da tabulação do perfil dos grupos domésticos existentes em Lages das Aroeiras, é possível visualizar e conhecer a composição de cada grupo doméstico e seu local de moradia. Para isso, basta seguir a numeração de cada indivíduo da genealogia e de cada casa do croqui ilustrativo da fazenda, ambos em anexo.

<sup>70</sup> O modelo desta tabela e as categorias nela implicadas foram inspirados em Afonso (2000).

se à sua casa de origem, à qual permanecem ligados não obstante os períodos de afastamento (Afonso, 2000).

Em Lages das Aroeiras, esse é o caso dos jovens que estudam em Monte Santo/BA, na Escola Família Agrícola, onde passam a maior parte do tempo durante o período letivo. Quando regressam, nos períodos de férias, hospedam-se no grupo doméstico de origem, seja este a casa dos pais, avós ou pais de criação, e aí retomam as atividades que lhes cabe. Acontece o mesmo com os homens que viajam para São Paulo, ou outra cidade, em busca de trabalho. Permanecem ausentes por um tempo, a fim de buscar recursos para o próprio grupo doméstico mas, na seqüência, voltam e se reintegram presencialmente. Curioso notar que, muitas vezes, os entrevistados se reportavam a pessoas ausentes, sob a condição de migrantes, como se elas não tivessem saído dali, mas, ao contrário, estivessem presentes. Isso parece mostrar que a conexão do migrante com o grupo doméstico de origem não havia sido rompida; ao contrário, estava sendo reforçada pelo projeto de migração temporária, cujo fim último é assegurar recursos financeiros para a reprodução do próprio grupo doméstico.

Conforme se pode depreender, o tipo de grupo doméstico que ocupa o segundo lugar na tabela é o de famílias nucleares compostas por casais que vivem sós. Este tipo de grupo é uma variação do primeiro: se constituiu em fase anterior ou posterior à vivenciada pelos casais com filhos. É formado por jovens recém-casados que ainda não tiveram filhos ou por casais mais velhos, cujos filhos, já independentes, migraram, ou se mudaram de casa após o casamento, por força da prática de residência neolocal.

Não observei ocorrências de casais sem filhos. Segundo os princípios locais, a fecundidade tem duas funções: a primeira está ligada à consolidação do casamento, isto é, da união entre um homem e uma mulher que, para os habitantes de Lages das Aroeiras, só se concretiza completamente com o nascimento de seu(s) descendente(s). A descendência significa, reportada ao grupo doméstico originário, a possibilidade de constituição de uma rede de parentesco. Em seu interior, tal rede atua por meio de um circuito de reciprocidade e ajuda mútua. A segunda função concerne a uma questão geracional. Ouvi, de diversos moradores, que um casal sem filhos não terá quem dele cuide na velhice. As práticas econômicas que compõem o processo produtivo numa economia de subsistência fazem aflorar a preocupação com a saúde e a fragilidade dos idosos, uma vez que a maioria das atividades exige força física. O indivíduo em idade avançada necessita de ajuda para o desempenho de certas tarefas como buscar água, cuidar da roça e dos animais.

Devido à média de idade dos habitantes de Lages das Aroeiras, só encontramos um caso de viuvez, situação mais recorrente na velhice. Observando-se o diagrama de parentesco em anexo, é possível notar que a segunda geração, atualmente a mais antiga do lugar, é aquela que possui o menor número de indivíduos em relação às demais gerações. Vê-se também que a idade dos que ocupam o topo da pirâmide geracional varia entre sessenta e 78 anos.

Há apenas um caso de celibato, o que indica que a prática é rara na localidade, o modelo mais comum sendo aquele em que as pessoas se casam e geram muito filhos. Quanto maior a família, maiores serão as suas possibilidades produtivo-econômicas, uma vez que, em uma economia camponesa, o grupo doméstico é a unidade produtiva e a fonte de trabalho (Woortmann, 1999).

Nesse sentido, no que tange aos grupos domésticos formados por indivíduos sós, sejam celibatários ou viúvos, há o costume de adotar a companhia de alguém, seja um filho, neto ou sobrinho que ajude com as tarefas diárias, e sirva de acompanhante durante a noite. Observei que a função de cuidador/cuidadora pode ser desempenhada como um favor ou de forma remunerada. Por exemplo, Dona Louzinha é uma senhora idosa e celibatária que remunera uma sobrinha pelo serviço de lhe trazer, diariamente, da cacimba, o carregamento de água de que necessita. Por outro lado, ela recebe ainda a ajuda de uma outra sobrinha sem contrapartida monetária: jovem (14 anos) e solteira, a sobrinha dorme na casa da tia, diariamente, fazendo-lhe companhia. Ela foi designada por sua mãe para realizar a tarefa e a velha tia, certamente, haverá de retribuir-lhe, de alguma maneira.

Outra estratégia adotada para complementar a força de trabalho de grupos domésticos restritos a uma ou poucas pessoas é a adoção de um filho de criação. Este passa a compor o grupo doméstico integralmente, respondendo aos deveres e obrigações juntamente com os demais componentes. Ao tempo em que o chefe do grupo doméstico garante o sustento do novo integrante, este passa a ajudar nas tarefas da casa e da roça, assim como nos trabalhos indispensáveis ao funcionamento das mesmas.

Quanto às famílias alargadas, temos apenas um caso, isto é, o de netos que passaram a morar com os avós em decorrência do casamento desfeito dos pais<sup>71</sup>. É interessante observar que a mãe de tais garotos(as) vive na casa ao lado daquela onde vivem seus filhos. As

---

<sup>71</sup> Este caso foi detalhado no capítulo anterior, enquanto discutia sobre as implicações da separação de casais no universo camponês.

crianças transitam de uma casa a outra, incessantemente, e mantêm uma ligação próxima e afetiva com a mãe, não obstante vivam com os avós. A sua educação é partilhada entre os avós e a mãe, porém suas despesas são arcadas pelos primeiros. Nesse sentido, é a eles que devem se reportar, acatando tarefas e obrigações relativas à produção no grupo doméstico.

Não foram observados casos de pessoas idosas vivendo com a família de um dos filhos, embora este seja um outro arranjo possível para famílias alargadas. Devido à proximidade das casas no espaço da fazenda é mais comum que os indivíduos em idade avançada se mantenham em suas próprias casas até o final da vida, contando com a ajuda e o apoio de filhos e membros da família que se dirigem a eles para prestar a assessoria necessária.

### **3.2 Trabalho, cooperação familiar e a busca pelo equilíbrio entre o que se produz e o que é consumido no interior do grupo doméstico**

Diversos autores que se dedicaram ao estudo de grupos camponeses em diferentes regiões do Brasil (Moura, 1978; Woortmann & Woortmann, 1997; Godoi, 1999; Candido, 2003) observaram que o trabalho no interior dos grupos domésticos respeita a divisão sexual e etária de seus membros. Trata-se, pois, de um sistema em que cada indivíduo tem um papel definido, como bem sugerem Woortmann e Woortmann:

...o processo de trabalho possui dimensões simbólicas que fazem construir não apenas espaços agrícolas, mas também espaços sociais e de gênero(...). Nas construções ideológicas dos sítios existem dois circuitos de atividades, o masculino e o feminino. No plano mais amplo, tudo que diz respeito ao pasto e à roça é circuito masculino; o que diz respeito à casa é feminino. No entanto existem momentos do trabalho agrícola em que homens e mulheres partilham o mesmo espaço, ao mesmo tempo. São os momentos do plantio, da capina ('limpa') e da colheita. (Woortmann & Woortmann, 1997:7;134-135)

Em Lages das Aroeiras, as mulheres são sobretudo donas de casa e fazem todo o serviço doméstico sem a ajuda dos homens. Eles, por sua vez, são responsáveis pela produção agropecuária e trabalham ora sozinhos e ora com a ajuda dos filhos(as) e da mulher, a depender da atividade desempenhada. Em última instância, são os responsáveis pelo sustento da família. Os víveres que vêm da roça e a carne que vem do pasto são processados na cozinha por suas esposas e filha(s) até que se tornem um alimento armazenável ou uma refeição. Assim, tanto a produção de bens como a produção de serviços – duas esferas da

economia do grupo doméstico – conectam-se de maneira interdependente, de modo que uma não seria possível sem a outra (Woortmann, 1999).

Na ótica feminina, um bom marido é aquele que cumpre sua parte nessa relação de complementaridade: deve suprir as necessidades da mulher e das crianças a partir da roça e, ainda, comprar-lhes roupas, calçados e pequenos agrados. Uma boa mulher é a esposa que permanece em casa cuidando dos filhos, que prepara as refeições e providencia, com zelo, todos os serviços domésticos.

Quanto aos filhos(as) do casal, espera-se que eles acompanhem os pais nas atividades produtivas a fim de que aprendam como bem desempenhá-las e que atendam às atribuições que lhes são conferidas, de acordo com a divisão sexual do trabalho e cada etapa de seu crescimento.

...les enfants et les vieillards sont des bouches à nourrir, mais leur bras sont de peu d'utilité pour le travail; les jeunes et les adultes par contre produisent plus qu'ils ne mangent, et une péréquation s'établit entre les uns et les autres, chacun sachant qu'au long de sa vie il passera par toutes les situations. (Mendras, 1995:39)<sup>72</sup>

Articulado, além de produzir e trabalhar em família, o grupo doméstico se constitui como espaço de sociabilidade e interação entre adultos, crianças e jovens. Nessa interação, o ensino e o aprendizado se dão por diversos meios: pela observação dos mais velhos pelos mais novos; pelo desempenho prático de tarefas que integram o processo produtivo do grupo doméstico desde a infância, junto aos pais ou irmãos mais velhos; e pela absorção gradativa de um conjunto de informações e de um complexo de conhecimentos que compõem o “*know how*” camponês.

Trabalho é uma categoria cultural ou ideológica e tem múltiplos significados. É, de fato, uma categoria central da teia de significados que constitui a cultura camponesa (...) e expressa uma ética. É uma categoria que não é pensada independentemente de outras, como terra, família e gênero. (...) é uma categoria moral (...).[Além disso] (...) o trabalho só se constitui como uma atividade material a partir de uma atividade ideal – o saber. (Woortmann & Woortmann, 1997:134-135)

As diversas tarefas que envolvem a produção de bens e de serviços de cada grupo doméstico tomam lugar em diferentes espaços da fazenda e perpassam tanto as áreas familiares de cada grupo como as áreas de uso comum partilhadas pelo conjunto de

---

<sup>72</sup> “... as crianças e os velhos são as bocas a nutrir, mas seus braços são de pouca utilidade para o trabalho; os jovens e os adultos, pelo contrário, produzem mais do que comem, e uma equalização se estabelece entre uns e outros, cada um sabendo que ao longo de sua vida passará por todas as situações.” (minha tradução)

moradores de Lages das Aroeiras. A agricultura é praticada nas roças de cada família. A caprinocultura tem lugar tanto nas roças particulares de capim como também no fundo de pasto. A busca de água é feita nas cisternas particulares, vizinhas às casas, e na cacimba comunitária. A criação de galinhas e a plantação de hortaliças e verduras ocorrem nos quintais contíguos a cada casa. O extrativismo de lenha, frutas nativas, plantas medicinais, mel e a caça de animais silvestres, nas áreas de uso comum. A produção das refeições tem lugar na cozinha de cada casa, e assim por diante.

Na maior parte do tempo essas atividades são coordenadas e distribuídas entre os componentes de cada unidade doméstica, de acordo com as demandas de cada domicílio. Mas há também ocasiões em que o trabalho é feito de forma coletiva, como, por exemplo, na minifábrica de processamento de polpas de fruta, na casa de farinha ou em *mutirões* organizados pela associação local, como descreverei no item seguinte deste capítulo.

A casa que me acolheu (casa 33 do croqui anexo) e as casas dos vizinhos mais próximos (casas 32, 34, 35, 36 e 37) foram o ponto de partida<sup>73</sup> da observação mais detalhada que realizei acerca das atividades que compreendem o processo produtivo dos grupos domésticos de Lages das Aroeiras. Acompanhando a rotina destas casas, a primeira peculiaridade que se fazia notar entre elas era a diferença entre o tamanho das famílias, a proporção de membros trabalhadores e não trabalhadores<sup>74</sup> em cada uma delas, os diferentes ritmos empregados nas atividades laborais e as distintas possibilidades de cooperação entre os membros de cada família.

A casa onde me hospedei é habitada por Dona Louzinha, que, como já mencionei, não se casou e vive sozinha desde a morte de seus pais, os fundadores de Lages das Aroeiras. As outras casas de sua vizinhança mais imediata são compostas por famílias nucleares e apenas uma pela família alargada que descrevi ainda há pouco. Ao perceber que estava em um grupo doméstico fora do padrão local, passei a observar com mais cuidado a rotina das casas vizinhas. Isso aconteceu também por força dos vínculos de afeto, de reciprocidade e proximidade que minha hospedeira mantinha com os habitantes dessas casas, e dos vínculos

---

<sup>73</sup> A casa onde me hospedei e as cinco casas distribuídas em suas proximidades compõem a família extensa de Seu Valdemar, que aparece pontilhada em preto, no croqui anexo. O fato de estar hospedada em uma das casas dessa família extensa fez com que eu participasse, e observasse mais ativamente, os eventos cotidianos que transcorriam no conjunto de casas ali agrupadas.

<sup>74</sup> Pode-se dizer que crianças com até seis/sete anos de idade, idosos com problemas de saúde e deficientes físicos são considerados membros não-trabalhadores ou membros com menor disposição/capacidade produtiva.

de amizade que fui tecendo com eles, com quem passávamos, afinal, eu e ela, a maior parte do tempo.

As atividades de Dona Louzinha voltavam-se, principalmente, para os afazeres domésticos de caráter notadamente feminino, compreendidos no complexo da casa e quintal, espaços em interação que compõem a área de sua moradia. Incluía, assim, preparar as refeições, limpar a casa, varrer o *terreiro*, lavar roupa, regar e manejar uma pequena horta e um quintal com fruteiras, ervas medicinais e temperos, cuidar de galinhas e de algum filhote de *criação* enjeitado. Nas horas vagas, ela se dedicava ao artesanato de chapéus, esteiras e vassouras de palha, além de produzir um sal mineral enriquecido com ervas da caatinga, próprio para o cuidado dos caprinos e ovinos. Durante o período do meu trabalho de campo ela não se dedicou a nenhum cultivo na roça, embora possa fazê-lo, eventualmente, na roça de seu irmão e com a ajuda dele. Se ela adquire algum bode, cabra ou ovelha, esses ficam em meio ao rebanho do irmão que se encarrega de seus cuidados.

Outra atividade diária de Dona Louzinha era *olhar* os filhos de sua vizinha de porta, pelo período em que ela estivesse ocupada ou fora de casa. Por sua vez, a vizinha lhe trazia diariamente água da cacimba, e uma sobrinha, tal como já referido, ajudava-lhe em algumas tarefas domésticas e dormia em sua casa, como acompanhante.

*Ir para a lenha* é mais uma atividade que cabe às mulheres, principalmente àquelas que cozinham em fogão a lenha. Quando o estoque de cada casa termina, as mulheres responsáveis pelo funcionamento da cozinha se reúnem, para buscar mais lenha. Seguem em grupo até o fundo do pasto mas cada uma prepara o próprio feixe e o transporta para casa. Minha anfitriã não realizava essa tarefa à época, pois utilizava um fogão a gás.

Por ser uma mulher sozinha, ela recorria ao serviço e à produção de outras pessoas para suprir sua demanda por víveres e mão-de-obra. O benefício que recebe, referente à aposentadoria rural, e o dinheiro adquirido com a venda, eventual, de artesanato e de sal mineral são fundamentais para que ela possa pagar pelos pequenos serviços que lhes são prestados, por parentes, e pelos mantimentos que adquire, na cidade, e através de vizinhos, na fazenda.

Nos outros cinco grupos domésticos adjacentes ao de Dona Louzinha, as coisas eram um tanto quanto distintas. O número de pessoas trabalhando e a intensidade empregada no trabalho eram maiores, o que resultava em um maior ritmo produtivo. Descreverei,

brevemente, a dinâmica de um deles para que o leitor tenha a noção de sua rotina de trabalho, tendo em vista a composição variada de grupos domésticos em Lages das Aroeiras.

A casa de Seu Valdemar abriga uma família numerosa<sup>75</sup>. Ali residem ele, sua esposa, uma filha adulta, porém solteira, e quatro netos com idades que variam entre doze e dezoito anos. Ultrapassados seus sessenta anos, Valdemar diz estar criando sua segunda família. Nessa idade, ele poderia desacelerar o ritmo de trabalho, pois todos os filhos são adultos, já se emanciparam e saíram de casa, com exceção da filha<sup>76</sup>. No entanto, ele precisa seguir trabalhando no ritmo de sempre para garantir o sustento dos quatro netos – dois garotos e duas meninas – que hoje vivem com ele, conforme explicitado às páginas 101 e 102. Ele segue produzindo tanto na lavoura, plantando feijão e milho, como na caprinocultura, criando bodes, cabras e ovelhas. Neste grupo doméstico, assim como naqueles formados por uma família nuclear composta por filhos e filhas, observa-se a cooperação integrada dos membros no desempenho de atividades diversas. Os garotos vão para a roça com o chefe da família e ajudam a cuidar dos animais, enquanto as mulheres da casa se encarregam dos afazeres domésticos, semelhantes aos desempenhados por Dona Louzinha. A esposa de Valdemar também trabalha, esporadicamente, na mini-fábrica e é agente comunitária da Pastoral da Criança. O casal recebe a aposentadoria rural e sua mulher, Analice, bem como a filha Lucinha recebem ainda os benefícios do Programa Bolsa Família. Não obstante cada um saiba das suas responsabilidades junto ao grupo doméstico, os jovens são cobrados pelos avós a desempenhá-las devidamente, uma vez que precisam conciliar as tarefas da casa e da roça com a frequência diária à escola.

Tendo em vista que os grupos domésticos de Lages das Aroeiras vivem sob o regime da subsistência, a economia doméstica gira em torno da busca pelo referido equilíbrio entre o que se produz e o que se consome, tal como apontou Chayanov (1966). Entretanto, os habitantes de Lages das Aroeiras não produzem tudo o que necessitam e buscam, assim, complementar suas demandas com produtos adquiridos na cidade.

Segundo Mendras “Un système d’autoconsommation suppose une correspondance étroite entre ce qui est produit et ce qui est consommé, entre le système agraire et le régime alimentaire.” (Mendras, 1995:39)<sup>77</sup>. Portanto, se tomarmos a alimentação como o ponto nodal

---

<sup>75</sup> Ver casa de número 36 no croqui e os indivíduos de mesmo número na genealogia anexa.

<sup>76</sup> Esta moça tem por volta de 35 anos e é portadora de necessidades especiais.

<sup>77</sup> “Um sistema de subsistência supõe uma correspondência estreita entre o que se produz e o que é consumido,

que objetiva a relação de equilíbrio entre a produção e o consumo, é importante observar que em Lages das Aroeiras a agropecuária e o extrativismo praticados fornecem os seguintes alimentos: carne de caprinos, de ovinos<sup>78</sup> e de frango; feijão de corda e de arranca; mandioca e farinha; frutos e verduras colhidos nos quintais ou na caatinga. Das 43 famílias, 35 declararam plantar algum cultivo. Todas plantavam milho, 33 plantavam feijão de arranca, dezoito famílias cultivavam feijão de corda e só doze produziam mandioca. Nota-se que o feijão e o milho são os plantios centrais, sendo o feijão o alimento mais importante e considerado indispensável à mesa das famílias. As limitações do solo e do clima não possibilitam que a agricultura se desenvolva muito além dos cultivos mencionados, em termos da variedade de espécies plantadas ou mesmo da quantidade produzida.

Há alguns itens industrializados indispensáveis à dieta local que são comprados na cidade, para complementar as refeições, tais como: café, açúcar, sal, óleo, fubá de milho, pão, macarrão, biscoitos, arroz, leite em pó, manteiga, dentre outros. Em que pese o trabalho desempenhado, nas unidades familiares, não ser remunerado, observa-se a entrada, nos orçamentos familiares, de recursos financeiros advindos de benefícios sociais diversos, tais como as aposentadorias rurais, pensões e o Programa Bolsa Família. Algumas famílias também agregam aos orçamentos uma renda eventual derivada da venda do excedente da produção agropecuária, dos produtos processados na mini-fábrica de beneficiamento de frutas e da confecção de artesanatos. Esses recursos possibilitam que as famílias façam sua *feira* mensal na cidade, de onde trazem os alimentos que necessitam para compor a dieta local.

A busca pelo equilíbrio entre o que se produz ou o que se dispõe e o que se consome, concretiza-se em comportamentos norteados por cálculos feitos pelas famílias, a fim de que não falem e tampouco sobrem víveres. Trata-se, pois, de observar uma certa racionalidade econômico-social, isto é, o controle sobre o consumo mensal dos mantimentos de que se dispõe, de acordo com o tamanho da família que irá consumi-lo. O planejamento do consumo considera também períodos mais longos, tendo em vista que a colheita de alguns alimentos é anual. Uma colheita é, pois, avaliada como satisfatória quando provê o consumo familiar durante um ano.

Na casa onde eu me hospedava, esse tipo de cálculo fazia-se presente em diversas operações cotidianas. Durante as refeições, Dona Louzinha era quem servia as porções de

---

entre o sistema agrário e o regime alimentar.” (minha tradução)

<sup>78</sup> Os dados relativos à criação animal aparecem mais adiante no item 3.5.2 deste capítulo.

comida à mesa e, neste ato, exercia controle para que nada sobrasse nas panelas, nem nos pratos. Para mim, que estava de visita, as porções eram fartas, mas para seus sobrinhos, que almoçavam conosco eventualmente, as porções eram racionadas. Ela assim agia por saber que a refeição deles estava reservada e, portanto, garantida em suas casas e também porque, muitas vezes, eles não comiam tudo o que ela lhes oferecia, o que a deixava bastante zangada em face do que caracterizava como desperdício. Outra circunstância recorrente era, ao final da refeição e constatadas sobras, o chamado para almoçar a uma das crianças da vizinhança. A ausência de geladeira, para conservar as sobras, impelia a dona da casa a partilhar o alimento, evitando o seu desaproveitamento.

Observei o mesmo cálculo nas ocasiões em que Dona Louzinha se encarregava de alimentar um cabritinho enjeitado pela mãe, e que foi recolhido a um cercado, dentro do seu quintal, por um mês. Atrás da porta da cozinha, ela colou um papel que assinalava a data em que começara a alimentar o animal. Ele consumia um litro de leite de vaca por dia e, conforme sua previsão, o animal teria que ser lançado aos pastos ao final de um mês, quando, então, teria consumido trinta litros de leite. Esse seria, simultaneamente, o tempo necessário para que ele crescesse e o limite dos gastos com os quais poderia arcar. Mas, entregue aos pastos, o cabritinho, ainda fraco, não resistiu e morreu presa de um cão. Dona Louzinha concluiu que tivera um grande prejuízo, não só com a despesa requerida pela compra do leite mas também com a perda de sua horta, que acabou arruinada pela avidez do animal.

Nesse sentido, como produzem boa parte do que consomem e têm conhecimento da quantidade de trabalho e de esforço empregado na produção e no preparo de cada item, tudo é passível de ser calculado. Observei que no contexto de uma economia de subsistência, há um limite implícito para o uso e consumo dos bens por meio de atitudes sempre austeras. Para Woortmann e Woortmann,

O desperdício de trabalho, de tempo, de terra e de sementes contraria frontalmente a ética camponesa. Poupar recursos é componente central de todo o cálculo da sua produção. (Woortmann & Woortmann, 1997:56)

Os camponeses conhecem também, por experiência própria, as dificuldades enfrentadas durante uma safra ruim ou uma seca muito grande e, por isso, o gasto desnecessário de produtos é rechaçado juntamente com operações de risco que possam levar ao desperdício ou à perda de recursos, evitados através desse tipo de controle. Isso se dá porque, como demonstra Mendras,

Chaque produit a sa destination particulière et aucun n'est substituable à un autre (...). De chacun des produits, la famille consomme une quantité définie par ses besoins. Disposer de plus de chanvre ne donnera ni du pain ni de la provende. (Mendras, 1995:39-40)<sup>79</sup>

Tais comportamentos estão impregnados de traços próprios do que a literatura denominou de economia fechada, ou seja, aquela

em que o produtor consome o que produz, não se enquadrando no mundo moderno de produção, em que esta é orientada para a obtenção de lucros decorrentes de transações de mercado. (Queiroz, 57:2009)

Ao invés, porém, de economia fechada, noção muito restritiva, mais adequado talvez seja caracterizar tais comportamentos como compondo o *ethos* camponês, no sentido atribuído por Clifford Geertz, para quem a antropologia contemporânea tem deixado ao abrigo do termo *ethos* os aspectos morais, estéticos e valorativos de uma determinada cultura (Geertz, 1978:144).

Pode-se dizer que em Lages das Aroeiras vige um regime econômico crescentemente estimulado pela economia regional pois, apesar de não haver predisposição, por parte dos produtores, para a obtenção de lucro mas, ao contrário, para a reprodução da subsistência há, hoje em dia, uma circulação de dinheiro no interior do grupo e um apelo a produtos adquiridos fora da comunidade.

É, como dizia Seu Pedro a respeito de sua criação de ovelhas: *Eu não crio para vender, mas...às vezes vendo*. Assim, o camponês se relaciona com o mercado englobante, sempre que seja possível, necessário e oportuno.

Os dados da enquete domiciliar que fiz em Lages das Aroeiras demonstram que a maioria das famílias vive sob a mesma orientação econômica, isto é, sob as condições de uma economia de subsistência que, eventualmente, se relaciona com o mercado. Há uma homogeneidade no perfil econômico das famílias e uma muito incipiente estratificação social, em que padrões de consumo e de renda são equiparáveis. Vejamos os dados: das 43 famílias que ali vivem todas possuem casa própria; doze entre 43 casas têm banheiros; apenas em uma casa a água é encanada, três casas não possuem energia elétrica e só em oito ou nove faltam cisternas.

---

<sup>79</sup>“Cada produto tem sua destinação particular e nenhum pode ser substituído por outro. De cada um dos produtos a família consome uma quantidade definida para suas necessidades. Dispor excessivamente de mais de cânhamo não assegurará nem o pão nem a ração animal.” (minha tradução)

Vale, contudo, relativizar a presença de banheiro que poderia induzir o leitor a considerar que Lages das Aroeiras já estaria apresentando perceptível diferenciação socioeconômica. De fato, o que estou designando como tal é tão somente um cômodo, no interior da casa, reservado para o banho, às vezes com privada, às vezes sem. De modo geral, possuir banheiro significa que a casa dispõe de uma caixa d'água que é preenchida, manualmente, para o banho e uso da descarga. Já as casas sem banheiro dispõem, na parte dos fundos, de uma roça de palma onde são realizadas as necessidades fisiológicas. Os banhos, por outro lado, são os denominados “banhos de bacia”, que na falta de um banheiro podem se dar em qualquer cômodo da casa.

Os dados também revelam que o assalariamento não é uma tendência entre os habitantes locais. Dos 43 grupos domésticos, apenas um chefe de família se assalariava, mensalmente, por trabalhar na cidade como presidente de uma cooperativa de pequenos agricultores, a COOPERCUC. Havia ainda dois comerciantes, que eram responsáveis pelos comércios da fazenda, i.e., dois bares e uma mercearia. Os demais trabalhavam em suas próprias terras, e alguns deles eventualmente se prestavam ao trabalho de diaristas. À época, pagava-se vinte reais por qualquer trabalho braçal, menos aos que trabalhavam como pedreiros, que recebiam um valor maior pela diária.

Vale observar também o dado indicativo da renda que ingressa na comunidade por meio de benefícios sociais proporcionados pelo governo federal. Eram 29 mulheres que recebiam o Bolsa Família; dezesseis idosos recebiam aposentadoria; e cinco viúvos(as) eram pensionistas. Apenas quatro grupos domésticos, dentre os 43 existentes, não recebiam nenhum tipo de benefício. É importante notar que a presença de um número significativo de mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família representa uma mudança nas posições de gênero através do empoderamento feminino, dentro do lar e no plano da auto-estima. Anteriormente à sua participação no Programa Bolsa Família, elas dependiam integralmente dos maridos por não disporem de nenhuma renda, o que era considerado normal na comunidade. Hoje, com uma renda mensal, têm acesso ao comércio, onde podem comprar para si e para os filhos, dispensando, portanto, a intermediação do cônjuge.

Quando perguntei a Seu Valdemar se havia alguma diferença econômica entre as famílias da fazenda, ele afirmou que essa diferença não existe, ou, caso exista, não chega a ser perceptível. No entanto, o tamanho das parcelas de terra apropriadas por cada família, assim como o tamanho dos rebanhos de cada uma podem ser tomados como indicadores da

existência de certa diferenciação socioeconômica<sup>80</sup> no interior do grupo. Os dados coletados mostram uma variação que vai desde famílias que declaram não ter terra alguma além daquela onde está a casa e o quintal<sup>81</sup> (nove entre 43), passando por aquelas que possuem entre uma e trinta tarefas (dezenove famílias) e até famílias que possuem entre dois e 45 hectares (quinze famílias).

A diferença do volume de terra entre as famílias da fazenda está ligada ao processo de herança da terra desencadeado em Lages das Aroeiras e não decorre, necessariamente, de uma estratificação social. Vimos, no segundo capítulo, que o aumento da população e a subdivisão da terra entre as sucessivas gerações fizeram com que as parcelas destinadas às gerações mais novas fossem cada vez menores. A segunda geração herdou parcelas maiores de terra por se tratar da primeira partilha da área total da fazenda; porém, as gerações seguintes foram recebendo parcelas cada vez exíguas, devido à escassez desse fator de produção.

Por outro lado, concomitantemente à falta de terra observa-se desinteresse pela agropecuária, por parte de alguns. Segundo Seu Nézinho:

*Os jovens de hoje não têm mais interesse nem vocação para o trabalho na roça; hoje ninguém mais quer botar roça ou criação.*

Os jovens a que ele se refere pertencem à terceira e, notadamente, à quarta e quinta gerações. A partir da terceira geração o valor conferido à posse de uma parcela de terra e ao antigo estilo de vida camponês mudou. Os mais velhos acreditam que a oportunidade de escolarização afastou os rapazes do trabalho na roça. Como antes não havia opção de estudo, o trabalho na roça era o destino de todos que nasciam no meio rural. Porém, hoje, como os jovens têm possibilidade de estudar, eles acalentam o desejo de concluir os estudos e obter um emprego na cidade. Além disso, para Seu Nézinho e outros, o Programa Bolsa Família e o seguro maternidade deixaram as pessoas muito acomodadas. De acordo com o primeiro, a

---

<sup>80</sup> Diferenciação socioeconômica entendida como processo em construção, isto é, como expressão de ações sociais e não como efeito de fatores externos ao campesinato. Nesses termos, o próprio campesinato, através dos seus vários segmentos, deixa de ser um agente passivo para se constituir em agente de sua diferenciação (Neves, 1985:15). Visando romper com os riscos de reificações de noções como campesinato, estratos de camponeses e diferenciação social, entre outras, e manter a noção de diferenciação social como um processo em construção, Delma Pessanha Neves sugere que o estudo sobre produtores agrícolas se pautar na análise das relações sociais. Para tanto, o objeto de estudo deve incidir sobre indivíduos e os sistemas de relações sociais aos quais estejam inseridos como participantes ou a eles referidos. Tal postura permitiria – tal é a sua suposição – compreender e construir o jogo de forças sociais no âmbito do qual os produtores agrícolas são agentes, e os deslocamentos que criam e aos quais devem se adequar, consideradas as representações e as práticas sociais. Dessa perspectiva, a conjuntura não seria um quadro de forças sociais que se impõe, mas construída a partir dos agentes em suas relações reais e não supostas (Neves, 1985:15).

<sup>81</sup> Essas famílias que declaram não dispor de terra, eventualmente cultivam na terra dos pais.

partir do momento em que se tem acesso a uma fonte de renda que independe do trabalho desempenhado, a importância conferida ao trabalho agrícola diminui. Muitos migram para São Paulo e outras cidades, não obstante a taxa de migração não seja responsável pelo esvaziamento da comunidade. Ao contrário, observei que, desde a fundação de Lages das Aroeiras, a população local vem crescendo o contrário, verifiquei que, desde a fundação de Lages das Aroeiras, a população local vem crescendo a uma taxa média de 2,5 % ao ano. Apesar da inquietação dos mais velhos e das mudanças observadas ao longo do tempo, os dados apresentados mostram que não se configura uma situação de abandono da agropecuária voltada para a subsistência pelo assalariamento no meio rural ou urbano ou, tampouco, a mudança definitiva da moradia na fazenda pela cidade.

A comunidade estudada apresenta, é importante enfatizar, incipiente nível de estratificação social. Se uns possuem televisão, outros geladeira, moto ou bicicleta, mais ou menos terra, isso não lhes confere maior ou menor *status* na estrutura social. Na prática, todos vivenciam uma rotina comum na qual trabalham a terra, visando garantir uma parte da subsistência familiar. A estreita convivência vicinal permite que todos tenham conhecimento das condições econômicas uns dos outros. Em momentos difíceis ajudam-se, ativando formas de solidariedade vicinal; em momentos de fartura, quando algum grupo doméstico por ventura se destaca, os olhares atentos dos vizinhos parecem sancionar negativamente a discrepância, demonstrando, ao mesmo tempo, a expectativa de manutenção do nivelamento social (Silva, 2002). Os vizinhos reagem, em determinadas ocasiões, sob a forma de comentários, mau-olhado e atitudes que podem sugerir inveja. Segundo George Foster (1965), em comunidades camponesas que dependem, em grande parte, dos recursos naturais e sociais da localidade, se uma família ou indivíduo melhora sua posição o restante do grupo se sente ameaçado. Isso se deve ao que ele denomina *a imagem do bem limitado*, descrita tal como segue:

...peasants view their social, economic, and natural universes – their total environment – as one in which all of the desired things in life such as land, wealth, health (...), exist in finite quantity and are always in short supply as far as peasant is concerned. (...) in addition there is no way directly within peasant power to increase the available quantities. (...). Consequently (...) an individual or a family can improve a position only at the expense of others. (Foster, 1965:296)<sup>82</sup>

---

<sup>82</sup> “...camponeses vêm seus universos social, econômico e natural – seu ambiente completo – como um todo no qual todas as coisas desejadas, tais como terra, abundância, saúde (...) existem sempre em quantidade finita e em oferta limitada (...) além do mais está fora do alcance do camponês aumentar a quantidade disponível (...). Conseqüentemente, (...) um indivíduo ou uma família só pode melhorar sua posição às custas dos outros ”. (minha tradução)

De todo modo, em Lages das Aroeiras, o princípio da incipiente hierarquização social não se funda na diferenciação econômica e sim em hierarquias etárias e políticas. Os anciões da segunda geração, isto é, os filhos dos fundadores da fazenda expressam muito bem essas duas características. Além deles outras lideranças na comunidade se destacam, na estrutura social, por acumularem cargos na associação local, em partidos políticos do município ou por assumirem um comportamento valorizador do bem comum e desenvolvimento de todos os habitantes do lugar.

### 3.3 Trabalhos de ajuda mútua e cooperativismo

Para além do trabalho desenvolvido no interior de cada grupo doméstico, são observadas também algumas modalidades de trabalho de ajuda mútua, que passo a descrever. Incluo também o detalhamento do trabalho desenvolvido na mini-fábrica de beneficiamento de frutas e organizado nos moldes cooperativistas, pois ele se aproxima do princípio arregimentador dos trabalhos de ajuda mútua denominados localmente de *mutirão*.

Segundo o trabalho clássico de Candido (2003) sobre a realidade econômica de um agrupamento caipira de parceiros do interior paulista,

...as várias atividades da lavoura e da indústria doméstica constituem oportunidades de mutirão, que soluciona o problema da mão de obra nos grupos de vizinhança (...) suprindo as limitações da atividade individual ou familiar. E o aspecto festivo, de que se reveste, constitui um dos pontos importantes da vida cultural do caipira. (Candido, 2003:88)

Em Lages das Aroeiras, os trabalhos de ajuda mútua compreendem práticas que vêm se alterando ao longo tempo. A passagem das CEBs pela comunidade constituiu um verdadeiro divisor de águas nesse cenário, pois produziu mudanças na forma e na designação do *mutirão*, como bem ilustra o relato de Seu Valdemar:

*O mutirão é uma coisa boa que a gente às vezes ainda usa. Mesmo aqui, antigamente se chamava de batalhão, mas na verdade é mutirão. Porque assim, quando as pessoa plantava a roça, aí quando se apertava com o legume pra limpar, e não dava conta sozinho ou com a família, aí convidava os vizinho, fazia o almoço, a janta, levava um cachacinha, aí o povo se juntava e às vezes limpava toda aquela roça em um dia. O mutirão a gente usava dessa forma: o mutirão a gente começou a usar como uma coisa mais social. Aqui, no começo da organização, todo mundo que trabalhava a roça juntava a comunidade e, por exemplo, hoje ia pra roça de um, amanhã ia pra roça do outro, no outro dia pra do outro, do outro*

*(...). Mas hoje tá mais pouca essa coisa, né, mas de vez em quando a gente ainda faz.*

Indagado sobre a origem desta prática e se ela teve início antes ou depois da chegada das freiras (CEBs), ele respondeu, muito prontamente:

*Não, já existia, como batalhão. Assim, às vezes a pessoa chamava alguém, convidava outras pra ajudarem a limpar a sua roça. Só mesmo em caso de ser convidado aí ia lá. Mas o mutirão, nas comunidades era sempre freqüente. Era combinado. Quem dirigia a comunidade juntava as pessoas e combinava: “amanhã a gente vai pra roça de fulano, depois pra de outro...”. Até que no fim limpava a roça de todo mundo. Mas às vezes tinha pessoas que começava a olhar pra trás: “começar pela roça de fulano? quando chegar na minha o legume tá morrendo no mato!”. Mas não existia isso não, era só impressão, pra desestimular um e outro, né. Mas ainda existe, de vez em quando a gente faz, na associação.*

Esse sistema de mutirão também se estendeu para a prática da *farinhada* – produção de farinha a partir da colheita da mandioca –, tal como explica Dona Louzinha:

*Depois da organização da comunidade; antes, quando a gente ia farinhar, a gente tinha que colocar trabalhadeira e trabalhador e todo mundo era ganhando dinheiro, né. Muitas vezes as pessoas tinha que vender quase toda a farinha que fazia pra pagar eles, quase pouco compensava. Às vezes quando pagava as despesas, às vezes não ficava pra passar o ano sem ter que comprar farinha, porque tinha que vender quase tudo pra pagar. Depois a gente começou: “Não, vamos fazer um mutirão também na casa de farinha! Vamos se juntar, fazer a farinha de um, depois a de outro, tudo junto.”. Deu certo! Até hoje ainda dá certo, mais do que no mutirão da roça. As mulheres se juntam, a gente arranca mandioca, traz pra casa de farinha. Hoje se rala mandioca de motor, antes era no rodete, no braço. Hoje a gente só paga o forneiro porque não é todo mundo que sabe assar a farinha, aí a gente tem que pagar alguém de fora. Até mesmo a despesa que a gente fazia, hoje não, as mulheres trabalham, cada uma vai almoçar na sua casa, às vezes um lanche na casa de farinha, mas melhorou. Hoje você faz a farinha, se der pra vender e deixar pra passar o ano, vende, se não, deixa tudo e passa o ano sem comprar farinha. Há um pouco de solidariedade também [com] as pessoas que trabalham na casa de farinha, mas não fazem [a própria farinha], aí quem faz dá um pouco pra elas, colabora com as pessoas. Mas é muito mais fácil do que pagar dinheiro, né.*

O aspecto festivo ao qual refere Candido (2003) é mencionado na descrição de Seu Valdemar sobre o *batalhão*, quando ele assinala a presença da cachacinha, elemento de descontração e prazer que gratifica aqueles que participam do trabalho de ajuda mútua. Na *farinhada*, este aspecto se evidencia quando Dona Louzinha se refere aos cantos de trabalho:

*Tem uma coisa que se perdeu, é que antigamente se sabia onde tinha uma farinhada, pela cantoria que as trabalhadeira e o povo cantavam na casa*

*de farinha. Cantavam versos, muito interessante, né. Trocavam versos, um dizia, o outro respondia, cantando no sistema de caipirada, de toada de casa de farinha; a gente chamava, e ainda chama.(....). Era de uma forma que a gente trabalhava oito dias, quinze dias numa casa de farinha; quando terminava, que todo mundo ia embora naquele dia, era pras pessoas se afastarem, pra cada um ir pra sua comunidade, sua casa, choravam muito, pra se despedir, naquele dia era um sentimento que só se vendo, né... e isso se perdeu. Até porque se usava mais no tempo do rodete, e hoje em dia com a zuada de motor, ninguém consegue escutar nada. Mas a gente ainda conversa muito, mas na hora de usar o motor num dá. Mas aí enquanto umas coisas vão se evoluindo, outras vão se perdendo, e a gente fica um pouco preocupado.*

Talvez a maior diferença que se apresenta às duas modalidades de trabalho de ajuda mútua é que, antes da inserção das CEBs, o trabalho acontecia espontaneamente, mediante convite da pessoa ou família que precisava de ajuda para alguma etapa da produção agrícola ou processamento da mandioca. O aceite ao convite criava uma obrigação moral entre o beneficiário e aqueles que o ajudavam, de modo que o dono da roça comprometia-se, reciprocamente, a aceitar convites da mesma espécie, quando lhe fosse solicitada ajuda. Além disso, durante essas vivências coletivas estabeleciam-se laços de afeto e integração marcantes, constitutivos da sociabilidade local, tal como enfatiza Dona Louzinha.

Com a presença das freiras e, depois, com a criação da associação local, essa modalidade de trabalho se tornou algo mais planejado e racionalmente organizado a fim de que todas as famílias fossem auxiliadas em suas colheitas. O compromisso moral de retribuição da ajuda recebida se tornou um compromisso político entre os sócios da associação, já que esta passou a ser uma prática endossada pela entidade, com base no antigo costume dos *batalhões*.

Para além do mutirão e da *farinhada* vige, ainda, uma outra forma de trabalho coletivo em Lages das Aroeiras. No centro da fazenda, em um edifício construído pela COOPERCUC, funciona uma mini-fábrica de processamento de frutas, conduzida pelo trabalho de cerca de dez mulheres. As atividades da fábrica ocorrem no período da safra do umbu, entre dezembro e abril, e durante a safra do maracujá do mato, entre julho e agosto. Essas duas frutas são nativas da região mas antes dessa iniciativa eram pouco aproveitadas. O umbu sempre foi apreciado pelos sertanejos, embora muito sobrasse nas árvores, e o maracujá servia apenas aos animais. Hoje, na mini-fábrica, as frutas são transformadas em compotas de doces e de geléias, cuja renda, proveniente de seu comércio, é revertida para as trabalhadoras da fábrica. Os produtos são embalados na fazenda e depois seguem para a sede da COOPERCUC, em

Uauá. O escritório da sede da entidade se encarrega da venda<sup>83</sup> e escoamento da produção que não é pequena pois, além da mini-fábrica de Lages das Aroeiras, a cooperativa tem outras treze mini-fábricas como esta, espalhadas por pequenas comunidades da zona rural dos municípios de Canudos, Uauá e Curaçá.

Em minha última estada em campo, presenciei o trabalho das mulheres na safra do maracujá. Acompanhei o grupo em atividades diversas, desde a *viagem*, a pé, pela caatinga, em busca das frutas, até o preparo das geléias. Em um certo dia, já no fim da safra, caminhamos cerca de duas horas, procurando os maracujás no interior de algumas roças particulares<sup>84</sup>, pois já não havia mais aqueles disponíveis em áreas de caatinga aberta.

Para evitar a dificuldade de buscar o maracujá numa área tão ampla, as mulheres estão plantando uma roça de maracujá nos fundos da mini-fábrica. Além disso, Analice, uma das participantes mais ativas do grupo, comentou que antes era mais fácil encontrar a fruta na caatinga mas que, de tempos para cá, a safra da fruta não tem sido tão boa. Outra razão para este plantio é garantir o uso de um maracujá sem *drogas* ou *veneno*. Segundo as normas da cooperativa, todo alimento comercializado deve ser orgânico, o que passou a compor a pauta de preocupações das mulheres durante o processo produtivo. É importante, pois, que elas tenham controle da procedência da fruta, uma vez que o maracujá colhido em roças particulares pode conter agrotóxicos.

Embora a participação nas atividades da mini-fábrica seja aberta a todas as mulheres que por elas se interessarem, são poucas as que se envolvem<sup>85</sup>, se compararmos o número de participantes ao número de mulheres que vivem na comunidade. Algumas explicações para o fato foram prestadas por Analice. A primeira delas é caracterizada como *desinteresse*, que parece confundir-se com uma certa apatia ou indiferença das mulheres em relação a oportunidades de participação em atividades produtivas com ingresso monetário.

---

<sup>83</sup> As compotas e produtos da COOPERCUC são vendidos em diversos pontos do Brasil e até no exterior, por meio de convênios estabelecidos com parceiros e apoiadores da instituição, nacionais e internacionais. Para maiores informações a respeito dos parceiros e das ações da cooperativa, consultar o sítio eletrônico da instituição [www.coopercuc.com.br](http://www.coopercuc.com.br).

<sup>84</sup> Como essa fruta não é muito utilizada na dieta local, agricultores permitem que as mulheres da cooperativa colem a fruta de suas roças para que façam seus doces, pois, de outro modo, ela acaba subutilizada ou comida pelos animais.

<sup>85</sup> Em Lages das Aroeiras apenas mulheres participam do trabalho na mini-fábrica. Acredito que a participação de homens não seria vetada, caso mostrassem interesse; porém, a produção de doces, ou seja, o processamento de alimentos, é visto como uma atividade feminina, enquanto o homem se dedica à produção dos alimentos na roça.

Corroborando com tal idéia, o Programa Bolsa Família é visto, por algumas pessoas da comunidade, como fator de acomodação de muitas beneficiárias que, por essa razão, não vão em busca de outra fonte de renda. O importante, para muitas dessas mulheres, não é acumular recursos ou expandir as possibilidades de aquisição material – mesmo que existam alternativas para tanto – mas, sim, suprir suas necessidades mais imediatas.

Outro motivo para as mulheres evitarem a participação na mini-fábrica é o fato de que muitas delas se sentem acanhadas em se vincular à cooperativa, por saberem que, a partir de tal filiação, entrarão em contato com um mundo mais amplo, que extrapola os limites da fazenda e pode projetá-las para além daquilo que conhecem. Uma vez envolvidas na cooperativa serão convidadas a viajar, para divulgar o trabalho, e terão que se reunir com grupos e pessoas novas, participar de eventos, e etc. Trabalhar na mini-fábrica quase sempre significa participar da cooperativa; é um passo que acarreta desenvolvimento como cidadãs, um verdadeiro processo de formação no decorrer do qual serão levadas a melhor articular e expressar suas idéias, a falar em público, entre outras coisas. Mas se muitas mulheres não se sentem capazes ou suficientemente motivadas para aceitar esse desafio. Outro fator também colabora para constrangê-las a dar um passo tão significativo: a autoridade masculina, isto é, a interposição de seus cônjuges. Muitos deles coíbem a participação de suas esposas, procurando, assim, evitar que saiam da esfera do lar e de suas obrigações como donas de casa. Para muitos, a ausência da mulher no lar é inconcebível, já que teriam que tomar para si certas tarefas que acreditam caber exclusivamente a elas, tais como cozinhar e cuidar dos filhos.

Na mini-fábrica, o modo de produção difere daquele empreendido nos grupos domésticos e no sistema de *mutirão*, pois, ali, a mão-de-obra é remunerada de acordo com a produção resultante do trabalho de cada mulher na feitura dos doces, a cada estação ou safra. Como vimos, nas outras modalidades de trabalho familiar ou coletivo os trabalhadores nunca são remunerados diretamente, ao passo que o resultado da produção é destinado ao consumo interno do grupo doméstico produtor, sendo seu excedente passível de ser vendido ou presenteado àqueles que participaram do mutirão efetuado em alguma etapa da produção.

### 3.4 Dádiva e reciprocidade

A troca e a venda de insumos e mantimentos entre vizinhos e parentes é uma alternativa a que se recorre, em Lages das Aroeiras, para suprir a falta corriqueira de determinados gêneros alimentícios. É uma prática que opera sob a mesma lógica de reciprocidade que permeia os trabalhos de ajuda mútua – o antigo *batalhão*, o *mutirão* e a *farinhada* – e revela que apesar dos grupos domésticos buscarem sua autonomia econômica, eles não atuam isoladamente mas em interação constante com uma rede de sociabilidade entretecida por relações de parentesco. A reciprocidade é, portanto, um valor cultural central na vida das famílias camponesas que ali vivem.

Candido já havia apontado para o fato de que a auto-suficiência de cada grupo doméstico é relativa:

... no regime de economia de subsistência, é possível exercer as atividades da lavoura em base exclusivamente familiar – cada família bastando-se a si mesma e podendo, em consequência, viver relativamente isolada, sem integrar-se noutra estrutura mais ampla. Trata-se, porém, de fato raro e quase transitório, observável em desbravadores e foragidos; quando esta situação perdura o grupo doméstico tende a desorganizar-se. (...). Casos como esse raramente significam a completa auto-suficiência da família, e sim uma auto-suficiência relativa, que só pode caracterizar-se dentro dum mínimo de sociabilidade, que é a auto-suficiência do bairro. (Candido, 2003:85)

Observei que há três fontes de suprimentos aos quais os grupos domésticos da fazenda apelam, por ordem de preferência e de necessidade, para suprir a demanda. A primeira delas é a que se constitui a partir da produção local, entre vizinhos da fazenda que trocam ou compram alimentos entre si, pois preferem-nos frescos, de procedência conhecida, e cujas condições de produção e de higiene sejam garantidas. Em seguida buscam, na cidade de Uauá ou no distrito de Lagoa do Pires, alimentos industrializados tais como café, açúcar, sal, óleo, fubá de milho, pão, macarrão, biscoitos, arroz, leite em pó, manteiga, dentre outros. Nessas oportunidades fazem uma compra, para as despesas do mês, que chamam de *feira*. Podem recorrer, ainda, a dois tipos de comércio móvel que vão até a fazenda oferecer seus produtos. Um deles congrega vendedores de produtos perecíveis, como o padeiro, o açougueiro e o verdureiro; eles oferecem suas mercadorias, de casa em casa, com o mesmo preço encontrado em Lagoa do Pires, distrito de onde provêm. Salvo estes, todos os outros vendedores que aparecem vendendo produtos diversos, tais como móveis para a casa, remédios, panelas, óculos de grau, são chamados de *camelôs*.

Observei que o fluxo diário de produtos que entravam e saíam da casa onde permaneci hospedada diziam respeito a trocas, empréstimos, compra e venda de mercadorias entre a dona da casa e seus vizinhos. A compra de produtos industrializados e daqueles oferecidos por vendedores ambulantes socorreu apenas esporadicamente. A natureza das dádivas que circulavam variava muito, podendo abarcar desde objetos concretos, como alimentos e utilitários, até pequenos serviços ou mesmo cuidados e afetos prestados a outrem. Nem sempre ficava claro o que estava sendo trocado, bem como onde começava ou terminava determinada transação, pois o que ocorria era muito mais um fluxo de dádivas constante do que meras trocas ou vendas pontuais.

Na casa de Dona Louzinha, logo cedo pela manhã havia um movimento de pessoas que chegavam para pedir-lhe a benção e cumprimentá-la; vinham também para tomar seu saboroso café, que está sempre coado à espera dos visitantes. Nesses encontros, em meio ao entra e sai de pessoas, a circulação de dádivas era constante. Por exemplo, alguém vinha pegar ervas para um chá em seu quintal; depois, eu a via oferecendo a sobra do jantar à vizinha; por vezes, esta lhe emprestava um espaço na geladeira para suas bebidas, ao tempo em que Dona Louzinha cuidava de suas crianças enquanto ela estivesse ocupada. Em outro momento, minha hospedeira dava dinheiro a um sobrinho para pagar o transporte de um passeio, o que parecia ser retribuído pela ajuda no conserto da cerca de seu quintal.

Embora todos os moradores da fazenda sejam parentes entre si, é com os vizinhos de maior proximidade espacial que essa rede de reciprocidade se forma e é ativada a qualquer momento, de acordo com as necessidades imediatas que possam surgir. Na maioria das vezes tal rede coincide com os limites das famílias extensas apresentadas no segundo capítulo, uma vez que os membros de uma mesma família extensa sejam, ao mesmo tempo, os vizinhos mais próximos. Contudo, nada impede que as pessoas estabeleçam aleatoriamente esse tipo de relação com outros moradores da fazenda, sobretudo quando buscam algum produto específico e de maior valor como, por exemplo, leite de vaca ou carne fresca. Nem sempre os vizinhos mais próximos dispõem desses alimentos, o que torna necessário buscá-los onde estejam disponíveis.

Um exemplo claro e evidenciador de como se estabelece o circuito de reciprocidade e ajuda mútua entre vizinhos mais próximos é o caso de Ediloura<sup>86</sup>, que passo a narrar. Um dia,

---

<sup>86</sup> Ver o número 34, no croqui e na genealogia anexos.

ela amanheceu com uma gripe forte, que a impediu de se levantar da cama. Ao testemunharem a dificuldade por que passava, tia e sogra<sup>87</sup>, que moram a não mais de cinquenta metros da sua casa, se mobilizaram, imediatamente, para realizar as tarefas que lhe caberiam. Prepararam o almoço, lavaram a louça, foram buscar água na cacimba e arrumaram os filhos dela para a escola. Um pouco mais tarde, quando as providências mais imediatas já haviam sido tomadas, a mãe de Ediloura, que mora do outro lado da comunidade<sup>88</sup>, chegou. Vinha com a intenção de visitar e ajudar a filha no que fosse preciso, mas a maior parte do trabalho já havia sido feita por sua irmã e sua cunhada.

Observando-se o croqui anexo que ilustra a disposição das casas de Lages das Aroeiras, vemos que Ediloura, a tia e a sogra fazem parte da mesma família extensa, e, por isso, as duas últimas vivem mais próximas de sua casa do que sua mãe. Embora a filha tenha com a mãe uma ligação bastante estreita, as vizinhas mais próximas, por identificarem, com mais rapidez, eventuais necessidades de ajuda, podem atendê-la mais prontamente.

Tais exemplos parecem demonstrar que Lages das Aroeiras, similarmente a outros contextos com as mesmas características, é, desde a sua gênese, um território de reciprocidade (Woortmann, 1990), onde “... as prestações e contraprestações se estabelecem de uma forma sobretudo voluntária, por meio de regalos, presentes, embora elas sejam no fundo rigorosamente obrigatórias...” (Mauss, 2003:191).

A troca constitui uma linguagem que permeia as relações locais. Ela é regulada por um comportamento moral e por valores éticos que a diferenciam das trocas mercantis, cujo caráter é puramente utilitarista. Apesar da dimensão econômica que subjaz à troca, a generosidade, a honra, o respeito e o prestígio são valores culturais caros à sociedade local, que qualificam as relações sociais estabelecidas mediante trocas. Mauss denominou de “moral da dádiva-troca” o tipo de relação contraída a partir do sistema de trocas não mercantis entre os indivíduos no interior de um grupo ou entre grupos e clãs por meio de seus membros (Mauss, 2003:300).

Mesmo as transações que envolvem compra e venda de alimentos ou produtos manufaturados na comunidade podem ser consideradas como parte desse circuito de dádivas.

---

<sup>87</sup> Habitantes das casas 33 e 36 do croqui e representadas, sob os mesmos números, na genealogia em anexo.

<sup>88</sup> Ver casa 23 do croqui em anexo.

Assim como nas trocas não monetárias, estabelece-se, naquelas transações, uma relação moral e dadivosa que as isenta do caráter de transações puramente mercantis.

Segundo Sabourin, a contribuição de Mauss é primordial para pensarmos as relações de reciprocidade

... não apenas [pel]a qualificação da dádiva como forma de relação social e de transação econômica, mas, sobretudo, [pel]a universalidade da tríplice obrigação “dar, receber e retribuir” que permite hoje entender o princípio de reciprocidade como essa “rocha”, matriz das relações e das civilizações humanas. (Sabourin, 2008:136)

Ao buscar avaliar a natureza das dádivas mais constantemente ofertadas e retribuídas em Lages das Aroeiras, observei que os alimentos se destacam. A comida é o elemento central da produção e do consumo das famílias da fazenda e o trabalho familiar do grupo doméstico é desenvolvido visando a que, minimamente, se garanta *o comer*. Todas as famílias compartilham essa compreensão, ou seja, de que a razão última de suas vidas junto à terra é voltado para tal fim, mesmo que tacitamente.

Baseado nas etnografias de Magalhães Lima (1987), Motta Santos (1986) e Sahlins (1987), Woortmann (1990) faz uma reflexão sobre o simbolismo da comida enquanto elemento de trocas estabelecidas em sociedades produtoras de alimentos.

O elemento central é a comida. Ela tem um valor social grande demais para ser mercadoria. É por seu valor de uso que ela tem valor de troca no contexto da reciprocidade, onde o dinheiro nenhum valor tem porque pertence ao domínio do mercado. O conceito de valor de troca depende, pois, do contexto ao qual se refere. No campo da reciprocidade que estou aqui examinando, quanto maior o valor de uso, tanto maior o valor de troca que possui a coisa trocada. O valor de uso da comida não se limita às suas qualidades alimentícias; ele envolve também suas qualidades como linguagem, uma linguagem que fala do *pai*, da *família*, do *trabalho*, da *honra* e da *hierarquia*. (Woortmann, 1990:58-59)

É Interessante notar que no transcurso do trabalho de campo fui muitas vezes incluída no circuito de dádivas alimentícias, recebendo, freqüentemente, potes de geléia, leite de vaca fresco, frutas e legumes. As pessoas pareciam gratas e satisfeitas com minha presença no local e buscavam demonstrá-lo através de presentes materializados em comidas. Essa hospitalidade, apesar de própria à cultura local, parecia retribuir ao que, supostamente, eu lhes havia ofertado ao elegê-los como sujeitos de minha pesquisa.

Por outro lado, segundo Mauss, a troca de dádivas não se dá entre indivíduos mas entre pessoas morais (2003:190). Assim, quando alguém fazia doações à dona da casa onde eu

me hospedava, alguma iguaria, por exemplo, em meu nome, pareciam estar querendo contribuir com os gastos e recursos que a minha anfitriã despendia comigo. Não eram indivíduos mas pessoas morais, sob a condição de representantes de outros grupos domésticos que, com sua atitude de auxílio, colaboravam com a responsável pelo grupo doméstico no qual eu estava inserida. Assim, demonstravam que

... a reciprocidade supõe uma preocupação pelo outro. Não se pode estar inquieto do outro sem se preocupar com suas condições de existência. Tal preocupação torna-se, portanto, hospitalidade, dádiva de alimentos e víveres, proteção, ou seja, motivos ou obrigações para produzir. (Sabourin, 2008:135)

Existe, por outro lado, um circuito masculino de trocas, no âmbito do qual vendas e trocas se transformam, no vocabulário local, em *negócios*<sup>89</sup>. Essa atividade é exclusiva do gênero masculino e difere sobremaneira das pequenas trocas de bens, alimentos e serviços observadas entre as casas, mencionadas nos parágrafos anteriores. Homens negociam o ponto de um bar, de uma mercearia, negociam roças que circulam, dinâmica e incessantemente, entre distintos donos. Entre uma ida e outra a Lages das Aroeiras, o bar que antes eu havia conhecido sob a administração de Jussemar, na visita seguinte já não era mais dele e sim do seu irmão. O mesmo se dava com a posse de roçados e de outros bens. Uma moto pode ser trocada pelo ponto de um bar ou por uma roça, assim como uma roça pode ser trocada por outra roça ou por algumas cabras, a depender do acordo estabelecido entre as partes que contratam<sup>90</sup>.

Um relato de Seu Nézinho ilustra bem a maneira como o *negócio* entre parentes é encarado. Ele propôs a seu primo Daniel que trocassem a roça de um pela roça do outro, pois para ele seria *vantajoso* efetuar tal *negócio*. Contudo, me alertou que a transação só tivera êxito porque *as coisas já estavam planejadas* anteriormente à efetivação da troca, e que, apesar de ter sido ele o proponente do *negócio*, era como se estivesse ao seu arbítrio possuir a roça de seu primo. Seu Nézinho concluiu a história, dizendo que o *negócio* só se concretizara, de fato, porque satisfizera os dois contratantes, isto é, cada um encontrara vantagem no

---

<sup>89</sup> As distintas etnografias utilizadas por Woortmann (1990) como base de sua análise sobre a prática de negócios em sociedades camponesas, mostram que este é um tema ambíguo. O negócio tem conotações que variam a depender dos contextos culturais enfocados. Ora ele significa a negação da reciprocidade, do trabalho e da campesinidade e ora pode ser visto como caminho para liberdade, uma vez que o negócio é o meio de se adquirir a terra, local de trabalho da família camponesa.

<sup>90</sup> Durante o trabalho de campo, observei apenas transações feitas entre parentes que vivem em Lages das Aroeiras, embora eles também negociem, eventualmente, com pessoas estranhas à comunidade, quando vão à cidade e à feira.

*negócio*. Para ele, a obtenção de uma roça mais perto de sua casa e de uma fonte de água. Para Daniel, a aquisição de uma terra já roçada e com capim plantado, com o qual alimentaria sua criação. Note-se que as roças não tinham o mesmo tamanho: a que Nézinho oferecia era menor mas, em contrapartida, encontrava-se num estágio de trabalho avançado, isto é, o novo dono não teria que roçá-la para começar a plantar.

Na mesma oportunidade, ele comentou que o *negócio* fora feito *na palavra* e não *no papel*, e que se Daniel quisesse voltar atrás, ele não aceitaria. Sua colocação remete a ditos e expressões populares, tais como “palavra é dívida” e “homem de palavra”. São expressões que supõem, para além dos bens intercambiados, a honra das pessoas morais envolvidas no contrato. Como ressalta Mauss:

Nas economias e nos direitos que antecederam os nossos, nunca se constatam, por assim dizer, simples trocas de bens, de riquezas e de produtos num mercado estabelecido por indivíduos. Em primeiro lugar, não são indivíduos, são coletividades que se obrigam mutuamente, trocam e contratam; as pessoas presentes ao contrato são pessoas morais: clãs, tribos, famílias, que se enfrentam e se opõem (...). (Mauss, 2003:190)

O tipo de troca como a que foi efetuada entre Nézinho e Daniel é chamado localmente de *negócio*, distinguindo-se das pequenas dádivas que circulam entre as casas, por se estabelecer mediante acordo verbal entre as partes interessadas que buscam, de maneira expressa e consciente, encontrar alguma vantagem na negociação, de modo que ambas as partes saiam satisfeitas.

Por sua vez, o tipo de *negócio* que ocorre em Lages das Aroeiras se diferencia daquele observado por Woortmann (1990), em Sergipe. Apesar dos sítios estudados pelo autor constituírem territórios de parentesco, tal como Lages das Aroeiras,

... não ocorrem relações de negócio (...) “com parente não se neguceia, porque no negócio sempre um sai ganhando e outro sai perdendo”. (...) o negócio é percebido como a negação da moralidade, pois ele significa ganhar às custas do trabalho alheio. É percebido, então, em oposição ao trabalho e como atividade que não envolve honra. (Woortmann, 1990:38)

Já no contexto sob análise, o *negócio* entre parentes é, sim, possível, contrastando com as dádivas de comida examinadas há pouco. Enquanto tais dádivas não requerem retribuição imediata, e o que será retribuído não seja necessariamente acordado entre as partes, elas se inserem num fluxo constante entre as ações de “dar, receber e retribuir”. De maneira diversa, para que o *negócio* se concretize, as pessoas negociam pragmaticamente e estabelecem como o negócio será feito, o que irão intercambiar e quando.

A interpretação de Sabourin sobre o tema da reciprocidade, tratado por Mauss no “Ensaio sobre a Dádiva”, esboça uma distinção entre as dádivas recíprocas e as trocas. Segundo este autor

Como Lévi-Strauss (1997 [1950]) mostrou, a troca é, às vezes, chamada de recíproca porque, de fato, satisfaz o interesse de cada parceiro. Nesse caso, em que difere da reciprocidade? Precisamente porque a reciprocidade implica na preocupação pelo outro para estabelecer o *mana*, para produzir valores afetivos ou éticos como a paz, a confiança, a amizade e a compreensão mútua. A troca utiliza esses primeiros valores humanos para se poupar da violência. Trata-se de uma relação de interesse, mas que supõe uma reciprocidade mínima. A razão aconselha estabelecer a competição de interesses forjada na confiança, na paz e na compreensão mútua produzidas pelas relações de reciprocidade. Dessa forma é possível entender que se possa muito facilmente confundir a troca com uma forma de reciprocidade simétrica. Mas, em realidade, ela inverte o movimento da reciprocidade, porque em vez de se preocupar com o outro, procura, em primeiro lugar, a satisfação do próprio interesse. (Sabourin, 2008:135)

A distinção proposta por Sabourin parece aplicar-se à distinção que venho fazendo entre a troca de comida e os *negócios* efetivados no âmbito masculino. As trocas de comidas, e ainda a prestação de serviços e favores que registrei, constantemente, na casa de minha anfitriã, são o que Sabourin chama de dádivas recíprocas, enquanto os *negócios* efetivados entre homens, como a troca de roças entre Nézinho e Daniel, podem ser considerados como trocas na acepção utilizada por Sabourin.

De caráter completamente oposto ao da reciprocidade são as trocas comerciais estabelecidas entre os habitantes de Lages das Aroeiras e os comerciantes que visitam a comunidade, especialmente os chamados *camelôs*. De modo geral, as transações estabelecidas com gente *de fora* da comunidade e, principalmente, com pessoas que têm o comércio como profissão são mal vistas. Isto se deve ao fato de que elas se opõem ao princípio de reciprocidade e à ética camponesa (Woortmann, 1990) que regulam as relações sociais no território em questão. Este princípio se conserva na troca ou *negócio* estabelecido entre parentes pois, nestes casos, os indivíduos que interagem prezam, mutuamente a satisfação e a honra. Contudo, isso não se observa quando o *negócio* é feito com estranhos à família e à comunidade.

Nesse sentido, o caso dos *camelôs* é ilustrativo. Esta categoria de vendedores não é bem vista pela comunidade local por seu perfil charlatanesco, já que muitas vezes enganam as pessoas com produtos falsos ou de baixa qualidade, além de cobrarem alto preço pelas mercadorias vendidas, sempre por meio de prestações mensais. Segundo relatos colhidos, eles surgem oportunamente, no período do mês em que as pessoas recebem os benefícios

referentes aos programas sociais e aposentadorias. Por ocasião da venda, são simpáticos e convincentes mas, depois, quando retornam a cada mês, para cobrar as prestações, chegam a constranger as pessoas, especialmente aquelas mais desprevenidas, exigindo-lhes que seja feito o pagamento. Comenta-se que, muitas vezes, a pessoa que vende o produto não é aquela que volta para cobrar a prestação, no mês seguinte, e já houve casos em que o cobrador sacou da arma para ameaçar credores que não podiam pagar a prestação.

Presenciei a visita de vários deles. Ofereciam desde óculos de grau, com exame de vista, até fotos de família, remédios milagrosos, móveis, acessórios domésticos, etc. Numa dessas oportunidades, uma senhora se referiu ao ambulante como sendo *uma praga* pois, mesmo que os moradores se recusem a comprar-lhes algo, sempre voltam à comunidade com propostas de vendas mirabolantes.

Em Lages das Aroeiras o comerciante do tipo *camelô* é visto de maneira similar àquela observada na Paraíba. Nesse estado,

... o comerciante é percebido como ladrão porque o lucro depende, não do esforço físico visível, mas do monopólio de informações. O resultado do negócio é invisível para todos (menos o comerciante), enquanto que o *ganho* e a acumulação de recursos através do *trabalho* tem ampla visibilidade social (Garcia Jr.,1983:175). A invisibilidade do *negócio* torna duvidosa a honestidade do negociante. Em outros termos, o lucro no *negócio* escapa ao controle do grupo, ao contrário do *ganho* na agricultura. (Woortmann, 1990:40)

Quando são avistados adentrando os limites de Lages das Aroeiras, as pessoas observam e, de certa forma, fiscalizam, de longe, o movimento dos vendedores. Sua presença provoca um certo burburinho e todos comentam em que casa entraram, qual dos vizinhos comprou algo e quanto gastou. Esses comentários não são fofocas aleatórias mas contêm alguns propósitos: funcionam como um auto-controle do grupo sobre pessoas *de fora* que penetram em seus limites e como mecanismo de controle social, pois alertam o grupo a respeito do tipo de relação que os *camelôs* criam com membros da vizinhança, isto é, relações alheias ao princípio de reciprocidade. Por fim, quando os comentários dizem respeito ao gasto de cada família com a compra, funcionam como um controle econômico que o grupo exerce sobre a economia doméstica de cada família. A compra excessiva de produtos junto aos *camelôs* pode significar a alteração do equilíbrio sócio-econômico vigente entre elas.

A alteração da relação de equilíbrio entre elas pode despertar reações como a inveja, o mau-olhado e fofocas. Segundo o estudo de Silva junto a aldeias agropastoris do Minho, Portugal, tais atitudes representam, na verdade, um desejo de nivelamento social entre

“famílias de grupos sociais com escassas oportunidades de mobilidade social interna” (Silva, 2002:210), situação que também prevalece em Lages das Aroeiras.

### **3.5 Criação animal em Lages das Aroeiras**

#### **3.5.1 O manejo da criação**

*Criação* é o nome genérico utilizado, correntemente, para designar os animais que, individualmente, são classificados de cabra, bode, ovelha e carneiro. A *criação* está diretamente relacionada ao território e à maneira como ele se organiza. É em razão de haver criação que a fazenda tem reservada, desde sempre, uma área de caatinga nativa que funciona como pasto. Quando os habitantes comentam sobre a necessidade de defender a terra contra possíveis grileiros ou até sobre o desejo de expandir seus limites, uma das justificativas imediatas é a imprescindibilidade de espaço para criar os animais. Quanto mais espaço houver, melhores serão as condições para o sistema de criação semi-extensivo adotado localmente.

A terra é indispensável para que nela se erga a moradia – *chão de morada* – e para que sirva de meio de produção – *chão de trabalho* – sobre o qual se desdobram as atividades produtivas mais interessantes, rentáveis e adaptáveis às condições oferecidas pela qualidade da terra e do clima local. A agropecuária e o extrativismo são as principais atividades produtivas que se desenvolvem em Lages das Aroeiras. Todavia, é muito comum ouvir-se dos chefes de família que a plantação de roças não é uma atividade confiável devido às intempéries e à constante falta de chuva<sup>91</sup>. Desse modo, a criação de caprinos e ovinos tende a constituir a atividade produtiva mais segura e a que recebe maior investimento por parte dos produtores locais.

Cabe notar que a pecuária é uma atividade de destaque nessa região do sertão do rio São Francisco desde as primeiras investidas coloniais para fins de ocupação territorial. A criação de gado foi gradativamente substituída pela criação de caprinos e ovinos, ao longo dos últimos séculos, a ponto de Uauá ser considerada, atualmente, a “capital do bode”. Assim, o

---

<sup>91</sup> “Embora submetida aos imprevistos climáticos, a agricultura de sequeiro constitui o principal sistema de cultivo da Região Semi-Árida. Trata-se, sobretudo, de uma agricultura manual, destinada a garantir uma produção alimentícia (milho, feijão ou mandioca) cujos excedentes são comercializados. Os resultados agrônômicos são fracos, em virtude do déficit hídrico associado ao baixo uso de insumos (adubo, estrume).” (Sabourin & Trier, 2003: 131)

perfil pastoril se mantém entre os habitantes das sociedades que se espalham pelo meio rural dessa zona do sertão baiano. Para os sertanejos, a criação animal tem, ademais, uma importância especial em suas vidas, uma vez que tem várias funções e usos, constituindo uma forma de riqueza que pode ser acumulada. Além de sua importância econômica, é também uma valiosa fonte nutritiva pelo seu papel central na dieta local. Somado a isso, desempenha um papel social que permeia e media as relações de parentesco, de trabalho e o universo simbólico do sertanejo.

Apesar da pequena pecuária ter um espaço privilegiado na economia doméstica de Lages das Aroeiras, seus habitantes não deixam de plantar, anualmente, um cultivo ou outro de milho, feijão, abóbora e mandioca. Mesmo que a agricultura seja uma atividade economicamente arriscada e de resultados incertos, ela é um antigo hábito que permanece arraigado à cultura local e segue sendo praticada.

Lembro que uma das imagens mais marcantes que visualizei, enquanto penetrava, pela primeira vez, a zona rural de Uauá em direção à fazenda de Lages das Aroeiras, foi a de um rústico açougue em um vilarejo. Dali saíam pessoas que carregavam, numa das mãos, grandes pedaços de carne, sem se incomodar com o sangue que respingava no chão; transportavam a carne com tanta naturalidade que parecia dispensável acondicioná-la. Atravessando o povoado, mais adiante avistei um largo circundado por casas. Seu centro formava uma espécie de praça, com um chão de terra. Ela estava deserta e, solitário, havia um varal cheio de carnes que secavam sob o sol quente. Para meu olhar estrangeiro, que enxergava o sertão da Bahia pela primeira vez, as imagens em destaque me convidavam a investigar se haveria uma relação própria entre os sertanejos e a criação animal. A partir de então, por meio de minhas observações acerca desse universo, recolhi uma série de dados e informações, que passo a descrever.

Cada família nuclear tem o seu rebanho próprio e o manejo da criação animal implica em uma série de procedimentos e cuidados rotineiros que ocupam parte do trabalho familiar. Geralmente a responsabilidade por este cuidado é dos homens e dos filhos homens que aprendem, desde cedo, como lidar com os animais. A partir da idade de cinco anos, os jovens garotos já estão aptos a cumprir determinadas tarefas, a pedido dos pais e sob sua supervisão, liberando-os, então, para o cumprimento de outras atividades.

Ao lado da casa onde me hospedava, observava, diariamente, a dinâmica da família vizinha (casa 34 do croqui anexo) junto ao seu rebanho. Os filhos mais velhos do casal – dois

garotos com idade de sete e dez anos – eram responsáveis por tanger os animais da roça para o curral, dar-lhes água e ração. De manhã, antes da aula, os pais aprontavam os filhos e pediam-lhes que levassem os animais do *chiqueiro* para a roça. No horário do almoço, conduziam-nos da roça até a barragem, para beber água, e depois os traziam de volta para a roça; no final da tarde, os meninos recolhiam todos os bichos da roça para passar a noite no *chiqueiro*.

Essa rotina está voltada principalmente à criação de ovelhas e carneiros e se mantém dessa forma enquanto os donos de rebanhos tiverem ração, capim na roça e água disponível nas aguadas. Ela pode ser alterada caso os rigores das intempéries sequem o pasto e as aguadas e, ao mesmo tempo, o criador não tenha recursos para comprar ração. Diferentemente dos caprinos, os ovinos não têm um bom desempenho se forem criados soltos e se alimentando da caatinga no fundo de pasto; para se manterem vivos e saudáveis, precisam receber os cuidados ora mencionados.

Tendo em vista a inadaptabilidade das ovelhas e carneiros ao pasto da caatinga, se tornou comum, em Lages das Aroeiras, o plantio de capim buffel em roças familiares, para servir-lhes de alimento. Seu Pedro, filho mais novo do fundador da fazenda, relatou que as ovelhas precisam comer na roça de capim porque, quando soltas na caatinga, andam muito, perdem-se e não sabem voltar para o curral. Cabras e bodes são diferentes, podem ser deixados na caatinga até oito dias, permanecendo unidos e, para tê-los de volta, basta soltar *uns gritos* que eles aparecem.

Ao comparar as vantagens entre a criação de caprinos e ovinos, Seu Pedro explicou que a ovelha *rende* mais, pois chega a parir duas vezes ao ano, enquanto a cabra dá cria apenas uma vez, anualmente. Em compensação, os caprinos são mais adaptáveis ao clima semi-árido e à pastagem nativa; não sofrem tanto com a seca, exigem menos insumos alimentares e, por isso, criá-los é uma tarefa mais simples: basta deixá-los soltos na caatinga do fundo de pasto que eles se encarregam de buscar água e alimento, por conta própria. Eles *comem qualquer coisa, até pedra*, ao contrário das ovelhas, que devem ser criadas dentro da roça e do curral, a maior parte do tempo, alimentadas de capim, ração e outros insumos. Quando a caatinga do fundo de pasto está verde, carneiros e ovelhas são levados a pastar um pouco por lá mas, quando não, são criados exclusivamente no *cercado*. Já cabras e bodes só vão para o *cercado* na hora de parir ou de serem vacinados, no restante do tempo vagam soltos pelos pastos abertos da fazenda.

Acompanhando reuniões na associação de Lages das Aroeiras, percebi haver uma série de considerações técnicas, que vêm sendo ponderadas e debatidas entre os criadores locais, para otimizar a qualidade do rebanho. São elas:

- (i) Evitar o “super pastoreio” tanto no fundo de pasto como nas roças de capim, caracterizado pelo excesso de animais pastando em uma área de extensão insuficiente para o tamanho do rebanho.
- (ii) Manter uma reserva estratégica de pastagem, ou seja, o uso da palma forrageira<sup>92</sup> e do fundo de pasto como recursos complementares à ração comprada no mercado e às roças de capim buffel. O fundo de pasto é uma pastagem complementar na época de chuva pois, nesse período, a caatinga está verde e farta; já a palma serve de alimento aos animais na época da seca, quando os recursos do fundo de pasto já estão esgotados.
- (iii) Adotar técnicas de vermifugação e mineralização do rebanho que favorecem o crescimento sadio dos animais, a eliminação de vermes e a limpeza do pelo e do sangue.

A técnica mais rústica de manejo de rebanhos adotada tradicionalmente no semi-árido não lança mão de insumos e conta apenas com os recursos naturais oferecidos pelo meio ambiente. Porém, com a fundação da associação local, em 1996, novas estratégias têm sido introduzidas, na comunidade, por meio de informações transmitidas por alunos da Escola Família Agrícola<sup>93</sup> e por técnicos de instituições como o IRPAA. Contudo, apesar dos habitantes de Lages das Aroeiras terem acesso a novas técnicas para a ovinocultura e a caprinocultura, cada criador decide individualmente a maneira de lidar com seu rebanho, segundo suas próprias concepções e condições de investimento.

---

<sup>92</sup> Segundo Lima e Gama, “A palma-forrageira, cuja primeira introdução no Nordeste brasileiro ocorreu, provavelmente, no início do século XX, só foi disseminada, por ordem do Governo, após a seca de 1932. Passou a ser reconhecida como um dos principais recursos para a subsistência da pecuária no semi-árido, nas zonas de pouca chuva e sem fontes de água disponíveis (Duque 1964), uma vez que se desenvolve em condições ecológicas desfavoráveis para outras espécies forrageiras (Medeiros et al. 1981). Tal decisão veio ao encontro de dois aspectos da economia agropecuária: o primeiro relacionado com seu valor alimentar para rebanhos suínos, caprinos, ovinos e bovinos; e o segundo, opção para própria subsistência dos habitantes da região ou para renda alternativa, por permitir, nos primeiros dois anos, a implantação de consórcios com outras culturas (Anderson 1964, Duque 1964).” (Lima & Gama, 2001)

<sup>93</sup> Alguns jovens de Lages das Aroeiras estudam nessa escola técnica situada em Monte Santo, onde podem aprender o ofício de técnico agrícola. Com conhecimento acumulado voltam para casa cheios de conhecimento, teórico e prático, que costumam transmitir a outros criadores da comunidade.

A organização espacial da fazenda é influenciada pela atividade criatória, o que teve origem, inicialmente, com as fazendas de gado que mobilizaram a economia pastoril do sertão, conforme foi descrito no primeiro capítulo desta dissertação. Naquele período as roças e os quintais eram cercados, enquanto o espaço restante permanecia aberto e livre para a circulação dos animais em busca de alimento e água. Essa configuração se transformou, há tempos, com a introdução do arame farpado, com os avanços tecnológicos, com o maior acesso a informações e, conseqüentemente, com o tipo de pecuária adotado.

Como já foi dito, em Lages das Aroeiras muitos animais, hoje, são criados dentro de roças de capim cercadas, onde pastam em área circunscrita. Como antigamente, ainda existem áreas abertas, sem cercas em seus limites e disponíveis para servir de pastagem para a criação mas a área de fundo de pasto é pouco utilizada para este fim. Uma enquete domiciliar<sup>94</sup> que eu conduzi entre os grupos domésticos da fazenda mostrou que, dos vinte criadores existentes, apenas dois usavam os recursos naturais do fundo de pasto para nutrir seus rebanhos. Segundo os entrevistados, a área de caatinga é mais utilizada na época das chuvas, quando está verde; de modo contrário, lançam mão das áreas cercadas, onde plantam capim para os animais.

Como alternativa à falta de recurso disponível nos períodos mais secos do ano, os atuais criadores de Lages das Aroeiras utilizam suas roças particulares para assistir melhor seus rebanhos, dispensando-lhes mais cuidados e insumos. Contudo, a mesma enquete mostra que nem todas as famílias, conforme já mencionado, possuem terra, isto é, lotes individuais para além do quintal contíguo à casa, onde possam criar seus animais ou plantar. Das 43 famílias, oito declararam não possuir terreno próprio. Caso decidam, em algum momento, iniciar a atividade criatória<sup>95</sup>, utilizarão as áreas de pastagem disponíveis no fundo de pasto.

Das 42 famílias nucleares que vivem em Lages das Aroeiras, vinte delas declararam criar caprinos e/ou ovinos. Seis criavam apenas ovinos, oito criavam caprinos, enquanto outras seis famílias possuíam os dois tipos de criação. Somando-se a porção de cada família, o número total de caprinos da fazenda (285) era inferior ao de ovinos (311).

---

<sup>94</sup> Os dados apresentados são referentes a setembro de 2009.

<sup>95</sup> Enquanto entrevistava as famílias para esta enquete domiciliar, percebi que a criação animal não é uma atividade necessariamente contínua. Se atualmente uma família possui um rebanho, em outro momento ela pode vendê-lo, em face da dificuldade de mantê-lo vivo e sadio durante o período da seca, ou mesmo consumi-lo gradativamente até ficar sem nenhum animal. Em outra ocasião a família pode voltar a criar os animais e, assim, retomar a atividade produtiva.

Assim, observando-se os dados quantitativos conjuntamente com os dados qualitativos que tratam do tipo de pecuária adotado, percebe-se uma mudança no quadro da pecuária local. Se antigamente a caprinocultura extensiva era o tipo mais adotado, hoje os criadores vêm optando mais pela ovinocultura semi-extensiva.

Um estudo feito sobre a pecuária no Nordeste semi-árido (Caron & Hubert, 2003), distinguiu cinco sistemas de pecuária pertinentes a cinco tipologias funcionais. São eles: (i) pecuária multiespecífica, que utiliza, amplamente, as pastagens livres; (ii) pecuária multiespecífica em pastagens cercadas e em pastagens coletivas não cercadas; (iii) pecuária multiespecífica em pastos artificiais e em pastagens coletivas livres; (iv) pecuária de gado de corte em pastos artificiais; (v) pecuária de gado misto, de corte e de leite.

Os criadores de Lages das Aroeiras parecem transitar entre os dois primeiros tipos, já que os próprios autores consideram que as cinco etapas são parte de um *continuum*, cujas transições são progressivas mas não inevitáveis. O primeiro e o segundo tipos lidam com três espécies ruminantes (bovinos, caprinos e ovinos), embora em Lages das Aroeiras existam apenas cinco criadores de bovinos com rebanhos que não excedem seis animais. No primeiro tipo, os animais são criados soltos na caatinga do fundo de pasto, utilizando-se, o máximo possível, o recurso da pastagem nativa e gratuita. Trata-se de um sistema extensivo de pecuária. A espécie dos caprinos é a mais adotada devido à sua resistência à seca e à adaptação às pastagens livres, porém seu desempenho zootécnico é baixo e o melhoramento genético é dificilmente alcançado devido à rusticidade das raças. A palma forrageira é utilizada em épocas de seca, e os criadores sabem escolher a pastagem e os locais onde soltam os animais, valorizando a variedade da caatinga em cada época do ano.

Esse primeiro sistema de pecuária é próprio de frentes pioneiras, foi adotado durante a colonização do Nordeste e o conhecimento acerca de seu funcionamento ainda persiste em áreas onde o fundo de pasto é mantido, como acontece em Lages das Aroeiras. Apesar dos criadores da fazenda o terem utilizado, por muito tempo, parece que, hoje, eles estão se valendo mais das estratégias do segundo tipo de pecuária, como demonstraram os dados da enquête familiar.

O manejo dos animais no segundo tipo de pecuária se dá da seguinte maneira: na estação das chuvas, a caatinga verde do fundo de pasto alimenta os animais e, na estação seca, as pastagens cercadas lhes servem de alimento. Trata-se, pois, de um sistema semi-extensivo de criação. Nele, a complementação alimentar se dá mais facilmente nos pastos cercados e

nos currais; a área de plantas forrageiras cresce e, como resultado, o desempenho zootécnico dos animais melhora sem que as áreas de fundo de pasto deixem de ser valorizadas e acessadas. A utilização, como pastagem, do capim buffel e das capoeiras de áreas agrícolas também ocorre, embora esta já seja uma característica da pecuária feita em pastos artificiais, própria à terceira tipologia funcional dos sistemas de pecuária adotada no estudo de Caron e Hubert (2003).

Para os autores, a razão que leva os criadores a passarem de um sistema de pecuária a outro é o fato de que

Os cinco tipos de pecuária podem ser considerados como etapas de um continuum que visa a apropriação e a valorização dos recursos fundiários, e passa pela saturação progressiva do espaço livre e pela intensificação. Podem-se identificar cadeias de evolução técnica: não se passa diretamente do tipo um ao tipo cinco; a produção leiteira torna-se uma opção para o produtor quando ele já dispõe de pastos cercados. As transições são progressivas, mas não inevitáveis, e são condicionadas, de um lado, pela posição da unidade numa trajetória de evolução e, por outro, pelas características do espaço local. (Caron & Hubert, 2003:114-115)

Dado que a pecuária praticada em Lages das Aroeiras constitui uma combinação entre elementos dos três primeiros tipos não é possível caracterizar o perfil dos criadores a partir de um ou outro tipo, especificamente. Contudo, o estudo aqui citado auxilia na constatação de que os criadores se encontram em processo contínuo de revisão e alteração das técnicas adotadas no cuidado com os animais. As alterações observadas, por sua vez, estão relacionadas com os recursos fundiários existentes, os objetivos individuais de cada criador, os recursos financeiros que cada um pode aplicar na atividade pecuária e o interesse maior ou menor de intensificação da atividade criatória. É certo que todos almejam ter um rebanho mais sadio e produtivo e, por tal razão, é natural que passem a adotar técnicas cada vez mais sofisticadas na medida em que a elas tenham acesso.

### **3.5.2 O rebanho enquanto propriedade familiar**

Numa excursão junto a Léo e Leandro, pastores mirins de Lages das Aroeiras, fui levada a conhecer o *chiqueiro* de sua família. Orgulhosos dos animais que manejam, diariamente, por entre os caminhos da caatinga, apontavam-me os nomes de cada um deles. Diziam que cada um tinha um dono; a maioria era de seu pai mas alguns eram de sua mãe e poucos lhes pertenciam.

Com menos de dez anos, os garotos já são donos de uma ovelha, cada um. Seus animais lhes foram dados de presente na sexta-feira da paixão, véspera da Páscoa. Segundo eles, nessa data é comum haver um almoço comemorativo em cada *casa de família*; os afilhados tomam a benção dos padrinhos e ambas as partes trocam presentes. Filhote de criação é um presente que pais e padrinhos oferecem, comumente, a filhos e afilhados em diferentes ocasiões comemorativas. Trata-se, pois, de um presente valorizado, desejável e prestigiado para o contexto cultural de uma sociedade pastoril. Ao mesmo tempo, presentear uma criança com um filhote de criação é uma atitude pedagógica, pois a incentiva a se afeiçoar e a lidar com os animais desde cedo. Além disso o presente é considerado como uma “semente” da qual, um dia, é possível colher os frutos caso a criança saiba *fazer render a semente de criação* ganha de seus ascendentes. Isto, é aquele que souber cuidar bem dos animais os fará procriar e terá a possibilidade de dar início a uma acumulação de patrimônio, da qual poderá dispor quando se casar e se tornar independente do grupo doméstico de origem. Os adultos fazem isso pois sabem que há grande probabilidade das crianças do lugar, notadamente os meninos, se tornarem criadores profissionais, e dos animais virem a ser o centro de sua atividade econômica, no futuro.

Assim, à luz dessa observação empírica e inspirada em observações feitas por Evans-Pritchard (2005) entre os Nuer, notei que as relações de parentesco, entre indivíduos cujo vínculo consanguíneo, social e de reciprocidade mútua é mais profundo – como aquela estabelecida entre pais e filhos ou entre padrinhos e afilhados – são distinguidas com a presença de animais de criação, tais como cabras, ovelhas e afins. Isto é significativo, uma vez que a *criação*, junto com a terra e a água, é o bem mais prezado ou a posse social mais importante entre os habitantes de uma sociedade pastoril como a de Lages das Aroeiras. Além de terem uma importância econômica e nutricional para o grupo, os animais são também responsáveis por mediar relações e vínculos sociais.

A situação que me foi apresentada por Léo e Leandro na excursão ao curral de sua família denota que cada grupo doméstico mantém reunido os animais de seu rebanho, de modo a que sejam tratados como patrimônio familiar. Assim, suponho que em Lages das Aroeiras o rebanho é uma propriedade da família, da mesma forma que Evans-Pritchard (2005) observou entre os Nuer, no Sudão. Segundo ele, entre este povo nilota

O gado é propriedade das famílias. Enquanto o chefe da família estiver vivo, ele tem plenos direitos de dispor do gado, embora suas esposas tenham direitos de uso sobre as vacas e seus filhos possuam alguns bois. (Evans-Pritchard, 2005:25)

Ainda que os rebanhos sejam propriedade exclusiva de cada família elementar ou grupo doméstico, os animais de diferentes famílias podem pastar em um mesmo pasto, ou separados, em pastos distintos. Isso dependerá dos recursos alimentares disponíveis e dos acordos estabelecidos entre os criadores da fazenda, em cada época do ano. Todos os habitantes de Lages das Aroeiras podem soltar seus animais na área de fundo de pasto para que se alimentem da vegetação nativa. Contudo, como a criação extensiva em áreas de caatinga tem melhor resultado apenas nas épocas de chuva, há quem faça uso de pastos artificiais (capim buffel) em roças cercadas, como descrevi, no item 3.5.1.

Quando a modalidade de criação adotada faz uso de pastos cercados há a possibilidade de diferentes grupos domésticos criarem seus rebanhos juntos ou mesmo de criá-los separadamente. Em princípio cada pasto de capim buffel pertence a um dono particular, responsável pela manutenção e pelo uso destinados à área. Ele pode reservar seu pasto para a criação exclusiva dos animais de seu núcleo familiar mas pode, também, ceder a área para que os animais de outros grupos domésticos pastem ali.

É o caso de Seu Pedro e de quatro de seus filhos, que fazem uso da roça de capim do pai, para criar suas ovelhas. Os rapazes têm suas próprias famílias e são responsáveis pela sua provisão mas, devido ao sistema de herança corrente em Lages das Aroeiras e à atual escassez de terras na fazenda, eles criam seus animais nas terras do pai. Segundo as regras de herança local, o pai cede aos filhos, em vida, parte da propriedade que idealmente herdariam por ocasião de sua morte. Com isso, os jovens têm a oportunidade de impulsionar sua independência econômica, uma vez que ela depende da posse de um pedaço de terra onde possam trabalhar para si, junto com os membros de seu grupo doméstico, e não mais como parte do grupo doméstico do pai.

A técnica utilizada para diferenciar animais de distintos donos que se misturam ao pastar juntos é a *assinatura* gravada nas orelhas dos bichos. A *assinatura* se constitui em diferentes modelos de recortes feitos na extremidade das orelhas dos animais, que permanecem marcados para sempre. Tal técnica é preferida à marcação com ferro quente, a fim de conservar sem marcas o corpo dos animais. O interesse em preservar a integridade do couro animal se deve à possibilidade de vendê-lo após o abate. Quanto mais íntegra e bonita for a pele, mais interessante ela será tanto para uma possível venda ou troca como também para a confecção de alguma peça artesanal.

A *assinatura* é composta por uma combinação de sinais marcados nas orelhas direita e esquerda dos animais. O sinal gravado na orelha direita chama-se *mourão* ou *mourão da fazenda*. Este sinal é adotado como padrão ou como marca registrada de todos os animais criados em uma mesma fazenda. Seu objetivo é diferenciar os animais daqueles criados em fazendas vizinhas. Existem várias representações gráficas para o *mourão*: *ponta troncha* (quando se corta em V a pontinha da orelha), *morça*, *arpão*, *brinco*, dentre outros. Na orelha esquerda fica gravado o que chamam de *diferença*, ou seja, o sinal pessoal que determinado criador assinala em todos os animais que lhe pertencem. Assim, a leitura de uma *assinatura* transmite dois tipos de informações: uma, mais genérica, que pode ser captada pela identificação do *mourão*. Ele é o sinal originário, que indica a localidade de onde determinado animal provém e, a partir dessa classificação, ele se desmembra em outras subclassificações mais específicas. A *diferença* é necessariamente filiada ao *mourão* e se reporta a uma especificidade inserida em seu contexto de abrangência.

As marcas de propriedade impressas nas orelhas dos animais compõem um conjunto de símbolos que favorece mais um campo de análise acerca das relações de filiação e parentesco em Lages das Aroeiras. Como aponta Marques, “As marcas de propriedade nos animais também possuem entre si uma relação de caráter filiativo, mas não se observa, entre as suas representações gráficas uma evolução de tipo linear, de mais simples a mais complexa.” (2002:268).

O caráter filiativo de que fala Marques (2002) pode ser observado em Lages das Aroeiras se nos reportamos à sua genealogia. Pois bem, é possível ler nos sinais gráficos marcados nos animais que pastam pelos campos da fazenda o *mourão* instituído por Seu Antonio. Como ele foi o fundador do lugar e o primeiro a *botar uma criação* naquela fazenda, ficou a seu encargo atribuir um símbolo aos animais que fossem de sua propriedade, isto é, propriedade daquela fazenda<sup>96</sup>. Contudo, como a fazenda não ficou restrita ao grupo doméstico de Seu João e, pois com o passar do tempo, seus descendentes e afins – filhos, genros, noras, netos e bisnetos – também começaram a criar animais em Lages das Aroeiras. Assim, o *mourão* confeccionado por Seu João vem sendo utilizado e reproduzido pelas gerações subseqüentes, mas foi preciso que seus descendentes criassem novos sinais, as chamadas *diferenças*, para que os animais dos diversos criadores de Lages das Aroeiras pudessem ser distinguidos entre si e não apenas pelos criadores externos à fazenda.

---

<sup>96</sup> O *mourão* criado por Seu Joao é composto por três sinais: *ponta troncha*, *morça* e *brinco*.

### 3.5.3 A centralidade da carne de *criação* no regime alimentar

Ademais do valor econômico e social dos caprinos e ovinos, a alimentação é outro papel de importância que a criação animal desempenha no âmbito do grupo pesquisado. A carne e o leite que os animais fornecem são essenciais para a dieta dos seus habitantes. Mencionei, anteriormente, que o extrativismo, a agricultura e alguns alimentos industrializados compõem a dieta local. Todavia, a carne produzida na fazenda é o elemento mais apreciado e de maior importância para a nutrição da população. A situação considerada ideal é a posse de grande número de animais gordos e saudáveis pastando pela fazenda e à disposição para o abate.

Candido (2003) se dedicou a estudar a alimentação entre os parceiros caipiras paulistas nos anos de 1948-54 e, nessa pesquisa, já aqui mencionada, frisou que para analisar o tema da alimentação é importante

combinar (...), os pontos de vista estatístico (como parte do nível de vida), biológico (como qualidade nutritiva, exprimindo uma certa forma de exploração do meio), econômico (como tipo de participação dos recursos totais do grupo) e propriamente sócio-cultural (como fator de sociabilidade). (Candido, 2003:40)

As observações que pretendo apresentar sobre o universo alimentar dos habitantes de Lages das Aroeiras não perpassam todos esses aspectos, pois meu enfoque se restringiu à finalidade e ao uso alimentar da carne dos animais criados na fazenda .

A seca tem entre julho e novembro o período mais crítico. Como a criação de caprinos depende, em grande medida, dos pastos nativos, durante essa época do ano os animais ficam magros e não são, conseqüentemente, considerados bons para o abate. O leite dos animais muito magros também não é recomendado para o consumo. Por isso, entre julho e novembro come-se menos carne de bode e bebe-se menos leite de cabra em Lages das Aroeiras.

Isso se evidenciou a partir das refeições servidas na casa da minha hospedeira, nas diferentes temporadas do trabalho de campo. Minha anfitriã só gostava de comer carne de *bicho* criado em Lages das Aroeiras. Ela desconfiava da qualidade das carnes externas à fazenda, pois lhe causa aversão a idéia de que possam conter algum tipo de *veneno*, como elementos químicos, hormônios e outros aditivos não naturais.

Em Lages das Aroeiras os criadores destinam os animais de seus rebanhos tanto ao consumo da família como à venda. É possível negociar o animal vivo ou partes da carne do animal já sacrificado com vizinhos da fazenda ou com pessoas de fora. Tudo depende do

perfil do criador. Há em Lages das Aroeiras um mercado interno de carne mas também a possibilidade de comprar carne de Lagoa do Pires, trazida por um açougueiro do povoado vizinho. A cada dois dias ele visita a fazenda em sua moto e oferece, de porta em porta, uma variedade de carnes bovina, de bode e de carneiro. De modo geral minha anfitriã não se valia dessa alternativa, e mesmo sem ter um rebanho próprio, preferia a carne criada na fazenda. Assim, quando tomava conhecimento de que algum vizinho tinha abatido um animal, ela comprava um pedaço de carne. Como vive sozinha, seu consumo é mínimo e não compensa matar um animal inteiro para si já que a carne de um bode ou carneiro é suficiente para alimentar uma família ao longo de uma semana.

Durante minha última estada – entre os meses de agosto e setembro de 2009 – quase não comi carne de bode, devido a época do ano e aos hábitos alimentares de minha anfitriã. Como em Lages das Aroeiras não se cria gado bovino para corte e há apenas algumas vacas leiteiras, a opção mais acessível era a carne de carneiro. Contudo, segundo os comentários que ouvia, a carne de carneiro não é tão apreciada quanto a de bode. Ela é vista como uma carne gorda e de gosto forte, enquanto a popular carne de caprino é mais apreciada por ser apetitosa e mais magra.

No ano anterior, em 2008, estive em Lages das Aroeiras no mês de dezembro e a oferta de carne era completamente diferente da que observei no período da seca. Nessa oportunidade, a caatinga estava verde, era tempo de chuva e de fartura para os animais e para os sertanejos e, comumente, via bodes sendo abatidos nos quintais das casas.

Enquanto os bodes estão gordos e em boas condições para o abate sua carne é servida, diariamente, em mais de uma refeição, seja no café da manhã, no almoço ou na janta. O abate de animais com até três anos de idade é favorecido pelo fato de que sua carne, é mais macia, mais saborosa e de cheiro mais agradável.

Enquanto cortava um animal nos fundos de sua casa, Seu Antonio, um dos anciões da fazenda, relatou, com orgulho, ser um dos mais experientes no ofício de retalhar as carnes de bode e carneiro. Por isso, era muito procurado para cortar apropriadamente a carne de rês recém abatida, serviço pelo qual não cobra. Explicou que, depois de retalhada, a *manta de bode* (Cf. Imagem no registro fotográfico) é salgada e disposta ao sol, para secar. Uma vez seca, ela se conserva boa para o consumo por uma semana, dentro ou fora da geladeira.

Para a maioria das pessoas, a carne de bode é preferida à de vaca e de carneiro mas, ao mesmo tempo, é vista como um prato comum, do dia-a-dia. Tal visão está embasada no fato de que as famílias passam a semana alimentando-se da carne de caprino enquanto em bom estado para consumo. Em ocasiões especiais, altera-se o cardápio para servir carne de galinha, a fim de marcar o momento com um prato também bastante apreciado.

A criação de galinha<sup>97</sup> é uma atividade ao encargo das mulheres, em oposição à criação de médio porte que, de modo geral, fica sob a responsabilidade dos homens. Embora as mulheres possuam suas cabras, bodes ou ovelhas, elas são tratadas pelos maridos ou filhos. Isso se dá porque a criação de médio porte vive na roça, esfera em que o trabalho masculino predomina, enquanto as galinhas vivem no quintal, área contígua à casa e esfera de preponderância do trabalho feminino.

Se galinha, bode e carneiro são pratos que compõem o cardápio local, o mesmo não acontece com a carne bovina. Esta parece não fazer parte dos hábitos alimentares locais, diferindo substancialmente daqueles do sudeste, centro-oeste e até mesmo da região litorânea do próprio estado baiano.

#### **3.5.4 Intimidade e simetria na relação entre o homem e o animal**

Para finalizar a seção reservada à centralidade da criação de ovinos na vida dos sertanejos de Lages das Aroeiras, parece oportuno discorrer sobre a relação dos criadores de animais com sua criação. Para além dos valores econômicos e alimentares existem ainda valores simbólicos que permeiam esta relação e que derivam da intimidade, do afeto e da proximidade que conectam o homem ao animal. O vínculo entre eles persiste ao longo da vida, similarmente ao que ocorre em outras sociedades de caráter pastoril, quando, desde muito cedo, a partir da tenra infância, as crianças brincam com os animais, até a vida adulta, quando o animal se torna objeto de trabalho.

Foi estimulante revisitar a obra de Evans-Pritchard [1940] sobre os Nuer (2005), pois serviu de inspiração para minhas observações durante o trabalho de campo. Como é largamente sabido, esta clássica etnografia da escola inglesa focaliza a estrutura política de um povo pastoril oriundo da região do Rio Nilo, nos limites do Sudão, e no primeiro capítulo,

---

<sup>97</sup> A pesquisa domiciliar que fiz mostra que das 43 famílias da fazenda, 25 criavam galinhas.

denominado “Interesse pelo Gado”, o autor faz uma detalhada descrição etnográfica sobre os procedimentos adotados na criação dos animais e a relação que os indivíduos e famílias tecem com eles. Segundo o autor

...o gado constitui o bem mais prezado dos Nuer, sendo uma fonte de alimentos essencial e a posse social mais importante (...). (...) deve-se não somente ao grande valor econômico do gado, mas também ao fato de que ele constitui o vínculo de numerosos relacionamentos sociais. Os Nuer têm tendências para definir todos os processos e relacionamentos sociais em função do gado. Seu idioma social é o idioma bovino. (Evans-Pritchard, 2005:26-27)

Um dos trechos mais significativos, para a nossa análise, é aquele em que o autor aprofunda a descrição sobre a relação de intimidade existente entre os Nuer e o gado. Para o etnólogo, o amor que eles nutrem pelos animais que criam decorre de uma relação em que “gado e homem mantêm sua vida graças aos serviços recíprocos. Nesse íntimo relacionamento simbiótico, homens e animais formam uma única comunidade do tipo mais íntimo” (2005:45).

Embora os Nuer fossem, à época, um povo nômade que migrava de acordo com as estações em busca de melhores pastagens para seu gado, o que o torna distinto, nesse e em muitos outros aspectos, dos criadores de Lages das Aroeiras, algumas características comuns podem ser apontadas entre os dois grupos.

Para diversas comunidades do semi-árido baiano, os caprinos e ovinos são tão centrais na vida e, especialmente, no cotidiano de seus habitantes que, segundo um de meus entrevistados, são eles que *mandam* naquelas paragens *catigueiras*. Os caprinos são praticamente autônomos em relação aos seus donos, pastam livremente pelos campos abertos e se deslocam, conforme a necessidade, em busca de água e comida. Os próprios animais delimitam as terras em que pastam e, conseqüentemente, as fronteiras que cruzam enquanto não encontram cercas que impeçam sua passagem. Não raro ouve-se dizer por lá que *o bode é o rei do sertão*.

Apesar de tanta autonomia, eles reconhecem a voz e o cheiro dos seus donos, bem como os sons dos aboios que eles cantam em sua direção. Os aboios são toadas específicas, desenvolvidas pelos sertanejos brasileiros e por povos pastoris de outras partes do mundo. Trata-se de uma linguagem desenvolvida com o intuito de mediar a comunicação entre o homem e o gado bovino, caprino e ovino. No Brasil, os aboios são tradicionalmente conhecidos na lida com o gado bovino, embora os criadores de carneiros e bodes também

usem onomatopaicos para chamar ou tanger os animais. A música e o canto dos aboios possuem ritmos, formas e tons que fazem com que o animal responda exatamente ao que o criador ou o vaqueiro intenciona. Eles têm o poder de chamar para si ou de tanger os animais.

A partir da tradicional relação que o homem vem tecendo com os animais, eles se tornaram tão domesticados e ensinados que, segundo a visão de seus criadores, *parecem gente, respondem e obedecem como gente*. Minha percepção é de que há também uma cumplicidade entre o sertanejo e essa ordem de animais que parece apagar a suposta separação existente entre homens e animais, tanto quanto entre cultura e natureza<sup>98</sup>. Suponho que o sertanejo tem a sensação de que ele e os caprinos<sup>99</sup> são as duas únicas espécies mamíferas detentoras de destreza, *fibra* e força necessárias à sobrevivência em um ambiente caracterizado por duras condições climáticas.

Segundo Philippe Descola (1998), em algumas sociedades ameríndias o homem se relaciona simetricamente com alguns animais específicos. Elas os vêem como sujeitos sociais e, por isso, algumas categorias da vida em sociedade são transferidas para a relação entre homens e espécies naturais, como animais e plantas. Dessa maneira observa-se uma continuidade entre natureza e cultura, quando, por exemplo, animais recebem atributos humanos, ou se lhes imputam instituições e comportamentos semelhantes àqueles que vigem entre os homens.

Constatarei a presença de uma gama de sentimentos a permear a relação dos homens com os animais: o animal é admirado por sua capacidade de sobreviver com tão poucos recursos e, por isso, conforme a expressão popular “tem no sertão o seu reinado”. Sua performance é um termômetro que reflete as condições climáticas e ambientais e pode ser um sinalizador tanto de fartura como da penúria. Se encontrado morto devido à fraqueza que a seca lhe impôs, o sertanejo sofre e se entristece. Se o animal, que é seu cúmplice naquela existência e sua fonte de alimento, definha, é sinal de que boa coisa não lhe espera; cultivam o medo de que o tempo e a seca, esferas incontroláveis, gerem condições ainda piores. Manter um rebanho é o mesmo que possuir uma poupança, que é administrada de acordo com as necessidades da família, o perfil do administrador do rebanho e as variáveis climáticas.

---

<sup>98</sup> Para um panorama de como o tema da relação entre animais e humanos vem sendo trabalhada na antropologia, ver a revisão bibliográfica feita por Mullin, em um artigo de 1999.

<sup>99</sup> Essa relação também é observada entre os vaqueiros que lidam ou lidavam, antigamente, com o gado bovino.

Possuir um rebanho suscita segurança e não possuir significa justamente o inverso; da mesma forma, um grande rebanho pode denotar riqueza, enquanto um pequeno caracteriza pobreza.

Inspirado em Sir James Fraser (1922), Descola (1998) sugere que os caçadores ameríndios criam compensações simbólicas a fim de equilibrar moralmente o ato de aniquilação funcional de seu semelhante, já que, para o pensamento ameríndio, o animal é um ente socialmente semelhante ao homem. A relação afetiva que estabelecem com esses animais seria uma dessas medidas compensatórias dos momentos em que os matam para se alimentar.

À luz de tal perspectiva, cabe explorar como isso foi observado em meu campo de pesquisa. A adoção de *burregos* ou *bodécos* enjeitados, isto é, filhotes rejeitados ou abandonados pela mãe, implica em seu deslocamento para a esfera doméstica do criador. Nessa nova circunstância, passam a ser criados como animais de estimação<sup>100</sup>, recebendo regalias como leite de vaca fresco, alimento pouco abundante devido à escassez de vacas leiteiras. Não são medidos esforços para que sua fragilidade seja superada e sua sobrevivência garantida. Essas atitudes, para Descola, anulariam o ato de violência dirigido a outros seres da mesma espécie.

Apenas nessa condição de abandono os animais enjeitados ganham nomes próprios, diferentemente do gado bovino que sempre tem um nome atribuído pelos vaqueiros. Entre caprinos e ovinos, mais comum que nomes próprios são nomes generalizantes que classificam e distinguem a espécie, raça, idade e gênero dos animais. Por exemplo, *marram* é o nome imputado à ovelha ou cabra pequena antes de seu primeiro parto; depois que parem, passam a ser chamadas de cabra ou ovelha. *Bodéco* e *carneirote* são os nomes dados aos filhotes machos de caprinos. *Borrego* é o filhote macho de carneiro e *pai de chiqueiro* é o bode ou carneiro que, por não ser castrado, serve como reprodutor da espécie.

Como os animais enjeitados permanecem, por algum tempo, vivendo na esfera doméstica, enquanto os outros vivem na roça, o convívio entre homem e animal se torna mais próximo e se intensifica. Parece ocorrer uma adoção de papéis na relação que se estabelece: o filhote abandonado toma por mãe a pessoa que o alimenta, já que essa é a fonte de seu leite, e, reciprocamente, a pessoa que cumpre essa função torna-se responsável pela sua

---

<sup>100</sup> Entre muitos povos indígenas das terras baixas sul-americanas, animais são tratados como filhos de um casal, assim como os xamãs podem dispor de seus xerimbabos (Fausto, 2001).

sobrevivência, no lugar da mãe que abandonou a cria. Mas estes constituem casos de exceção, pois a maioria dos caprinos sobrevive no sertão sem assessoria humana, servindo ao homem de alimento, através da carne e leite. Face a tal realidade é possível entender melhor o sentido da expressão, certa vez ouvida por lá: *não é a gente que cria o bode, mas o bode que cria a gente*.

Além de alimento, o gado fornece ao homem seu couro, que é utilizado como matéria-prima para a confecção de objetos utilitários. O couro, é oportuno lembrar, favoreceu e acompanhou o desenvolvimento de uma identidade e o modo de vida dos sertanejos e vaqueiros do sertão. São típicas as peças de roupa utilizadas pelos vaqueiros, à guisa de proteção, durante o pastoreio dos animais nas brenhas da caatinga espinhenta. Um sinal de que a figura do vaqueiro perdura, entre o povo dessa região, até hoje, é o uso disseminado do chapéu de couro, não só no meio rural mas também nas cidades da região. Pode-se dizer que ele é um símbolo dos vaqueiros e da cultura pastoril que se desenvolveu no sertão da Bahia e que teve seu ápice entre meados do século XVI e o século XVIII, mas perdurando, embora com menos força, até os dias atuais.

Em uma visita à casa de Seu Zé Norato, morador de uma fazenda no entorno de Uauá, perguntei-lhe de que animal era a pele pendurada na porta de sua casa. Ele respondeu, com um sorriso: *de bode, oras!* Nesse momento, a frieza que se interpunha aos primeiros momentos da nossa conversa se desfez e, entusiasmado com o tema da conversa, mostrou toda a intimidade que tinha com este *bicho* e com os derivados do couro. Segundo seu testemunho, a pele pode servir para “tudo”: para deitar, disposta sobre o chão, para proteger do vento ou da chuva, para aparar um animal ferido, encontrado em meio a uma cavalgada. Enquanto detalhava as utilidades do couro de bode, Seu Zé Norato abriu a porta do quarto, onde a pele pendia. Tratava-se, de fato, de um pequeno depósito, onde estavam recolhidas muitas outras peças feitas de couro, especialmente peças que compõem a indumentária usada pelo vaqueiro, que ele exibiu com grande orgulho. Vestiu o gibão, me mostrou a calça e o alforje, e afirmou que usava regularmente todas as peças. Referiu, ainda, aos comentários de seus colegas da cidade sobre o alforje – parte da vestimenta dos antigos vaqueiros –, tido como uma peça que está “fora de moda” ou em desuso.

O que encontrei no sertão são reminiscências da “civilização do couro” que dominou o Nordeste semi-árido durante pouco mais de dois séculos, ao longo dos quais a economia

pastoril demonstrou força. A apologia que sobre ela faz Capistrano de Abreu (1954), o inventor da expressão citada, é digna de rememoração:

De couro era a porta das cabanas, o rude leito aplicado ao chão duro, e mais tarde, a cama para os partos: de couro todas as cordas, a borracha para carregar água, o mocó ou alforje para levar comida, a mala pra guardar roupa, a mochila para milhar cavalo, a peia para prendê-lo em viagem, as bainhas de faca, as broacas e surrões, a roupa de entrar no mato os bangüês para curtume ou para apurar sal; para os açudes, o material de aterro era levado em couros puxados por juntas de bois que calcavam a terra com seu peso; em couro pisava-se tabaco para o nariz. (Abreu, 1954 *apud* Ribeiro, 1995: 339)

### 3.6 Água: climatologia, manejo e controle social

#### 3.6.1 Percepção e conhecimentos sobre o clima local

Em local onde a água não é um recurso abundante, o conhecimento acerca do regime fluvial é importante para que as famílias se organizem em relação ao manejo da água disponível. Segundo Jussemar, em Lages das Aroeiras chove entre 400 e 500 mm por ano<sup>101</sup>. Trata-se de um volume baixo de água, se comparado aos dados globais do semi-árido brasileiro. Neste, as precipitações podem variar entre 400 e 800 mm/ano, com uma média de 750 mm/ano.

Nas áreas de clima semi-árido do Brasil, o ano é dividido em duas estações, i.e., uma chuvosa e outra seca. O inverno concentra a temporada de chuvas e perdura, teoricamente, entre os meses de dezembro e fevereiro, no sul e sudeste do semi-árido, e entre março e maio, no norte do semi-árido. Contudo, essa previsão pode variar bastante a cada ano; nunca se sabe em que mês a estação chuvosa terá início e, depois de uma chuva, quando será a próxima (Schistek & Martins, 2001).

O calendário agrícola e a vida dos sertanejos se ordenam em função desses dois períodos. No período chuvoso as *trovoadas de verão* são ansiosamente aguardadas. Com elas a caatinga muda de aparência, perde o aspecto seco e tem início o *tempo de verde*, isto é,

---

<sup>101</sup> A média anual de chuvas em Lages das Aroeiras é conhecida a partir de medições feitas, regularmente, em um pluviômetro caseiro. Trata-se de uma lata amarrada em uma estaca fñcada na terra e exposta ao tempo, durante cada tempestade. Com uma régua medem os centímetros de água dentro da lata; cada centímetro corresponde a um milímetro de chuva. A associação de Lajes das Aroeiras possui uma planilha que registra a quantidade e a periodicidade de chuvas que caem, anualmente. Alguns habitantes aprenderam esta técnica com o IRPAA e mantêm um certo acompanhamento das condições meteorológicas. Esse instrumento de medição complementa o saber nativo que classifica, investiga e é, inclusive, capaz de fazer previsões do tempo.

época em que a natureza brota e floresce, sendo por isso tão esperado e contemplado pelos sertanejos. Aos seus olhos, a caatinga se torna bonita e abundante, passa a servir de pasto para a criação, as aguadas e riachos se enchem e o agricultor aproveita a terra molhada para plantar. De todo modo parece que, segundo as expectativas do sertanejo, sempre chove menos do que o almejado.

Já o verão é a estação que traz a estiagem, quando a caatinga resseca e perde suas folhas, imprimindo um tom escuro à vegetação. Sinônimo de seca e falta de água em muitas paragens, sua intensidade pode variar no tempo e no espaço, isto é, nos diferentes pontos do semi-árido.

Teoricamente, o verão ocorre entre os meses de maio a outubro, podendo, contudo, haver de seis a oito meses de estiagem. Se neste período por ventura chover, trata-se de uma *invernada*, apenas<sup>102</sup>.

O grande problema climático que se apresenta não é tanto a quantidade de água precipitada, mas a distribuição irregular das chuvas ao longo do ano, conjugado ao elevado nível de evaporação da água<sup>103</sup>. Isso dificulta a existência de rios perenes, bem como o armazenamento da água coletada durante o período de chuva, pois, como os próprios rios, ela tende a evaporar.

Tendo em vista que o foco desta seção não é a agricultura mas a temática da água no contexto do semi-árido, discorrerei, brevemente, sobre as conseqüências da instabilidade climática na atividade agrícola dos lavradores de Lages das Aroeiras, no ano de 2009. Os agricultores costumam dizer que o ano agrícola *é bom* quando as chuvas começam entre agosto e outubro, mas quando chove apenas em dezembro e janeiro julgam que o ano agrícola *é fraco*. Se a chuva é bem distribuída durante o ano, a colheita ocorre entre abril e maio, e até agosto pode ser completamente concluída.

Segundo relatos de Dona Louzinha, no último ano em que estive em campo, i.e., 2009, houve apenas duas chuvas fortes, sendo uma em abril e outra em maio. Anteriormente, havia chovido em dezembro de 2008. Em junho e julho não choveu, apenas *orvalhou*, isto é,

---

<sup>102</sup> O termo *invernada* deve-se à associação da chuva com a estação do inverno e, se em meio a dias de muito calor durante o período do verão, de repente o tempo fecha e chove, tem-se a impressão de que o inverno voltou, pontualmente.

<sup>103</sup> Segundo Sabourin e Trier (2003), a evapotranspiração potencial do semi-árido brasileiro varia entre 2.000 e 3.000 mm ao ano.

garouou. Em agosto não houve chuva alguma. Nesse mês, os *cambueiros do imbu* (chuva que faz o umbuzeiro florescer) são esperados, mas naquele ano só floresceriam em setembro, depois de minha partida. Choveu tão pouco que a agricultura não produziu milho, só o feijão. A mandioca foi colhida por duas famílias apenas. Quem plantou na segunda chuva, isto é, em maio, não colheu nada; só colheu algo quem plantou durante a primeira chuva (abril), pois a lavoura teve a chance de crescer com a vinda da segunda.

Ao finalizar a descrição sobre as características do ano agrícola, Dona Louzinha concluiu sua apreciação sobre o quadro climático de Lages das Aroeiras, afirmando: *aqui não chove inverno mesmo*. Isto é, a chuva, quando vem, não firma no céu por dias a fio; chove um pouco e depois transcorrem dias ou mesmo meses, até que ela volte a cair.

As temperaturas elevadas são próprias do clima local; variam entre 24 °C e 28 °C. O tempo mais fresco e frio, sobretudo à noite e nas madrugadas, é nos meses de julho e agosto. Ao final desse período, o sol esquenta a cada dia. Apesar da aparente penúria proporcionada pelo calor, as pessoas de lá não gostam do tempo frio. O tempo nublado também não se torna interessante, se não trouxer chuva. Entre nublar e não chover, preferem o sol quente, ao qual já estão acostumados.

Conversas sobre o tempo são habituais. Como em qualquer lugar, esse é um tema impessoal, trivial e de fácil acesso, pois versa sobre uma percepção imediata, que qualquer indivíduo pode ter, sobre o ambiente. Contudo, em Lages das Aroeiras, como em tantos lugares do Nordeste semi-árido, esse tipo de conversa, na maior parte do tempo, traz consigo a esperança de que chova. Durante meu último trabalho de campo, entre os meses de agosto e setembro, comentavam sobre os ventos, as nuvens, os chuviscos; especulavam se iria chover de fato ou se as nuvens constantes e de aspecto carregado, se dissipariam ou provocariam chuva, ali ou em outra localidade. Também faziam observações a respeito das mudanças climáticas planetárias que vêm ocorrendo, nas últimas décadas, e que, na percepção local, tornam o tempo no semi-árido ainda mais imprevisível. Um exemplo disso é o relato de Seu Valdemar a respeito de quando era pequeno e ouvia falar no *sol de agosto*, época em que o sol se fazia sentir mais quente do que em outros períodos do ano. Já hoje em dia o sol em agosto não está esquentando tanto quanto antes, haja vista que, no ano passado mesmo, estava inclusive *orvalhando*, característica incomum para a época.

Mas se a conversa sobre o tempo é trivial entre alguns, há quem possua informações e raciocínios complexos a respeito do tempo, demonstrando seu domínio sobre fenômenos

meteorológicos. Abordam a natureza a partir da experiência íntima que com ela mantêm; valem-se de uma percepção aguçada sobre o meio natural mesclada à imaginação e à intuição. Com isso, demonstram a constituição de um pensamento ou conhecimento profundo sobre a realidade que os circunda.

Seu Nézinho é um dos anciões do grupo que detém conhecimentos sobre as condições climáticas daquela região do sertão semi-árido, compondo uma espécie de “meteorologia nativa”. Um dia ele chegou à nossa casa, afirmando que dentro de dois dias iria chover forte. Justificava a sua afirmação através das flores brancas nascidas nas cactáceas de xique-xique e dos redemoinhos que se formavam, vindos do norte e do sul. Diante do meu desconhecimento sobre aquela lógica por ele apresentada, pensativo, concluiu a conversa, dizendo: *é...tem muita ciência nisso*. Passados dois dias, choveu, de fato, como ele havia previsto. Não tanto quanto ele gostaria, mas choveu.

### 3.6.2 Manejo da água: tipos de fontes e tipos de uso

Considerando-se que Lages das Aroeiras não possui um sistema de água encanada e as características do regime fluvial nessa região do semi-árido, o fornecimento de água da fazenda faz-se por meio de vários tipos de aguadas, isto é, corpos d’água próprios ao sistema pluvial de sequeiro<sup>104</sup>. São eles: cacimbas, caldeirões, barragens, tanques, dentre outros. As cisternas e o caminhão-pipa constituem parte do conjunto de recursos hídricos disponíveis em Lages das Aroeiras.

O manejo dos recursos oferecidos pelos corpos d’água depende da relação entre a demanda e a oferta de água (Sabourin & Trier, 2003:123), e visa sempre o alcance de um equilíbrio, de modo que a necessidade humana seja suprida sem que haja desperdício de recursos. Mesmo que esta seja uma região de clima semi-árido em que a água é um recurso precioso para a reprodução, biológica e socioeconômica das famílias, nem por isso seu excesso é bem-vindo. Se chove demais, catástrofes podem ser geradas pela falta de infraestrutura ou se, por ventura, há disponibilidade excessiva de água, via caminhão-pipa, por

---

<sup>104</sup> O sistema pluvial de sequeiro compõe o conjunto de infra-estruturas hídricas, corpos e fontes d’água específicos de regiões cujo clima é seco, pouco úmido e recebe chuvas irregulares ao longo do ano, como é o caso do semi-árido brasileiro.

exemplo, pode ocorrer desperdício indesejado dos recursos hídricos<sup>105</sup> entre a população local.

Tendo em vista que grande parte das águas subterrâneas são salobras e que há falta de rios permanentes, os habitantes do semi-árido sabem que a captação de água da chuva é necessária para se viver melhor, durante o longo período de estiagem. Face a tal realidade, o manejo das águas em Lages das Aroeiras, hoje, tem por base cálculos que consideram a quantidade de chuvas anuais, a capacidade de armazenamento de uma cisterna ou outras infra-estruturas hídricas, e o número de pessoas consumidoras de água, em cada família.

A partir de instruções recebidas do IRPAA, os habitantes sabem que a necessidade mínima de água para o consumo de uma pessoa é de quatorze litros por dia, entre a água de beber, cozinhar e lavar o rosto. A água do *gasto*, isto é, aquela usada para lavar roupa, utensílios e tomar banho não se inclui nesses quatorze litros. Portanto, em oito meses de seca, um pessoa requer 3.360 litros de água. No que tange ao consumo animal, cabras e ovelhas consomem seis litros de água por dia, ou 1.440 litros em oito meses. Já o gado bovino consome nove vezes mais água que caprinos e ovinos; esta é uma das razões pelas quais sua criação foi substituída pela pecuária de médio porte, mais condizente e adaptada à oferta de água do clima local (Schistek & Martins, 2001).

Para que o equilíbrio entre a água de que se dispõe e a água de que se necessita seja alcançado, devem ser considerados a qualidade da água disponível – se potável ou não – e o tipo de uso requerido. Sabourin e Trier (2003) distinguem cinco tipos de consumo de água na zona rural do semi-árido, apresentados a seguir, acompanhados dos usos observados em Lages das Aroeiras:

- (i) uso humano: água para beber e cozinhar;
- (ii) uso doméstico: higiene pessoal, lavagem de louça e roupa (*água para o gasto*);
- (iii) uso animal: água para os rebanhos;
- (iv) uso agroindustrial: água utilizada na fabricação de polpas e doces de frutas na mini-fábrica e na casa de farinha;

---

<sup>105</sup> Este caso será melhor detalhado nas páginas seguintes.

- (v) uso agrícola: água utilizada para regar as hortas e árvores frutíferas nos quintais; água utilizada para molhar as roças<sup>106</sup>.

Passemos, agora, aos tipos de aguadas existentes, à sua qualidade e uso. É importante observar que algumas fontes de água são de usufruto comum, disponíveis a todas as famílias que vivem na fazenda, enquanto outras são particulares, usadas apenas pelas famílias que têm a posse ou propriedade da área onde a fonte se encontra. O caráter coletivo ou particular de cada fonte depende de alguns fatores: o contexto de surgimento de cada fonte na fazenda; o histórico do uso que dela vem sendo feito desde que foi descoberta ou construída pelos habitantes; a localização da fonte no território da fazenda, que pode ser em áreas particulares ou de uso comum; as regras de uso e conservação da fonte acordadas, consensualmente, pelo grupo.

Lages das Aroeiras dispõe de: (i) duas cacimbas; um tanque de água salobra que não é utilizado; (ii) dois caldeirões; (iii) acesso a uma barragem de médio porte construída pela prefeitura, em suas cercanias; (iv) alguns barreiros; (v) dezenas de cisternas caseiras; (vi) duas cisternas de produção<sup>107</sup>; (vii) a água que o caminhão-pipa deposita nas cisternas, de tempos em tempos.

As cacimbas são poços pouco profundos escavados manualmente pelo homem em local onde exista um olho d'água permanente e potável, que mina a partir do lençol freático. Lages das Aroeiras possui duas dessas cacimbas, sendo que uma é de uso particular, situada na roça de um grupo doméstico específico, enquanto a outra é de usufruto comum aos habitantes da fazenda. Esta última tem oito metros de profundidade e vem sendo utilizada, livremente, por todos os habitantes, desde que foi descoberta, e escavada, pelo fundador, que determinou o seu uso coletivo. Naquela época, nem a fazenda e nem seu entorno contavam com outra fonte de água potável e permanente. A liberação de seu uso para as diversas famílias que viviam na fazenda e arredores foi imprescindível para que seguissem fixados naquele lugar.

O caldeirão é um tanque de pedra que aproveita a parte mais profunda de um lajedo, onde são colocadas algumas barreiras de cimento, a fim de conter e armazenar a água da chuva, ou do caminhão pipa, ali depositada. “São afloramentos graníticos geralmente situados

---

<sup>106</sup> Este uso só ocorre quando chove sobre as roças.

<sup>107</sup> As cisternas de produção têm uma capacidade de armazenamento maior que as cisternas caseiras e são utilizadas para irrigar pequenas áreas de plantação.

no leito de riachos intermitentes, que, cavados, fechados, cercados e protegidos, constituem cisternas abertas.” (Sabourin & Trier, 2003:127). Existem dois destes na fazenda, construídos antes da descoberta do olho d’água que originou a cacimba comunitária. No primeiro momento da instalação da família na fazenda, quando tudo ali era mato fechado, sem sinais de benfeitorias ou exploração humana, não havia fontes d’água. Ao descobrirem essa laje, os dois filhos mais velhos do fundador construíram os caldeirões. Inicialmente eram de usufruto de todos os habitantes, pois ficavam numa área solta; com o cercamento gradual da fazenda, um deles passou a pertencer ao dono da roça onde está situado; o outro, apesar de cercado para evitar a entrada de animais, é ainda de uso comum. Como estão ao ar livre, sua água serve, hoje, apenas para lavar roupa e pratos mas, antigamente, na falta de outras fontes, bebia-se a água da chuva ali armazenada.

A barragem do Tigre está localizada a quatro quilômetros de distância do centro da fazenda. Trata-se de um reservatório relativamente grande, construído pela prefeitura municipal de Uauá para o abastecimento de Lagoa do Pires, que futuramente servirá também a Lages das Aroeiras. Sua água é salobra e, conseqüentemente, não se destina ao consumo humano. Os animais que pastam nas redondezas se aproximam da barragem para beber. Ela é uma espécie de lagoa composta pelas águas de um riacho e água da chuva. Como não fica distante da fazenda, as pessoas caminham até lá, periodicamente, e utilizam-na como área de lazer em momentos de descanso do trabalho. Contudo, há um vigia, pago pela prefeitura, que zela pelo reservatório, proibindo a pesca e o lazer dentro d’água.

Há uma outra barragem, bem menor, destinada ao uso animal, identificada como barragem do Gueguê. Apesar do nome, não pertence a Gueguê, o morador vizinho. Trata-se de uma área escavada pelo poder público, para armazenar água da chuva. Feita para beneficiar os moradores da fazenda é, portanto, um patrimônio da comunidade. Sua utilização limita-se aos períodos em que está cheia, o que não acontece o ano todo, diferentemente da outra barragem, que nunca seca completamente.

Existem, ainda, diversos barreiros e tanques espalhados pelas roças da fazenda. Similares à última barragem citada, mas de menor porte, armazenam água da chuva que é servida exclusivamente aos animais.

A cisterna não é um corpo d’água mas um sistema de captação e armazenamento da água da chuva. Estudos mostram (Schistek & Martins, 2001) que ela é a melhor forma de armazenar água da chuva no semi-árido, pois sua tecnologia mantém a água limpa e evita que

evapore. As cisternas são construídas ao lado de cada casa, de modo a que a água da chuva passe da calha do telhado para um encanamento, que leva até o interior da cisterna. Tendo em vista que são em média oito meses de estiagem, a dimensão da cisterna caseira é proporcional à demanda de água de uma família, nesse período. Esse cálculo, porém, só funciona se a água da cisterna for utilizada apenas para o consumo humano (higiene básica, cozinhar e beber) e não para o *gasto* (lavagem de roupa, louça, banhos e regar plantas). Portanto, seria necessário que cada família possuísse, no mínimo, sua própria cisterna.

As cisternas de Lages das Aroeiras vêm sendo construídas com recursos governamentais ou do terceiro setor desde de 1987 e, com maior intensidade, a partir de 1994. Segundo os habitantes da fazenda, sua chegada significou um avanço enorme pois, depois de sua construção, nunca mais faltou água. Antes, como a cacimba era a única fonte potável, não havia água suficiente para suprir a demanda de todas as famílias.

Alguns cuidados são indispensáveis para manter a qualidade da água da cisterna. Na primeira chuva, depois de algum tempo sem chover, a água deve servir para lavar as telhas e a calha que a coletam e, por ser suja, não deve entrar no reservatório. Só a água da chuva seguinte pode começar a ser armazenada. Acreditam que se a água da primeira chuva for consumida, pode causar dor de cabeça, devido à sujeira acumulada nos canos condutores.

A avaliação do gosto da água das diferentes fontes é freqüente nas conversas. Como existe muita água salobra na região, o acesso à água potável não é simples; devido ao variado repertório de tipos de água a que são expostos, os habitantes estão aptos a distinguir se a água é boa para o consumo. Distinguem o gosto de água da chuva coletada pelas casas onde há criação, o gosto de água da primeira chuva que entrou na cisterna, e assim por diante.

Dos 43 grupos domésticos instalados em Lages das Aroeiras apenas oito não possuem cisternas. A maioria dos que declararam não ter o equipamento, vive em casas conjugadas ou próximas às dos pais, com quem dividem uma mesma cisterna. Além destas, duas famílias possuem ainda cisternas de produção que, com maior capacidade de armazenamento, destinam-se a regar hortas e canteiros de legumes.

### 3.6.3 Manejo das águas para consumo humano e controle social dos recursos hídricos

Atualmente, não obstante a tecnologia das cisternas esteja disponível aos habitantes de Lages das Aroeiras, a água consumida pelas famílias é um misto da água coletada da chuva pela cisterna com a água da cacimba. Na estação seca, quando as cisternas armazenam água até que volte a chover, as pessoas recolhem água da cacimba para o *gasto* do dia, ou seja, para lavar louça, higiene pessoal, regar o quintal, enquanto a água da cisterna é usada para beber e cozinhar.

Assim, a rotina de buscar água na cacimba nunca foi interrompida. A imagem de mulheres e crianças carregando latas d'água ainda é comum no cenário cotidiano de Lages das Aroeiras, e indispensável para o funcionamento das unidades domésticas. Esta é uma tarefa feminina, embora não exclusivamente, já que muitas vezes é delegada aos filhos(as) e até ao marido, a depender da composição familiar e da fase que a família atravessa em seu ciclo de vida.

É da mulher a prerrogativa de cuidar do estoque de água da casa utilizada no domínio da casa-quintal, espaço do sítio camponês de responsabilidade feminina. É a mulher que prepara o alimento, para o qual a água é indispensável; é também quem dá banho nas crianças e rega as fruteiras e hortaliças do quintal. Cabe-lhe, pois, dispor e administrar o recurso indispensável para o cumprimento de suas tarefas diárias.

A maioria busca água pela manhã, para dela dispor ao longo do dia. Pode ser que a atividade seja retomada ao final da tarde, se for preciso mais um carregamento, ou caso o jovem/criança responsável por essa tarefa estude pela manhã. Os recipientes usados são latas d'água próprias para isso, vendidas nas feiras de todo o sertão e transportadas sobre a cabeça. Há também um recipiente maior, de plástico e com tampa, chamado camburão. Mais pesado, só pode ser conduzido em carrinho de mão, ou na garupa da bicicleta.

Como a casa em que eu me hospedava está situada no caminho para a cacimba, eu acompanhava diariamente o movimento de pessoas indo e vindo, com latas vazias e cheias de água. Indivíduos da mesma família ou de família vizinhas deslocam-se, em conjunto, a fim de coletar a água necessária para o uso diário. Cada família sabe o consumo de sua casa e quantas pessoas são necessárias para essa atividade, ou quantas *viagens* devem ser feitas até a cacimba, de acordo com os recipientes que possuem, para transportar a água.

Da mesma forma que cada família conhece sua demanda por água e controla os recursos que dispõe, há também o exercício de controle social, por parte do grupo, em relação ao fluxo de entrada e de saída dos recursos hídricos da fazenda. Ou seja, estão sempre a fazer um balanço oral e informal, porém eficiente, sobre a quantidade de água disponível nas cacimbas, na cisterna de cada família, nas barragens, caldeirões e barreiros. O controle e o cálculo feitos dependem da quantidade de chuva que cai ou não, da observação da demanda de cada família e do efetivo atendimento da necessidade real, evitando-se consumir mais do que é necessário.

Para termos uma idéia de como isso se dá no cotidiano da fazenda, vejamos o exemplo do controle feito sobre a água da cacimba comunitária, das cisternas e da água fornecida pelo caminhão-pipa. A cacimba tem uma tranca que serve para proteger a entrada de sujeira e de animais em seu interior. De modo geral, permanece aberta no período da manhã, entre 6:00 – 9:00, após o que é fechada. A chave que lhe dá acesso fica sob a guarda de Seu Valdemar, que a empresta, pontualmente, a quem primeiro solicitar. A última pessoa a buscar água deve trancá-la e devolver a chave. A coordenação desse trânsito gera conversas e comentários, por meio dos quais as pessoas questionam, comunicam e, conseqüentemente, o controlam: quem está na cacimba, se ela foi aberta ou fechada, quem o fez, etc.

Em princípio, pareceu-me que o movimento diário de pessoas em demanda da cacimba era aleatório e generalizado, já que sua água pode ser usada por todos. Certo dia, ouvi o seguinte comentário: *a seca tá brava mesmo, pra essas mulheres [que moram do outro lado] virem buscar água aqui na cacimba*. Percebi, então, que o movimento que eu observava, diariamente, de pessoas indo e vindo da cacimba era de moradores vizinhos e não tanto dos que vivem mais distantes. Como o percurso com as latas d'água é feito a pé, quanto maior for a distância a ser percorrida, mais penoso é o trabalho de buscar água. Assim, as famílias que não moram nas imediações da cacimba recorrem a ela apenas quando a reserva de água de suas cisternas caseiras diminui. Quando isso acontece, reservam a água da cisterna para beber, e passam a buscar, na cacimba, a água para o *gasto*. Para as famílias que vivem nas proximidades da cacimba, a água da cisterna é mais utilizada em tempos de seca, quando as demais famílias da fazenda passam a consumir a água da cacimba. Por serem vizinhos da cacimba, têm a possibilidade de buscar diariamente sua água lá, mais fresca que a da cisterna.

Apesar da cacimba ser uma fonte comunitária e de seu controle ser exercido por todos que dela usufruem, não há uma rotatividade da guarda de sua chave. A razão para isso é o fato

de Seu Valdemar ter sido o responsável pela instalação da referida tranca. Mas, para além disso, como ele é um dos líderes do grupo, respeitado por ser o ancião porta-voz da comunidade e herdeiro das funções sociais e políticas exercidas anteriormente por seu pai (o fundador de Lages das Aroeiras), acumula também a função de zelador último da fonte.

É ele que recolhe os baldes que caem e se perdem dentro da cacimba; é ele quem se preocupa e zela pela qualidade da água que todos bebem, e é a ele que prestam contas se algo indevido acontecer por lá. Pode-se dizer que ao mesmo tempo em que ele zela pela fonte, visando ao benefício do grupo e despendendo seu tempo com a sua manutenção, ele também pode controlar a distribuição do recurso, caso necessário.

À luz do contexto ecológico do semi-árido, a posse de uma fonte de água potável é tão relevante para a reprodução das famílias camponesas quanto o é a posse ou a propriedade da terra. Por isso mesmo a guarda da fonte, incluída a sua chave, tem significado econômico e político. Ao zelar por ela, Seu Valdemar preenche as duas funções. No plano econômico, verifica se está havendo equilíbrio entre a demanda por água e a capacidade da fonte em supri-la, ao mesmo tempo em que se certifica se seu uso e manejo estão corretos. No plano político, como líder da comunidade, esta posição reafirma sua posição perante o grupo.

Considerado o fato de que a água é um bem precioso, notadamente nessa região, vale a pena mencionar a relevância, social e política, do caminhão-pipa para o sistema local de manejo das águas. Trata-se de uma figura célebre no sertão pois, ao mesmo tempo em que permite o controle da distribuição de água, constitui-se em um dos instrumentos de dominação dos grandes proprietários e dos políticos locais (Bernat, 1992 *apud* Sabourin & Trier, 2003:125).

Em Uauá e Lages das Aroeiras isso não é diferente. O fornecimento de água à zona rural do município, via caminhão-pipa, sempre dependeu da preferência e do arbítrio dos políticos da cidade. Num primeiro momento, quando a comunidade ainda não dispunha das cisternas mas apenas da cacimba comunitária, a água do caminhão-pipa era indispensável para suprir a demanda das famílias de Lages das Aroeiras. Porém, como o fundador da comunidade não era bem visto pelos políticos e coronéis da região, o caminhão passava em frente à comunidade e, apesar dos apelos das mulheres, na estrada, com suas latas d'água, ele não parava.

Algum tempo depois, uma das famílias da fazenda estabeleceu vínculos com um dos políticos locais e, em decorrência, passou a ser contemplada com o carregamento de água dos caminhões. Com receio de perder o benefício que conseguira, tal família repassava a água apenas para os moradores com quem tivesse afinidades políticas, diante do que as demais permaneciam à míngua, por não compartilharem das mesmas opiniões e posições políticas. Esse episódio exemplifica, concretamente, uma das conseqüências geradas pela divisão política que prevaleceu, durante certo período, entre os habitantes de Lages das Aroeiras (Cf. Capítulo 2, item 2.2.3).

Com a construção das cisternas, a comunidade não depende mais da água do caminhão-pipa; mesmo assim ele ainda vai até lá, de tempos em tempos. Hoje, todavia, a responsabilidade da água que distribui, pelo menos em Uauá, não se encontra mais nas mãos de políticos locais mas sob a responsabilidade do Exército. Presenciei as primeiras visitas do caminhão-pipa sob a gestão do exército. Algum tempo antes de sua chegada, Seu Valdemar havia se cadastrado para receber o serviço. Assim agiu, para verificar como estava funcionando a nova gestão da água distribuída no meio rural, e não porque estivessem, em Lages das Aroeiras, carecendo do recurso. Segundo ele, sua intenção era testar se a mudança do órgão gestor havia sido positiva. A comunidade passou a ser contemplada com onze *carradas* de água por mês, ou seja, o volume equivalente a onze caminhões-pipa. Atualmente, a distribuição faz-se mediante o cadastro do representante da comunidade interessada. Isso feito, são-lhe repassados os cupons referentes ao número de *carradas* que serão fornecidas que, por sua vez, são entregues ao motorista do caminhão depois da entrega da água.

Ao avaliar o serviço prestado, Seu Valdemar observou que se fosse a prefeitura a transportar a água, o depósito seria apenas na cisterna de seus partidários. Se no passado este serviço público foi sinônimo de abuso de poder, não ouvi queixas a respeito do procedimento adotado pelo exército. Embora satisfeita, a população mantinha, ainda assim, certa desconfiança quanto à manutenção da idoneidade por parte do novo gestor.

O primeiro dia em que o caminhão entrou na fazenda, no período de minha estada, foi uma surpresa para muitos, não cientes do cadastramento feito por Seu Valdemar. Um dos habitantes divisou o caminhão-pipa, ao longe, e quis saber para que cisterna ele se dirigia, ou seja, a que família beneficiaria. Curioso sobre a novidade, se informou com a cunhada sobre o que estava acontecendo. O burburinho em torno da novidade se estendeu aos demais vizinhos e um mecanismo de controle social em torno do recurso disponibilizado foi ativado,

paralelamente à coordenação de Seu Valdemar. Como ele era o solicitante do serviço, seus depósitos individuais foram, preliminarmente, preenchidos, após o que a água foi distribuída entre as demais famílias.

As pessoas *assuntavam* para saber quem estava com a cisterna mais vazia, a fim de que a água fosse destinada àqueles com as reservas mais baixas. Quem se candidatasse a recebê-la, deveria, em troca, comprometer-se a lavar e limpar sua cisterna antes que a água fosse depositada. Firmou-se o acordo de que a vizinhança da casa contemplada também poderia se servir da água trazida pelo caminhão-pipa.

Apesar de haver uma gestão interna comunitária dos recursos hídricos disponíveis, independentemente das forças políticas externas ao grupo, notei que a tomada de decisões em relação à chegada do carregamento não ocorreu sem suscitar certa polêmica. A considerável quantidade de água que estava sendo introduzida na comunidade parecia interferir no equilíbrio da economia interna da água – relação entre demanda e oferta – vigente até a chegada do carro-pipa. Algumas pessoas, notadamente Seu Valdemar e outras lideranças da comunidade, se mostravam preocupadas diante da oferta, súbita e significativa, de água à comunidade. A possibilidade de a nova oferta gerar desperdício seria desastrosa sob a ótica da economia camponesa e no contexto do semi-árido, onde a oferta de água é limitada.

Em tese, a água transportada pelo caminhão deveria ser destinada ao consumo humano mas, como ainda havia água na cacimba e nas cisternas, e como a qualidade da água<sup>108</sup> doada era inferior à das duas outras fontes, ficou estabelecido entre todos que esta seria destinada para o *gasto*. Contudo, a água em excesso causou incontido entusiasmo entre os habitantes, que passaram a utilizá-la para fins considerados indevidos por Seu Valdemar, um dos responsáveis pela gestão adequada da água. Ao invés de prosseguirem utilizando-a com a parcimônia costumeira, isto é, em *gastos* essenciais, como regar o quintal, lavar roupa e louça, aproveitaram-na para confeccionar tijolos de adobe e efetuar obras nas casas, o que não se fazia com a quantidade de água até então disponível na comunidade.

A nora de Seu Valdemar dizia que a *carrada* de água despejada na cisterna da escola parecia estar sendo atacada por um *enxame de abelhas*. Com isso ela queria dizer que cada um se apressava em recolher sua parte da água, sem lembrar que ela estava disponível a todos,

---

<sup>108</sup> Disseram-me que a água trazida pelo caminhão-pipa provinha de um reservatório de Uauá, mas não recebia o tratamento adequado para consumo humano; sua coloração amarelada era visível.

e que deveria ser equitativamente compartilhada. A sua percepção era que o considerável aumento da água em disponibilidade, havia alterado os comportamentos, tornando-os, no limite, dissuasórios. As pessoas começaram a desperdiçar, a *jogar pros matos* e se Seu Valdemar soubesse disso ficaria furioso. Ao sabê-lo, e ao constatar que a água trazida pelo caminhão excedia a necessidade do grupo, Seu Valdemar considerava a possibilidade de dispensar o serviço do caminhão, para que ele atendesse a outras pessoas, mais necessitadas.

A situação descrita remete a questões relativas ao universo econômico camponês, tratadas teoricamente por Jorge Foster em artigo de 1965, já citado. Em estudo etnográfico produzido no México, este autor observou que o comportamento dos camponeses de comunidades que vivem em um sistema fechado, cuja existência se limita aos recursos naturais e sociais disponíveis na localidade, é orientado pela “imagem do bem limitado”. Embora se trate de um modelo de sociedades camponesas em sua forma clássica, os mesmos traços comportamentais podem ser observados no grupo que pesquisei. Para Foster (1965:297), as ações dos indivíduos são direcionadas, inconscientemente, pela idéia de que tudo que eles desejam e necessitam em relação ao mundo econômico, natural e social, é finito e disponível em pequenos estoques e que nada há que possam fazer para aumentar sua disponibilidade. A abundância e a prosperidade existem de maneira limitada e não têm ligação com o trabalho despendido pelo homem. Se por acaso algum indivíduo ou família tem ganhos pessoais fora do padrão de usufruto de qualquer bem, se os entende como uma ameaça ao grupo, uma vez que, segundo este raciocínio, tal ganho só poderia ocorrer em detrimento dos outros.

Por outro lado, há ocasiões em que indivíduos ou famílias prosperam mais do que outras, pois, segundo Foster, há uma propensão ao individualismo e à busca por benefícios próprios por parte dos camponeses, que

...logically follows from the Image of the Limited Good that each minimal social unit (often the nuclear family and, in many situations, a single individual) sees itself in perpetual, unrelenting struggle with its fellows for possession of or control over what it considers to be its share of scarce values. (Foster, 1965:303)

Vejamos como essa perspectiva de análise, isto é, como a “imagem do bem limitado” pode ser aplicada a Lages das Aroeiras e à situação da água. Do ponto de vista dos seus habitantes, a água é concebida como um bem limitado e, para a maioria, ela deve ser usada com parcimônia para que não se esgote, ou seja, para que se mantenha o grau de segurança do grupo em relação aos recursos de que dispõe. Contudo, por motivos externos, a comunidade

passou a dispor de uma quantidade maior de água. A mudança de perspectiva em relação ao recurso hídrico se alterou e algumas pessoas, na euforia da posse de uma quantidade maior de água e pensando em seu próprio benefício, “desperdiçaram” o recurso ou se apossaram de mais do que utilizavam, até então. Tal fato perturbou outras pessoas, que demonstraram insatisfação com a mudança de postura. Diante de situação tão insólita, lideranças do grupo se encarregaram de emitir uma mensagem para os demais: se não fossem cuidadosos com o uso do recurso, eles dispensariam o caminhão-pipa. Assim, o uso indevido da água seria negativamente sancionado e o equilíbrio entre oferta e demanda, que vigorava anteriormente, se restabeleceria.

No exemplo em questão observa-se que, por um lado, há um comportamento individualista por parte de algumas pessoas e, por outro, lideranças comunitárias se preocupam em fazer com que valores como a cooperação e o exercício democrático das decisões e execuções governem o grupo. Em Lages das Aroeiras, a organização interna do grupo, incitada pela presença das CEBs, cumpre um papel importante na manutenção do “espírito” de comunidade e de colaboração mútua, embora sempre possam se manifestar, por parte de indivíduos e famílias, princípios opostos.

Em situações onde os camponeses de uma comunidade se vejam ameaçados pela postura individualista ou pelo progresso econômico de um vizinho ou família, uma entre duas reações são esperadas: a cooperação máxima, estimulada pela liderança da comunidade e sanções ao individualismo ou, de modo inverso, o individualismo extremo (Foster, 1965:301).

O que observei em Lages das Aroeiras, nessa situação específica, se aproxima do primeiro tipo de reação. Segundo o autor, esse tipo de comportamento só pode emergir em grupos camponeses dotados de organização política e comunitária, que se mantêm pela presença e intervenção de uma liderança. Vimos, ao longo deste estudo de caso, que o grupo pesquisado possui líderes e que as características da sua estrutura social tem favorecido o grupo, em diferentes conjunturas. No caso da água não foi diferente. Primeiramente, Seu Valdemar conseguiu, externamente, provisão de água para a comunidade. Ao perceber, todavia, que as necessidades básicas relativas ao recurso já haviam sido supridas, avaliou que a afluência experimentada poderia significar a falta do mesmo recurso para camponeses de outros povoados. Por isso e de acordo com a ética da cooperação e solidariedade, pareceu-lhe mais equitativo partilhar o recurso com quem dele mais prementemente necessitasse, uma vez

que a água é um bem raro e de valor indiscutível para os habitantes da zona rural do sertão nordestino.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente investigação teve como principal objetivo compreender a organização socioeconômica e territorial de comunidades de fundo de pasto localizadas no estado da Bahia por meio do estudo de caso de Lages das Aroeiras. Interessava-me conhecer os fatores que contribuíram para a formação dessas comunidades rurais, cujo território é composto tanto por uma área de uso comum dos recursos naturais – o fundo de pasto – como por áreas individuais ou familiares. Destaco, a seguir, algumas questões que se mostraram essenciais para a construção do meu entendimento acerca dos objetivos propostos para a investigação da qual resultou a dissertação, sem o intuito de retomar, em profundidade, argumentações que foram expostas ao longo da dissertação.

Primeiramente, foi importante conhecer os tipos humanos e o grupo social que povoa as comunidades de fundo de pasto. A literatura consultada e o trabalho de campo demonstraram que elas são habitadas por camponeses<sup>109</sup>, isto é, produtores agrícolas que possuem o controle efetivo sobre a terra na qual trabalham, a fim de assegurarem a subsistência e não, necessariamente, o re-investimento (Wolf, 1955). No caso estudado, a agricultura é praticada em certa situação de precariedade devido às limitações impostas pelo clima semi-árido, pelo solo pedregoso e pela escassez de água. Cultiva-se milho, feijão e mandioca em uma agricultura de sequeiro. A produção de carne, por meio da criação extensiva e semi-extensiva de gado, de médio porte, é a atividade predominante. Seu papel não é apenas complementar à atividade agricultura mas fundamental para que o campesinato sertanejo assegure, minimamente, sua subsistência.

---

<sup>109</sup>Apesar dos habitantes de Lages das Aroeiras não se auto-denominarem camponeses e sim lavradores, criadores, agricultores ou trabalhadores rurais, esta parece ser a categoria analítica mais apropriada para apoiar teoricamente a discussão acerca dos grupos sociais que vivem nas comunidades de fundo de pasto.

Para compreender a especificidade do campesinato que povoa as comunidades de fundo de pasto e a relação que mantêm com a terra, foi de suma importância traçar o contexto histórico em que se deu a ocupação territorial do sertão baiano. Os processos sociais e econômicos que tiveram lugar nessa região baiana ensejaram que, durante a vigência do sistema de sesmarias e à margem do latifúndio dos coronéis criadores de gado, surgisse uma configuração camponesa específica, isto é, formada por camponeses posseiros e criadores. Não obstante fossem homens livres sempre estiveram subordinados, política e socialmente, a um estrato social detentor de poder predominantemente político e geralmente reportado à sociedade regional abrangente, que os circunda e contém.

Contudo, o surgimento dos apossamentos coletivos, isto é, de áreas de pastagens utilizadas para o apascentamento comunitário do gado, decorreu do declínio da economia pastoril, do abandono e do desmembramento das grandes fazendas de gado ao longo do século XVIII.<sup>110</sup> Com as fazendas de criação abandonadas, suas terras foram passando de mão em mão, sem que os posseiros, compradores ou herdeiros das áreas soubessem, com clareza, dos limites de suas terras e sem que dessem consecução aos trâmites legais para assegurar sua posse. A desorganização da estrutura fundiária, a distância do direito oficial e, por conseqüência, a indefinição formal dos direitos de propriedade favoreceram que diferentes famílias fizessem uso comunitário de certas áreas para criar seus animais, enquanto a propriedade jurídica da terra permanecia indivisa (Garcez, 1987).

Essa situação facultou, ao mesmo tempo, que os camponeses criassem as próprias regras de uso do espaço para o desenvolvimento de um sistema produtivo adequado às condições ecológicas e climáticas da região, independentemente da regulação oficial do direito de propriedade. Assim, desde então uma modalidade específica de posse de áreas localmente denominadas *terras livres* ou *fundo de pasto*, utilizadas para o pastoreio comunitário, vem sendo combinada à apropriação familiar de áreas destinadas à agricultura de sequeiro e à moradia das famílias.

É de se notar que essa forma de apropriação da terra e dos recursos naturais da caatinga não ocorreu sem que impeditivos fossem interpostos. Segundo Almeida

---

<sup>110</sup> Almeida chamou essa configuração camponesa de campesinato *pós-plantation* ou campesinato livre pois “Representam formas que emergiram da fragmentação das grandes explorações agrícolas, baseadas na grande propriedade fundiária, na monocultura e nos mecanismos de imobilização da força de trabalho (escravidão e peonagem da dívida)”. (Almeida, 2008:144)

... as legislações agrárias coloniais, as quais instituíram as sesmarias até a Resolução de 17 de julho de 1822 e depois estruturaram formalmente o mercado de terras com a Lei n. 601 de 18 de setembro de 1850, criando obstáculos de todas as ordens para que não tivessem acesso legal às terras os povos indígenas, os escravos alforriados e os trabalhadores imigrantes que começavam a ser recrutados. Coibindo a posse e instituindo a aquisição como forma de acesso à terra, tal legislação instituiu a alienação de terras devolutas por meio de venda, vedando, entretanto, a venda em hasta pública, e favoreceu a fixação de preços suficientemente elevados das terras, buscando impedir a emergência de um campesinato livre. (Almeida, 2008:39)

A constituição de Lages das Aroeiras se afasta, no tempo, do período e do contexto histórico que favoreceram a formação de áreas utilizadas para o pastoreio comunitário. Embora a reconstituição de processos históricos nacionais e regionais sejam essenciais para que se entenda a origem das comunidades de fundo de pasto da Bahia, a observação participante, por meio do trabalho de campo, fornece detalhes específicos do caso em estudo, ao tempo que amplia as informações disponíveis acerca do sistema de relações sociais e da configuração camponesa nesta comunidade específica.

Lages das Aroeiras foi fundada por João Cardoso da Silva em uma parcela de terra por ele comprada. Contudo, a parcela adquirida tinha os limites imprecisos e se confrontava com uma extensão de *terras livres*. Percebendo a disponibilidade de áreas contíguas à sua, Seu João passou a utilizá-las para o pastoreio de sua criação. Mas, para que o domínio sobre o território de Lages das Aroeiras se consolidasse, ele se valeu de sua rede de parentesco, isto é, de seus filhos e filhas para que o ajudassem a povoar e trabalhar a terra ansiada.

Desde a fundação de Lages das Aroeiras e ao longo das décadas seguintes, a família de Seu João tem desempenhado um papel central em diferentes dimensões da vida desse lugar: seja na estrutura social, na constituição e consolidação de seu território, na definição das regras e direitos de uso dos espaços que o compõem e mesmo na maneira como o sistema produtivo se organiza. Trata-se, pois, de uma localidade diretamente identificada à família dos Cardoso da Silva, isto é, um patrimônio que pertence à genealogia que descende de Seu João e de Maria Rodrigues; um território de parentesco dos Cardoso da Silva.

As noções de família, parentesco e vizinhança são especialmente relevantes para o entendimento das comunidades de fundo de pasto, pois conformam a estrutura de sociabilidade dos grupos camponeses que habitam essas localidades. As comunidades de fundo de pasto constituem, simultaneamente, uma modalidade de ocupação da terra e uma modalidade de organização social que empreende e anima essa ocupação por meio de um

sistema produtivo específico. Por isso, refletir sobre a ocupação da terra nessas comunidades implica em refletir sobre família e trabalho, categorias indissociáveis e que aparecem intimamente relacionadas quando se busca a compreensão desse universo.

O estudo de Lages das Aroeiras e da família Cardoso da Silva se aproxima de duas etnografias feitas em comunidades camponesas do sertão nordestino: a de Woortmann (1995), sobre o sítio de Lagoa da Mata, em Sergipe, e a de Godoi (1999) sobre os povoados de Zabelê, Rua Velha, Barreiro Grande e Barreirinho, no Piauí. Nas três regiões pesquisadas, o direito à terra se dá pela via da descendência. Se o acesso à terra é indispensável para que a condição camponesa seja preservada, meu estudo mostra que a reprodução social do campesinato ainda ocorre, nos dias de hoje, via parentesco, isto é, por meio de regras preferenciais de casamento e de acesso à terra, como já haviam observado as referidas antropólogas na década de 1980.

Em Lages das Aroeiras, a descendência e a residência são os princípios que norteiam idealmente o direito à terra no interior do patrimônio familiar. O casamento endogâmico ao grupo é adotado como forma de garantir que o patrimônio se mantenha entre os descendentes dos fundadores, haja visto que o adensamento populacional, decorrente do surgimento de novas gerações, junto com o sistema de herança local têm contribuído para a fragmentação do patrimônio. Como o sistema de herança vigente na localidade prescreve que o patrimônio seja partilhado, equitativamente, entre todos os herdeiros(as), o casamento entre consangüíneos oriundos da própria comunidade – preferencialmente primos em primeiro grau – assegura que a terra permaneça dentro da família, ao ser partilhada na passagem de uma geração à outra.

Nesse sentido, há ainda uma outra medida que visa favorecer a indivisibilidade do patrimônio: a terra, ou as parcelas de terra a que cada grupo doméstico tem direito, não devem ser alienadas a estranhos. De acordo com a percepção dos habitantes de Lages das Aroeiras, a terra não é uma mercadoria ou propriedade privada, mas, ao contrário, é concebida como um patrimônio familiar. Há nessa percepção uma orientação hierárquica, característica do campesinato, que determina que o todo englobante deve se sobrepor ao indivíduo e aos seus interesses pessoais (Woortmann, 1995).

A busca pela indivisibilidade do patrimônio levou à formação de várias famílias extensas que vivem, adjacentes umas às outras, no espaço da fazenda. Segundo Woortmann “formas de família relacionam-se estreitamente à concepção de patrimônio enquanto um valor

cultural ”(1995:50), de modo que a herança igualitária tem como correlato a família extensa, ao passo que a herança indivisa tem como correlato a família nuclear.

As relações de parentesco e vizinhança que se desenvolvem no interior da fazenda, seja no âmbito interno de cada família extensa, ou mesmo entre indivíduos e grupos domésticos de distintas famílias extensas, conformam uma verdadeira rede de vizinhança em que as relações de troca e de reciprocidade são constantes. Lages das Aroeiras pode, desse modo, ser considerada como um “grupo rural de vizinhança” que, no sertão baiano, sempre foi denominado *fazenda* e, mais recentemente, por influência do trabalho das CEBs, também é designado *comunidade*. Para Antônio Cândido, o “grupo rural de vizinhança” é a estrutura fundamental da sociabilidade camponesa “...consistindo no agrupamento de algumas ou muitas famílias, mais ou menos vinculadas pelo sentimento de localidade, pela convivência, pelas práticas de auxílio mútuo e pelas atividades lúdico-religiosas.” (Candido, 2003:81).

Se a tese de Woortmann (1995) demonstra que o parentesco é relevante para a reprodução social do campesinato e que a constituição do patrimônio territorial camponês está diretamente ligado ao parentesco, Musumeci (1988), Martins (1981) e Godoi (1995), dentre outros, demonstram que a posse é uma forma de apropriação da terra privilegiada pelo campesinato brasileiro na constituição de seu patrimônio territorial. Isso se deve à sua condição histórica de marginalidade na estrutura fundiária brasileira. Os camponeses de Lages das Aroeiras não constituem exceção às três proposições.

Preliminarmente, a rede de parentesco foi a estrutura intermediária que viabilizou a posse das áreas e o acesso aos recursos naturais almejados pelo fundador para o exercício das atividades produtivas da fazenda. Em um segundo momento, porém, quando a família passou a ser ameaçada pela grilagem e pela expropriação da terra ocupada e utilizada, uma estrutura política e organizativa começou a ser gestada como estratégia de proteção ao patrimônio familiar. Inicialmente, o fundador buscou se informar, na cidade, sobre como poderia titular a área apossada. Ele percebeu, na seqüência, que era importante conhecer seus direitos e deveres como cidadão e como produtor rural, para defender seu patrimônio. Mais tarde, a entrada das CEBs em Lages das Aroeiras fortaleceu a estrutura político-organizativa do grupo por meio das informações que transmitiam aos agricultores e da metodologia de trabalho empregada. Em 1996, a comunidade fundou sua própria associação comunitária, a ACAPPLA – Associação Comunitária e Agropastoril dos Pequenos Produtores de Lages das Aroeiras. Ela é uma entidade de representação jurídica criada para receber, em seu nome, o título

coletivo da área de fundo de pasto. Por meio da associação local, Lages das Aroeiras passou a integrar uma entidade maior chamada Central das Associações de Fundo de Pasto, articuladora da luta pela regularização fundiária das associações locais de fundo de pasto.

Atualmente, as esferas do parentesco, da vizinhança e da organização política do grupo compõem, combinadamente, a estrutura de sociabilidade de Lages das Aroeiras. A crescente politização e organização dos habitantes da comunidade, suscitadas pela ameaça de expropriação do território, reforçou a coesão da rede de solidariedade pré-existente e municiou o grupo com as ferramentas necessárias para que ele envidasse esforços para conquistar seus direitos junto à burocracia do estado.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFONSO, Ana Isabel. Grupo doméstico e mudanças sociais: abordagens quantitativas e qualitativas. **Etnográfica**, v. 4, n. 1, p. 153-182, 2000.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras de Preto, Terras de Santo, Terras de Índio – uso comum e conflito. **Cadernos do NAEA, Belém**, n. 10, p.163-196, 1989.

\_\_\_\_\_. **Terras de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas**. 2. ed. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 2008.

ANTONIL, A. J. **Cultura e opulência do Brasil: texto confrontado com o da edição de 1711**. 3. ed. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1982.

ARTICULAÇÃO ESTADUAL DOS FUNDOS E FECHOS DE PASTO. **O Fundo de Pasto que queremos. Política Fundiária, Agrícola e Ambiental para os Fundos de Pasto Baianos**. Salvador, abril de 2005. 91p. (mimeo)

BRASIL. Presidência da República. **Decreto 6.040 que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais**. Brasília, 7 fevereiro, 2007.

BOURBOUZE, A.; RUBINO, R. Grandeur, décadence... et renouveau sur les terres utilisées en commun dans les pays de la Méditerranée. In: **Terres collectives en Méditerranée: histoire, législation, usages et modes d'utilisation par les animaux**. BOURBOUZE, A.; RUBINO, R. (Ed.). Roma: FAO/Réseau Parcours Euro-africain, 1992. p.11-23.

BOURDIEU, Pierre. Les Stratégies Matrimoniales dans les Systèmes de Réproduction. **Analles**, v. 27 année 25, n. 4-5, 1972.

CANDIDO, Antonio. **Os Parceiros do rio bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação de seus meios de vida**. São Paulo: Ed.34, 2003.

CAPISTRANO de ABREU, João. **Capítulos de História Colonial (1500-1800)**. Rio de Janeiro: Ed. da Soc. Capistrano de Abreu, 1954.

CARON, Patrick.; HUBERT, Bernard. Dinâmica dos sistemas de pecuária. In: **Camponeses do Sertão: mutações das agriculturas familiares no Nordeste do Brasil**. CARON, Patrick.; SABOURIN, Eric. (Org.). Brasília: Embrapa/CIRAD, 2003. p. 123-144.

CARON, Patrick; HUBERT, Bernard. Dinâmicas dos sistemas d pecuária. In: **Camponeses do Sertão: mutações das agriculturas familiares no Nordeste do Brasil**. CARON, Patrick; SABOURIN, Eric (Ed.). Brasília: Embrapa, 2003. p. 103-122.

CARVALHO, Franklin Plessmann de. **Fundo de pasto: organização política e território**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

CARVALHO, Maria Rosário Gonçalves de. **Os Kanamari da Amazônia Ocidental: História, mitologia, ritual e xamânismo**. Salvador: FCJA, 2002.

CARVALHO, Vailton Loula de. **Formação do Direito Fundiário Brasileiro**. São Paulo: Editora Iglu, 1999.

CHAYANOV, Alexander V. **The Theory of Peasant Economy**. THORNER, D; KERBLAY, R. (Ed.). American Economic Association, Homewood, 1966.

COMERFORD, John Cunha. **Como uma família: sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural**. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2003.

BAHIA (Estado). **Constituição do Estado**, 1988.

COSTA FILHO, Aderval. **Os Gurutubanos: territorialização, produção e sociabilidade em um quilombo do centro-norte mineiro** Tese (Doutorado em Antropologia). Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2008. 293 p.

DAMATTA, Roberto. Individualidade e Liminaridade: considerações sobre os ritos de passagem e a modernidade. **MANA**, v.6, n.1, p.7-29, 2000.

DEL PRIORE, Mary; VENÂNCIO, Renato. **História da vida rural no Brasil**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

DESCOLA, Philippe. Estrutura ou sentimento: a relação com o animal na Amazônia. **MANA**, v.4, n. 1, p.23-45, 1998.

DIAMANTINO, Pedro Teixeira. **Desde o raiar da aurora o sertão tonteia: caminhos e des-caminhos da trajetória sócio-jurídica das comunidades de fundos de pasto pelo reconhecimento de seus direitos territoriais**. Dissertação (Mestrado em Direito). Departamento de Direito, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

DIEGUES, Antonio Carlos Santanna. Repensando e recriando as formas de apropriação comum dos espaços e recursos naturais. In: DIEGUES, Antonio Carlos Santanna; MOREIRA, A. de C. C. (Org.). **Espaços e Recursos Naturais de Uso Comuns**. São Paulo: USP-Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, 2001. p. 97-124.

DUBY, Georges. **Idade Média, Idade dos Homens: do amor a outros ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001

EHLE, Paulo. **Canudos: Fundo de Pasto no semi-árido**. Instituto Popular Memorial de Canudos. Paulo Afonso: Editora Fonte Vida, 1997.

EVANS- PRITCHARD, E.E. **Os Nuer: uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2005.

FAUSTO, Carlos. **Inimigos Fiéis: História, Guerra e Xamanismo na Amazônia**. São Paulo: EDUSP, 2001.

FEENY, David et al. A tragédia dos Comuns: vinte e dois anos depois. In: DIEGUES, Antonio Carlos Santanna; MOREIRA, A. de C. C. (Orgs.). **Espaços e Recursos Naturais de Uso Comuns**. São Paulo: USP-Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, 2001. p. 17-42.

FERNANDES, B. M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: Contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **REVISTA NERA**, ano 8, n. 6, jan-junho 2005.

FERRARO Jr., Luiz Antonio. **Entre a invenção da tradição e a imaginação da sociedade sustentável: estudo de caso dos fundos de pasto na Bahia**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável). Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

FERRARO Jr., Luiz Antonio; BURSZTYN, Marcel. A margem de quatro séculos e meio de latifúndio: razões dos fundos de pasto na história do Brasil e do Nordeste. In: **ENCONTRO NACIONAL DA ANPPAS**, 4. Brasília, 2008.

FOSTER, George M. Peasant Society and the Image of the Limited Good. **American Anthropologist**, v.67, Issue 2, p. 293-315, 1965.

FRASER, J.G. **The Golden Bough. A Study in Magic and Religion** (Abridged Edition). London: MacMillan, 1922.

FREYRE, Gilberto. **Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio editora, 1961.

FURTADO, Celso. **A formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora, 1980.

GARCEZ, Angelina Nobre Rolim (Org). **Leis de Terra do Estado da Bahia**. BAHIA: INTERBA/SEPLANTEC/CAR, 1985.

\_\_\_\_\_. **Fundo de Pasto: um projeto de vida sertanejo**. BAHIA: INTERBA/SEPLANTEC/CAR, 1987.

GARCIA JR. Afrânio. **Sul: o caminho do roçado**. Tese (Doutorado em antropologia). Programa de Pós Graduação em Antropologia, Museu Nacional – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1983.

GEERTZ, C. “Ethos”, Visão de Mundo, e a Análise de Símbolos Sagrados. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978, p. 143-159.

GERMANI, Guiomar; OLIVEIRA, Gilca Garcia de. **Assentamentos no médio São Francisco (Bahia-Brasil): Políticas públicas, conflitos e resistência**. Salvador, 2006.

GODOI, Emília Pietrafesa de. **O trabalho da memória: cotidiano e história no sertão do Piauí**. Campinas-SP: Editora Unicamp, 1999.

\_\_\_\_\_. O sistema do lugar: história, território e memória no sertão. In: **Além dos territórios: para um diálogo entre a etnografia indígena, os estudos rurais e urbanos**. NIEMEYER, Ana Maria; GODOI, Emília Pietrafesa (Org). Campinas-SP: Mercado de Letras, 1998.

GOLDMAN, Michael. Inventando os Comuns: teorias e práticas do profissional em bens Comuns. In: DIEGUES, Antonio Carlos Santana; MOREIRA, A. de C. C. (Org.). **Espaços e Recursos Naturais de Uso Comuns**. São Paulo: USP-Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, 2001.p. 43-78.

GUIMARÃES ROSA, João. **Manuelzão e Miguilim**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympo Editora,1964.

HARDIN, Garrett. The Tragedy of the Commons. **Science**, 13, December, 1968.

KROEBER, A.L. **Anthropology; race, language, culture, psychology, prehistory**. New York: Harcourt, Brace &Co., 1948.

LEACH, E. R. **Pul Elya, A village in Ceylon: a study of land tenure and kinship**. Cambridge: Cambridge University Press,1968.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. [S.I: s.n], 1949.

LIMA, Iracilda M.M.; GAMA, Noêmia S. Registro de Plantas Hospedeiras (Cactaceae) e de Nova Forma de Disseminação de *Diaspis echinocacti* (Bouché) (Hemiptera: Diaspididae), Cochonilha-da-Palma-Forageira, nos Estados de Pernambuco e Alagoas. **Neotrop. Entomol.**, Londrina, v. 30, n. 3, Set. 2001 . Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-566X2001000300025&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-566X2001000300025&lng=en&nrm=iso)>. Acessado em 13 Mai. 2010.

MACHADO, Christina Matta. **As Táticas de guerra dos cangaceiros**. Rio de Janeiro: Ed Laemmert,1969.

MAGALHÃES LIMA, D. **O caboclo amazonense:um estudo de antropologia econômica na micro-região Solimões-Japurá**. Departamento de historia e antropologia, Universidade Federal do Pará, 1987. (Manuscrito)

MARQUES, Ana Cláudia. **Intrigas e questões: vingança de família e tramas sociais no sertão de Pernambuco**. Rio de Janeiro: Relume Dumará/ Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2002.

MARTINS, José de Souza. **Os camponês e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. Petrópolis-RJ: Ed. Vozes, 1981.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva. In: **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac & Naif, 2003.

MCKEAN, Anne Margareth; OSTROM, Elinor. Regimes de Propriedade Comum em Florestas: Somente uma Relíquia do Passado? In: DIEGUES, A. C. S.; MOREIRA, A. de C. C.(Org.). **Espaços e Recursos Naturais de Uso Comuns**. São Paulo: USP-Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, 2001. p. 79-96.

MENDRAS, Henri. **Les sociétés paysannes**. Ed. Gallimard, 1995.

MEYER, Dóris Rinaldi. **A Terra do santo e o mundo dos engenhos: estudo de uma comunidade rural nordestina**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Programa de Pós Graduação em Antropologia, Museu Nacional – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1978.

MOTTA SANTOS, M.V. **A constituição simbólica da troca de alimentos e trabalho em uma fazenda de Goiás**. Curso de Doutorado em Antropologia Social, Universidade de Brasília, 1986. (Manuscrito)

MOURA, Margarida Maria. **Os herdeiros da terra: parentesco e herança numa área rural**. São Paulo: Editora Hucitec, 1978.

MULLIN, Molly H. Mirrors and Windows: Sociocultural Studies of Human-Animal Relationships. **Annual Review of Anthropology**, v. 28 p.201-224, 1999.

MUSUMECI, Leonarda. **O mito da terra liberta: colonização “espontânea”, campesinato e patronagem na Amazônia Oriental**. São Paulo: Edições Vértice, 1988.

NEVES, Delma Pessanha. Diferenciação sócio-econômica do campesinato. **Revista Ciências Sociais Hoje**. ANPOCS, Cortez Editora, p. 220-241, 1985,

PROJETO NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DO BRASIL. **Fundos de Pasto: Nosso Jeito de Viver no Sertão, Lago do Sobradinho, Bahia**. ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de.; MARIN, Rosa Azevedo (Coord.), 2007.

BERG, Kalervo. O Campônio Marginal no Brasil Rural. In: Welch, Clifford A. et al. (Org.) **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas**. São Paulo:UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.p.181-192.

PRADO Jr., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1942.

\_\_\_\_\_. **A questão agrária no Brasil**. [S.I: s.n], 1970.

QUEIRÓZ, Maria Isaura Pereira de. O sitiante tradicional e a percepção do espaço. In: **O campesinato brasileiro: ensaios sobre a civilização e grupos rústicos no Brasil**. Petrópolis-RJ: Ed. Vozes, 1973. p. 48- 70.

\_\_\_\_\_. Uma categoria rural esquecida. In: WELCH, Clifford A. et al. (Org.). **Processo de constituição e reprodução do campesinato no Brasil: formas tuteladas de condição camponesa**. São Paulo: Ed. UNESP,2009. p. 57 -72.

REDFIELD, Robert. **The little community/ Peasant society and culture**. Chicago, Chicago University Press, 1960.

\_\_\_\_\_. **Primitive world and its transformations**. Ithaca: Cornell University Press, 1953.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RIBEIRO, Gustavo Lins; FELDMAN-BIANCO, Bela . Antropologia do poder: contribuições de Eric Wolf. **Série Antropologia nº 341**. Brasília: Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília, 2003.

SABOURIN, Eric. Marcel Mauss: da dádiva à questão da reciprocidade. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 23, n. 66, p. 131-138, 2008.

SABOURIN, Eric; CARON, Patrick; SILVA, Pedro Carlos Gama da. O manejo dos "fundos de pasto" no nordeste baiano: um exemplo de reforma agrária sustentável. **Raízes- Revista de ciências sociais e econômicas**. Campina Grande: Universidade Federal da Paraíba, v. 18, n. 20, p. 90-102, nov.1999.

SABOURIN, Eric; CARON, Patrick. Camponeses e fundos de pasto no Nordeste da Bahia. In: GODOI, E. P.; MENEZES, M.A; MARIN, R. (Org.). **Diversidade do campesinato brasileiro: expressões e categorias**. São Paulo: editora UNESP, 2009. p.89-115.

SABOURIN, Eric ; MARINOZZI, Gabrio. Recomposição da agricultura familiar e coordenação dos produtores para a gestão de bens comuns no Nordeste brasileiro. **Revista Política & Trabalho**, 17, p. 80-90. Setembro, 2001.

SABOURIN, Eric; TRIER, Remi. Manejo da água em sistema pluvial de sequeiro. In: CARON, Patrick; SABOURIN, Eric (Edit.). **Camponeses do Sertão: mutações das agriculturas familiares no Nordeste do Brasil**. Brasília,DF: Embrapa, 2003. p. 123-144.

SAHLINS, Marshal. **Stone Age Economics**. Londres: Tavistock, 1987.

SALDANHA, António Vasconcelos de. **As Capitanias do Brasil: Antecedentes, desenvolvimento e extinção de um fenômeno atlântico**. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.

SCHISTEK, Herald; MARTINS, Lucineide. **A convivência com o semi-árido no município de Curaçá-Bahia**. Juazeiro: IRPAA, 2001.

SCHUSKY, E. Lester. **Manual para análise de parentesco**. São Paulo: EPU, 1973.

SILVA, Manuel Castro. Conflitos interfamiliares e “mal de inveja”. **Análise Social**, v.37, p.209-241, 2002. Minho, Portugal: Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.

SOARES CARDEL, Lidia Maria. **Os olhos que olham a água: Parentes e herdeiros no “mundus” camponês**. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, Brasília, 1992.

SOARES, Luiz Eduardo. **Campesinato: Ideologia e Política**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

SOUZA, Ana Cristina de. **Povoados de Cachoeirinha e Massaranduba (Vale do Jequitinhonha, Ba): a relação entre espaço, agentes e contexto sócio-econômico**. Salvador/BA: Tese (Doutorado em Ciências Sociais).Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia, 2006.

VAN GENNEP, Arnold. **Os Ritos de Passagem**, Petrópolis- R.J: Vozes, 1978.

VIEIRA, Maria Antonieta da Costa. **À procura das bandeiras verdes: viagem, missão e romaria – movimentos sócio-religiosos na Amazônia Oriental** Tese (Doutorado em Antropologia). IFCH, Universidade de Campinas. Campinas- SP, 2001.

WALL, Karin. Os grupos domésticos de co-riedência. In: WALL, Karin (Coord.). **Famílias no Portugal contemporâneo**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais/ICS, 2004.

WELCH et al. **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

WOLF, Eric. Types of Latin American Peasantry: A preliminary discussion. **American Anthropologist**, v. 57, p. 452-471, 1955.

WOORTMANN, Ellen F. O sítio camponês. **Anuário Antropológico/ 81**. Rio de Janeiro-Fortaleza: Edições Tempo Brasileiro; Universidade Federal do Ceará, 1983. p.164-203.

WOORTMANN, Ellen F. **Herdeiros, parentes e compadres. Colonos do Sul e Sitiantes no Nordeste**. Brasília: Edunb, 1995.

WOORTMANN, Klass ; WOORTMANN, Ellen F. **Amor e celibato no universo camponês**. NEPO:Unicamp, 1990.

WOORTMANN, Ellen F; WOORTMANN, Klass. **O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa**. Brasília: Edunb, 1997.

WOORTMANN, Klass. "Com parente não se neguceia": o campesinato como ordem moral. **Anuário Antropológico/ 87**. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1990.

\_\_\_\_\_. Um único filho não é filho. In: WOORTMANN, E.; GUIDI, M.L.M; MOREIRA, M.R de Lemos (Org.). **Respeito à diferença: uma introdução à antropologia**. Brasília- DF: [s.n.] 1999. p.51-65.

\_\_\_\_\_. O modo de produção doméstico em duas perspectivas: Chayanov e Sahlins. **Série antropologia nº 239**. Brasília: Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília, 2001.

## Registro fotográfico<sup>111</sup>



Retrato de João Cardoso da Silva e Maria Rodrigues



---

<sup>111</sup> Fonte: fotografias de Elisa M. Camarote.

Retrato de Otília e José, pais de Maria Rodrigues.



Moradores de Lages das Aroeiras em frente à casa dos fundadores do lugar



Membros da segunda geração de Lages das Aroeiras



Os irmãos Nézinho e Louzinha com o sobrinho-neto Denilson



Os irmãos Antonio e Marianna



Dona Mariquinha mostra o animal de estimação capturado na caatinga



Pedro exhibe retrato dos pais



Dona Louzinha na porta de sua casa



Rafaela, Léo, Rafael, Lele e Alex me guiando até a barragem do Tigre



Região central de Lages das Aroeiras - frente da antiga casa dos fundadores



Mini-fábrica de processamento de frutas e associação local



Lages das Aroeiras no período das chuvas



Vista aérea de Lages das Aroeiras no período de seca



Aula do curso de alfabetização para jovens e adultos



Escola de Lages das Aroeiras



Casa de farinha



Cisterna



Caldeirão



Barragem do Tigre



Mutirão – homens trabalhando na construção do aprisco da associação



Dona Louzinha e Rosinha buscam água na cacimba comunitária



Seu Antonio trabalha no retalho da carne de bode



Mantas de bode – açougue de Uauá



Caprinos no pasto

Officio do  
Registro de Imóveis e  
Hipotecas  
da  
Câmara - Bahia

1.  
a official  
M. Rodrigues

Protocolo.  
Nº 19.  
Apresentada em 31 de Julho de 1218  
A official intima: Maria Divina Rodrigues

1.º Transferido: Escritura de Compra e Venda.  
Saibam quantos esta publica escritura de compra e ven-  
da, virem, que aos quatorze dias do mês de Julho de mil  
novecentos e quarenta e oito, nesta cidade, Termo e Comar-  
ca de Uauá, Estado da Bahia, em cartorio e ai peran-  
te mim Tabelião e as testemunhas abaixo nomeadas  
e assinadas, compareceram partes entre si, justas e con-  
tratadas a saber de um lado como outorgante vende-  
dores Herculano Cordeiro de Andrade e sua mulher  
Azinda Cordeiro de Andrade, representada pelo seu ma-  
rido Herculano Cordeiro de Andrade, ambos brasileiros,  
maiores, casados, criadores e residentes na cidade de  
Monte Santo, como faz certo pela procuração que apre-  
sentou neste ato, a qual adiante vai transcrita: e de  
outro lado como outorgado comprador, João Cardoso da  
Silva, brasileiro, maior, solteiro, criador e residente na  
fazenda Terra do Sobrado, desta Comarca, pessoas conu-  
cidas de mim Tabelião e das testemunhas do que dou  
fé - perante as quais pelo outorgante Herculano Cordei-  
ro de Andrade, por si e em nome de sua constituinte  
Azinda Cordeiro de Andrade, me foi declarado que é  
senhor e legitimos possuidores de uma parte de terra  
com vinte hectares, na fazenda Lagoa do Velho João,  
desta Comarca, e possuindo eles outorgantes a refe-  
rida parte de terra, livre e desembaraçada de qualquer  
ônus e que foi adquirida por herança de sua faleci-  
da Mãe e Logra Laura Ferreira de Matos, conforme  
certidão de partilha que me foi apresentado, devi-  
damente transcrito no Cartorio de Registro de Imó-  
veis da Comarca de Monte Santo, sob n.º 187; resol-

Maria Divina Rodrigues

Escritura de compra e venda da Fazenda Lages das Aroeiras

Nasceu  
Pedro no dia 16  
de dezembro de  
1950

Nasceu  
João no dia 30  
de junho de  
1944

Caderno de registro das datas de nascimento dos filhos de João Cardoso da Silva e Maria Rodrigues



Seu Valdemar me mostra a Fazenda Pé da Serra



Analice e Vaninha me ajudam a completar dados da genealogia



Excursão de subida na Lage Preta

**ANEXOS**